

FERNANDA LORANDI LORENZETTI

**TERRA DE LÍRIOS BRAVOS E HOMENS FORTES: NOTAS
ACERCA DAS ATRIBUIÇÕES DE IDENTIDADE AO PARANÁ POR
DOMINGOS NASCIMENTO (1895-1914)**

FERNANDA LORANDI LORENZETTI

**TERRA DE LÍRIOS BRAVOS E HOMENS FORTES: NOTAS
ACERCA DAS ATRIBUIÇÕES DE IDENTIDADE AO PARANÁ POR
DOMINGOS NASCIMENTO (1895-1914)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade
Federal da Grande Dourados para a obtenção do título de
Mestre em História

Orientador: Prof. Dr. Jérri Roberto Marin

DOURADOS – 2009

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD

981.6 Lorenzetti, Fernanda Lorandi.
L869t Terra de lírios bravos e homens fortes: notas acerca das atribuições de identidade ao Paraná por Domingos Nascimento (1895-1914) / Fernanda Lorandi Lorenzetti. – Dourados, MS : UFGD, 2009.
187p.

Orientador: Prof. Dr. Jérri Roberto Marin
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados.

1. História - Paraná. 2. Paraná – Estado – Identidade. 3. Domingos Virgílio do Nascimento - Textos. I. Título.

FERNANDA LORANDI LORENZETTI

**TERRA DE LÍRIOS BRAVOS E HOMENS FORTES: NOTAS ACERCA DAS
ATRIBUIÇÕES DE IDENTIDADE AO PARANÁ POR DOMINGOS
NASCIMENTO (1895-1914)**

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

PRESIDENTE E ORIENTADOR: _____

2º EXAMINADOR: _____

3º EXAMINADOR: _____

Dourados, _____ de _____ de _____.

DADOS CURRICULARES

FERNANDA LORANDI LORENZETTI

NASCIMENTO 5/2/1983, TOLEDO – PR.

FILIAÇÃO Reni Segundo Lorenzetti
Maria Salete Lorandi

2001-2004 Graduação em História
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE.

2007-2009 Mestrado em História
Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD.

RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar um conjunto de sete textos de autoria do paranaense Domingos Virgílio do Nascimento escritos entre 1895 e 1914. Nessas obras, esse autor abordou o Estado do Paraná a partir de diferentes temáticas. Privilegiamos aqui seus projetos que visavam construir uma identidade ao Paraná e a seus habitantes. A construção identitária propagada nas obras de Domingos Nascimento filiava-se a determinadas concepções muito em voga na época, tais como: progresso, racionalidade, desenvolvimento técnico, fortalecimento corporal e moral, ordem, trabalho profícuo, entre outras. Seus discursos são reveladores das principais referências que deram suporte a sua escrita, como o engajamento a um determinado republicanismo com facetas autoritárias, sua crença no positivismo como modelo de organização social, seu desejo de militarizar a sociedade, entre outros. Seu projeto era construir um Paraná mais moderno e dinâmico, desenvolvido e integrado. Para tal preocupou-se em construir uma identidade homogênea com a instauração de um Estado mais forte e participativo na vida dos cidadãos. Assim, o foco desta pesquisa será analisar a pretensão de Domingos Nascimento em criar uma identidade una, forjar determinadas feições físicas e morais, fornecer códigos comportamentais e cívicos aos paranaenses.

Palavras-chave: Domingos Nascimento. Identidade. Paraná

ABSTRACT

The objective of this dissertation is examining a set of seven titles written by paranaense Domingos Nascimento writing between 1895 and 1914. This text, the author describes the State of Parana from different thematic. Priority was given for their projects aimed at build an identity of the Parana and paranaenses. A construction of identity spreads in the Domingos Nascimento's texts connected a certain conceptions in vogue at the time, such as progress, rationality, development technical, strengthening body and moral, order, useful work among other. Their speeches are revealed of main influence gave support your written as the engagement for a particular republicanism facetted authority, his belief in positive social organization as a model, your desire for militarized society among other. For both focuses on build an identity with homogenous State establish a stronger and participate in the life of citizens. This will be the focus of this research analyzed pretend to Domingos Nascimento in creating an united identity, forge certain physical and moral features, provide codes for behavioral and civic paranaense.

Keywords: Domingos Nascimento. Identity. Paraná

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a algumas pessoas e instituições que fizeram parte, em um momento ou outro, da trajetória desta pesquisa:

A meu orientador, Jérri Roberto Marin, cuja dedicação, sabedoria e competência foram essenciais para a execução deste trabalho, por acreditar no potencial desta pesquisa quando ainda era um projeto e, principalmente, por mostrar que disciplina e organização não fazem mal a ninguém.

Aos professores Carlos Martins Júnior e Renato Lopes Leite, pelo aceite em ler e criticar esta pesquisa e pelas profícuas contribuições quando de minha qualificação.

A todos os meus familiares, especialmente a minha mãe, Maria Salete, a meu irmão Gustavo e à minha avó, Inês Lorandi. Amo a todos, profundamente.

Aos professores Eudes Fernando Leite, Cláudio Alves Vasconcelos, João Carlos de Souza e Paulo Roberto Cimó Queiroz, pelos momentos especiais vividos nas aulas do mestrado em Dourados.

Ao Cléber, secretário do mestrado, pela prontidão em socorrer-me nos momentos de dúvidas.

À professora Liliane Freitag, pela disposição que mostrou com minha pesquisa e pelas generosas contribuições.

Ao querido Antônio Paulo Benatte, pela torcida e interesse.

Ao amigo Leandro Baller, pelo incentivo, pela leitura e pelas contribuições quando da fase embrionária do projeto.

Aos colegas do mestrado: Saulo, Aline, Ana Maria, Célia, Carlos Barros, Matias, Mércolis, Marcos Túlio, Carlos Pacheco, Priscila, Jean, Joseph e Ademar.

Às meninas de Dourados: Márcia Uliana, Selma Duarte, Gisele Deprá e Carla Conradi.

Aos amigos de Campo Grande: Sarita, Eduardo, Marcos Hanemann, Josi, Alexandre Trubiliano, Fábio Willian, Lenita e Bruno Tulux.

Às amigas de Curitiba: Luciana, Camila e Isa.

Ao Célio Escher, que disponibilizou, com muita simpatia e carinho, todo seu conhecimento sobre a língua portuguesa.

À Deisi Rizzo, pelas valiosas dicas e incentivo.

A todos os colegas, professores e alunos das escolas Scila Médici e 13 de Maio, de Deodápolis, em Mato Grosso do Sul, pela compreensão quando do difícil período de adaptação para a realização das disciplinas.

À Capes, pelo apoio dado a esta pesquisa através de uma bolsa de estudos.

Aos funcionários do CEPEDAL, Centro de Documentação da América Latina da UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon.

Aos funcionários e aos estagiários da Biblioteca Pública do Paraná, em especial do Setor de Documentação Paranaense.

Aos funcionários da Casa da Memória de Curitiba.

Às funcionárias do Arquivo Público do Estado do Paraná.

Ao senhor Arnóbio Pereira Santana, responsável pelo Arquivo Geral da 9ª. Região Militar, em Campo Grande.

Finalmente, e de maneira muito especial, a meu colega de mestrado e companheiro de todas as horas, Bruno Torquato, pelas essenciais contribuições, pelo apoio e carinho. Sem você, esta pesquisa seria no mínimo incompleta e eu, muito menos feliz.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

I – ASPECTOS BIOGRÁFICOS E PRINCIPAIS INFLUÊNCIAS DE DOMINGOS NASCIMENTO 22

1.1 DOMINGOS NASCIMENTO: O MILITAR 24

1.2: DOMINGOS NASCIMENTO: O DEPUTADO REPUBLICANO 43

1.3: DOMINGOS NASCIMENTO: O POETA SIMBOLISTA 55

II – DESVENDANDO O PARANÁ: O ROTEIRO DE UMA VIAGEM PELO INTERIOR DO ESTADO 67

2.1 OS OLHARES DICOTÔMICOS SOBRE A NATUREZA DO PARANÁ 70

2.2 POTENCIALIDADES ECONÔMICAS DA NATUREZA DO PARANÁ 84

III – O PARANÁ DESCOBERTO: A DIFÍCIL TAREFA DE CONSTRUIR A IDENTIDADE PARANAENSE 100

3.1: DESORDEM, IRRACIONALIDADE E INCIVILIZAÇÃO: O ENCONTRO COM A REALIDADE PARANAENSE 102

3.2: UMA FRUSTRANTE CONSTATAÇÃO: O PARANÁ NÃO É CURITIBA! 118

IV – O PARANÁ PROJETADO: O FORJAMENTO DE INDIVÍDUOS IDEAIS 131

4.1 O PARANÁ ORGÂNICO: CORPOS PREPARADOS PARA O FUTURO 133

3.2 O PARANÁ HEROICIZADO: JÚLIO DE CASTILHOS E VICENTE MACHADO 155

CONSIDERAÇÕES FINAIS 171

REFERÊNCIAS 175

INTRODUÇÃO

No segundo turno das eleições para o Executivo paranaense realizadas em 29 de outubro de 2006, disputavam o governo do Estado dois grupos antagônicos. De um lado, a coligação “Paraná de Verdade”, encabeçada por PDT (Partido Democrata Trabalhista), PP (Partido Progressista) e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), que tinha como candidato o ex-senador Osmar Dias. Do outro, o PMDB (Partido da Mobilização Democrática Brasileira), que buscava a reeleição de Roberto Requião. As disputas eleitorais foram bastante acirradas, com uma diferença de menos de 230.000 votos a favor de Requião no primeiro turno. No segundo turno, essa diferença diminuiu ainda mais, cerca de 10.000 votos separaram o então governador e Osmar Dias do Palácio Iguazu, sede do Executivo estadual.

No dia 1º de janeiro de 2007, em seu discurso de posse, Roberto Requião destacou as dificuldades daquele pleito, as falcatruas utilizadas pela imprensa para manchar seu nome e as atitudes questionáveis de seus adversários, que, segundo ele: “[...] *não demonstraram nenhuma cordialidade, fizeram de tudo para que fôssemos esmagados, liquidados. Discursavam com gosto de sangue na boca, com punhal entre dentes.*”¹

Requião falou sobre o preço abusivo dos pedágios nas rodovias paranaenses, da privatização do Banestado (Banco do Estado S.A.), do sucateamento da Copel (Companhia

¹ MELLO E SILVA, Roberto Requião de. “Data: 01/01/2007 – Íntegra do discurso de posse do governador Roberto Requião”. In: <www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyd=25322>. Acesso em: 8 maio 2009. Todas as citações de Roberto Requião aqui dispostas foram retiradas deste documento, sendo desnecessária a repetição da referência nos demais momentos que dele fizer uso.

Paranaense de Energia) e do sucateamento da Sanepar (Companhia de Saneamento do Paraná), problemas os quais afirmou ter herdado de seu antecessor, Jaime Lerner e contra os quais dizia ter lutado incessantemente durante seu mandato anterior. Também negou ser um político centrista, enfatizando, mais de uma vez, seus posicionamentos políticos esquerdistas. Defendeu o presidente venezuelano Hugo Chavez, o boliviano Evo Morales e Rafael Correa, do Equador. Criticou boa parte da imprensa paranaense, sua habitual oponente, assim como o governo norte-americano, o FMI (Fundo Monetário Internacional), a direita neoliberal e as empresas multinacionais, que, para ele, atuavam de forma monopolista e à favor do mercado.

Naquele momento, com todos os focos de atenção voltados para si, o governador eleito estabeleceu distinções entre os seus opositores (os direitistas, privatistas e neoliberais) e o seu grupo (os esquerdistas e preocupados com o social). Para ele:

O que muitos companheiros, Secretários de Estado, Diretores de Empresas, gente do primeiro, do segundo escalão, dirigentes do Partido não entendem é que dois lados muito claros e distintos opuseram-se nesta eleição. Provavelmente, nunca em uma eleição paranaense esse antagonismo deu-se tão evidente.

Assim sendo, o “nós” foi delimitado e segregado dos “outros”, de modo dicotômico e maniqueísta. De seu lado Requião dispôs os mais pobres, os oprimidos, os trabalhadores assalariados, os pequenos empresários, os agricultores familiares, os que necessitavam de políticas públicas: escolas, hospitais, estradas sem pedágio, empregos, impostos mais baixos, microcrédito. Deste lado estava também a transparência, a austeridade, o trabalho verdadeiro, o interesse pelo povo paranaense, enfim, deste lado estava o próprio Paraná. Para ele: *“Afiml temos um lado. O lado da solidariedade, da generosidade. O lado do povo. O lado esquerdo do peito”*.

Concomitantemente, do lado oposto ao seu, o governador considerava que estavam os conspiradores, os mentirosos, os arrogantes, os dominantes, *“essa gente do mercado”*, os que sentiam *“urticária”* ao ouvir falar a palavra povo: *“[...] os que sempiternamente viveram do sangue, do suor, da miséria, da exploração do **povo**. Os que excluem, esmagam, discriminam, ofendem e humilham o **povo**. Os que enganam e manipulam o **povo**.”* (grifos do autor). Em seu discurso de posse, Roberto Requião conferiu sentido, delegou predicados, determinou ontologicamente, delimitou quais eram seus oponentes e concomitantemente delimitou seu grupo. Acima de tudo, ele atribuiu identidades tanto ao “nós” quanto ao “outro”.

“Identidade”. Esse foi, indiretamente, o cerne do discurso de Roberto Requião em 2007. Ele pretendia identificar seus opositores, ele mesmo, o Paraná e os paranaenses. Ao retratar o modo como aquela disputa política havia acontecido, identificou quais seus contrários e o modo como eles atuavam. Também identificou a si mesmo e a seu grupo, como pessoas preocupadas com o povo. Ele afastou seus oponentes de qualquer identificação com o Estado e com os paranaenses. Segundo ele, os habitantes do Paraná não poderiam ser, de forma alguma, comparados ao grupo “corrupto” e “egoísta” que lhe fazia oposição. Para ele, o Paraná não era assim, não era formado por pessoas corrompidas, hipócritas e sem preocupações com seu futuro e com o progresso paranaense. Esses políticos “do outro grupo” não eram paranaenses de fato, pois atendiam a interesses escusos ao Paraná.

A tentativa de construção de uma identidade paranaense, com a busca por uma imaginada essência e com a atribuição de qualidades ao Estado tem diversas facetas. Essa tentativa fez parte das preocupações de um grupo de pessoas engajadas em construir, “resgatar” e reforçar uma determinada memória e identidade sobre o Paraná – grupo de pessoas que envolve desde Nestor Victor², passa por Romário Martins³, por David Carneiro⁴, por Wilson Martins⁵, por Altiva Pilatti Balhana⁶, por Ruy Christovan Wachowicz⁷ e chega a tantos outros, pertencentes a uma tradição intelectual ligada historiograficamente à escola metódica ou mais comumente chamada positivismo.

Essas preocupações identificatórias também já estiveram presentes em outras formas de linguagem, como, por exemplo, em algumas músicas. A mais conhecida delas é, com certeza, o *blues* “Bicho do Paraná”, de João Lopes, escrito entre o final da década de 1970 e início da de 1980. A letra trata da vontade do indivíduo em voltar à terra natal, de uma falta de adaptação às práticas não-paranaenses, bem como da saudade da terra fértil, dos encantos e das possibilidades paranaenses. Diz a música: “*Seu motorista, toque o*

² VICTOR, Nestor. *A terra do futuro: impressões do Paraná*. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1996.

³ MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995. _____. *Terra e gente do Paraná*. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995.

⁴ Dentre os principais: CARNEIRO, David. *O Paraná e a Revolução Federalista*. Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte: Indústria Gráfica Gonçalves, 1982. _____. *Cerco da Lapa e seus heróis: antecedentes e conseqüências da Revolução Federalista no Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004. _____. *Gomes Carneiro e a consolidação da República*. Curitiba: edição do autor, s/data. _____. *História do período provincial do Paraná: galeria de presidentes da Província*. Curitiba: Editora Banestado, 1994. _____. *O Paraná na história militar do Brasil*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

⁵ MARTINS, Wilson. *Um Brasil diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, s/data.

⁶ BALHANA, Altiva Pilatti. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969.

⁷ WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1988.

carro/ Me tire desse lugar/ Me leve logo motorista/ Pro outro lado de lá/ [...] Eu não sou gato de Ipanema/Sou bicho do Paraná”.

A canção “Povo do Paraná”, do grupo musical San Francisco, tem também como tema central a saudade do Paraná e trata de uma volta, de um desejo de retorno, criando assim imagens míticas das terras deixadas: *“Ai ai ai, o possante cria assas / Numa ansiedade louca pra chegar / E ver tanta gente bonita / As paisagens mais lindas / Do meu Paraná / E ver tanta gente bonita / Todos num sorriso, a bailar, a bailar.”* A música cria uma imagem do Paraná (lugar bom, de alegria e de beleza) e dos paranaenses (gente bonita, risonha, alegre e festeira) e, concomitantemente, diferencia esse espaço/população de outros espaços/populações, em contraposição, lugares esses de gente e de paisagens feias e tristes.

Em “Meu Paraná”, o grupo de reggae curitibano Nação Erê convoca os paranaenses a viverem sua *paranidade*, através da louvação à natureza do Estado, dos pássaros, do sol, das águas: *“Vem pra curió cantar / Vem pra Gralha Azul também / Vai saber se o sol vai brilhar sobre a cultura dos homens de bem/ [...] Meu Paraná / Esse caminho que o reggae tem / Meu Paraná / Força positiva muito mais além / Meu Paraná / Vem pro caminho você também.”* Viver desse modo paranaense, ou seja, em paz, com Jah (Deus) no coração, protegendo a natureza, é a “força positiva” que diferenciaria o Paraná de outros locais.

Também em alguns programas televisivos, a identidade paranaense já foi figura de proa. Nas décadas de 1980 e 1990, a TV Paranaense, filiada à Rede Globo, exibiu alguns curtos programas que duravam cerca de 30 segundos e que homenageavam personalidades que tivessem contribuído para o reconhecimento do Estado do Paraná em âmbito nacional. Eram os chamados “Bichos do Paraná”, figuras de áreas diversas (artes, ciências, esportes) que se diziam orgulhosos de serem paraenses e que assim davam uma cara ao Estado, personificavam o que ele tinha de melhor, ou seja, pessoas empenhadas em seu futuro. Atualmente, o mesmo canal apresenta o programa “Meu Paraná”, que, semanalmente, apresenta temas relacionados ao Paraná: uma cidade, um ponto turístico, uma pessoa, uma instituição, entre outros, cujo intuito é fazer os paranaenses conhecerem seu Estado e, assim, passar a valorizá-lo mais. As alusões ao Paraná aparecem ou apareceram em muitos outros programas ou em anúncios comerciais, sendo impossível a todos analisar.

O importante é notar, como base em todos esses exemplos, que as tentativas de construção de identidade perpassam vários discursos, nas mais diferentes linguagens, em diferentes contextos e períodos históricos. Para Stuart Hall, uma Nação, ou qualquer outro espaço geográfico e político, pode ser alvo de intensas e de variadas representações, cada

qual atuando de um modo específico e sob determinados aspectos. Assim, não há a possibilidade de uma identidade cultural unificada, pois existem diferenças no interior da Nação que os variados discursos fazem transparecer com maior nitidez. Sendo assim: “*As identidades nacionais não subordinam todas as outras formas de diferença e não estão livres do jogo de poder, de divisões e contradições internas, de lealdades e de diferenças sobrepostas.*”⁸ Não foi somente o governador Roberto Requião que pretendeu construir uma imagem do Paraná, fornecer-lhe uma feição, um som, enfim, instituir-lhe uma identidade. Essas intenções vêm de longe e se traduzem em diferentes formas. A delimitação identitária pode ser compreendida, nesse sentido, como uma construção histórica ilimitada, sendo infinitas as possibilidades de atribuição de sentidos e de significados a uma dada comunidade. O Estado Nacional passa, assim, a ser foco privilegiado e contínuo de invenções, de reelaborações e de disputas discursivas, e, em cada discurso, passa a ser visto e inventado de diferentes formas.⁹

Para Bourdieu, por exemplo, apesar dessa profusão de tentativas e de projetos de delimitação de identidade, de enunciação do que o Estado Nacional, ou uma região qualquer, é ou deveria ser, há uma grande diferença entre esses vários discursos, qual seja, o capital simbólico que possuem, isto é: “[...] *o reconhecimento, institucionalizado ou não, que recebem de um grupo: a imposição simbólica, esta espécie de eficácia mágica que a ordem ou a palavra de ordem, [...] pretendem exercer [...].*”¹⁰ Bourdieu, além de confirmar as diferenças entre os discursos, também afirma que eles são vistos de modos diferentes dados os valores maiores ou menores atribuídos a seus autores, pela posição social que ocupam, pelo reconhecimento e pela legitimação dessas pessoas entre os receptores do discurso, enfim, a identidade proposta pelo discurso terá um grau maior de aceitação quanto maior for a aceitação do autor.

Esta dissertação trata de uma dessas intenções de atribuir identidade ao Estado do Paraná e aos seus habitantes, especificamente as intenções de Domingos Virgílio do Nascimento em relação a sua terra natal e a seus conterrâneos. Esse autor nasceu no litoral paranaense, na segunda metade do século XIX e viveu seu auge profissional entre a passagem desse para o século XX. Foi, em sua trajetória, militar, poeta, republicano, político, enfim, um homem multifacetado e atuante em vários campos. Ele escreveu e refletiu sobre o Paraná, sobre as possibilidades econômicas, o meio natural, as pessoas, as

⁸ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 65.

⁹ HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p. 102.

¹⁰ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1998. p. 60.

práticas e os quotidianos, os aspectos geográficos, entre outros. O objetivo desta pesquisa é justamente analisar esse conjunto de representações, tendo como ponto central focar seus discursos e seus projetos para forjar uma determinada identidade ao Paraná e aos paranaenses.

Possuindo como suporte esse objetivo, muitos questionamentos podem e devem ser feitos às fontes, como, por exemplo: o que pensava Domingos Nascimento sobre o Estado do Paraná? Por que essas reflexões se remetiam a determinados aspectos e não a outros? Quais são suas intenções e planos em relação aos paranaenses? Quais são as influências, sejam elas políticas, filosóficas ou ideológicas, que permeiam seu imaginário? Qual é o contexto vivenciado por ele, e principalmente, quais são as interferências desse contexto em seu discurso? Essas são algumas das problemáticas que, *a priori*, envolvem e conduzem o trabalho. Nas páginas desta dissertação se fará uma tentativa de responder a todos esses questionamentos.

Serão utilizadas, como fontes, obras de Domingos Nascimento publicadas entre os anos de 1895 e 1914, e, de modo mais efetivo, aquelas de caráter não-ficcional. Também se fará uso de algumas de suas poesias publicadas de modo esparso em livros, em jornais e em revistas literárias dessa mesma época. Apesar de considerar que a ficção também fornece suporte para o entendimento de suas tentativas identificatórias, foi deixada de lado a obra “Em Caserna”¹¹, coletânea de contos ficcionais – isso porque ela parece destoar do conjunto geral de fontes, que minimamente formam uma sequência coesa para a análise, mesmo que cada uma dessas obras tenha sido escrita com objetivos e temáticas diferentes e em situações peculiares.

Por exemplo, em “O Sul”¹², escrita em 1895, portanto, no término da Revolução Federalista, Domingos Nascimento faz uma espécie de homenagem ao republicano gaúcho Júlio de Castilhos. Esse livro traz os principais acontecimentos dessa Revolução, desde o início dos embates no Rio Grande do Sul, passando pela aliança entre os maragatos e os revoltosos da Armada do Rio de Janeiro, até os conflitos que se passaram em solo paranaense, quando do Cerco da Lapa. Domingos Nascimento atuou como tenente-coronel comissionado em um dos batalhões patrióticos aliados aos republicanos castilhistas na defesa de Paranaguá. Domingos Nascimento caracterizará a Revolução Federalista como algo maléfico tanto para o Rio Grande do Sul como também para o desenvolvimento do Paraná. O Autor¹³ irá defender a ação castilhista como um modelo político de organização

¹¹ Essa obra não possui referências completas e existe exemplar na Biblioteca Pública do Paraná.

¹² NASCIMENTO, Domingos. *O sul*. Curitiba: Typografia d’A República, 1895.

¹³ Quando me referir a Domingos Nascimento, redigirei a palavra autor em letra maiúscula.

do Estado a ser seguido pelos paranaenses, especialmente por seu caráter autoritário. Assim, vê-se o uso de um outro, não paranaense, o positivista Castilhos, para revelar o modo como os habitantes do Paraná deveriam ser. É essa busca por um modelo de identidade aos paranaenses o cerne do debate em relação à citada obra. Ou seja, Júlio de Castilhos, é utilizado por Domingos Nascimento como um paradigma a ser seguido por seus conterrâneos, para a formação de uma sociedade justa, combativa, una e nacionalista.

Em “Pelo Dever”¹⁴, a intenção é perceber a ciência praticada pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina como um modelo a ser utilizado pelos paranaenses, ou seja, o comprometimento com as verdades incontestáveis, com a razão e a cientificidade. Essa é uma obra bastante curta, pois trata-se do discurso de posse de Nascimento na instituição catarinense. Assim, a todo o momento, o Autor irá recorrer ao modo como os intelectuais dos dois Estados deveriam se empenhar na propagação do conhecimento científico para a construção de uma sociedade mais racional e ordeira.

Na sequência das publicações está a obra “Pela Fronteira”¹⁵, escrita em 1903, que é a descrição de uma viagem realizada por Domingos Nascimento entre Curitiba e Foz do Iguaçu. A serviço do Exército brasileiro, o Autor percorreu a região, quando tomou conhecimento da situação das Colônias Militares da foz do Rio Iguaçu, de Chopim e de Chapecó. Essa obra, resultante de uma série de anotações do Autor durante o percurso, foi apresentada em um concurso realizado pela Sociedade Estadual de Agricultura durante a Exposição Paranaense de 1903, da qual foi premiada como melhor trabalho monográfico.

A análise pautou-se nas representações de Domingos Nascimento sobre a natureza e os homens paranaenses, em seus projetos para o desenvolvimento econômico, para a nacionalização da fronteira Oeste e, enfim, no desejo de criação de uma identidade homogênea ao Paraná. Para Nascimento, o Paraná seria um Estado superior aos demais, ao qual estaria reservado um futuro glorioso.

Esta fonte é de grande importância para a pesquisa, pois é nela que Nascimento irá expor mais nitidamente suas concepções a respeito do Paraná. Aliás, essa viagem, da qual se originou o livro, foi de extrema importância para o restante de sua produção. Seus textos passaram a refletir acerca dos problemas que encontrou, tais como a frágil economia paranaense (pautada, quase que exclusivamente, na extração de erva-mate e de madeiras nativas), a necessidade de industrialização e a importância de adotar práticas agrícolas mais racionais.

¹⁴ NASCIMENTO, Domingos. *Pelo dever*: discurso de iniciação no Instituto Histórico e Geographico de Santa Catarina. Curitiba: Livraria Moderna, 1902.

¹⁵ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curytiba: Typografia d’A República, 1903.

A quarta fonte é “O Homem Forte”¹⁶, publicada sob os auspícios do governo do Estado. O objetivo de Nascimento é apresentar à sociedade paranaense, em especial às escolas, alguns esportes que deveriam ser praticados em nome de uma boa postura corporal e, por consequência, para a manutenção da higienização física e moral dos indivíduos. A preocupação é construir uma sociedade composta por indivíduos sóbrios, laboriosos, equilibrados, corretos, moralizados, por meio das atividades físicas. Desta forma, o vigor físico passa a ser, para Domingos Nascimento, sinônimo de um Estado-Nação forte, soberano, ligado à racionalidade, higienizado, civilizado e progressista. O corpo é importante, pois fundamenta o Estado-Nação. O Paraná e o Brasil, de um modo geral, deveriam ser corporalmente fortes para garantirem a prosperidade e a soberania frente a outros países.

Percebe-se, nessa fonte, a tentativa de identificar o paranaense a um ideal de corpo esteticamente perfeito. O Autor pretendia estimular o desejo da prática de esportes como uma forma de crescimento cívico, ou seja, para a defesa de seu território. Nascimento analisa quatro esportes que, em sua opinião, auxiliariam na criação do homem e da sociedade paranaense ideal: a ginástica doméstica, para o aumento da robustez corporal, a natação para desenvolver a coragem, a esgrima e o tiro ao alvo para a defesa da honra.

Outra obra importante é “Flora Têxtil do Paraná”¹⁷, cujo objetivo é defender o uso das plantas que poderiam ser utilizadas pela indústria têxtil paranaense. Essa obra tinha, portanto, o foco de incentivar o governo a auxiliar os produtores de banana do litoral, à extração de fibras têxteis e também para que houvesse uma maior conscientização quanto ao trabalho racional sobre o uso da terra. Assim, Nascimento irá apresentar as potencialidades do Paraná, sobretudo em relação às matérias-primas que permitiriam o desenvolvimento industrial. Para tal, era necessário conscientizar o governo estadual e os paranaenses sobre a importância do trabalho. Ele destaca a pujança da natureza paranaense, e os esforços racionais para que fosse conquistado um futuro glorioso.

Na obra “A Hulha Branca no Paraná”¹⁸, o Autor propõe-se, entre outras coisas, a revelar as potencialidades dos recursos naturais do Paraná no que tange, principalmente, ao uso das quedas da água para o fornecimento de energia hidráulica para as indústrias. Deste modo, buscava relacionar a terra paranaense à concepção de riqueza e de opulência econômica, através, sobretudo, do meio natural que possuía. O Paraná é visto e

¹⁶ NASCIMENTO, Domingos. *O homem forte: ginástica doméstica, natação, esgrima e tiro ao alvo*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1905.

¹⁷ NASCIMENTO, Domingos. *Flora têxtil do Paraná*. Curitiba: Livraria Econômica, 1908.

¹⁸ NASCIMENTO, Domingos. *A hulha branca no Paraná*. Rio de Janeiro: Turnauer & Cia, 1914.

identificado como um lugar de riqueza e de natureza pródiga. Fica evidente a preocupação com o caráter científico das inovações tecnológicas, o que se explica pelos desenhos e pelas fotografias de maquinários e de instrumentos de transformação de energia, uma de suas preocupações mais recorrentes.

Por fim, destaca-se a obra “Dr. Vicente Machado”¹⁹, obra que Domingos Nascimento escreveu em conjunto com outros intelectuais paranaenses, tais como Nestor de Castro, Sebastião Paraná, João Pernetta e Romário Martins. Tratava-se de uma homenagem ao presidente do Paraná, Vicente Machado, com quem Nascimento compartilhava algumas concepções, como o combate aos federalistas gaúchos e a participação no Partido Republicano Paranaense, por exemplo. Coube a Domingos Nascimento escrever o primeiro capítulo, intitulado “O cidadão”, em que retratava a importância de Vicente Machado para o Paraná, inclusive apontando-o como exemplo a ser seguido pelos paranaenses, por ser considerado intelectualizado, trabalhador, fisicamente robusto, racional e científico. Assim, o que se observará é a intenção de criar um paranaense modelado em Vicente Machado. Essa foi sua última incursão literária publicada, já que faleceu no ano seguinte.

Cabe destacar que as atividades de Domingos Nascimento enquanto jornalista não serão aqui esmiuçadas com rigor, isso devido à escassez de artigos de sua autoria publicados em jornais e, também, quanto à inexistência de jornais de sua própria autoria, que infelizmente não foram armazenados nos arquivos e nas bibliotecas visitados durante a produção desta dissertação.²⁰ A falta de documentos mais substanciais acabou por impedir reflexões mais aguçadas sobre essa atividade, que o Autor também exerceu em sua trajetória de vida.

Os resultados da pesquisa serão apresentados em quatro capítulos. Cada um apresenta temáticas diferentes e que, em conjunto, têm o objetivo de analisar a diversidade de assuntos explorados por Domingos Nascimento em suas obras, e foram agrupados em temáticas comuns.

No primeiro capítulo, intitulado “*Aspectos biográficos e principais influências de Domingos Nascimento*”, é feita uma análise do contexto geral vivenciado pelo Autor paranaense, especificamente os anos finais do século XIX e os anos iniciais do século XX. A intenção é verificar como o contexto do Autor influenciava sua produção, tendo em vista o alvorecer da República, a presença do positivismo, o movimento simbolista, a

¹⁹ NASCIMENTO, Domingos. “O cidadão” In: NASCIMENTO, Domingos et alii. *Dr. Vicente Machado: estudo social e político*. Curitiba: Livraria Econômica, s/ data.

²⁰ Domingos Nascimento publicou, como jornalista, as publicações: “*Folha Nova*”, de 1893, “*A Tarde*”, em 1897 e “*A Notícia*”, em 1905, os três de vida muito efêmera.

industrialização, enfim, aspectos que serão esmiuçados como forma de entender as influências de Nascimento. A intenção é apresentar aos leitores um breve panorama da vida do Autor, sua trajetória, suas realizações e suas atividades. Para tanto, serão utilizados vários autores que se referiram a Nascimento, sendo eles contemporâneos seus ou não. Esse capítulo está dividido em três subtítulos, quais sejam: “*Domingos Nascimento: o Militar*”, “*Domingos Nascimento: o deputado republicano*” e “*Domingos Nascimento: o literato simbolista*”. Essas subdivisões foram necessárias para que, minimamente, se pudesse dar conta de toda a trajetória e que se abarcassem as experiências de Domingos Nascimento. Nesse capítulo utilizo como fontes, além de suas obras, Boletins do Exército, Relatórios e Mensagens da Presidência do Paraná e publicações jornalísticas.

O segundo capítulo, intitulado “*Desvendando o Paraná: o roteiro de uma viagem pelo interior do Estado*”, enfoca como Domingos Nascimento representava sua terra natal através, principalmente, de seu território e meio natural, especialmente quanto às potencialidades econômicas oriundas de suas características territoriais e naturais. Discutir-se-ão as paradoxais atribuições dadas à natureza paranaense, ora vista como elemento positivo, ora vista de modo negativo. Na sequência, o objetivo é mostrar como a natureza oferecia riquezas comerciais que poderiam ser retiradas e usufruídas pelos paranaenses, das quais também deveriam se orgulhar, característica esta que também faria parte da identidade paranaense. Haverá, assim, o forjamento de uma identidade ligada ao meio natural, às riquezas e às possibilidades econômicas dele advindas. Por conta dessas problemáticas, esse capítulo foi dividido em outros dois subtítulos: “*Os olhares dicotômicos da natureza do Paraná*” e “*Potencialidades econômicas da natureza do Paraná*”.

O terceiro capítulo, intitulado “*O Paraná descoberto: a difícil tarefa de construir a identidade paranaense*”, foi subdividido em “*Desordem, irracionalidade e incivilização: o encontro com a realidade paranaense*” e “*Uma frustrante constatação: o Paraná não é Curitiba!*”. Nesses subtítulos, o enfoque será dado no sentido de evidenciar que as intenções de Domingos Nascimento em construir uma identidade ao Paraná e aos paranaenses ficava dificultada em relação à realidade por ele vista e experimentada, ou seja, margeada por aspectos pouco desejados, como insalubridade, irracionalidade, falta de ordem e de comprometimento dos governantes e da população para com o futuro do Paraná.

No quarto capítulo, sob o título de “*O Paraná projetado: o forjamento de indivíduos ideais*”, a intenção é entender como Domingos Nascimento, impulsionado pelo

cenário desanimador visto no interior Paraná, pretendia reformar essa sociedade através do incentivo à prática de esportes, que, por sua vez, contribuiria para a obtenção de homens corporalmente fortes e preparados para a defesa do território nacional. Assim, no subitem “*Paraná orgânico: corpos projetados para o futuro*”, perceber-se-á que havia a necessidade de se instaurar uma consciência corporal ao Paraná e ao paranaense através da instituição de práticas esportivas no cotidiano dos indivíduos. E em “*O Paraná heroicizado: Júlio de Castilhos e Vicente Machado*” se verificará que essa reformulação da sociedade paranaense, almejada por Domingos Nascimento, ainda passava pelos modelos de conduta percebidos pelo Autor em relação a Júlio de Castilhos e a Vicente Machado.

I– ASPECTOS BIOGRÁFICOS E PRINCIPAIS INFLUÊNCIAS DE DOMINGOS NASCIMENTO

Neste primeiro capítulo, o objetivo da pesquisa encontra-se essencialmente em tentar entender como o contexto vivenciado por Domingos Nascimento teria ou acabou por influenciar sua trajetória como escritor e intelectual.

A intenção é, portanto, refletir sobre suas experiências de vida, suas escolhas e preferências no que tange a algumas de suas atividades principais, como, por exemplo, sua vida militar, sua breve mas agitada carreira política e sua inserção na vida literária através do movimento simbolista. Esses três aspectos – militar, político e literário – da vida de Domingos Nascimento serão aqui discutidos, para que se possibilite ter uma visão mais ampla e abrangente das experimentações vividas pelo Autor paranaense que teriam dado suporte para sua escrita e às concepções filosóficas e políticas que se fazem notar em suas obras.

Temporalmente haverá um recuo à juventude de Domingos Nascimento, como forma de assim mapear algumas de suas experiências e assim tentar entender qual a situação vivenciada por sua família, onde e em que circunstâncias teria realizado seus primeiros estudos. Essas observações dos primeiros anos de Nascimento, mesmo com o reduzido número de informações a respeito, permitem entender sua inserção na vida militar.

Quanto a esta, será interessante notar como se deram seus primeiros anos como aluno da Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro e seu envolvimento, por conta das circunstâncias lá vivenciadas, com o positivismo comteano, bem como com

outras concepções filosóficas então em voga, a exemplo do darwinismo e do evolucionismo. Terão destaque também as relações estabelecidas por ele com os republicanos castilhistas no Rio Grande do Sul, quando do período lá vivido, bem como seus deslocamentos por diversas localidades a fim de servir a sua corporação militar.

Na sequência serão observadas suas atividades no campo da política. Surgem, nessa análise, possibilidades de reflexões sobre concepções de Nascimento em relação à organização social que deveria ser adotada e sua perspectiva sobre a democracia e a participação popular na política brasileira, e, por consequência, paranaense. Para essa reflexão serão utilizados, como fontes, documentos de caráter jornalístico, especialmente registros dos jornais “*A República*” e “*Diário da Tarde*”, bem como outros de caráter oficial como as Constituições do Estado do Paraná dos primeiros anos da República no Brasil. Os documentos sobre as atividades políticas de Domingos Nascimento são bastante limitados, restringindo-se quase somente a algumas notas jornalísticas e um ou outro comentário em livros de seus contemporâneos. Cabe ressaltar que seus projetos, seus discursos e qualquer outro tipo de material foram perdidos em um incêndio ocorrido em 1995 na Assembleia Legislativa do Paraná.

Por fim, ganham foco suas atividades como poeta e literato, especialmente por conta de seu engajamento e ativa participação no chamado movimento simbolista. Entender como Domingos Nascimento se inseriu nesse grupo permite à reflexão partir também para a observação de sua face mais subjetiva e artística. Serão analisadas algumas de suas poesias alocadas em jornais e revistas literárias da época, tendo como base a imbricação destas com as percepções e os anseios do grupo literário e artístico do qual fazia parte.

1.1 Domingos Nascimento: o militar

Era um cadete da Escola Militar, com a sua farda azul-turquesa, talim e sabre de praça de pré. Os cadetes da escola militar formavam a falange sagrada. Tinham todos os privilégios e todos os direitos; precediam ministros nas entrevistas com o ditador e abusavam dessa situação para oprimir e vexar a cidade inteira.

(Lima Barreto, *Triste fim de Policarpo Quaresma*)

Em 31 de maio do ano de 1863 nasceu, na Freguesia de Guaraqueçaba, litoral paranaense, localizada entre o Atlântico e a Serra do Mar, Domingos Virgílio do Nascimento, rebento varão do pescador lusitano Francisco Luiz do Nascimento e da dona de casa de origem guarani, Antônia Luiza Martins do Nascimento.

A localidade de Guaraqueçaba havia se formado primeiramente por grupos de aventureiros portugueses que, no século XVI, buscavam ouro de aluvião na região. No século XIX, teve continuidade seu processo de povoamento, mas agora com a presença de outros grupos de imigrantes europeus, especialmente poloneses e alemães. Em 1854 foi alçada à categoria de freguesia, pertencente a Paranaguá, e sua emancipação deu-se em 1880. No ano de 1938 voltou a ser anexada a Paranaguá como distrito e, finalmente, em 1947 teve sua autonomia restaurada. Na década de 1860, Guaraqueçaba contava com pouco mais de 4.000 habitantes,¹ que tinham como principal fonte de renda o cultivo de mandioca para a produção de farinha, também café, cana-de-açúcar, a extração de palmito, a pesca marítima, especialmente de peixes como manjuba e sardinha e de moluscos, como ostras, bergigões, bacurus e suruns.²

De acordo com Nestor Vitor, em 1913, Guaraqueçaba constituía-se em uma vila: “[...] *que pouco progride, mas apenas por falta de boas comunicações. É de uma grande riqueza de madeiras. Têm minas de antimônio, gesso, etc.*”, inclusive: “*Exporta arroz e a maior parte da banana que passa pelo porto de Paranaguá. Na antiga Colônia de Superagüi que fica no seu município, fabrica-se vinho e produz-se bastante café*”, tanto que: “*Na exposição de 1908 figurou com amostras de areia para vidro, com argilas, inclusive o caulim.*”³

¹ RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná na abertura da 1ª sessão da 9ª legislatura pelo presidente o illustríssimo e excellentíssimo Sr. Dr. Antonio Luiz Affonso de Carvalho no dia 15 de fevereiro de 1870. Curitiba: Typografia de Candido Martins Lopes, 1870. s/pg.

² ALVAR, Júlio; ALVAR, Janice. *Guaraqueçaba: mar e mato*. Curitiba: UFPR, 1975. p. 3.

³ VICTOR, Nestor. *A terra do futuro: impressões do Paraná*. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1996. p. 33.

Segundo consta nas listas de votantes da Freguesia de Guaraqueçaba para os anos de 1871⁴ e 1875⁵, Francisco Luiz do Nascimento apresentava uma renda anual de 200 mil-réis. De acordo com a Constituição Imperial outorgada em 1824, poderiam ser considerados eleitores os cidadãos do sexo masculino, brasileiros natos ou estrangeiros naturalizados – como era o caso do pai de Domingos Nascimento – livres, maiores de 25 anos que tivessem renda mínima de 100 mil-réis/ano, não importando se fossem alfabetizados.⁶

Ficavam excluídos do processo eleitoral brasileiro cerca de dois terços da população: mulheres, escravos, menores de 25 anos e aqueles que ganhavam menos de 100 mil-réis/ano. Para Francisco Iglesias, nas eleições do Império: “[...] *mesmo sem a exclusão do analfabeto, a nação em sua quase totalidade está fora do jogo.*”⁷ Não bastava, contudo, estar incluso na lista de votantes. As eleições eram realizadas de modo indireto, ou seja, nas assembléias paroquiais reuniam-se todos os listados e esse conjunto de cidadãos escolhia, nas chamadas eleições primárias, os eleitores que de fato votariam nos representantes legislativos da Nação e da Província nas eleições secundárias.⁸ Francisco Luiz do Nascimento foi classificado, nas listas, como simples votante, ou seja, a parte que lhe cabia nas eleições não ia além de escolher os eleitores das secundárias.⁹

Cabe ressaltar que há probabilidade de que Francisco Luiz do Nascimento, de fato, não tenha participado sequer das eleições primárias, já que ocorriam fraudes durante todo o processo eleitoral e, por conta disso, as estatísticas eleitorais não são muito confiáveis. As práticas fraudulentas davam-se, por exemplo, nos alistamentos dos eleitores, nas votações em si, na apuração e no reconhecimento dos eleitos: “*Eram as eleições ditas a bico de pena. Mas a fraude apenas afetava a representação, reduzindo a sua*

⁴ LISTA Geral da revisão de qualificação da Parochia de Guarakessava para o anno de 1871. Arquivo Público do Estado do Paraná, microfilme 1033, p. 151.

⁵ LISTA Geral da revisão de qualificação da Parochia de Guarakessava para o anno de 1875. Arquivo Público do Paraná, microfilme 1512, p. 44. Já nas eleições de 1880, a renda que lhe é atribuída na lista de votantes é de 500 mil-réis/ano. Sobre esse dado: LISTA Geral dos cidadãos que adquirirão as qualidades de votantes e foram qualificados pela Junta Paroquial de Guarakessava. Paróquia do Senhor Bom Jesus dos perdões no anno de 1880. Arquivo Público do Estado do Paraná, microfilme 1768, p. 238.

⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 30-31.

⁷ IGLESIAS, Francisco. *Constituintes e Constituições brasileiras*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 21.

⁸ Ainda no caso dos senadores, cabia ao Imperador, através do Poder Moderador, nomeá-los através de uma lista tríplice entre os candidatos mais votados. Ver mais em: QUIRINO, Célia Galvão; MONTES, Maria Lúcia. *Constituições brasileiras e cidadania*. São Paulo: Ática, 1987. p. 47.

⁹ De um universo de 576 eleitores simples existentes em Guaraqueçaba no ano de 1875, apenas 10 poderiam participar das eleições secundárias em 1877. Dados obtidos em: LISTA Geral da revisão de qualificação da Parochia de Guarakessava para o anno de 1875. Arquivo Público do Paraná, microfilme 1512, p. 44 e em: RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1877 pelo Presidente da província o excellentissimo Senhor Doutor Adolpho Lamenha Lins. Curityba: Typographia da Viúva Lopes, 1877. p. 12.

autenticidade. Ela não reduzia o número de votantes, podia mesmo aumentá-lo.”¹⁰ Assim, não se pode desconsiderar por completo que o pai de Domingos Nascimento estivesse listado como eleitor apenas para aumentar o número de votantes necessários para privilegiar determinada pessoa ou grupo político.

Para José Murilo de Carvalho, a Constituição Imperial de 1824 não era assim tão excludente como parecia, pois, a seu ver, esse limite de renda de 100 mil-réis não servia como um empecilho para a população brasileira, já que os trabalhadores médios geralmente ganhavam mais do que esse total ao ano.¹¹ É, contudo, opinião desse autor que: “*A participação na política nacional, inclusive nos grandes acontecimentos, era limitada a pequenos grupos. [...] O povo não tinha lugar no sistema político, seja no Império, seja na República.*”¹² Pode-se inferir, com base nas listas de votantes da Província do Paraná, que Francisco Luiz do Nascimento pertencia a essa parcela média da sociedade brasileira que tinha acesso ao voto e que, portanto, poderia, mesmo que minimamente, interferir nos destinos políticos coletivos de seu próprio meio.

Mesmo com uma renda anual que lhe permitia tomar parte em eleições, o pai de Domingos Nascimento não tinha condições de sustentar os estudos do filho. Graças, no entanto, ao irmão mais velho de Domingos Nascimento, Manoel Agostinho do Nascimento, dono de um armazém de secos e molhados em Curitiba, o Autor pôde realizar seus estudos primários em Paranaguá.¹³ Ali, como em qualquer outra escola primária brasileira, por lei, os alunos deveriam ser ensinados a ler, escrever, ter noção das quatro operações matemáticas básicas, além de geometria prática, gramática da língua portuguesa, princípios da moral cristã, e da doutrina da religião católica e outras atividades como, por exemplo, leituras da Constituição do Império e de História do Brasil.¹⁴

¹⁰ CARVALHO, José Murilo de. “Os três povos da República” In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de. (Org.) *A República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001. p. 73.

¹¹ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. pp. 30-31. Para efeito de comparação, a Reforma eleitoral ocorrida em 1881 estabeleceu para os eleitores uma renda mínima de 200 mil-réis ano e ainda impedia o voto dos analfabetos e tornava-o facultativo. Continuou proibido o voto feminino e houve uma ampliação da proibição para os soldados e os membros de ordens religiosas. A partir dessa data, o pai de Domingos Nascimento não poderia mais votar, pois era analfabeto. Segundo José Murilo de Carvalho, a exclusão dos analfabetos era particularmente discriminatória, pois: “*Exigia-se para a cidadania política uma qualidade que só o direito social da educação poderia fornecer e, simultaneamente, desconhecia-se esse direito. Era uma ordem liberal, mas profundamente antidemocrática e resistente a esforços de democratização.*” In: CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 45.

¹² CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 83.

¹³ SELL, Zélia Maria do Nascimento. “Domingos Nascimento, sua vida, sua obra” In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná*. Curitiba: IHGPR, 2007. p. 69.

¹⁴ NISKIER, Arnaldo. *Educação brasileira: 500 anos de história. (1500-2000)*. Rio de Janeiro: Consultor, 1995. p. 122.

De acordo com alguns de seus biógrafos, Nascimento era mesmo dotado “*de grande inteligência, não pode, porém receber instrução mais esmerada, pois lhes faltavam recursos.*”¹⁵ Ressaltar que: “*seus progenitores não dispunham de recursos para ministrar ao filho uma educação mais esmerada, como os dotes de seu brilhante espírito reclamavam.*”¹⁶ Isto porque a escola pública primária de Paranaguá funcionava de maneira muito precária, passava por diversas dificuldades: faltavam materiais, o espaço físico não era adequado, havia períodos em que faltava professor e dificilmente mais de duas dezenas de alunos matriculavam-se por ano e, assim, por vezes corria o risco de ser fechada.

Tal situação não se diferenciava muito do conjunto das escolas primárias existentes em toda a província do Paraná e o mesmo pode-se dizer do contexto brasileiro como um todo. De acordo com Niskier, durante todo o Império a educação nunca foi considerada prioridade. E a estrutura das províncias era muito frágil quanto ao cumprimento de suas obrigações para com a instrução pública, fosse ela primária ou secundária, pois cabia ao governo central unicamente gerir o ensino superior e, também, os ensinos primário e secundário da província do Rio de Janeiro e do Município Neutro. Em consequência disso, predominava, em todo o país, uma deficiência em todo o sistema escolar, que se traduzia, sobremaneira, na: “[...] *falta de prédios adequados para as escolas. As aulas eram ministradas em casas alugadas e, até mesmo nas residências dos professores.*” Assim, o: “[...] *magistério não constituía carreira ambiciosa, em consequência, também, dos baixos ordenados dos professores.*”¹⁷

Ao concluir seus estudos primários, Domingos Nascimento foi enviado para estudar o secundário no Instituto Paranaense, que, na República, passou a ser denominado *Ginásio Paranaense*, o qual é conhecido atualmente como *Colégio Estadual do Paraná*. Esta instituição de ensino foi criada em 1846, nessa época denominada *Liceu de Curitiba* e efetivada, em 1854, como externato de meninos. Ali, deveriam ser ministradas aulas de ciências físicas, matemática, latim, francês, inglês, filosofia, retórica, geografia, história, gramática portuguesa e também noções da língua alemã por conta da grande quantidade de imigrantes dessa nacionalidade presentes no Paraná. No que toca às disciplinas ministradas:

¹⁵ KARAN, Paulo Roberto. *Domingos Virgílio do Nascimento: biografia e antologia*. Curitiba: s/ed., 1995. p. 3.

¹⁶ LEÃO, Ermelino de. “Domingos Nascimento”. In: *Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná* (vol. III) Curitiba: Gráfica Paranaense, 1926. p. 518.

¹⁷ NISKIER, Arnaldo. *Educação brasileira: 500 anos de história. (1500-2000)*. Rio de Janeiro: Consultor, 1995. p. 128.

[...] a visão governamental do elenco de cadeiras a serem ofertadas na instrução secundária, a partir do modelo inicialmente criado no Liceu, refletia a influência da centralização legal [...] conferindo grande peso à cultura e orientações estrangeiras. É comprovante disso, a ênfase dada ao ensino de Latim e das ‘línguas vivas’, que tinham preferências nos planos de ensino e nas aulas avulsas, pelo menos até a década de 1880.¹⁸

Em 1859, o presidente da Província, Francisco Liberato de Mattos, anunciou que, diante das dificuldades em ajustar a estrutura física do prédio atribuído ao Liceu: “[...] e convindo não deixar por mais tempo a mocidade privada de instruir-se nas materias do ensino secundario, foi publicado em 10 de junho [de 1858] o regulamento organizando o ensino do dito estabelecimento, sob o caráter provisorio de externato.”¹⁹

Antes da fundação do Liceu de Curitiba, o ensino secundário na Província do Paraná era unicamente formado por algumas aulas avulsas de francês e latim em Paranaguá²⁰, contudo a precária situação do ensino, mesmo depois da abertura das aulas regulares em Curitiba, não foi alterada, ou seja, o número de meninos matriculados era muito pequeno, o de alunos que efetivamente frequentavam as aulas era menor ainda, faltavam muitos professores e várias cadeiras foram fechadas por conta disso, tanto que, por alguns anos, de 1864 a 1868, as únicas disciplinas ministradas foram o latim, o francês e a matemática. Em 1869, o Liceu perdeu as aulas de matemática também por falta de professor.²¹

Em 1870, reformulações ocorreram no Liceu, que passou a funcionar sob a forma de internato: “[...] no qual recebem instrucção tão elevado número de meninos, grande parte dos quaes pensionistas internos, enviados de diversos pontos da provincia.”²² Nesse período, houve um aumento no número de matrículas. Se antes das reformas estas não passavam de duas dezenas, em 1872, por exemplo, o número de matriculados alcançou cerca de 30 meninos.²³

¹⁸ TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. “Uma instituição de ensino secundário no Brasil Imperial: o Liceu de Curitiba”. In: VECHIA, Ariclê; CAVAZOTTI, Maria Auxiliadora (Orgs.). *A Escola Secundária: L’ enseignement secondaire*. São Paulo: AnneBlume, 2003.

¹⁹ RELATORIO do Presidente da Província do Paraná Francisco Liberato de Mattos na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 7 de janeiro de 1859. Curitiba: Typographia Paranaense de Candido Martins Fontes, 1859. p. 16.

²⁰ RELATORIO do Presidente da província do Paraná o Conselheiro Zacarias de Góes de Vasconcellos na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854. Curitiba: Typographia de Candido Martins Fontes, 1854. p. 20.

²¹ TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREZZA, Maria Luiza. *Cultura e educação no Paraná*. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2001. p. 61.

²² RELATORIO apresentado à Assembléa Legislativa do Paraná na abertura da 1ª sessão da 9ª legislatura pelo presidente o illustrissimo e excellentissimo Sr. Dr. Antonio Luiz Affonso de Carvalho no dia 15 de fevereiro de 1870. Curitiba: Typografia de Candido Martins Lopes, 1870. p. 9.

²³ RELATORIO em que o Exm. Sr. Presidente Dr. Venâncio José de Oliveira Lisboa abriu a 1ª sessão da 10ª Legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1872. Curitiba: Typographia da Viúva e Filhos de G. M. Lopes, 1872. p. 16.

Entre o final da década de 1870 e início de 1880, Domingos Nascimento passou a frequentar as aulas no Instituto. Poucas informações são encontradas a respeito desse período, a não ser o fato de que, em uma reunião realizada pelos professores e pelo Diretor do Instituto, em 18 de setembro de 1880, ficou estabelecida, em ata, uma repreensão contra Domingos Nascimento, por haver arremessado algumas pedras na janela dos fundos do edifício do Instituto. Diante de sua confissão de culpa, ficou estabelecido que, se o episódio viesse a se repetir, o aluno seria expulso e essa punição teria plena publicidade em todos os jornais da Província, com recomendação para ser publicada também nos jornais da Corte.²⁴ Mesmo com essa ameaça de não conseguir concluir o secundário, acabou completando com destaque o curso de humanidades – latim e francês – do Instituto no ano de 1880.²⁵

Nem seu pai nem seu irmão mais velho dispunham de recursos financeiros que lhe garantissem a continuidade dos estudos em uma cidade que possuísse ensino superior – lê-se Rio de Janeiro, Recife, São Paulo e Salvador. Por esta razão, optou pela carreira militar, ingressando no curso preparatório da Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, em 1881. Segundo Boletim do Exército, publicado em março de 1880, nesse ano tiveram “[...] *licença para matricular-se no ano próximo futuro nas aulas do curso preparatório desta Escola, se satisfizerem as exigências regulamentares [...] o paisano Domingos Virgílio do Nascimento.*”²⁶

Cabe aqui uma observação: as informações a respeito da biografia de Nascimento são muito desencontradas. Ermelino de Leão²⁷ afirma, por exemplo, que teria assentado praça em Porto Alegre em 1881, quando, na documentação do Exército, fica estabelecido que teria assentado praça em Curitiba e, na sequência, teria sido encaminhado para o Rio de Janeiro e, somente depois de realizados seus estudos iniciais, pedido transferência para a Escola Militar de Porto Alegre.

No início de 1881, dirigiu-se para a capital do Império, o Rio de Janeiro, que, com seus bondes, ruas movimentadas, lojas requintadas e pessoas sofisticadas, configurava-se como o maior centro urbano brasileiro da época. Por isso não é: “[...] *muito difícil imaginar o impacto que a cidade devia causar sobre os jovens recém-chegados de*

²⁴ STRAUBE, Guido. “Decisões tomadas pelo Conselho literário provincial do Paraná”. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná*. Curitiba: IHGPR, 2007. p. 33-34.

²⁵ BÓIA, Wilson. “Domingos Nascimento: Patrono”. In: HOERNER, Júnior; BÓIA, Wilson; VARGAS, Túlio. *Bibliografia da Academia Paranaense de Letras*. Curitiba: Posigraf, 2001. p. 172.

²⁶ ORDEM do Dia nº1507, de 27 de março de 1880. In: *Boletim do Exército*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880. p. 166-167.

²⁷ LEÃO, Ermelino de. “Domingos Nascimento”. In: *Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná* (vol. III) Curitiba: Gráfica Paranaense, 1926. p. 518.

províncias distantes, onde a vida se desenrolava mais lentamente, compassada por um tempo quase colonial.”²⁸ Assim, o Rio de Janeiro era o oposto de Guaraqueçaba e do que até então Domingos Nascimento tinha visto mesmo em Curitiba, onde assentou praça para inscrever-se no Curso Preparatório da Escola Militar da Praia Vermelha.²⁹

A Escola Militar era uma opção para os jovens cujas famílias eram destituídas de recursos financeiros, já que ali os estudos eram fornecidos de maneira gratuita, além do que, era ofertado alojamento, alimentação, parte dos uniformes e um soldo de 3\$100 mensais para os *praças de pré*, como eram chamados os praças comuns. É interessante notar que o recrutamento de oficiais durante os anos finais do Império e início da República realizava-se: “[...] *entre grupos sociais de renda mais baixa e posição social modesta.*”³⁰ Uma boa medida para entender o porquê de a carreira militar chamar tanto a atenção desses indivíduos era, portanto, a possibilidade da ascensão social proporcionada pelo oficialato. A condição social era comumente ressaltada por muitos militares, pois indicavam grande força de vontade e abnegação de quem alcançava sucesso, pois estes haviam saído de uma situação considerada “ruim” e, através de seus esforços e méritos pessoais, conseguiram “crescer” e “melhorar” sua vida financeira, ultrapassando barreiras sociais.

A expressão “eu me fiz por mim mesmo” era uma imagem “[...] *cara nos meios militares, de homem que ascendeu basicamente devido ao princípio do mérito individual.*”³¹ Contudo, para Nascimento pesava ainda a vocação militar, conforme indica seu amigo e vizinho de frente à Rua 13 de Maio, em Curitiba, Raul Faria: “*Contou-me a sua vida: ele se fez por si, como se costuma dizer em expressão vulgar. Pensou um dia realizar a sua vocação – ser soldado. Militar do Exército, e não com pequenos sacrifícios,*

²⁸ MARTINS JR. Carlos. *Apontamentos para a leitura de Rondon e da Comissão de Linhas Telegráficas estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas*. Tese [Doutorado] USP, São Paulo, 2001. p. 100.

²⁹ Esse curso preparatório foi criado em 1858, pelo Ministro da Guerra General Jerônimo Francisco Coelho e funcionava anexo ao prédio da Escola Militar da Praia Vermelha. A intenção era melhorar o nível intelectual e físico dos futuros alunos da Escola Militar. O ingresso tinha como exigências que o candidato fosse soldado do Exército, que tivesse entre 16 e 25 anos, que soubesse ler e escrever, principalmente a assinatura do nome e tivesse conhecimento das quatro operações matemáticas fundamentais. Ver mais em: MARTINS JR. Carlos. *Apontamentos para a leitura de Rondon e da Comissão de Linhas Telegráficas estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas*. Tese [Doutorado] USP, São Paulo, 2001. p. 106.

³⁰ CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 17. Ver ainda: CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. p. 27. McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 40. TREVISAN, Leonardo. *As “obsessões patrióticas”; origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército brasileiro*. Tese [Doutorado] USP, São Paulo, 1993. p. 21. MARTINS JR. Carlos. *Apontamentos para a leitura de Rondon e da Comissão de Linhas Telegráficas estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas*. Tese [Doutorado] USP, São Paulo, 2001. p. 107.

³¹ MARTINS JR. Carlos. *Apontamentos para a leitura de Rondon e da Comissão de Linhas Telegráficas estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas*. Tese [Doutorado] USP, São Paulo, 2001. p. 104.

conseguiu matricular-se na Escola Militar”.³² Vocação e necessidade econômica: ambas explicam a escolha de Nascimento pela carreira militar.

Do início de 1881 até o final de 1884, Nascimento viveu o cotidiano da Escola Militar da Praia Vermelha. O primeiro ano no curso preparatório e os seguintes no curso geral, até completar o terceiro ano, que possibilitava ao indivíduo pertencer ao quadro da artilharia. Nesse ínterim, segundo Faria e Karan, teria galgado o posto de alferes-aluno.³³ O grande interesse da maioria dos alunos estava na obtenção desse título, que garantia *status* e soldo consideravelmente maior. Poucos, porém, conseguiam, fazendo-o funcionar como um signo distintivo, considerado sinônimo de inteligência, de vontade e de capacidade de trabalho. Para tornar-se alferes-aluno, o indivíduo tinha que tirar nota 6 ou mais em todas as disciplinas, tanto teóricas quanto práticas, tarefa difícil e, por isso mesmo, perseguida com afincos.

Segundo Motta, o ensino teórico do curso preparatório, nesse período, era composto basicamente de disciplinas como gramática nacional, geografia, aritmética, desenho linear, língua vernácula, francês, inglês, história antiga, álgebra, história medieval, história moderna, história contemporânea, história pátria, geometria, trigonometria plana e geometria prática.³⁴

Especificamente para o curso da Escola Militar, no primeiro ano estudava-se álgebra superior, geometria analítica, cálculo diferencial e integral, física experimental, compreendendo elementos da telegrafia elétrica militar, química inorgânica, desenho topográfico, topografia e reconhecimento do terreno. No segundo, o aluno tinha aulas de tática, estratégia, história militar, fortificação passageira e permanente, compreendendo o ataque e a defesa através de trincheiras e das praças de guerra, noções elementares de balística, direito internacional aplicado às relações de guerra, noções de direito natural e público, direito militar, análise da constituição do império, geometria descritiva, planos cotados e sua aplicação às fortificações militares. A aprovação plena nesses dois primeiros anos, além de permitir a ostentação do título de alferes-aluno, possibilitava a continuação dos estudos na Escola Militar no ano seguinte, a fim de atingir a habilitação profissional na arma de artilharia.

Finalmente, as disciplinas cursadas no terceiro ano eram: mecânica racional e sua aplicação às máquinas, balística, tecnologia militar, desenvolvimento da telegrafia e

³² FARIA, Raul. *Autobiografia: vultos de nossa literatura*. vol. I. Curitiba: s/ed, 1990. p. 133.

³³ FARIA, Raul. *Autobiografia: vultos de nossa literatura*. vol. I. Curitiba: s/ed, 1990. p. 133. p. 3. KARAN, Paulo Roberto. *Domingos Virgílio do Nascimento: biografia e antologia*. Curitiba: s/ed., 1995. p. 3.

³⁴ MOTTA, Jeovah. *Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar (1810-1944)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998. p. 160-161.

iluminação elétrica para a defesa das praças, noções de mineralogia, geologia e botânica, artilharia e minas militares, desenho de fortificação e das máquinas de guerra.³⁵

No que tange ao ensino prático, que era o mesmo para todas as armas, este era formado pelas seguintes atividades: instrução de infantaria até a escola do batalhão, posições e movimentos preliminares de ginástica, equitação, natação, esgrima de espada e de baioneta, marchas, acampamentos, passagens de rio, embarques e desembarques, construção das obras de campanha e ferramentas próprias deste trabalho, limpeza das armas portáteis, montagem e desmontagem, confecção de cartucho e fabricação das balas, apreciação de distâncias, prática do tiro e nomenclatura das armas portáteis, exercícios sobre vozes de comando e conhecimento dos toques de ordenança, nomenclatura e uso do arreamento, uso de animais, preceitos de subordinação, regime e polícia dos corpos, quartéis e estacionamentos, serviço de guarnição, honras e precedências militares, detalhe do serviço diário e extraordinário, redação e direção da correspondência, escriturações dos livros mestres e de companhia, administração e contabilidade das companhias, administração dos ranchos, processo dos vencimentos, composição e atribuições dos diversos conselhos, espécies e forma dos processos, higienização dos quartéis e estacionamentos, moléstias do cavalo, meios de preveni-las e curá-las.³⁶

Nota-se que os assuntos vistos em sala de aula e as atividades das aulas práticas compreendiam uma variada gama de aspectos da vida militar. Esse conjunto de atividades, tanto teóricas quanto práticas, não tiveram possibilidade de conviver concomitantemente. Portanto, essa listagem não era compatível com o que na realidade acontecia na Escola Militar da Praia Vermelha, ou seja, havia uma valorização muito grande das aulas teóricas em detrimento das aulas práticas. A instrução militar propriamente dita ficava à margem das aulas de matemática. Sobre esta questão, destaca Carlos Martins que:

[...] a ênfase na Matemática Superior e nas Ciências Naturais foi um elemento distintivo da Escola Militar durante todo o Império. Suas origens remontam à própria criação, em dezembro de 1810, da Academia Real Militar cujos idealizadores procuraram estruturar de acordo com os padrões ilustrados das escolas francesas, sobretudo da *École Polytechnique de Paris*.³⁷ (grifos do autor).

Mesmo com toda essa carga destinada ao ensino teórico, houve, no período em que Domingos Nascimento esteve na Escola Militar da Praia Vermelha, alguns poucos

³⁵ MOTTA, Jeovah. *Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar (1810-1944)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998. p. 160-161.

³⁶ MOTTA, Jeovah. *Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar (1810-1944)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998. p. 164.

³⁷ MARTINS JR. Carlos. *Apontamentos para a leitura de Rondon e da Comissão de Linhas Telegráficas estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas*. Tese [Doutorado] USP, São Paulo, 2001. p. 119.

exercícios gerais, realizados em Copacabana e na Praia de Botafogo. Nesses exercícios de guerra, a intenção era fazer com que os alunos se preparassem através de longas marchas de resistência, de treinamentos de ataque e de defesa em terreno acidentado, de simulações de batalhas campais, de construção de fortificações, de embarque e de desembarque de soldados, de passagem de rio, de assalto de posição fortificada e, ainda, de tiro ao alvo de fuzil e de artilharia. Tratava-se, no entanto, de: “[...] *exercícios deficientíssimos se vistos à luz do que hoje sabemos em matéria de didática do adestramento militar.*”³⁸

Esse tempo vivenciado no Rio de Janeiro oportunizou a Domingos Nascimento entrar em contato com a doutrina positivista, haja vista que as aulas de matemática eram ministradas por Benjamin Constant, reconhecido adepto da filosofia comteana. O positivismo começou realmente a ganhar mais força na Praia Vermelha a partir da entrada de Benjamin Constant no quadro de lentes da instituição, em 1874. Daí em diante passou a ser muito grande o prestígio desse professor junto à juventude militar, dado seu reconhecimento como defensor de um projeto político para o Brasil, pautado, sobretudo, na crença no progresso e na evolução humana através da ciência.³⁹

Apesar da grande influência de Benjamin Constant sobre os jovens militares da Praia Vermelha, o positivismo não conseguiu alcançar a homogeneidade absoluta naquela instituição, pois havia ainda a presença de outras doutrinas filosóficas como, por exemplo, o evolucionismo e o darwinismo social. Assim sendo, mais importante do que se encaixar em uma ou outra corrente filosófica: “[...] *era absorver o espírito geral das doutrinas e o que elas afirmavam em comum como a fé no progresso, o papel transformador da ciência no mundo moderno, além da oposição à metafísica e à religião católica.*”⁴⁰

De acordo com Lins, tinha mais abrangência no Brasil o positivismo puramente científico e muito pouco alcance tinha seu caráter religioso, já que era reduzido o número de frequentadores do Apostolado Positivista organizado por Miguel Lemos e Teixeira Mendes. O positivismo praticado pela maioria dos adeptos da Escola Militar tinha, portanto, como características determinantes, o apego ao progresso, ao desenvolvimento econômico e tecnológico, ao uso irrestrito da razão em detrimento das suposições metafísicas e a negação de tudo o que não pudesse ser efetivamente comprovado pela

³⁸ MOTTA, Jeovah. *Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar (1810-1944)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998. p. 166.

³⁹ CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 24-25.

⁴⁰ MARTINS JR. Carlos. *Apontamentos para a leitura de Rondon e da Comissão de Linhas Telegráficas estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas*. Tese [Doutorado] USP, São Paulo, 2001. p. 118.

ciência.⁴¹ Foi cercado por esse conjunto de crenças que Nascimento vivenciou os primeiros momentos de sua carreira militar.

Após esse período na Corte, Domingos Nascimento solicita transferência para o Rio Grande do Sul, para concluir seus estudos na Escola Militar de Porto Alegre, que possuía exclusivamente os cursos referentes às armas de Infantaria e Cavalaria: “[...] composto pelas matérias do primeiro e do quinto anos da Escola Militar do Rio de Janeiro, voltados, respectivamente, à Matemática Elementar e à Tática, à Estratégia e à Castramenação”.⁴² Domingos Nascimento dirigiu-se a Porto Alegre a fim de realizar as matérias do quinto ano. De acordo com a documentação do Exército do dia 19 de janeiro de 1885, ficou estabelecido que:

Foram transferidas para a escola militar da província do Rio Grande do Sul, as matriculas com que freqüentavam a da Côrte: [...] O Sr. primeiro cadete do corpo de alumnos da escola militar da Côrte Gerson Messias Corrêa e o soldado do mesmo corpo Domingos Virgilio do Nascimento, que deverão pagar as despesas de seu transporte até aquella província.⁴³

No Rio Grande do Sul, estabeleceu-se de 1885 a 1892, e “[...] durante uma epidemia de febre que atacou toda a escola, foi socorrido por uma família da qual veio a se casar com uma das filhas, Terezinha, (Maria Tereza Leal).”⁴⁴ Conforme destaca Zélia Maria do Nascimento Sell, sobrinha-neta de Domingos Nascimento, este e Terezinha tiveram 15 filhos, entre meninos e meninas: Luiza, Júlio (em homenagem a Júlio de Castilhos), Helena, Henny (era noiva de Emilio Garrastazu Médici, quando faleceu aos 18 anos), Melina (em homenagem à Ilha do Mel), Sônia, Mirtes, Dirceu, Leo, Mail, Liria,

⁴¹ LINS, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*. São Paulo: Campanhia Editora Nacional, 1967. p. 35.

⁴² MARTINS JR. Carlos. *Apontamentos para a leitura de Rondon e da Comissão de Linhas Telegráficas estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas*. Tese [Doutorado] USP, São Paulo, 2001. p. 106.

⁴³ *ORDEM do Dia nº 1906 de 19 de janeiro de 1885*. In: Boletim do Exército. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1885. p. 27. Nota-se que a patente pela qual Domingos Nascimento, ainda no ano de 1885, foi tratado era a de soldado e não alferes-aluno, conforme indicam Raul Faria e Paulo Roberto Karam a seu respeito. Nesse sentido, considerando que o registro burocrático militar não esteja equivocado, fica a dúvida: afinal, Domingos Nascimento foi “aureolado” com a prestigiada promoção a alferes-aluno? Em caso positivo: teria ele perdido essa graduação? Por qual motivo? Somente a consulta aos assentamentos militares poderia dar respostas satisfatórias a essas perguntas. A consulta a esse documento, de ordem pessoal, só é permitida a familiares diretos ou a pessoas autorizadas por eles. Procurei familiares de Nascimento e estes não autorizaram o acesso aos seus documentos pessoais existentes no Arquivo Central do Exército, no Rio de Janeiro. Contudo, depois de passados cem anos da morte do militar, esses documentos, embora pessoais, se tornam de domínio público. No entanto, é de se considerar, também, a hipótese de que a promoção de Nascimento tenha atrasado, como ocorreu, por exemplo, com Cândido Mariano Rondon e Euclides da Cunha entre 1886 e 1888. Sobre esta questão, ver mais em: CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. pp. 148-149.

⁴⁴ SELL, Zélia Maria do Nascimento. “Domingos Virgilio do Nascimento”. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná*. Curitiba: IHGPR, 2002. p. 183. SELL, Zélia Maria do Nascimento. “Domingos Nascimento, sua vida, sua obra” In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná*. Curitiba: IHGPR, 2007. p. 69.

Zelita, Dary e mais dois falecidos ainda na primeira infância.⁴⁵ De acordo com MacCann: “Muitos oficiais desposavam mulheres do Rio Grande do Sul ou da região do Rio de Janeiro porque a maioria deles servia nesses lugares quando estavam em idade de casar.”⁴⁶ Domingos Nascimento, por exemplo, esteve em Porto Alegre entre os 22 e os 29 anos, o que, à época, significava que estava em “idade para casar”.

Nesse período, foi fortemente influenciado pelas ideias republicanas, especialmente através do convívio com o político gaúcho Júlio de Castilhos, além do que, tornou-se colaborador do periódico “*A Federação*”, do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR).⁴⁷ Naquele momento histórico, a República era vista como: “[...] o regime que resolveria os problemas do povo - o regime da igualdade, da abolição dos privilégios e capaz de construir o futuro nacional com uma determinação política cientificamente racional.”⁴⁸

Os republicanos acreditavam, portanto, que o novo sistema de governo seria um contraponto à Monarquia, na medida em que esta era simbolizada pelo desregramento, pela falta de ordem e de responsabilidade para com a Nação. A República teria, nos militares, figuras de proa, pois estes se consideravam cidadãos respeitáveis, comprometidos moralmente com a ordem e com o desenvolvimento nacional.⁴⁹ Inclusive este discurso irá servir como justificativa para as intervenções políticas dos militares nos primeiros momentos da República, quando de fato estavam mais presentes nas decisões governamentais, na chamada República da Espada. Floriano Peixoto, nesse contexto de grande projeção política e forte engajamento dos militares,

[...] passou a ser o símbolo do republicanismo mais radical. Os grupos estaduais que ascenderam ao poder ou nele se firmaram, durante sua gestão presidencial, identificaram-se e procurariam nos períodos subseqüentes identificar-se com o exército e a “salvação da República”. Os grupos “jacobinos”, como passaram a ser chamados, utilizavam a bandeira do republicanismo puro, como garantia da República e de seu domínio político.⁵⁰

Um desses grupos jacobinos, que buscava valorizar os militares através da exaltação da figura de Floriano Peixoto, foi o dos republicanos do PRR, comandados por

⁴⁵ SELL, Zélia Maria do Nascimento. “Domingos Nascimento, sua vida, sua obra” In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná*. Curitiba: IHGPR, 2007. p. 183-184.

⁴⁶ McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 42.

⁴⁷ LEÃO, Ermelino de. “Domingos Nascimento” In: *Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná* (vol. III) Curitiba: Gráfica Paranaense, 1926. p. 518.

⁴⁸ LOPEZ, Luiz Robert. *Cultura brasileira: de 1808 ao pré-modernismo*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1995. p. 10.

⁴⁹ MARTINS, Ana Luiza. *República: um outro olhar*. São Paulo: Contexto, 1989. p. 8.

⁵⁰ SOUZA, Maria do Carmo Campello de. “O processo político-partidário na primeira república”. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em Perspectiva*. Rio de Janeiro: Difel, 1977. p. 177.

Júlio de Castilhos. Assim, havia ligações entre os castilhistas e os militares florianistas e estas relações entre os dois grupos se explicam por alguns motivos. Um destes é que o Rio Grande do Sul apresentava um contingente militar bastante numeroso que se aliava ao PRR como forma de estar próximo ao poder, já que ocorriam cisões entre o Partido Republicano Mineiro (PRM) e o Partido Republicano Paulista (PRP). Os gaúchos aproveitavam-se desses interstícios para se fazerem presentes no cenário político nacional e enfraquecerem a aliança entre os partidos republicanos desses outros dois Estados. Assim, portanto, estar próximo ao PRR significava para os militares uma tentativa de minar as forças dos civis paulistas e mineiros.⁵¹

Outro motivo que justifica a aproximação dos militares com o PRR encontra-se também no campo ideológico, principalmente porque ambos tinham como convicção o positivismo comteano. Nesse sentido:

O projeto castilhista, [...] imbricava-se com o projeto militarista-florianista que defendia o presidencialismo autoritário, resvalando em uma possibilidade de ditadura. [...] o nacionalismo, a ordem, o progresso, o xenofobismo, eram as representações ideológicas que sustentavam esse movimento difuso, embora, aparentemente, de perspectivas democráticas mais amplas.⁵²

Tanto os militares florianistas quanto os castilhistas gaúchos tinham concepções positivistas da sociedade, sobretudo em relação à manutenção da ordem, ao papel da ciência para a construção de uma nação ligada ao progresso e ao desenvolvimento técnico e moral e, nesse sentido: “[...] o Positivismo era, para os gaúchos, o amor da ciência exata, a matemática, a história natural, a química, a física. E significava também, [...] sentimento republicano.”⁵³

Em 1890, portanto cerca de um ano após a proclamação, Domingos Nascimento foi promovido de 2º cadete a 2º tenente. Em março de 1892, foi novamente promovido, agora a 1º tenente.⁵⁴ Em relação às promoções do oficialato brasileiro, MacCann considera, por exemplo, que, durante o Império, estas estavam relacionadas, sim, ao mérito individual, contudo, em alguns casos, não tão raros, pesavam a influência política e o apadrinhamento dos superiores. Segundo o autor: “*Capitães podiam esperar de dez a quinze anos para*

⁵¹ LOVE, Joseph L. “A república brasileira: federalismo e regionalismo (1889-1937)”. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. São Paulo: Editora SENAC de São Paulo, 2000. p. 140.

⁵² JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. “A República: oposições e consolidação”. In: LAPA, José Roberto do Amaral (Org.). *História Política da República: coletânea de ensaios inéditos comemorativa do centenário da República*. Campinas, SP: Papyrus, 1990. (Coleção Tempo & Memória, vol. II). p. 51-68.

⁵³ LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo: Campanhia Editora Nacional, 1967. p. 176.

⁵⁴ *ORDEM do Dia n° 310 de 12 de março de 1892*. In: Boletim do Exército. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1892. p. 225.

chegar a major [...]. Os generais de 1895 tinham em média 39 anos de idade na época em que foram promovidos a major.”⁵⁵ Nota-se que, no período mencionado pelo autor, as promoções eram realizadas com parcimônia, o que gerava nos militares um sentimento de distanciamento e mesmo de desvinculação para com o regime político vigente. Essa situação se inverteu completamente com a proclamação da República, já que uma das primeiras medidas do governo provisório foi aumentar os soldos dos oficiais e efetuar promoções em massa da maioria deles, ou, pelo menos, daqueles que tivessem apadrinhamentos políticos nas maiores esferas da hierarquia do Exército.⁵⁶

Em fevereiro de 1892, por motivo de saúde, Nascimento pediu licença de alguns dias em suas atividades em Porto Alegre e rumou para Curitiba, a fim de recuperar a saúde e também visitar a mãe e os amigos que haviam ficado no Paraná. O jornal “*A Federação*”, nessa ocasião lhe desejou: “*Que lhe sejam propícios e restauradores da saúde os ares da terra natal, bem como os carinhos da sua veneranda mãe, de quem ha muitos annos esta ausente, eis a nossa ardente aspiração relativamente ao digno servidor da República.*”⁵⁷ Em 19 de março, Nascimento retornou ao Estado do Rio Grande do Sul e, em carta endereçada aos jornalistas e amigos paranaenses Leôncio Correia e Rocha Pombo, ficou anunciada sua impressão a respeito da terra paranaense, a qual não via há aproximadamente 12 anos:

Seja-me permitido nestas linhas consubstanciais [demonstrar] todos os meus entusiasmos ao Paraná, pelo progresso extraordinariamente assombroso que acabo de observar em todos os ramos de actividade, e por onde vão desabotoando muitos novos rebentos de prosperidade civilisadora.⁵⁸

Ainda em 1892, mais especificamente no mês de maio, Domingos Nascimento pediu transferência para Curitiba, onde passou a trabalhar no 3º Batalhão de Artilharia e, assim, voltou: “[...] *ao Estado Natal, e ao seio de sua familia, o nosso talentoso amigo e pundoroso soldado, depois de tantos anos da sua mocidade passados com os rio-grandenses.*”⁵⁹

O ano de 1893 foi profundamente tumultuado para o Autor paranaense. Em janeiro ele foi sentenciado a 15 dias na prisão militar no Quartel do 3º Regimento, por conta de ter

⁵⁵ McCANN, Frank. *Soldados da pátria: história do Exército Brasileiro, 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 29.

⁵⁶ McCANN, Frank. *Soldados da pátria: história do Exército Brasileiro, 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 46.

⁵⁷ Apud: “Domingos Nascimento.” *A República*. Curitiba, 7 fev. 1892. p. 2.

⁵⁸ NASCIMENTO, Domingos. “Aos colegas Leôncio Correia e Rocha Pombo”. *A República*. Curitiba, 16 mar. 1892. p. 1-2.

⁵⁹ Apud: “Domingos Nascimento.” *A República*. Curitiba, 20 maio 1892. p. 1.

iniciado a publicação de um jornal intitulado “*Folha Nova*”. Sua detenção deveu-se essencialmente à proibição, por parte de seu superior hierárquico, General Sebastião Raymundo, em aceitar que militares atuassem como jornalistas, considerando que estes não deveriam se envolver demasiadamente em questões políticas. Este episódio acabou por unir alguns homens da imprensa curitibana em torno da defesa da liberdade de imprensa e contra a suposta perseguição que Nascimento vinha sofrendo por parte de seus comandantes militares. Tanto é que, conforme destaca Leôncio Correia, até mesmo uma carta com um pedido de providências foi enviada para o vice-presidente da República em exercício, o Marechal Floriano Peixoto.⁶⁰

Fato curioso neste episódio é que alguns oficiais, como V. de Beaurepaire-Rohan, B. de Miranda Reis, Visconde de Maracajú e Tude Neiva, que participavam do Conselho Supremo Militar de Justiça que realizava o julgamento, não consideraram ser prejudicial a atividade jornalística de Nascimento e pediram sua absolvição, a qual foi negada por minoria de votos.⁶¹ Em março outra situação difícil foi enfrentada por Nascimento e sua família: a morte prematura de um de seus filhos, o recém-nascido Francisco.⁶²

Segundo Karan, o incidente de sua prisão “[...] redundou para a carreira de Domingos em nocivas conseqüências: permaneceu 1º Tenente de Artilharia por longos anos apenas sendo promovido a major já perto de seu passamento.”⁶³ Como consequência mais direta deste fato, Nascimento foi mandado servir na Fortaleza de Santa’Anna, no litoral de Santa Catarina, onde atuou de abril a agosto de 1893, quando então foi substituído por José Cândido da Silva Muricy, por conta de sua eleição para o legislativo paranaense em julho daquele ano.⁶⁴

Ainda nesse mesmo ano, em fevereiro, eclodiu a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul. As conflagrações das disputas ocorreram principalmente por conta da tumultuada mudança nos quadros diretivos do Estado durante a passagem da Monarquia para a República. Ou seja, os antigos “donos do poder”, representados pela elite estancieira, que tinham como chefe político o liberal Silveira Martins, foram substituídos por um novo grupo ascendente, chefiado pelo republicano Júlio de Castilhos.

⁶⁰ “Liberdade de imprensa”. *A República*. Curitiba, 19 jan. 1893. p. 2.

⁶¹ *ORDEM do Dia nº 438, de 22 de abril de 1893*. In: Boletim do Exército. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1885. p. 329.

⁶² “Anjo”. *A República*. Curitiba, 8 mar. 1893, p. 2.

⁶³ KARAN, Paulo Roberto. *Domingos Virgílio do Nascimento: biografia e antologia*. Curitiba: s/ed., 1995. p. 3.

⁶⁴ *Ordem do Dia nº 478, de 13 de setembro de 1893*. In: Boletim do Exército. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1893. p. 629 e *ORDEM do Dia nº 469, de 07 de agosto de 1893*. In: Boletim do Exército. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1893. p. 564.

Assim sendo, os interesses políticos das elites gaúchas estavam em jogo: os liberais, desgostosos por terem perdido o mando, e, do lado oposto, os republicanos, que não pretendiam largar tão facilmente o recém-conquistado governo gaúcho. No âmago desse conflito estavam as disputas, entre essas duas oligarquias, pelo poder de mando no Rio Grande do Sul. Para Pesavento, a Revolução Federalista teve motivações plurais: primeiramente disputava-se o poder no Estado e também havia disputa envolvendo qual sistema político se manteria em ascensão: Monarquia ou República. Assim sendo, essa autora não identifica, a partir de Gramsci, a Revolução Federalista como uma disputa orgânica (entre classes), mas, sim, uma luta dentro da própria classe hegemônica, entre suas frações, caracterizando, assim, uma crise não orgânica.⁶⁵

A Revolução Federalista não se restringiu somente ao Rio Grande do Sul, tendo alcançado, posteriormente, os Estados de Santa Catarina e do Paraná. Em solo paranaense, os federalistas se juntaram aos revoltosos da Armada, que provinham do Rio de Janeiro em direção ao Rio Grande do Sul. No Paraná havia, na época do conflito, uma resumida guarnição da força terrestre federal, com um regimento policial espalhado em destacamentos por diversas localidades do Estado e o Batalhão Patriótico 23 de Novembro, que deveria defender Paranaguá das investidas da armada. Tendo como suporte essa frágil defesa: “[...] *assistio o Paraná os primeiros movimentos com que por mar e por terra intentava a revolta perturbar-lhe a vida serena e tranqüila que gozava sob o regimen de sua livre Constituição.*”⁶⁶

Este Batalhão Patriótico estava sob o comando do comissionado tenente-coronel Domingos Nascimento e contava com cerca de 20 praças, mais o major João Carvalho de Oliveira, os capitães Paulo Assunção, João de Tapitinga, José Ferreira da Luz, Gastão Sengés e Vicente Machado (que deixou de exercer seu posto por estar no exercício do governo do Estado), os tenentes Ulisses Braga e Josino Tito da Costa Lobo e os alferes Amadeu Munhoz, Álvaro Pereira, João Natividade, João do Vale e João Batista da Costa Carvalho.⁶⁷

Em Paranaguá, litoral paranaense, os dois grupos de revoltosos encontraram-se e acabaram por invadir a cidade e derrotar o Batalhão Patriótico 23 de Novembro. Sobre este episódio, conta-se que: “*Companheiros seus [de Domingos Nascimento] que ainda viviam em 1918 relataram a Raul Faria e este fez constar em seu livro que Domingos foi um*

⁶⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Revolução Federalista*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 9.

⁶⁶ MENSAGEM dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo 1º Vice Governador, Dr. Vicente Machado da Silva Lima, em 15 de agosto de 1894. Curitiba: Typografia e Lithografia da Companhia Impressora Paranaense. p. 4.

⁶⁷ MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995. p. 299.

denodo exemplar, animando sempre seus soldados na defesa da causa que abraçou.”⁶⁸ Todos os esforços do Batalhão Patriótico não foram suficientes para repelir a Armada chefiada pelo almirante Custódio de Mello, que contava com vantajoso número de munições e vários navios em sua esquadra, tais como: “[...] o cruzador República e os navios mercantes, armados em guerra, Esperança e Pálas, Urano e Íris.” Para efeito comparativo, a defesa de Paranaguá contava com apenas: “[...] seis canhões de campanha e 400 homens sem adestramento militar: contingentes do Batalhão Patriótico de 23 de Novembro e da Guarda Nacional local. Afora essa gente, apenas meia dúzia de artilheiros do Exército.”⁶⁹

A invasão da baía de Paranaguá deu-se em janeiro de 1894. Após essa vitória, os federalistas chegaram a invadir Curitiba, e cercaram os legalistas na cidade da Lapa por cerca de 30 dias, no episódio que ficou conhecido como Cerco da Lapa. No fim do conflito na Lapa, os revoltosos viram seus projetos de invadir São Paulo e a Capital Federal serem frustrados, tendo que se refugiar no Rio Grande do Sul e Uruguai. Com o fim dos conflitos, houve o aquartelamento do Batalhão Patriótico.⁷⁰

Pouco tempo depois do término da Revolução Federalista, Domingos Nascimento foi novamente promovido e, assim, em dezembro de 1896, saiu sua nomeação como capitão na 3ª Bateria do 4º Batalhão de Artilharia em Curitiba.⁷¹ De acordo com Lessa, ocorreram muitas promoções entre o oficialato brasileiro com o término da Revolta da Armada e da Revolução Federalista. Essas práticas – de promover e distribuir cargos entre os oficiais – serviam para aumentar ainda mais o prestígio de Floriano Peixoto junto aos militares.⁷²

No início de 1898, ocorreu a nomeação do então Capitão Nascimento para servir no batalhão de Cuiabá, em Mato Grosso, onde, em fevereiro no ano seguinte, foi instituído secretário interino do então comandante do 7º Distrito Militar, o General Câmara.⁷³ Ocorre que Mato Grosso era considerado o destino dos indesejáveis, tanto durante o Império como

⁶⁸ KARAN, Paulo Roberto. *Domingos Virgílio do Nascimento: biografia e antologia*. Curitiba: s/ed., 1995. p. 3.

⁶⁹ MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995. p. 296-297.

⁷⁰ Segundo Vicente Machado: “Com o aquartelamento deste Batalhão nenhuma despesa adveio para o Estado, porquanto estando elle em serviço federal e entregue ao Commando do Districto Militar, todas as despesas correram por conta da União, que me autorizou por Aviso de 23 de Novembro de 1893, do Ministério da Fazenda, e por solicitação do Ministério da Guerra, a fazel-as.” Ver mais em: MENSAGEM dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo 1º Vice Governador Dr. Vicente Machado da Silva Lima em 15 de agosto de 1894. Curitiba: Typografia e Lithografia da Companhia Impressora Paranaense. p. 4.

⁷¹ *Ordem do Dia n° 789, de 01 de dezembro de 1896*. In: Boletim do Exército. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1896. p. 1136.

⁷² LESSA, Renato. “A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina.” In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de (Org.). *A República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001. p. 35.

na República. Galetti ilustra essa questão ao apontar que, durante o período colonial, eram encaminhados para Mato Grosso os criminosos que deveriam cumprir penas em presídios e fortes das regiões fronteiriças como, por exemplo, o presídio Miranda, o Forte Príncipe da Beira e o Forte Coimbra. No período republicano, essa “[...] *prática continuou e ampliou-se para punições veladas a militares, que encaravam a estadia na região como um verdadeiro exílio dentro do próprio país.*”⁷⁴ A transferência para servir em Mato Grosso ocorria, em alguns casos, por retaliação devido a mau comportamento, desobediência aos superiores, infração dos preceitos regulamentares, entre outras razões. Por conta disso, acredita-se que a transferência de Nascimento para Mato Grosso tivesse conexão com os acontecimentos de 1893, quando de sua prisão por conta das publicações de seu jornal “*Folha Nova*”, ou ainda por disputas políticas ocorridas no interior do Partido Republicano Paranaense nos anos finais do século XIX.

A situação política que Nascimento encontrou em Cuiabá não era de muita calma e serenidade, isso porque, naquele momento, emergiu na capital mato-grossense levante armado contra o chefe político regional, Generoso Ponce. Diante de tal situação, Domingos Nascimento escreveu ao periódico catarinense “*República*” alguns comentários pessoais a respeito da situação política vivenciada pelos mato-grossenses.⁷⁵

Ainda em 1899, Domingos Nascimento teria sido vitimado pelo beribéri. Por conta dessa doença, foi transferido, em regime de “urgência”, para o Rio Grande do Sul, para tratamento.⁷⁶ Na época acreditava-se que o clima quente e seco, considerado por muitos como insalubre, das terras mato-grossenses, seria um elemento propagador dessa doença, em contraposição ao clima temperado que o Rio Grande do Sul apresentava.

Depois de um breve período em Porto Alegre para tratamento, Nascimento foi transferido para a cidade de Florianópolis, em Santa Catarina. De acordo com o jornal curitibano “*Diário da Tarde*”, em fevereiro de 1900: “*Apresentaram-se à guarnição de Florianópolis, procedente do estado do Rio Grande do Sul, o capitão Domingos Virgílio*

⁷³ *Ordem do Dia n° 05, de 20 de fevereiro de 1899.* In: Boletim do Exército. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1899. p. 107.

⁷⁴ GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidades nas representações sobre Mato Grosso.* Tese [Doutorado em História] USP, São Paulo, 2000. p. 230-231.

⁷⁵ Parte das cartas escritas por Domingos Nascimento em relação à situação política mato-grossense pode ser lida em: PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce: um chefe.* Rio de Janeiro: Pongetti Borsoi, 1952. Especialmente as páginas 185-186, 198-199 e 204. Para uma visão mais abrangente desse período em Mato Grosso, ver também: CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso.* Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação, 1969, especialmente capítulos XI e XII. CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943).* Campo Grande: UFMS, 2006, especialmente o capítulo II.

⁷⁶ *Ordem do Dia n° 30, de 10 de agosto de 1899.* In: Boletim do Exército. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1889. p. 841.

do Nascimento e o tenente Innocencio Velloso Pederneiras.”⁷⁷ O mesmo jornal anunciava que, em maio de 1902, Domingos Nascimento: “*Deu-nos a honra de sua visita [...] que tem o nome laureado nas letras, ao mesmo tempo que é um militar digno em todos os sentidos. O nosso talentoso patricio vem transferido para a guarnição desta capital.*”⁷⁸ Nessa época, o Autor paranaense atuou como secretário do 5º Distrito Militar, lotado no 6º Regimento de Artilharia, exercendo funções administrativas.

Poucos meses depois de retornar a Curitiba, Domingos Nascimento foi encarregado de, juntamente com o então Comandante do Distrito Militar do Paraná, General Bormann, e com o tenente coronel Lino-Ramos, para a realização de inspeções às Colônias Militares de Chopim, de Chapecó e a da foz do Rio Iguaçu. No retorno da viagem, que durou cerca de três meses, de maio a julho, o grupo foi recebido com muitos festejos e homenagens em Curitiba. Segundo jornal da época, compareceram na gare da ferroviária para recepcionar os viajantes: “[...] *quasi todos os officiaes da guarnição e muitos admiradores.*” Além disso, tocaram: “*bandas de música do 6.º e 39.º e estiveram formados um piquette do 14.º de cavalaria e a guarda de honra do 13.º da mesma arma.*”⁷⁹

Nesse mesmo ano de 1903, em dezembro, o Autor participou da II Exposição Estadual de Agricultura, realizada em Curitiba. Nesse evento, após os discursos políticos, foi tocado o Hino do Estado do Paraná e, conforme destacou o jornal da época: “*A muzica do hymno que impressionou agradavelmente o auditorio é composição do jovem maestro João Bento Mossorunga e letra do distincto escriptor Domingos do Nascimento.*”⁸⁰

Em 1908, Domingos Nascimento foi posto à disposição do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, a fim de servir na comissão organizadora da Exposição Nacional, realizada no Rio de Janeiro no mesmo ano.⁸¹ A última promoção do Autor paranaense foi em 1911, quando nomeado major. Ele atuou em Curitiba até 1915, quando de seu passamento, no dia 30 de agosto.

⁷⁷ “Últimas Notícias”. In: *Diário da Tarde*. Curitiba, 20 fevereiro de 1900, p. 1

⁷⁸ “Últimas Notícias”. In: *Diário da Tarde*. Curitiba, 2 de maio de 1902, p. 2.

⁷⁹ “Últimas Notícias”. In: *Diário da Tarde*. Curitiba, 30 de julho de 1903, p. 2.

⁸⁰ “A Exposição” In: *Diário da Tarde*. Curitiba, 19 de dezembro de 1903, p. 1. O Hino do Estado do Paraná foi produzido em 1903, mas somente foi oficialmente considerado enquanto tal, em 1947, através do Decreto-Lei nº 2457, de 31 de março.

⁸¹ *Ordem do Dia nº 78, de 5 de fevereiro de 1908*. In: Boletim do Exército. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1908. p. 145.

1.2: Domingos Nascimento: o deputado republicano

Crede que se possa dar um regime social às aranhas? [...] Pois bem, esse impossível fi-lo eu. [...] era preciso dar-lhes um governo idôneo. Era preciso, ou achar uma forma nova, ou restaurar alguma outra abandonada. Naturalmente adotei o segundo alvitre, e nada me pareceu mais acertado do que uma república. [...] Com efeito, desde que compreenderam que no ato eleitoral estava a base da vida pública, trataram de o exercer com a maior atenção. (Machado de Assis. *A sereníssima República*: Conferência do Cônego Vargas)

A carreira política de Domingos Nascimento foi de duração curta. Ele foi eleito apenas duas vezes para a Assembleia Legislativa do Paraná, mais exatamente nos pleitos de 1893/1895 e 1895/1897. Sua participação na vida política do Estado, apesar da brevidade, será importante para definir seus projetos políticos a respeito da organização social paranaense. Assim, as atividades políticas no Paraná, pelo menos durante o período republicano, serão aqui esmiuçadas, numa tentativa de entender qual a situação encontrada por Nascimento em seu retorno ao Paraná em 1892 e em sua eleição como deputado estadual no ano seguinte.

Com o advento da República, deixou o poder, no Paraná, o Conselheiro Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, chefe do Partido Liberal. A Assembleia Provincial, quando da Proclamação da República, era composta essencialmente por membros desta agremiação política (Partido Liberal), mais 3 conservadores, 2 dissidentes e apenas 1 republicano. Segundo Romário Martins, em relação ao presidente da Província do Paraná: “*Ninguém lhe fazia oposição. [...] Em outubro [de 1889] estava o presidente Jesuíno Marcondes com todos os elementos que solicitara para bem governar.*”¹ Ou seja, tinha a maioria dos deputados a seu favor, e, por conseguinte, uma oposição quase nula.

No dia 15 de novembro de 1889, coube ao Coronel Comandante da Brigada, Francisco José Cardoso Junior assegurar a pronta instauração do novo sistema político no Paraná, o que significava, em um primeiro momento, destituir do poder o Conselheiro Marcondes, o que foi feito de pronto, sem percalços e agitações.²

Entre a proclamação da República à posse dos eleitos para o governo, em abril de 1890, o Paraná foi governado de maneira provisória, através da nomeação, por parte do

¹ MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995. p. 343.

² WESTPHALEN, Maria Cecília. *Revoluções e conferências*. Curitiba: SPBH, 1989. p. 49.

governo federal, dos governadores e vice-governadores que deveriam atuar na política paranaense. Deste modo, foram governadores do Paraná, nesse período, o já citado Coronel Cardoso Junior, o Contra-Almirante José Marques Guimarães, Dr. Américo Lobo Leite Pereira, Tenente-Coronel Inocêncio Serzedelo Correia e o General José Cerqueira de Aguiar Lima.

A política paranaense neste momento estava dividida da seguinte maneira: de um lado, os republicanos, juntamente com os conservadores e, de outro, os liberais, recém-saídos do governo. O primeiro grupo era chefiado pelo republicano histórico Vicente Machado e o segundo pelo Dr. Generoso Marques dos Santos, herdeiro do comando do Partido Liberal desde a abdicação de Jesuíno Marcondes.

Nas eleições que foram realizadas em março de 1890, estavam em disputa os cargos no Congresso Constituinte, que elegeria o Presidente e Vice-presidente do Paraná. Tratou-se, portanto, de uma disputa acirrada entre os dois grupos políticos, que dependiam ambos da ajuda do governo provisório para vencer as eleições. E estas se deram através de uma violenta campanha de imprensa, na qual o então presidente General Aguiar Lima: “[...] *praticou todas as inconseqüências e realizou eleições que foram modelo de todas as formas de pressão da opinião pública.*”³ E, assim, foram eleitos deputados todos os componentes apresentados pela chapa liberal, que, por sua vez, elegeram, para a presidência do Estado, o Dr. Generoso Marques, e, para a vice-presidência, o Desembargador Joaquim Inácio Silveira da Mota.

Em 4 de julho de 1891, o Congresso Constituinte do Paraná promulgou a primeira Constituição paranaense, que estabeleceu: “[...] *a organização e funcionamento do Poder Legislativo, então denominado Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.*” Assim como: “*ao chefe do Poder Executivo Estadual e seu substituto legal o tratamento de presidente e vice-presidente.*” Além disso, definiu que o mandato de cada legislatura seria de três anos e que o número de deputados estaduais não poderia ser inferior a 24 legisladores.⁴

³ MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995. p. 345.

⁴ COSTA, Samuel Guimarães da. *História Política da Assembléia Legislativa do Paraná*. Curitiba: Assembleia Legislativa, 1994. (vol. 1). p. 190. Ficou estabelecido, via decreto assinado por Deodoro da Fonseca, em 15 de novembro de 1889, que cada unidade federativa brasileira seria responsável por sua Constituição. Foi estipulado que as províncias teriam, no máximo, até o final de 1892 para apresentarem suas constituições, caso contrário, caberia ao Congresso Nacional impor ao Estado faltoso a Constituição de um Estado que melhor se adaptasse às circunstâncias do momento e a realidade regional. Ver mais em: FANCKIN, Reginaldo. *Sistema Constitucional do Paraná: contribuição à história política do Estado*. Curitiba: Poder Legislativo, 1974. p. 28-29.

Generoso Marques e seu vice ficaram no poder de abril a novembro de 1891 e, como deram apoio à tentativa de golpe de Deodoro, acabaram sendo depostos pela guarnição militar de Curitiba e por elementos partidários de Vicente Machado. Com a deposição de Deodoro da Fonseca em 23 de novembro de 1891, houve o fechamento da Assembleia Legislativa do Paraná em protesto contra o que consideravam ser ilegal, ou seja, a deposição de Generoso Marques.⁵

Posteriormente, foi dissolvida a Assembleia Constituinte e deposto o governador por ela eleito. Com isso, uma Junta Provisória, composta pelos coronéis Roberto Ferreira, Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva e pelo Dr. Bento José Lamenha Lins, convocou eleições para uma nova Assembleia, sendo que esta teria poderes constituintes para rever a Constituição do Estado de 1891. Esse governo provisório realizou novas eleições em 25 de janeiro de 1892.

Para o Executivo venceu a chapa do partido republicano, em que, para Governador, foi eleito o Dr. Francisco Xavier da Silva, para 1º Vice-Governador, o Dr. Vicente Machado, e, para o cargo de 2º Vice-Governador, Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva. E, na Assembleia, assumiram os republicanos: Sergio Francisco de Souza Castro, Dr. Jeronymo Cabral Pereira do Amaral, Tenente Carlos Cavalcante de Albuquerque, Padre Alberto José Gonçalves, Arthur Ferreira d'Abreu, Dr. Francisco de Almeida Torres, Carlos Meissner, Tenente-Coronel João Manoel Ribeira Vianna, João das Chagas Pereira, Capitão Joaquim Alfredo Garcia Terra, Joaquim Pereira de Macedo, José Gonçalves de Moraes, Leôncio Correia, Manoel de Alencar Guimarães, Zacharias de Paula Xavier e Vicente Machado. Formavam a bancada liberal na Assembléia: Agostinho Leandro da Costa, Albino Silva, Artur de Almeida Sebrão, Ernesto de Campos Lima, Joaquim José Pedrosa, José Correia de Freitas, Luiz Braga de Carvalho, Manoel José de Faria e Albuquerque, Ottoni Ferreira Maciel, Randolpho Pereira Sezedello e Lufrido Costa.

De acordo com Samuel Guimarães da Costa, é interessante conhecer a composição dessa nova Assembleia, pois, segundo ele: “[...] *muitos de seus integrantes irão se reeleger para vários mandatos futuros, devendo constituir parte da elite política emergente e mais atuante desse agitado período republicano, compreendido entre 1889 e 1930.*”⁶

No dia 7 de abril de 1892, foi promulgada a nova Constituição paranaense, que vigorou até 1927, quando nova Constituinte foi eleita e outro texto constitucional entrou

⁵ COSTA, Samuel Guimarães da. *História política da Assembléia Legislativa do Paraná*. Curitiba: Assembleia Legislativa, 1994. (vol. 1). p. 197.

⁶ COSTA, Samuel Guimarães da. *História política da Assembléia Legislativa do Paraná*. Curitiba: Assembleia Legislativa, 1994. (vol. 1). p. 199.

em vigor. A Constituição de 1892, denominada como “*Constituição Política do Estado do Paraná*”, dentre outras alterações em relação à anterior, estabelecia que os pleitos para o legislativo estadual passariam a ser de 2 anos e não mais 3 como antes e que o número de deputados deveria ser igual ao de 30.⁷

Em 26 de junho de 1893 são realizadas novas eleições para a Assembleia Legislativa. E o Partido Republicano do Paraná: “[...] *tendo ouvido as diversas localidades, e consultado os mais elevados interesses do mesmo partido [...]*”, oferecia, para a escolha dos eleitores paranaenses, nomes “[...] *avantajadamente conhecidos no Estado, pelo seu civismo e dedicação à causa publica [...]*” e em quais: “[...] *temos a confiante esperança de sua boa aceitação por parte do eleitorado paranaense*”, já que neles: “[...] *se vê a garantia do trabalho em prol da prosperidade do nosso Estado.*”⁸

Dentre os pujantes nomes elencados pelo partido Republicano para essa disputa política, estavam: Francisco de Almeida Torres, Manoel de Alencar Guimarães, Brasilino Ferreira da Luz, Manoel José de Faria e Albuquerque, Alberto Ferreira de Abreu, Alberto José Gonçalves, Leôncio Correia, Eduardo Augusto de Vasconcellos Chaves, João das Chagas Pereira, Arthur Ferreira de Abreu, Theodoro Julio dos Santos, Joaquim Antonio de Loyola, José Jacyntho de Linhares, Arsênio Gonçalves Cordeiro, Frederico Ernesto Wirmond, Francisco Caetano do Amaral, Balduino de Almeida Taques, Francisco Marques Pereira da Silva, Rodrigo Nery do Canto e Domingos Nascimento.⁹

Aspecto interessante dessa eleição para o Legislativo paranaense de 1893 é que todos os eleitos provinham do Partido Republicano, sendo nula a participação de qualquer outra agremiação política, contudo, conforme fora destacado no jornal “*A República*”: “*Não foi nem podia ser o intuito do partido republicano a eliminação nas urnas de representantes de outros em minoria.*”¹⁰ Com a falta de organização dos demais partidos, o PRP teve necessidade de, na última hora, recomendar o nome de mais dez correligionários, para que, assim, pudessem ocorrer as eleições na data prevista.

O número de votos segue na sequência do nome dos eleitos: Leôncio Correia (5376), Almeida Torres (5352), Alencar Guimarães (5343), Domingos Nascimento (5342), Eduardo Chaves (5303), Faria Albuquerque (5291), Joaquim Loyola (5282), Alberto

⁷ CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO ESTADO DO PARANÁ (1892). Apud: FANCKIN, Reginaldo. *Sistema Constitucional do Paraná: contribuição à história política do Estado*. Curitiba: Poder Legislativo, 1974. p. 60.

⁸ “A eleição”. *A República*. Curitiba, 7 jun. 1893, p. 1-2.

⁹ “A eleição”. *A República*. Curitiba, 7 jun. 1893, p. 1-2. Cabe destacar que, segundo a Constituição de 1892, então em voga, poderiam ser candidatos ao Legislativo todos os eleitores, ou seja, os cidadãos brasileiros, maiores de 21 anos que soubessem ler e escrever.

¹⁰ *A República*. Curitiba, 28 jun. 1893, p. 1.

Gonçalves (5273), Cônego Linhares (5264), Chagas Pereira (5252), Theodorico Santos (5172), Alberto de Abreu (5157), Arthur de Abreu (5096), Brasilino Luz (4777), Balduino Taques (4346), Caetano do Amaral (4333), Frederico Wirmond (4310), Arsênio Cordeiro (4194), Francisco Marques (4133), Rodrigo Nery (3882), José Carvalho (3354), Octávio do Amaral (3045), Luiz Maciel (2897), Joaquim Pedrosa (2777), João Pacheco (2768), Carlos Cavalcanti (1931), José Correa (1813), Almeida Sebrão (1807), Eduardo Torres (1777) e Oliva Alcântara (1673). Não foram eleitos João Gualberto (1171) e José Senna (947).¹¹

Anunciados os eleitos, no dia 17 de agosto iniciaram-se os trabalhos na Assembleia Legislativa do Paraná para o biênio de 1893/1894. Esses deputados tinham como atividade principal organizar a Reforma Constitucional, especialmente no que tangia às atividades do poder judiciário. A Constituição de 1892 era motivo de crítica constante por parte de políticos e juristas, devido especificamente à soma excessiva de atribuições dadas aos agentes do judiciário, o que acabava por causar embaraços, bem como ficava ameaçava a autonomia, assegurada na Constituição, dos três poderes.

De acordo com a Constituição de 1892, o poder judiciário ficou dividido entre o Superior Tribunal de Justiça do Estado, os juizados de direito das comarcas e os juizados distritais. Foram atribuídos ao Superior Tribunal de Justiça os poderes de, entre outros, julgar em grau de recurso as sentenças e decisões dos juizados das comarcas e dos distritos, julgar os crimes de responsabilidade dos ministros do Superior Tribunal de Justiça e dos demais juizes do Estado, decidir a respeito dos conflitos envolvendo autoridades jurídicas, assim como dos outros poderes, interpretar, de modo obrigatório e definitivo, as leis do Estado, resolver a constitucionalidade ou não de qualquer medida legislativa ou executiva. Em relação aos magistrados de direito das comarcas, eram atividades destes: processar e julgar em suas respectivas comarcas todas as causas de sua alçada, julgar as causas que pertencerem às jurisdições distritais, exercer a função de juizes de casamentos, presidir júris, julgarem, em grau de apelação, as decisões dos juizados distritais, conceder *habeas-corpus* em suas comarcas. Aos juizes distritais ficou estabelecido que lhes caberiam: exercer, nos distritos, as funções de juizes de casamento, fazer parte dos tribunais correccionais, aquilatar as causas pertencentes aos antigos juizes municipais e apreciar os casos ligados aos seus respectivos distritos.¹²

¹¹ *A República*. Curitiba, 4 jul. 1893, p. 2.

¹² CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO ESTADO DO PARANÁ (1892). Apud: FANCKIN, Reginaldo. *Sistema Constitucional do Paraná: contribuição à história política do Estado*. Curitiba: Poder Legislativo, 1974. p. 72.

Para muitos críticos da Constituição, era preciso fazer alterações no sentido de garantir mais claramente a independência dos poderes, sem anular forças ou criar supremacias, especialmente em relação às atividades do Supremo Tribunal de Justiça. Também havia reclamações generalizadas, em relação à Constituição de 1892, no que diz respeito à autonomia dos municípios em relação ao Estado, autonomia que precisaria ser reforçada com mais veemência.¹³

No que concerne a este outro ponto crítico da autonomia, a Constituição então em vigor no Estado do Paraná admitia, por exemplo, que os municípios eram autônomos na gestão de seus negócios, portanto, independentes da sanção do Estado e do Governo Federal. Aos municípios cabia a administração de todo o patrimônio municipal, o pagamento das despesas legais do município com seu funcionalismo, a construção e a manutenção de obras de utilidade pública (sem especificar quais) e a organização de polícias municipais. A falta de clareza existente na Constituição no que diz respeito às incumbências dos municípios era um grande motivo de reclamações por parte de políticos, juristas e advogados. Havia a necessidade de Reformas Constitucionais que dessem resposta a essas incômodas lacunas legislativas.

Assim que assumiram seus cargos, os novos deputados iniciaram as votações das comissões. Para a comissão de constituição, que seria composta de cinco membros, foram eleitos: Domingos Nascimento (11 votos), Brasilino Luz (11 votos), Francisco Torres (10 votos), Eduardo Chaves (10 votos) e Joaquim Pedrosa (6 votos). Cabe destacar que cada deputado podia votar três vezes em candidatos diferentes. Essa comissão teria a incumbência de redigir um projeto para a Reforma Constitucional, cujo relator foi Nascimento.

Após ter redigido o projeto de reforma, dirigiu-se ao plenário para apresentá-lo a seus colegas deputados. Segundo ele, tratava-se de um documento importantíssimo, que demonstrava todo o árduo dever dos encarregados em produzi-lo e que, embora a deficiência intelectual espreitasse os membros da comissão, ele significava todo o patriotismo e abnegação pelo Paraná e seu povo que aqueles deputados sentiam. Na opinião de Nascimento, a Reforma Constitucional naquele momento apresentada era um misto de inovação e de conservação, e isso, segundo ele, era um evidente respeito para com as classes conservadoras, mas que deixava margem para os melhoramentos exigidos: “[...] *pela evolução progressista do novo, dentro do regimem republicano. [...] teve de se*

¹³ FANCKIN, Reginaldo. *Sistema constitucional do Paraná: contribuição à história política do Estado*. Curitiba: Poder Legislativo, 1974. p. 78.

recorrer aos melhores livros de doutrina política, teve de se compulsar as [...] leis orgânicas de diversos Estados.”¹⁴ E continuou:

A confecção no nosso trabalho, foi estabelecido na harmonia dos diversos poderes [...] independentes entre si, afim de que a doutrina governamental não sofresse choques, [...] sem prejuízo. As leis fracas produzem governos fracos; e quem tem a perder com isso é o povo, por que não lhe podem inspirar confiança os seus agentes directos.¹⁵

E quanto aos pontos críticos da Constituição de 1892, Domingos Nascimento evidenciava que a questão da independência e da harmonia entre os três poderes foi um ponto nevrálgico debatido pela comissão. Quanto à reforma municipal, algum tempo foi gasto no debate a respeito da ampliação dos poderes dos municípios e em uma maior autonomia destes em relação ao Governo do Estado.

E, de acordo com o referido projeto, ficava estabelecido, em relação ao poder judiciário, que este, de acordo com seu artigo 1º, era: “[...] *componente do aparelho administrativo, harmonico com os dois outros poderes, sem prejuizo de sua independencia [...] será exercido por um Superior Tribunal de Justiça com séde na Capital e jurisdição em todo o Estado.*”¹⁶ E, em outro artigo, que: “*As nomeações dos Juizes de Direito e de outros juizes que forem creados por lei, serão feitas pelo Poder Executivo de entre os bacharéis ou doutores formados por algumas das Faculdades de Direito do Paiz.*”¹⁷

Na 2ª sessão, a respeito dos municípios, ficou estabelecido, no projeto de Domingos Nascimento e seus colegas de comissão, que: “*O Município que não estiver em condições de satisfazer as exigencias dos seus serviços, poderá reclamar do Poder Executivo a sua anexação a outro qualquer Municipio limitrophe.*” Na seqüência estabeleceu que: “*Caso o Município, pelas suas condições precárias não possa prover suas despesas, o Poder Executivo, verificada esse deficiência de méis, mesmo sem reclamação, poderá annexal-o a outro, sujeitando esse acto ao Congresso.*”¹⁸ Em outro momento da mesma sessão, em relação às leis orgânicas municipais:

Si no prazo fixado [que foi de um ano a contar da promulgação da Reforma] o Municipio não estiver organizado [sua lei orgânica] segundo as prescripções estabelecidas nesta Reforma Constitucional, compete ao Poder Executivo do Estado, organisal-o, dando-lhe uma constituição e sujeitando esse acto ao Congresso Legislativo.¹⁹

¹⁴ *A República*. Curitiba, 17 set. 1893, p. 1-2.

¹⁵ *A República*. Curitiba, 17 set. 1893, p. 1-2.

¹⁶ *A República*. Curitiba, 17 set. 1893, p. 2.

¹⁷ *A República*. Curitiba, 17 set. 1893, p. 2.

¹⁸ *A República*. Curitiba, 17 set. 1893, p. 2.

¹⁹ *A República*. Curitiba, 17 set. 1893, p. 2.

Muitas divergências a respeito deste projeto de Reforma ocorreram na Assembleia Legislativa, especialmente em relação ao deputado Leôncio Correia e os já referidos membros da comissão de Constituição. De acordo com Leôncio Correia, o artigo 1º da 1ª sessão do projeto revisionista, do modo como estava disposto, consagraria o princípio contraditório e falso de que o poder judiciário seria parte componente do aparelho administrativo do Estado. Acreditar que o judiciário é um poder político, segundo o jornalista paranaense, seria o mesmo que retroceder pelo menos 100 anos, quando o domínio dos três poderes ficava sob a custódia absoluta do monarca, e especialmente a justiça emanava do rei. Essa crença, de acordo com o deputado: “*Encerra em si uma idéia subversiva de todas as gloriosas conquistas do Direito Público moderno, opulentas com o concurso inestimável e complexo das ciencias sociológicas.*”²⁰

Leôncio Correia acusava os membros da comissão de Constituição de não terem se detido mais demoradamente sobre essa questão, de não terem refletido racionalmente sobre o que haviam redigido. Inclusive suas críticas também se dirigiam ao artigo 2º do projeto, o que tratava da eleição dos magistrados. Para ele, a escolha se daria em benefício do magistrado que tivessem a idade mais avançada. No projeto de Domingos Nascimento e seus companheiros, a escolha dos juizes se daria por uma lista tríplice à escolha do chefe do poder Executivo do Estado.

Para a sessão 2ª, a respeito dos municípios, as críticas de Leôncio Correia foram mais enfáticas, comparando o projeto de constituição às determinações absolutistas dos czares russos. Questionava, por exemplo: “*Com que direito o poder executivo invade autocraticamente a economia da vida municipal, e impõe-lhe a humilhação de se annexar a outro município, sem que isso proceda um pedido prévio?*”²¹

Depois das colocações de Leôncio Correia, foi dada a palavra à Domingos Nascimento para que defendesse as concepções presentes no projeto por ele escrito juntamente com seus parceiros de comissão. Segundo o autor paranaense: “[...] *o illustre collega que acaba de fallar esta affastado do verdadeiro sentimento democratico. [...] republicano sincero, sinceras e simples serão as minhas palavras de contristação.*”²² E deste modo deu início à sua fala combatendo a concepção de Leôncio Correia de que o poder judiciário não faz parte da máquina administrativa. Para o Autor paranaense, do contrário, o judiciário representava, sim, um poder político, mas não partidário como deu a entender seu colega. Em seu ponto de vista: “*Desde que o poder judiciário seja parte*

²⁰ *A República*. Curitiba, 21 set. 1893, p. 1-2.

²¹ *A República*. Curitiba, 21 set. 1893, p. 1-2.

²² *A República*. Curitiba, 21 set. 1893, p. 1-2.

componente do aparelho administrativo; desde o momento em que os três poderes de que se compõe o governo devam existir com harmonia, tem aquelle de ser um poder politico.”²³

Domingos Nascimento achava um completo absurdo a confusão que Leôncio Correia havia feito entre o poder político e o poder partidário. Não havia maior sinônimo de irracionalidade do que acreditar que os julgamentos e as atividades jurídicas de um modo geral estariam imersas em uma completa imparcialidade e que interesses políticos não interferissem nas decisões dos indivíduos. Acrescentava que as utopias e as concepções platônicas da sociedade deveriam ficar fora dos debates em torno das Reformas na Constituição. E assim referia-se Nascimento:

Antigamente quando fazíamos propaganda, pouco nos importávamos com a questão pratica: – queríamos a Republica. Íamos para a imprensa, para a tribuna, para a praça publica e pedíamos – Republica, Republica, Republica! Temos, porem, reconhecido pela observação e pela experiencia, que nossa amplitude democratica tem nos prejudicado, e, portanto, devemos restringi-la.²⁴

Nota-se que, para Nascimento, a democracia não era algo assim tão positivo quanto para Leôncio Correia, já que o Autor mesmo menciona que: “*O que nós os membros da commissão estabelecemos para o poder municipal foi, não a doutrina democrática do illustre collega, que eu combato, mas aquillo que o período de transição exige.*”²⁵ Para ele, o Brasil passava por um delicadíssimo momento de transição, e, por esse motivo, a população não estaria acostumada a exercer seu direito de voto. A ampla participação popular no processo eleitoral faria com que, era sua opinião, a desordem se tornasse mais eminente, sem contar na possibilidade da eleição de pessoas indesejadas para o adequado processo de evolução e de modernização pelo qual o Brasil e o Paraná deveriam passar. E assim continua: “*Pretendi, pois, estabelecer no projeto justamente aquillo que estivesse de acordo com o momento político que atravessamos, não poderia ir mais adiante, porque as nossas condições não o permitem*”²⁶ Para Nascimento, esse período de transição exigia, sem dúvida, uma forma de governo que concentrasse o poder nas mãos do chefe do Executivo, numa espécie de ditadura consentida, ou seja, a sociocracia.

A sociocracia foi cunhada primeiramente por Augusto Comte e seria uma forma de governo com características autoritárias, pautada em princípios como, por exemplo, a evolução através da ciência e na marcha progressista permeada pela racionalidade, para que houvesse a manutenção da ordem pública. De forma que:

²³ *A República*. Curitiba, 21 set. 1893, p. 1-2.

²⁴ *A República*. Curitiba, 21 set. 1893, p. 1-2.

²⁵ *A República*. Curitiba, 21 set. 1893, p. 1-2.

²⁶ *A República*. Curitiba, 21 set. 1893, p. 1-2.

A ditadura, há de ser, pois, na opinião de Augusto Comte, a guardiã inviolável da ordem e do progresso. Porá termo ao parlamentarismo e, deste modo, tirará ao regime burguês o seu poder político. Monocrática e republicana, a ditadura procurará realizar a passagem do regime representativo para o ditatorial sem que a ordem sofra alteração. Importa que essa ordem seja sempre *instituída de cima*, sem provir de uma insurreição.²⁷

No sistema sociocrático estabelecido por Comte e bem visto por Benjamin Constant e até adotado por Júlio de Castilhos na primeira constituição sul-rio-grandense, ficava determinado que, ao Poder Executivo, caberiam os maiores poderes, sendo que, ao Legislativo ficariam somente as votações de caráter econômico, como, por exemplo, o orçamento anual. “*A par disso, ao invés da harmonia e divisão de poderes, preconizava a sua centralização nas mãos de uma única pessoa.*”²⁸ A já citada influência que Domingos Nascimento recebeu tanto de Constant quanto de Castilhos explica a sua tentativa, frustrada, em delegar maiores poderes ao executivo estadual na eleição dos juízes e também na questão orçamentária dos municípios.

Nota-se que o objetivo era fazer com que, diminuindo o poder do Legislativo, determinados setores da sociedade, como, por exemplo, a burguesia, não se sentisse privilegiada e, por conseguinte, haveria uma abertura para a participação política do proletariado, ainda que essa participação fosse extremamente subordinada ao poder ditatorial do Executivo.²⁹

Essa não parlamentarização na elaboração das leis e na votação de emendas e de projetos consistia em atribuir ao Executivo tarefas então destinadas ao Legislativo. Ao chefe político caberia a tarefa de elaborar as leis, publicá-las e estabelecer um prazo para a apreciação de emendas. Após a exposição das emendas por parte dos deputados, aquele era: “[...] *livre para aceitá-las ou recusá-las, cabendo tão-somente expor de público as razões da decisão.*”³⁰

Um dos alicerces da sociocracia era a continuidade política, ou seja, havia a preocupação em manter uma linha sucessória que possuísse as mesmas concepções políticas e que, acreditava-se, trabalharia em torno dos mesmos projetos. A sucessão do Executivo não seria realizada através de eleições diretas tendo o povo como personagem

²⁷ COSTA, João da Cruz. *Augusto Comte e as origens do positivismo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959. p. 133.

²⁸ PAIM, Antônio. *História das idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Convívio; Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1984. p. 107.

²⁹ CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 41.

³⁰ PAIM, Antônio. *História das idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Convívio; Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1984. p. 108.

principal, mas, sim, por meio da livre escolha por parte do governador/ditador. Assim sendo, o poder seria passado de forma sociocrática, através de escolha, ainda que pessoal, o que acabava por distinguir esse sistema político da teocracia, em que a escolha é absolutamente extinta.³¹

Foi pautada nessa série de crenças que a Reforma Constitucional foi escrita por Domingos Nascimento e seus colegas e debatida pelo conjunto de deputados da Assembleia. No fim dos debates, os membros da comissão de constituição acusaram Leôncio Correia de fazer críticas vãs, sem intenção de realmente ajudar no debate do projeto e mais, chegaram a afirmar que o deputado não havia lido completamente o documento ou não teria feito de maneira correta, pois demonstrava não ter prestado atenção ao que fôra escrito por seus colegas.

No dia 14 de outubro de 1893, a Reforma Constitucional foi promulgada, com algumas alterações, como, por exemplo, no que diz respeito especificamente a o poder judiciário ser ou não ou poder político. Sendo assim, foi suprimida do artigo 1º a debatida frase de que o poder judiciário é componente do aparelho administrativo e somente restou dela a garantia da independência entre os poderes.³²

Também sofreram alterações as leis que estabeleciam ao Poder Executivo Estadual a possibilidade de anexar algum município em dificuldades financeiras sem um pedido prévio deste. Assim como foi suprimida a interferência do Governo Estadual caso houvesse atraso na produção das leis orgânicas municipais.³³ Vê-se que, a exemplo de Leôncio Correia, a maioria dos deputados não era favorável a uma Constituição pautada na sociocracia comteana.

Antes da promulgação desse documento, Domingos Nascimento já havia sido designado, pelo Exército brasileiro, para guarnecer a fortaleza de Paranaguá por conta do perigo eminente representado pelo avanço dos federalistas pelo sul e pela Armada ao norte. Por conta desse repentino afastamento da Assembleia Legislativa do Paraná, o nome do Autor paranaense acabou por não constar na Reforma Constitucional de 1893. Em janeiro de 1894, a baía de Paranaguá seria invadida pelas forças revoltosas.

Em 1894, Domingos Nascimento tentou pleitear sua candidatura para a Assembleia Legislativa Federal. Sobre este episódio destaca Euclides Bandeira, que Nascimento teria sido influenciado pelo:

³¹ LEMOS, Renato. *Benjamin Constant: vida e obra*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. p. 451.

³² REFORMA DA CONSTITUIÇÃO. Apud: FANCKIN, Reginaldo. *Sistema Constitucional do Paraná: contribuição à história política do Estado*. Curitiba: Poder Legislativo, 1974. p. 87.

³³ REFORMA DA CONSTITUIÇÃO. Apud: FANCKIN, Reginaldo. *Sistema Constitucional do Paraná: contribuição à história política do Estado*. Curitiba: Poder Legislativo, 1974. p. 89-90.

[...] unânime consenso de seus correligionários, que lhe reconheciam o inestimável serviço de ter sido, na imprensa em memoráveis artigos fulgurantes, o clarim que unira a desmantelada grei. Era [a Assembléia Legislativa Federal] seu lugar, por direito de conquista e justiça.³⁴

Conforme, contudo, destaca Euclides Bandeira, tal nomeação do Partido Republicano do Paraná não teria saído já que, por “*influências oligárquicas*”, com “*negra injustiça*” e “*flagrante ingratidão*,” seu nome foi preterido para a candidatura como deputado federal. Em detrimento de seu nome, candidataram-se, pelo Partido Republicano, Lamenha Lins, Manoel Alencar Guimarães, Francisco de Almeida Torres e Brasilino da Luz. Para o Senado candidatou-se Vicente Machado da Silva Lima. Sobre sua não participação nesse pleito, Nascimento escrevia em carta endereçada a seu amigo e então proprietário do jornal “A República”: “*Aproveito o momento, para declarar aos meus amigos políticos e particulares, que não sou pretendente aos sufrágios para o Congresso Federal.*” Acreditava que: “[...] *não tenho o direito de exigir dos meus patrícios o sacrifício do voto, quando o partido republicano a que pertencemos já tem a escolha dos seus futuros representantes ao Congresso.*”³⁵ Mesmo com essa aparente decepção, Domingos Nascimento reafirmava que se mantinha ligado, inquebrantavelmente, a essa instituição partidária, por amor ao Paraná e à República.

Há a necessidade de mencionar que algumas das pessoas que escreveram a respeito da vida política de Domingos Nascimento, muitas vezes publicaram dados questionáveis, por não se deterem na documentação existente, que, apesar de mínima, oferece inúmeras possibilidades de análise. É o caso, por exemplo, de Zélia Maria Sell, sobrinha neta de Nascimento, que apresenta duas informações contraditórias a respeito do Autor paranaense. Em um de seus textos afirma que este teria sido: “*Eleito deputado estadual em várias legislaturas*”³⁶, sem especificar, no entanto, quais vários momentos foram esses. Em outro texto apologético informa que Nascimento teria exercido “*mandato de deputado federal*”³⁷, o que de fato nunca ocorreu.

No mesmo sentido, só que mais grave, por se tratar de uma produção acadêmica, que, *a priori*, deveria ter como foco a busca por fontes e a análise crítica da documentação, Diogo Rodrigues Puchta, em sua dissertação de mestrado, afirma que Nascimento: “*Freqüentou o congresso estadual durante três mandatos: no final do século XIX, biênios*

³⁴ FARIA, Raul. *Autobiografia: vultos de nossa literatura*. vol. I. Curitiba: s/ed, 1990. p. 136.

³⁵ *A República*. Curitiba, 21 set. 1894. p. 1.

³⁶ SELL, Zélia Maria do Nascimento. “Domingos Virgílio do Nascimento”. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná*. Curitiba: IHGPR, 2002. p. 69.

³⁷ SELL, Zélia Maria do Nascimento. “Domingos Nascimento, sua vida, sua obra” In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná*. Curitiba: IHGPR, 2007. p. 185.

1894-1895 e 1896-1897, e no início do século XX, biênio 1906-1907.”³⁸, sem, no entanto, mencionar de onde teria tirado tais informações.

Diante da circunstância de ser enjeitado para a continuidade de sua vida política, coube a Euclides Bandeira concluir que: “*A política foi a nefasta e perturbadora dama de olhos verdes de Domingos. [...] Foi ainda a política que, às vezes sem conta, lhe chegou aos lábios a transbordante taça de amargores [...] e ainda foi*“ [...] *dela lhe vieram os mais certos golpes que ele procurava cicatrizar, refugiando-se nas de opala de inspirados versos, pelos luminosos intermúndios da Arte.*”³⁹ Assim, para apaziguar os ânimos exaltados nos debates e nas disputas políticas, bastava a Domingos Nascimento refugiar-se nos livros e na escrita deles.

1.3: Domingos Nascimento: o poeta simbolista

Toda a manhã consumida
como um sol imóvel
diante da folha em branco:
Princípio de mundo, lua nova.
(...)
A noite inteira o poeta
em sua mesa, tentando
salvar da morte os monstros
germinados em seu tinteiro.
(...)
(João Cabral de M. Netto. *A lição de poesia.*)

A respeito de Domingos Nascimento, escreve Ermelino de Leão que: “[...] *o principal traço de sua notável personalidade foi o de artista, o de intellectual.*”¹ Isso, porque, segundo esse autor, Nascimento entregava-se, como a nenhuma outra de suas atividades, com incrível paixão para a arte, especialmente à música e à poesia. Da primeira era “*quase um fanático*” e, por conta disso: “[...] *era enternecedor vê-lo radiante entre os filhos que formavam um trio harmônico, em que, em mãos infantis já falava com alma o*

³⁸ PUCHTA, Diogo Rodrigues. *A formação do homem forte: educação física e gymnastica no ensino público primário paranaense*. Dissertação [Mestrado] UFPR, Curitiba, 2007. p. 41.

³⁹ FARIA, Raul. *Autobiografia: vultos de nossa literatura*. vol. I. Curitiba: s/ed, 1990. p. 135.

¹ LEÃO, Ermelino de. “Domingos Nascimento”. In: *Dicionário histórico e geográfico do Paraná* (vol. III) Curitiba: Gráfica Paranaense, 1926. p. 518.

*violon.*² Para a segunda dedicava-se com talento e alegria. Segundo Euclides Bandeira, quando questionado sobre as qualidades poéticas do amigo: “*Poeta? Sim. Dos mais ativos, oh! dos mais raros diamantes de primeira água.*”³

Como poeta escreveu em 1883, ainda, portanto, na Escola Militar da Praia Vermelha, a obra “*Revoadas*”⁴ e, posteriormente, no Rio Grande do Sul publicou, também em versos, o livro “*Trenos e Arruídos*”⁵, dos quais, infelizmente, não foi encontrado nenhum exemplar. Essas duas obras iniciais do Autor paranaense destacam-se como seu primeiro período literário. Nesse momento de descobertas, suas poesias estavam em uma fase de transição entre a poesia realista social, característica do movimento literário parnasiano e do simbolismo, mais ligado à subjetividade e a um conseqüente afastamento dos problemas sociais.⁶ A poesia de Nascimento é de difícil classificação, por estar ainda deslocada tematicamente dos temas preferenciais dos simbolistas. Vê-se, por exemplo, em seu poema “*Trenos e Arruídos*”⁷, que dá título a sua segunda obra:

Descem das serras os pássaros festivos;
E, o sol que a luz derrama e vai descendo,
Entre frouxéis seus ninhos vão tecendo,
-Fardos, célebres, lépidos, esquivos.

Como leve cortina alvinitente,
À brisa que arfa, os nevoeiros densos
Vão se enrolando pressurosamente,
Em grossos flocos de azul pelo azul suspensos.

Ruflar de asas, aves pipilando,
Chilros, aromas, flores, pedrarias...
- Passam, repassam, madrigais cantando
Os aldeões em ruídos e alegrias.

Letras, ciências, artes, torvelinhos,
Progresso, evoluções, crenças, atraso...
- E a paz, e à guerra, e aos ódios e aos carinhos,
Covardemente o sol tomba ao acaso!

Silêncio, arfar de peitos, luar de opala,

² FARIA, Raul. *Autobiografia: vultos de nossa literatura*. vol. I. Curitiba: s/ed, 1990. p. 134.

³ Apud: LEÃO, Ermelino de. “Domingos Nascimento”. In: *Dicionário histórico e geográfico do Paraná* (vol. III). Curitiba: Gráfica Paranaense, 1926. p. 519.

⁴ NASCIMENTO, Domingos. *Revoadas*. Rio de Janeiro: Tipografia Gutenberg, 1883.

⁵ NASCIMENTO, Domingos. *Trenos e arruídos*. Porto Alegre: Gundlach, 1887.

⁶ BEGA, Maria Tarcisa Silva. *Sonho e invenção do Paraná: geração simbolista e a construção de identidade regional*. Tese [Doutorado em Sociologia] USP, São Paulo, 2001. p. 329. MURICY, Andrade. *Panorama do Movimento Simbolista Brasileiro*. Brasília: Conselho Federal de Cultura e Instituto Nacional do Livro, 1973. p. 240.

⁷ NASCIMENTO. “Trenos e Arruídos”. In: NASCIMENTO, Domingos. *Trenos e arruídos*. Porto Alegre: Gundlach, 1887. p. 1-2. Apud: CAROLLO, Cassiana Lacerda. *Decadismo e simbolismo no Brasil: crítica e poética*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; Brasília: INL, 1980. p. 42. vol. 2.

A orgia, o crime, os camarins, as velas...
- E a lua cheia pelo azul resvala
Entre um cortejo esplêndido de estrelas.

Também os nossos corações, a flux
Das ondas revoltosas das sentidos,
Sonham, despertam, entre a treva e a luz,
- N'um concerto de trenos e arruídos.

Referente à temática deste poema, verifica-se que ela apresenta ainda uma ponta da crítica social e do apego a realidade que os parnasianos tinham em grande consideração, como no caso da presença dos termos “lutas”, “ciências”, progresso”, “evoluções”, “orgias”, “crimes”, entre outras do tipo. Essas referências ao “mundo real” coexistiam com uma visão mais subjetiva da paisagem, ao retratar a brisa, os cheiros, as cores, os sons dos pássaros no entardecer azulado, ou seja, as sensações profundas e mais pessoais. A sinestesia – essas impressões sensoriais através das palavras – era uma constante no simbolismo, assim como o uso de algumas palavras em letra maiúscula, temáticas vinculadas ao misticismo, crepúsculo, mistério, ao vago, oculto, onírico, transcendental, ao individualismo, à tragicidade e o uso de referências às cores claras, ao nublado, às paisagens que sugestionam neve, entre outros.

As rimas de “*Trenos e Arruídos*” ainda são muito fixas, pois sempre o primeiro verso de cada estrofe irá rimar com o terceiro e o segundo necessariamente com o quarto, tecendo o que os estudiosos chamam de verso 1212. Essa fixidez também era uma característica importante nos versos parnasianos, que foi quase abandonada pelos simbolistas. Para estes últimos, a rima e métrica não eram tão fixas e a escrita dos versos era mais livre, com uma maior flexibilidade e variação. Tratava-se de um poema mais fluído e musical, menos mecanizado que o parnasiano, o que ocorria: “[...] *por meio de certos recursos expressivos, como a atenuação e deslocamento das tônicas, o uso do dístico, a repetição sistemática de palavras e frases, que dão ao poema uma força por vezes sonambúlica de envolvimento.*”⁸

Especificamente em relação a essas primeiras poesias de Domingos Nascimento, ainda não é possível falar de uma produção simbolista no sentido mais exato do termo, mas, sim, que ela contém traços tanto desse movimento, quanto do parnasianismo, bem como do decadismo francês. Esses traços, à primeira vista tão díspares, muitas vezes se

⁸ CANDIDO, Antonio; CASTELLO, José Aderaldo. *Presença da literatura brasileira II: Romantismo, Realismo, Parnasianismo, Simbolismo*. São Paulo: Difel, 1981. p. 104.

confundem.⁹ Aliás, nesse momento, ou seja, na década de 1880, não havia qualquer poema que se inserisse completamente no simbolismo, mesmo porque este movimento ainda estava em seu período gestacional, pois seu verdadeiro alvorecer se daria somente em 1893, como a publicação de “*Missal e Broqueis*” por Cruz e Souza, considerado seu poeta exponencial máximo.

De modo geral, no Brasil, o movimento simbolista não angariou muitos adeptos se comparado ao romantismo, realismo e mesmo ao parnasianismo. Era mesmo “[...] considerado corpo estranho, excrescência exótica, no conjunto de nossas letras. Sem dúvida, muito apresenta de aparentemente imprevisto, até de chocante, considerado na linha, digamos, normal, da nossa evolução literária.”¹⁰ Essa sensação de mal-estar e de deslocamento frente ao simbolismo provinha de seu rompimento com a visão, então em voga, da necessidade do poema preocupado com a realidade social, tal como apresentado pelo realismo, naturalismo e parnasianismo, que o precederam literariamente. Por isso é comum a consideração de que:

O Simbolismo não exerceu, no Brasil, a função relevante que o distinguiu na literatura européia, na qual o reconheceram por legítimo precursor o imaginismo inglês, o surrealismo francês, o expressionismo alemão, o hermetismo italiano, a poesia pura espanhola. Aqui, encravado no longo período realista que o viu nascer e lhe sobreviveu, teve algo de surto epidêmico e não pôde romper a crosta da literatura oficial.¹¹

Esse pequeno “*surto epidêmico*” que foi o simbolismo no Brasil é explicado por Muricy pela inadequação geográfica a que tal movimento estava destinado em terras tropicais. Seria difícil, nesse sentido, evocar os ambientes de névoa e de paisagens inverniais que os poemas simbolistas europeus sugeriam. Esse autor é enfático ao afirmar que: “*Somos um país voltado ao Naturalismo e ao Realismo.*”¹² Outra explicação, mais plausível para a limitada abrangência do simbolismo no Brasil, é a de que realmente este não teve o espaço necessário para seu crescimento, já que nasceu sob o domínio do parnasianismo e de uma poesia mais realista. Um retorno ao subjetivismo, tal como os poemas românticos de meados dos oitocentos, talvez não fosse o interesse de muitos dos poetas brasileiros na década final do século XIX.¹³

⁹ BEGA, Maria Tarcisa Silva. *Sonho e invenção do Paraná: geração simbolista e a construção de identidade regional*. Tese [Doutorado em Sociologia] USP, São Paulo, 2001. p. 58.

¹⁰ MURICY, Andrade. *Panorama do movimento simbolista brasileiro*. Brasília: Conselho Federal de Cultura e Instituto Nacional do Livro, 1973. p. 34.

¹¹ BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2006. p. 269.

¹² MURICY, Andrade. *Panorama do movimento simbolista brasileiro*. Brasília: Conselho Federal de Cultura e Instituto Nacional do Livro, 1973. p. 39.

E, assim, o simbolismo acabou por abranger, no Brasil, algumas regiões mais específicas, como São Paulo, Porto Alegre, Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná, especialmente, neste último caso: Curitiba.¹⁴ Especificamente em relação ao simbolismo paranaense, este foi mais duradouro do que nos demais locais em que se fez presente, se propalando até a década de 1920, enquanto no Brasil, de um modo mais geral, esse movimento entrou em decadência ainda em meados da década de 1910.¹⁵ Nos outros locais, seja no Rio de Janeiro, em Salvador, Recife, São Paulo, Porto Alegre ou Belo Horizonte: “[...] *havia manifestação coetânea dos vários gêneros vigentes.*” No caso paranaense, o que se observava era uma assimetria: “[...] *com o domínio absoluto do Simbolismo.*”¹⁶ Eram simbolistas, no Paraná, a absoluta maioria dos intelectuais que viveram os anos finais do século XIX e o início do XX, como, por exemplo, Rocha Pombo, Domingos Nascimento, Leôncio Correia, Emiliano Pernetá, Nestor de Castro, Dario Vellozo, Julio Pernetá, João Itiberê da Cunha, Ricardo Lemos, Silveira Neto, Santa Ritta, Romário Martins, Leocádio Cysneiros Correia, Tiago Peixoto, Leite Junior, Ismael Martins, Euclides Bandeira, José Gelbecke, Aristides França e Adolfo Werneck.

Essa grande penetração do simbolismo no Paraná é explicada de diversas formas pelos estudiosos da temática. Uma das explicações, comuns ao sociólogo francês Roger Bastide e a Andrade Muricy, refere-se à situação climática e geográfica vivida no Paraná. Para eles, o simbolismo paranaense foi uma manifestação em prol do desenvolvimento de um “Brasil diferente” daquele tropical, de clima quente e de sol tórrido. Era a tentativa de instaurar um Brasil de clima temperado, bruma esbranquiçada, pomares em flor e florestas virgens. Em Curitiba essa sensação de frio e de tempo brumoso adequava-se às intenções dos poetas do movimento.¹⁷

Segundo Bega, o Paraná tornou-se um centro simbolista por conta dos contatos com poetas belgas e franceses, especialmente as produções de Baudelaire, trazidas nas malas de João Itiberê da Cunha, que, em seu retorno ao Brasil, apresentou-se de maneira

¹³ OLIVEIRA, Luiz Cláudio Soares de. *Joaquim contra o paranismo*. Dissertação [Mestrado em Estudos Literários] UFPR, Curitiba, 2005. p. 31. Sobre as similitudes entre o romantismo e simbolismo, cabe destacar as reações desses dois movimentos em relação ao domínio do racionalismo na produção poética, o desgosto pelas soluções baseadas em teorias científicas e mecânicas, a contrariedade com a ascensão da burguesia industrial, além do que, ambos: “[...] *esperam ir além do empírico e tocar, com a sonda da poesia, um fundo comum que susteria os fenômenos, chame-se Natureza, Absoluto, Deus ou Nada.*” In: BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2006. p. 263.

¹⁴ MURICY, Andrade. *Panorama do movimento simbolista brasileiro*. Brasília: Conselho Federal de Cultura e Instituto Nacional do Livro, 1973. p. 39.

¹⁵ OLIVEIRA, Luiz Cláudio Soares de. *Joaquim contra o paranismo*. Dissertação [Mestrado em Estudos Literários] UFPR, Curitiba, 2005. p. 27.

¹⁶ BEGA, Maria Tarcisa Silva. *Sonho e invenção do Paraná: geração simbolista e a construção de identidade regional*. Tese [Doutorado em Sociologia] USP, São Paulo, 2001. p. 36.

¹⁷ BASTIDE, Roger. *Brasil: terra de contrastes*. Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, 1978. p. 212.

afrancesada, como Jean Itibére. A explicação climática, para a autora só não é suficiente para explicar o porquê de o simbolismo ter sido tão diferentemente abrangente no Paraná. Para ela, no Paraná houve a culminação de diferentes fatores que fizeram com que o simbolismo atingisse tal grau de aceitação no meio intelectual. Contribuiu para isso o fato de esses autores pertencerem a uma mesma geração biológica, pois haviam nascido entre as décadas de 1860 e 1880. Também conta a até então inexistência de experiências literárias anteriores no Paraná. Além disso, a presença de: “[...] *figuras dotadas de capital simbólico e carisma como Dario Vellozo e Emiliano Pernetta, cada um em seu estilo e traço de personalidade característico, capazes de aglutinar a juventude local [...]*”.¹⁸

A permanência do movimento simbolista no Paraná deve-se também ao espaço cedido pela imprensa para a publicação dos textos dos poetas.¹⁹ Por outro lado, deve-se considerar a existência de um público leitor que apreciava este tipo de literatura. Nesse período houve a criação de inúmeras revistas literárias, que publicavam essencialmente textos simbolistas. Dentre essas publicações, pode-se citar a revista do Clube Curitibano, de 1890; a “*Revista Azul*”, de 1893, de Julio Pernetta e Dario Vellozo; “*O Cenáculo*”, de 1895, de Dario Vellozo, Julio Pernetta, Antonio Braga e Silveira Netto; “*A Penna*”, de 1897, de Julio Pernetta e Romário Martins; “*O Sapo*”, de 1897, de Leocádio Correia, Gabriel Ribeiro, Theles Saldanha e Leite Junior; “*Turris Ebúrnea*”, de 1890, de Aluízio França; “*Azul*”, de 1900, de Santa Rita Junior, Evaristo Pernetta e Nicoláo dos Santos; “*Pallium*”, também de 1900, de Silveira Netto e Julio Pernetta; “*Avenida Leo Lino*”, de 1902, de Domingos Nascimento; e, por fim, “*Victrix*”, de 1905 de Emiliano Pernetta.

Havia ainda algumas publicações simbolistas mais voltadas para temáticas como o anticlericalismo, esoterismo, ilusionismo e formas literárias de satanismo, sobretudo nas revistas publicadas por Dario Vellozo, como em “*Jerusalém*”, “*Esfinge*”, “*Ramo de Acácia*”, “*Mirto e Acácia*”, “*Luz de Crótona*”, entre outras. Dentre os principais anticlericais paranaenses estavam Rocha Pombo, Julio Pernetta, Silveira Neto, Emiliano Pernetta e o já citado Dario Vellozo.²⁰ O anticlericalismo define-se como um movimento de

¹⁸ BEGA, Maria Tarcisa Silva. *Sonho e invenção do Paraná: geração simbolista e a construção de identidade regional*. Tese [Doutorado em Sociologia] USP, São Paulo, 2001. p. 87.

¹⁹ Não existem dados referentes ao público leitor de poesia simbolista no Paraná. Essa questão da recepção deste tipo de literatura no Paraná é uma lacuna a ser preenchida por estudiosos do tema.

²⁰ Vellozo foi o maior propagador do chamado neo-pitagorismo no Paraná, instaurando, em uma chácara nas imediações de Curitiba, o INP, Instituto Neo-Pitagórico. O neo-pitagorismo previa uma busca pelo eu-interior, aliando os ensinamentos da psicologia ocidental com influências orientais, republicanismos e influências cristãs. Inclusive, conforme indica DeNipotti, quando da morte de Vellozo, em 1937: “[...] sua mortalha foi um hábito de linho branco, como aquele que seus colegas ‘pitagóricos’ vestiam em suas reuniões.” DeNIPOTTI, Cláudio. “Um homem no mundo do livro e da leitura” In: *Revista de História Regional*. 6(2): 75-91, Inverno 2001. p. 75.

contrariedade ao clero e não a nenhuma religião específica. Os partidários eram contrários às intervenções dos religiosos na vida pública dos Estados e na particular dos indivíduos, pois: “Fundado na liberdade de agir, pensar e julgar, o anticlericalismo, enquanto manifestação do livre-pensamento, abominava quem abrisse mão dessa liberdade e se deixasse mover por simulações teatrais, como a missa e as procissões.”²¹ Domingos Nascimento também era anticlerical, tendo contribuído com poemas em todas as revistas curitibanas que expressavam esse ponto de vista. Somente não contribuiu com as revistas católicas, que foram criadas numa tentativa de oferecer combate aos simbolistas anticlericais.²²

São desse período suas poesias mais conhecidas, como “*Meu Lar*”, “*Mística*” e “*Versos de um decadente*”. Trata-se de sua segunda fase como poeta, em que apresenta uma produção mais amadurecida, suas poesias adquiriram um posicionamento simbolista mais engajado, sem as preocupações tão acentuadamente parnasianas com a rima e a métrica. Destaca-se, por exemplo, a esse respeito, em um trecho de “*Meu Lar*”:

Eu sou da terra dos lírios bravos
Que pendem a haste por sobre o mar
por entre lírios vermelham cravos...
Branco e vermelho... fico a cismar!
Fico a cismar nos lírios e nos cravos
Que pendem a haste por sobre o mar.

Minha casita branca de neve,
Com telhas rubras era um primor.
Minha casita, que encantos teve...
Hoje tapera, sem riso ou flor!
Fico a cismar na graça que já teve...
Com telhas rubras, era um primor!

Olha as moçoilas subindo os montes,
Chapéu de palha, saiote curto!
Belas morenas, descendo às fontes,
Bilhas à coifa, pezinho a furto...
Fico a cismar nas moças lá nos montes,
Chapéu de palha, saiote curto.²³
[...]

A temática ligada à realidade social é completamente abandonada e cede lugar a uma visão idílica e apaixonada do mundo. A fuga do real é constante. Ganha espaço

²¹ MARCHETTE, Tatiana Dantas. *Corvos nos galhos de acácias: o movimento anticlerical em Curitiba (1896-1912)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999. p. 34.

²² BEGA, Maria Tarcisa Silva. *Sonho e invenção do Paraná: geração simbolista e a construção de identidade regional*. Tese [Doutorado em Sociologia] USP, São Paulo, 2001. p. 332.

²³ MURICY, Andrade. *Panorama do movimento simbolista brasileiro*. Brasília: Conselho Federal de Cultura e Instituto Nacional do Livro, 1973. p. 245-246.

também a descrição das paisagens que remetem a cores, especialmente ao branco. Sentidos e sentimentos também se fazem presentes, formando uma narrativa de caráter saudosista e pastoril. A subjetividade assume um caráter central, deixando em segundo plano qualquer crítica social à realidade. Neste poema, o autor assume uma identidade guaraqueçabana, litorânea, marítima.

No que diz respeito às características mais técnicas, o poema aparece com uma fluidez maior, isto porque as rimas já não obedecem a regras tão rigorosas como anteriormente. E ainda há a presença de constantes repetições de palavras, que oferecem mais musicalidade à produção literária, tal como era frequência nas poesias simbolistas. Sobre este aspecto, destaca Raul Faria que, em relação a esse poema de Domingos Nascimento: “*É, como se vê, uma canção sem metro, entre o monossílabo e o decassílabo, livres na sua harmonia, versos em que há muita alma, uma explosão de sentimentos que se não uniformizam, rebentando o coração do poeta*”.²⁴

Nota-se uma grande ambiguidade envolvendo muitos dos poetas simbolistas paranaenses, a exemplo de Domingos Nascimento. Ao mesmo tempo em que, em suas poesias, expressavam toda a vontade de “fugir do mundo real”, das dificuldades cotidianas, das questões políticas e dos problemas sociais, em suas demais atividades se mostravam, sim, preocupados com essas questões mais mundanas, como na política, no jornalismo, e na vida militar, por exemplo. Havia uma separação entre a vida literária e a vida real, onde não empenhavam a condição de poetas. Essa separação era encarada por eles como sinal de dignidade e de moralidade frente à grande tarefa que era escrever poemas:

E justamente por essa dignidade, essa aristocracia moral, muitos deles se recusavam a certas competições no terreno da via civil, vindo a arcar com dificuldades econômicas, preteridos em suas justas aspirações a determinados cargos, relegados ao esquecimento quando se tratava de passar à frente dos outros ou reclamar direitos.²⁵

Acontece que a poesia não era encarada como um momento de fazer política ou crítica social. Valia mais a poesia pela poesia, pela musicalidade ali impressa, pelos sons das palavras. Os simbolistas se fechavam no sonho e não na realidade. A poesia era, para eles, uma “[...] *imersão no oceano de sonho*.”²⁶

²⁴ FARIA, Raul. *Autobiografia: vultos de nossa literatura*. vol. I. Curitiba: s/ed, 1990. p. 138.

²⁵ BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil: 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio: Academia Brasileira de Letras, 2004. p. 182.

²⁶ MURICY, Andrade. *Panorama do movimento simbolista brasileiro*. Brasília: Conselho Federal de Cultura e Instituto Nacional do Livro, 1973. p. 59.

Dentro desse grupo de poetas que viviam mais no sonho do que na realidade, Domingos Nascimento não era dos mais atuantes, sendo mesmo considerado um poeta menor, se comparado a Emiliano Pernetá, a Dario Vellozo, a Silveira Neto, a João Itiberê e a Júlio Pernetá, pois: “[...] *os compromissos profissionais impedem sua participação regular nos acontecimentos do dia-a-dia, quando o movimento gestava-se em Curitiba.*”²⁷ Nem por isso sua participação deixou de ser importante, já que foi um misto de suporte e de precursor do movimento simbolista paranaense. A ele coube:

[...] divulgar o ideário antes de qualquer outro e, mais tarde, garantir espaços político-institucionais para que os expoentes da tendência se movimentassem no espaço local, através de sua influência como liderança na hierarquia militar local e no campo político, como um defensor do ideário maçônico e anticlerical, constrói-se como uma figura ímpar no movimento.²⁸

Além de servir como uma espécie de sustentáculo do movimento no Paraná, atuando “por detrás dos panos”, através da publicação de jornais e de revistas, Domingos Nascimento ainda participou de algumas importantes instituições que estavam então no alvorecer, como, por exemplo, o Centro de Letras do Paraná e o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR). Em relação ao Centro de Letras, este foi fundado por Emiliano Pernetá e Euclides Bandeira, em 1912, com a função de preservar a produção cultural paranaense, através da publicação dos escritos dos seus membros. Essa instituição literária mais tarde fundiu-se à Academia de Letras do Paraná, originando, em 1936, a Academia Paranaense de Letras. Domingos Nascimento foi homenageado como patrono da cadeira nº 27 nessa última.

Quanto a sua participação no IHGPR, fundado em 1900, esta foi muito limitada, já que até 1916 esta instituição viveu momentos de altos e baixos, sendo constantemente fechada e reaberta. Sobre a criação do Instituto, Bega acredita em seu caráter artificial, já que, a seu ver, ele foi fundado mais pelo evento comemorativo em si do que para uma organização intelectual atuante. Nesse sentido:

Acresce-se a tal caráter [comemorativo], o papel que outras instituições como o Clube Curitibano, o Museu Paranaense e o Arquivo Público já desempenhavam, sendo o instituto mera duplicação de esforços, na defesa dos princípios com que forjavam a identidade paranaense.²⁹

²⁷ BEGA, Maria Tarcisa Silva. *Sonho e invenção do Paraná: geração simbolista e a construção de identidade regional*. Tese [Doutorado em Sociologia] USP, São Paulo, 2001. p. 329.

²⁸ BEGA, Maria Tarcisa Silva. *Sonho e invenção do Paraná: geração simbolista e a construção de identidade regional*. Tese [Doutorado em Sociologia] USP, São Paulo, 2001. p. 332.

²⁹ BEGA, Maria Tarcisa Silva. *Sonho e invenção do Paraná: geração simbolista e a construção de identidade regional*. Tese [Doutorado em Sociologia] USP, São Paulo, 2001. p. 124. Além de participante do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, Domingos Nascimento ainda foi convidado a ser membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, em 1902. Inclusive seu discurso de iniciação nessa

Nesse sentido, a busca pela instauração de uma identidade ao Paraná e aos paranaenses era o foco de um número considerável de instituições e perpassava também a produção de muitos intelectuais simbolistas do Estado. O movimento simbolista, considerado como uma pioneira tentativa de estabelecer uma literatura paranaense, é visto, nesse sentido, como iniciador das reflexões em torno do Paraná e de seus habitantes. Para além de poesias, seus membros partilhavam, nas reuniões literárias realizadas no Centro de Letras e no Instituto Histórico, concepções muito próximas sobre República, modernidade, progresso e organização social.

Na opinião de Bega, é essa tentativa de construir uma identidade regional que aproximou esses intelectuais e é um fator explicativo do número acentuado de simbolistas no Paraná, pois: “*Uma das características do simbolismo aqui produzido, combina traços de uma tendência literária que se quer universal e atemporal com um dia-a-dia de lutas paroquiais [...]*” de modo que apresentavam assim: “[...] *largos traços de paranidade.*”³⁰ A identidade pretendida pelos simbolistas paranaenses diria respeito a uma diferenciação do Paraná em relação ao restante do país, de forma a estabelecer distinções do tipo: tropical/temperado, parnasiano/simbolista e cafeeiro/ervateiro.³¹ É interessante notar que, para além de uma poesia que os distinguisse no cenário nacional (onde dominava o parnasianismo), os simbolistas buscavam fazer com que o Paraná fosse representado com predicados diferentes daqueles que comumente se viam no restante do Brasil – era o “*Brasil diferente*” ao qual se referiu Bastide.³²

Para Bourdieu, o discurso regionalista, tal como o apresentado pelos simbolistas paranaenses, tem características performativas, ou seja, pretende impor algumas concepções a respeito de uma determinada região, fazendo com que os indivíduos se reconheçam como pertencentes a ela. Tal identificação poderia ocorrer porque esses indivíduos sejam possuidores de determinadas práticas identitárias, como língua comum, comemorações, datas cívicas, emblemas, símbolos, interesses políticos ou mesmo aspectos relacionados à etnia e à religiosidade. Deste modo, o discurso regionalista

[...] está fundamentado na objectividade do grupo a que se lhe dirige, isto é, no reconhecimento e na crença que lhe concedem os membros

instituição encontra-se na íntegra em: NASCIMENTO, Domingos. *Pelo Dever*: discurso de iniciação no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Curitiba: Livraria Moderna, 1902.

³⁰ BEGA, Maria Tarcisa Silva. *Sonho e invenção do Paraná*: geração simbolista e a construção de identidade regional. Tese [Doutorado em Sociologia] USP, São Paulo, 2001. p. 83-84.

³¹ BEGA, Maria Tarcisa Silva. *Sonho e invenção do Paraná*: geração simbolista e a construção de identidade regional. Tese [Doutorado em Sociologia] USP, São Paulo, 2001. p. 84.

³² BASTIDE, Roger. *Brasil*: terra de contrastes. Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, 1978. p. 212.

deste grupo assim como nas propriedades econômicas e culturais que eles têm em comum.³³

Trata-se de um discurso “*autorizado à autorizar*”, ou seja, exige reconhecimento sobre aquele ou aqueles que o detêm. Nesse sentido, o grupo simbolista possuiria as credenciais para falar do e para o Paraná, seria autorizado para delimitar e pronunciar ontologicamente o Paraná.³⁴

Na sequência dos capítulos, a atenção se voltará para as concepções de Domingos Nascimento a respeito do Paraná e dos paranaenses, de modo que se saliente qual é a identidade que ele atribui aos seus conterrâneos ou que ele gostaria de que eles fossem possuidores. Daqui para adiante, a análise se pautará, portanto, em entender às tentativas de formulação e de fixação de uma personalidade própria ao Paraná por esse misto de militar positivista, de político republicano e de poeta simbolista.

³³ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 117.

³⁴ O simbolismo paranaense é, por vezes, confundido com o movimento paranista. Este último, segundo Maria Tarcisa Bega, Fabrício Leal de Souza e outros, seria utilizado indiscriminadamente para nomear todo e qualquer discurso que se propunha a pensar o Paraná durante a República Velha até o Estado Novo. De acordo com estes autores, o paranismo somente veio à tona em 1927, com a criação, por parte de Romário Martins, do Centro Paranista, praticamente chegando ao fim com o nacionalismo de Vargas. De modo incisivo, Fabrício Leal de Souza, em sua dissertação teceu várias críticas ao modo como Luis Fernando Lopes Pereira pensou o movimento paranista, em sua opinião demonstrando grande confusão entre o movimento literário simbolista e o paranismo. Esta discussão está pontualmente disposta em: BEGA, Maria Tarcisa Silva. *Sonho e invenção do Paraná: geração simbolista e a construção de identidade regional*. Tese [Doutorado em Sociologia] USP, São Paulo, 2001. p. 84. OLIVEIRA, Luiz Cláudio Soares de. *Joaquim contra o paranismo*. Dissertação [Mestrado em Estudos Literários] UFPR, Curitiba, 2005. p. 31. E, de um modo mais geral, em: SOUZA, Fabrício Leal de. *Nação e herói: a trajetória da intelectualidade paranaense*. Dissertação. [Mestrado] UNESP, Assis, 2002. PEREIRA, Luis Fernando Lopes. *Paranismo: o Paraná inventado: cultura e imaginário no Paraná da I República*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

II – DESVENDANDO O PARANÁ: O ROTEIRO DE UMA VIAGEM PELO INTERIOR DO ESTADO

O objetivo deste capítulo é perceber como Domingos Nascimento concebia o Paraná e seus habitantes tendo como objeto o meio natural, o território e os usos sobre estes. A tentativa de situar como a natureza e o espaço geográfico do Estado foram considerados pontos importantes pelo Autor, para a identificação dos paranaenses, particularmente quanto ao fortalecimento econômico do Paraná e da consequente forja de sentimentos de pertencimento a sua coletividade. A terra, o relevo, o clima, a vegetação, entre outros, são fatores identificatórios que parecem adquirir uma significativa importância na escrita de Nascimento, pois é a partir desse conjunto de elementos que, segundo ele, poderia construir-se a formulação do paranaense ideal.

Suas concepções a respeito do meio natural servirão como um norte para as reflexões sobre o Paraná, seja quanto às potencialidades econômicas permitidas com a utilização consciente de todo o vigor natural do Estado, o comprometimento com a racionalização da produção agrícola e a delimitação de fronteiras através do aproveitamento dos marcos naturais, como os rios, por exemplo. A natureza e sua utilização atuariam na obtenção de um Paraná moderno, progressista e de um ser paranaense racional e preparado para o futuro. Quanto mais o meio natural aparece como pujante e majestoso, mais o homem tem possibilidade de crescer e de progredir, do contrário também, pois uma natureza fraca e estéril, produz homens despreparados e covardes. O Paraná forte seria construído a partir de um meio natural também forte. Para Nascimento, natureza e identidade permeiam-se constantemente.

As temáticas proporcionadas pela relação entre os homens paranaenses, sua natureza e a formação de uma identidade regional ao Paraná exige primeiramente a reflexão sobre como Domingos Nascimento teve seus primeiros e mais intensos contatos com o meio natural do Estado, através da análise da obra “Pela Fronteira”.¹ Nesta, o Autor reflete a viagem que realizou pelo interior paranaense. Ali descreve suas impressões a respeito do que havia testemunhado nessa “*difícil empreitada*”. Através dessa viagem, Nascimento exerceu uma primeira reflexão sobre o Paraná, já que não conhecia de antemão as regiões visitadas e parece ser por meio dela que, posteriormente, tem condições de escrever as demais obras referentes ao Paraná, especialmente “Flora Têxtil do Paraná”² e “Hulha Branca no Paraná”.³

Tendo como fio condutor aquela narrativa de viagem, neste primeiro momento do capítulo a análise se pautará em entender os diferentes olhares lançados pelo Autor sobre a natureza que o conduzia pelos “sertões” paranaenses. São olhares que tinham significados diferentes, ou seja, negativos quando a natureza de alguma forma impedia a passagem do progresso e se dispunha de forma desorganizada e, por outro lado, positivada quando se evidenciava a beleza, o vigor e a possibilidade de lucro e de crescimento econômico com sua utilização.

Na sequência, a natureza paranaense é retratada em sua forma mais fascinante, pois serão foco da análise os projetos de Nascimento para a sua utilização. Ganham forma, por exemplo, os planos em relação à utilização da energia hidráulica proporcionada pela grande quantidade de quedas d’água em todo o território paranaense, a produção de tecidos a partir de fibras naturais abundantemente encontradas no Paraná, o funcionamento de indústrias das mais variadas especialidades e o crescimento da agricultura em geral.

Toda essa preocupação de Nascimento com o crescimento econômico através da utilização da natureza era acompanhada de outras questões inerentes àquele período histórico, quais sejam, a utilização intensa de máquinas, de novas técnicas e tecnologias de produção e sua apreciação em exposições dirigidas em torno do apego ao progresso e futuro. A intenção é entender como essa natureza pujante e possibilitadora de prosperidades identificaria o Paraná como um local voltado para a modernidade e para o progresso.

Por fim, este capítulo dirá respeito à natureza paranaense como um importante fator de aglutinação do território, através da demarcação das fronteiras com outros países e

¹ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903.

² NASCIMENTO, Domingos. *Flora têxtil do Paraná*. Curitiba: Livraria Econômica, 1908.

³ NASCIMENTO, Domingos. *A hulha branca no Paraná*. Rio de Janeiro: Turnauer & Cia, 1914.

limites com outros Estados brasileiros. A discussão dirá respeito especificamente às impressões que Domingos Nascimento teve das influências paraguaias e argentinas nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. Para ele, tal arranjo era prejudicial para a economia do Estado e seria necessária uma maior intervenção do governo brasileiro para deter a ganância e a exploração dos estrangeiros no Paraná. Sob este aspecto, a escrita do Autor volta-se muito para a proteção das fronteiras, da manutenção da ordem e do estabelecimento de leis brasileiras naquele território. Assim, a viagem de Nascimento pelo interior do Estado ganha um novo viés, dada a sua preocupação não só com o aproveitamento econômico da natureza, mas também com uma maior aproximação do governo à região fronteira do Paraná.

2.1 Os olhares dicotômicos sobre a natureza do Paraná

Mas, por entre as chapadas, separando-as, há as veredas. São vales de chão argiloso ou turfo-argiloso, onde aflora a água absorvida. Nas veredas, há sempre o buriti. De longe, a gente avista os buritis, e já sabe: lá se encontra água. A vereda é um oásis. Em comparação às chapadas, elas são, as veredas, de belo verde-claro, aprazível, macio. O capim é verdinho-claro, bom. As veredas são férteis. Cheias de animais, de pássaros. [...] As veredas são sempre belas. (Guimarães Rosa, *Correspondência com o tradutor italiano*)

Entre silvos estridentes e acenos calorosos, na nevoenta manhã de 17 de abril de 1903, tinha saída, da estação ferroviária de Curitiba, o trem que partiria rumo às estações interioranas carregando, em seus vagões, dentre outros, Domingos Nascimento. Ele não viajou sozinho. Partiram em sua companhia, a serviço do Exército brasileiro, os integrantes de uma comissão militar, composta pelo general José Bernardino Bormann e pelo coronel Lino Ramos. O objetivo dessa excursão era fazer com que esses militares inspecionassem a Colônia Militar da foz do Rio Iguaçu, bem como vistoriar brevemente as colônias de Chopim e de Chapecó.

Nesse momento de despedida, Nascimento relata que: “[...] *poude enviar da janella do wagon um ultimo olhar saudoso para as bandas da Capital, que emergia de um valle côr de saphyra, branca e brilhante como um punhado de opalas.*”¹ Em breve ele estaria a quilômetros de distância dessa paisagem alva e serena, tal como seu espírito simbolista apregoava à capital.

Logo no início do percurso, a estrada de ferro alcançou e passou a serpear o Rio Iguaçu, ainda nas proximidades de Curitiba, e, a partir daí: “*O Iguassu déra o traço para o segundo planalto.*”² Brevemente, às 13h00min, o trem chegou à estação da Restinga Seca e deste local partiu para o Porto Laranjeiras, onde o viajante foi encaminhado para um vapor que iria percorrer um trecho de quatro dias pelo Rio Iguaçu. De Porto Laranjeiras, o vapor *Victoria*: “*Pesado e indeciso, como uma grande tartaruga [...]*”³, iniciou a partida até Porto Amazonas. Deste último local passou pela colônia Palmyra, formada por poloneses e brasileiros, pela colônia de São Matheus, colônia da Barra Feia ou Euphrosina e alcançou o

¹ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 3.

² NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 4.

³ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 10.

Porto da União da Victória no dia 20 de abril, quando Nascimento conclui: “*Eis-nos emfim livres da longa e penosa viagem fluvial, depois de um percurso de 54 léguas feitas em quase 4 dias. Penosa e longa, por falta de conforto e de boas condições nauticas do vapor em que seguimos.*”⁴

Do Porto da União da Victória, Nascimento rumou até a Vila de Bela Vista, a cerca de 30 léguas de distância, a cavalo. No dia seguinte, alcançou o posto militar de Jangada e passou a frequentar algumas picadas existentes na região até os campos de Palmas, onde adentrou no dia 25. No dia seguinte, a cavalgada se deu até os campos de Bella Vista, e a chegada na cidade homônima no dia 27.

Por uma picada seguiu rumo à Guarapuava, cujos campos cobertos de geada foram vistos no dia 6 de maio e onde permaneceu até meados do mês. A partir do dia 15, novamente por meio das picadas, rumou à foz do Rio Iguaçu. Dois dias depois chegou a um lugarejo denominado Amola-Faca e, depois, ao campo de Laranjeiras e à Vila Mallet. No dia 18 de maio e a cerca de 160 léguas de Curitiba, o viajante chegou à localidade do Chagu, último local em que poderiam fazer contato com Curitiba via linha telegráfica. A partir daí: “*Na manhã do dia 20 enveredamos pelo verdadeiro sertão.*”⁵ Refere Nascimento que:

Por um trilho escabroso segue a caravana em silencio. A um fundo, que o caminho é estreito e resvaladio. O insucesso de um pode acarretar perigos para os mais. Por fila singela, ei-nos a subir e descer montes e valles, qual mais lindo, qual mais difficil de transpor.⁶

No dia 22 acampou a cerca de 3 léguas do lugarejo de Catanduvás, onde, na sequência, passou a usufruir das estradas abertas pelos ervateiros argentinos. No dia 26 realizou-se passagem pelas pequenas povoações de Andradas, pelos Rios Gonçalves Dias e Tiradentes, onde residiam algumas pouquíssimas pessoas. No dia 31 de maio faltavam apenas 6 léguas para que alcançasse a colônia militar estabelecida na foz do Rio Iguaçu. A partir daí a estrada tornou-se mais facilmente transitável, permitindo, assim, que o viajante chegasse brevemente ao Rio Paraná e à fronteira do Brasil com o Paraguai e Argentina.

Em 18 de junho, Domingos Nascimento embarcou no *España*, e assim iniciou o caminho de volta, através de Posadas e San Thomé, no território de Misiones, na Argentina. No dia 3 de julho chegou à fronteira com o Brasil, nos povoados limítrofes de

⁴ NASCIMENTO, Domingos. *Pela Fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 20.

⁵ NASCIMENTO, Domingos. *Pela Fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 84.

⁶ NASCIMENTO, Domingos. *Pela Fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 85.

Barracão, pertencente à Argentina, e ao vilarejo paranaense de Dionísio Cerqueira.⁷ No dia 5, o viajante partiu em busca do Campo Erê, e daí para os já conhecidos Campos de Palmas. Dias depois, em 12 de julho, chegou à vila de Bella Vista e daí refazendo todo o caminho até Curitiba, onde adentrou no dia 29 de julho, depois de 103 dias de viagem pelo Paraná.

Durante esse percurso, Nascimento fazia anotações e observações das mais variadas, sejam elas sobre as características naturais percebidas pelo caminho, as mudanças geográficas, as diferentes maneiras de organização humana, a arquitetura, os modos de vestir e de viver, enfim, tudo o que pudesse ser considerado importante era foco das anotações do Autor. E, por meio dessa espécie de diário de bordo, dias após a volta à Curitiba, Domingos Nascimento iniciou a produção de seu livro sobre as impressões causadas pela viagem realizada. Esse livro, segundo seu autor, era mais um breve roteiro sobre o Oeste do que propriamente uma obra de arte ou um complexo de conhecimentos úteis sobre a região fronteiriça, já que nela: “[...] *nem pallida idea se alancará desse bello trecho de nossa terra.*”⁸

A escrita de “Pela Fronteira” foi realizada em 25 dias, de modo que assim Nascimento pudesse ter tempo hábil para sua inscrição em um Concurso de Monografias realizado pela Sociedade de Agricultura do Paraná, quando da I Exposição Industrial paranaense realizada em 19 de dezembro de 1903, e do qual, ao cabo, foi o vencedor. Segundo o Autor, seu livro serviria como uma forma de mostrar o Paraná para os paranaenses que ainda não o conheciam em sua totalidade e fazendo assim com que houvesse maiores incentivos, seja por meio de iniciativas públicas ou privadas, da utilização de todo o potencial econômico da região fronteiriça.⁹

Chapecó e Chopim eram dois rios que ficavam na região contestada pelos Estados do Paraná e de Santa Catarina, sendo que o primeiro é afluente do Rio Uruguai e o

⁷ Domingos Nascimento encontrou, nesse momento, a comissão do General Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira, que atuava na demarcação da fronteira Brasil/Argentina e que deveria batizar um pequeno núcleo de povoamento formado nas imediações fronteiriças. Após várias conversações e algumas sugestões de nomes, Nascimento sugere que aquele povoado poderia ser denominado Dionísio Cerqueira, o que é prontamente acatado por todos. Tal ocorrência foi transcrita por Nascimento, seguindo a ata de inauguração do povoado: “(...) *o capitão Domingos Nascimento, pedindo a palavra, propoz que em homenagem aos serviços prestados a esta zona paranaense pelo Excellentissimo Senhor General Dr. Dionísio Cerqueira – em vez de Pepiry-Guassu, proposta que foi aprovada unanimamente.*” In: NASCIMENTO, Domingos. *Pela Fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 171. A atual cidade de Dionísio Cerqueira fica em território catarinense. Mais informações a respeito da atuação da comissão militar de Dionísio Cerqueira na delimitação das fronteiras brasileiras, ver especialmente a introdução de: CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai (1865-1870)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

⁸ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. III.

⁹ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. I.

segundo, do Rio Iguaçu. Os argentinos denominavam a esses Rios de Peperi-Guaçu e Santo Antônio, respectivamente. Em 1882, inauguravam-se, nas margens desses rios, as colônias militares de Chapecó e de Chopim.¹⁰ As perturbadas relações existentes entre o governo e membros do Exército durante os anos finais do Império fizeram protelar a construção da colônia militar da foz do Rio Iguaçu. Em 1888, iniciou-se, através da organização de uma Comissão Militar Estratégica, a construção de uma picada entre Guarapuava e a foz do Rio Iguaçu, que, inclusive, foi utilizada por Nascimento em seu percurso.

Essa comissão, além de instaurar a Colônia Militar, deu continuidade à construção de uma estrada de rodagem entre Porto União e Palmas. O objetivo era melhorar as comunicações rodoviárias entre Palmas e Guarapuava e construir estradas que interligassem a região à Mato Grosso. Durante a construção da estrada Guarapuava a Foz do Iguaçu, houve um encontro entre militares e argentinos, estes últimos atuando ilegalmente na extração de erva-mate em território brasileiro, o que desembocou na expulsão do grupo estrangeiro. Um fato curioso diz respeito ao tempo utilizado para esta construção: “*A expedição [cuja saída de Guarapuava ocorreu em 13 de setembro de 1889] chegou a foz do Iguaçu, a 22 de novembro de 1889. Partira pois de Guarapuava no regime monárquico e chegava a seu destino no Republicano.*”¹¹

Em 1889, foi inaugurada a Colônia Militar da foz do Rio Iguaçu, que contava, em 1905, com 58 famílias, cerca de 1000 habitantes, que ocupavam os lotes distribuídos gratuitamente pela direção da Colônia.¹² Para Domingos Nascimento, a Colônia Militar desenvolveu-se até o início da Revolução Federalista, resultado da conciliação entre a população argentina e paraguaia da fronteira com as atividades das autoridades brasileiras, através da construção de estradas e casas.¹³ Após a Revolução, aponta que a Colônia passou por um período de decadência:

[...] quando as hostes revolucionárias em medonha [...] por ali passaram, submergindo a população em ondas de terror, obrigando-a a tudo abandonar; casas, roças, animaes, bemfeitorias, e a fugir para as costas fronteiras.¹⁴

¹⁰ WACHOWICZ, Ruy Chistovam. *Obrageros, mensus e colonos: história do oeste do Paraná*. Curitiba: Vicentina, 1982. p. 18.

¹¹ WACHOWICZ, Ruy Chistovam. *Obrageros, mensus e colonos: história do oeste do Paraná*. Curitiba: Vicentina, 1982. p. 23.

¹² Em 1912, esta Colônia Militar foi extinta e passou a fazer parte do município de Guarapuava, como uma espécie de distrito deste. Posteriormente, em 1914, houve a criação da Vila Iguaçu, que, em 5 de abril de 1918, passou a denominar-se Foz do Iguaçu e assim desvinculou-se de Guarapuava.

¹³ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 113.

¹⁴ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 113.

McCann (2007) aponta que as Colônias militares das províncias mais meridionais do Brasil, como no caso as estabelecidas no Paraná, contavam com muita mão de obra estrangeira e algumas possuíam grande número de imigrantes europeus.¹⁵ Segundo Domingos Nascimento, em 1903, a população brasileira neste local não passava de dois oficiais que atuavam na administração militar da Colônia, seis praças, que eram o contingente responsável pela agência fiscal e alguns poucos colonos brasileiros. No mais, a maioria da população era formada por paraguaios e argentinos e meia dúzia de europeus, dos quais não fica identificada a procedência.¹⁶

Devido à expressiva presença estrangeira nas Colônias Militares, Wachowicz aponta que a finalidade dessas empreitadas era, sobretudo, “[...] *estimular o povoamento por brasileiros e proporcionar a produção de gêneros alimentícios. [...] visava alterar os costumes exploratórios de predação, utilizados no mate e na madeira.*”¹⁷ O objetivo era integrar, facilitar o acesso, colonizar a região, especialmente por brasileiros, incentivar a produção agrícola como forma de superar a simples exploração da erva-mate e da madeira nativa e proteger o território nas regiões fronteiriças, de modo que “[...] *envolviam os oficiais em numerosas atividades relacionadas ao desenvolvimento da infra-estrutura e davam ao Exército a percepção institucional das condições nas regiões de fronteira.*”¹⁸ Nesse sentido, a intenção das Colônias estava justamente no reconhecimento territorial e, concomitantemente, na estruturação das fronteiras e manutenção da soberania nacional nos mais longínquos locais, nos inóspitos sertões da Pátria.¹⁹

Segundo Galetti, em seu estudo acerca do processo identitário mato-grossense, o sertão era representado por portugueses e luso-brasileiros, no período colonial, como lugar de fronteira, onde existia um vazio institucional e populacional. Nesse sentido, seriam locais onde: “[...] *regiões limites entre natureza e cultura, civilização e barbárie [...] [termos que] definem os marcos simbólicos de uma alteridade entre selvagens e civilizados e entre soberanias distintas.*”²⁰ Essa percepção acerca do sertão iria sofrer algumas alterações durante o Império e, depois, com a República, quando sertão remeterá à

¹⁵ McCANN, Frank. *Soldados da pátria: história do Exército Brasileiro, 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 40.

¹⁶ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d'A República, 1903. p. 119.

¹⁷ WACHOWICZ, Ruy Chistovam. *Obrageros, mensus e colonos: história do oeste do Paraná*. Curitiba: Vicentina, 1982. p. 24 -25.

¹⁸ McCANN, Frank. *Soldados da pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 40.

¹⁹ FREITAG, Liliane. “Impressões de um dirigente: relatos e relatórios da Colônia Militar de Foz do Iguaçu nos anos de 1897-1898.” In: *Revista de História Regional*. 12(2): 191-224, Inverno, 2007. p. 191.

²⁰ GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidades nas representações sobre Mato Grosso*. Tese [Doutorado em História] USP, São Paulo, 2000. p. 35.

construção da Nação brasileira, por conta, principalmente da necessidade de integração territorial e da proteção de fronteiras. Mesmo com essas preocupações nacionalizantes, o termo continuou, porém, a designar grandes áreas desconhecidas e despovoadas do interior do território brasileiro e, por isso mesmo, passaram a ser vistas como espaços de possibilidades econômicas e civilizatórias, consideradas redutos de certa genuína brasilidade. De tal modo que:

[...] na condição de espaço da nação, o sertão passaria a ser visto também como um patrimônio territorial não explorado, com qual o Brasil podia contar nas projeções de seu futuro de nação grande e rica, com possibilidades de vencer os obstáculos que se interpunham em sua marcha para a *civilização* e, ainda, como um espaço onde se podia encontrar genuínas expressões da cultura e das tradições nacionais.²¹ (grifo da autora)

Essa oposição entre Sertão e Litoral ganharia maior intensidade a partir de 1870, quando mais fortemente passou a fazer parte da elite letrada brasileira, através especialmente da literatura e das correntes científicas da época, de modo particular destacando-se o positivismo, o darwinismo social e as teorias racistas sobre a inferioridade das raças mestiças do interior brasileiro.²²

Para Arruda, essa maior segregação entre cidades e sertões ocorrida entre meados do século XIX e início do XX pode ser explicada através do intenso processo de urbanização ocorrido em algumas cidades brasileiras durante esse período e, por conseguinte, das novas sensibilidades daí surgidas.²³ Conforme indica esse autor, a urbanização e a industrialização dariam um grande impulso para essa polarização entre cidades e sertões, pois a cidade passaria a ser vista como um local moderno, progressista: “[...] *representante de valores novos na qual a atividade política se desenvolve segundo os padrões da moderna democracia, usa-se a razão para convencer, há livre expressão e liberdade de opção. É o lugar da vivência e atuação de cidadãos livres e conscientes*”, em contraponto ao sertão, que era visto como: “[...] *arcaico, o lugar da ação do clientelismo político, dos coronéis, do populismo, da violência e onde não há possibilidades de ação política de cidadãos livres e conscientes.*”²⁴

No caso específico do Paraná, essa dicotomia entre cidades e sertões dava-se especialmente entre Curitiba, o Litoral e os Campos Gerais (que representavam a civilização) e o Norte, o Oeste e o Sudoeste (que simbolizavam os sertões). No início do

²¹ GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidades nas representações sobre Mato Grosso*. Tese [Doutorado em História] USP, São Paulo, 2000. p. 165.

²² GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidades nas representações sobre Mato Grosso*. Tese [Doutorado em História] USP, São Paulo, 2000. p. 213.

²³ ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru, SP: EDUSC, 2000. p. 14.

²⁴ ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru, SP: EDUSC, 2000. p. 13.

século XX, a maioria da população paranaense vivia concentrada na região de Curitiba, em Ponta Grossa e em Guarapuava. Ou seja, apenas cerca de 1/3 do então território paranaense da época era considerado efetivamente ocupado. Segundo o censo de 1900, o Paraná contava com 327.136 habitantes, o que correspondia a 1,9% do total da população brasileira. Em relação aos demais Estados brasileiros, o Paraná ultrapassava em população apenas Espírito Santo, Mato Grosso e Amazonas.²⁵ As demais regiões paranaenses, como, por exemplo, o Oeste, para onde se dirigia a expedição militar em 1903, eram consideradas despovoadas, dada a quase inexistência de populações não indígenas nessas paragens.²⁶ Existiam algumas tentativas muito incipientes de povoamento pelo não índio, principalmente através das colônias militares. O objetivo era fazer com que o Estado se distanciasse o máximo possível dessa imagem degradante embutida no sertão, fazendo assim com que o Paraná passasse a ser identificado com as insígnias da modernidade.²⁷

Para Nascimento, o sertão e sua natureza eram vistos, algumas vezes, como locais insalubres e de pouca higiene: “*Não devo esquecer que por toda aquella zona que vou passando fervilha a murisoca, insecto terrivel para morder, como ainda pelas choupanas pullula o pique, bicho de pé, proveniente do grande desenvolvimento da criação suína.*”²⁸ Os insetos, as doenças, as choupanas mal-cuidadas, a criação de animais sem o mínimo de limpeza são características do “sertão”. São empecilhos para o desenvolvimento, para a ordem. A floresta densa que o interior possuía fazia retardar a construção de estradas e, desta forma, inviabilizando que os modos “civilizados” de viver, casas de madeira e

²⁵ PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: HUCITEC; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981. p. 31.

²⁶ Em um mapa do Paraná, de 1889, observa-se que a região litorânea assim como as proximidades de Curitiba possuíam um número muito maior de municípios se comparadas às regiões Norte, Oeste e Sudoeste, por exemplo. No caso do Oeste paranaense, existia naquele momento um único município, Guarapuava, cuja sede, aliás, não fica nessa região, mas, sim, mais ao centro do Estado. No Sudoeste, as únicas cidades eram Boa Vista e Palmas, e, no norte, Jatami, Thomazina e Tybagi. Isso evidencia as contradições existentes entre o leste e as demais áreas, seja em número de municípios ou mesmo em população. Assim, enquanto Curitiba, em 1890, possuía uma população total de 24.553 habitantes, Guarapuava possuía somente 12.547, sendo, naquele período, o maior município paranaense, porém de densidade populacional muito pequena. cf. PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: HUCITEC; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981. Mapa VII.

²⁷ Gilmar Arruda analisa como ocorreu a reorientação, no Oeste de São Paulo, do termo “sertão” nas décadas iniciais do século XX. Segundo esse autor, nesse período, essa região foi foco de uma intensa campanha “civilizatória”, por parte do poder público, que passou a representá-la como um lugar de modernidade e de progresso em detrimento de como era vista anteriormente, ou seja, sertão. Após esse processo, os paulistas do Oeste passaram a nomear sertão as regiões localizadas à margem oposta do Rio Paraná, ou seja, o então Estado de Mato Grosso. Ver mais em: ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru, SP: EDUSC, 2000. Ver especialmente capítulo 03: “Mapas, ferrovias e a civilização do sertão”.

²⁸ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 91.

alvenaria, ou mesmo aspectos mais modernos da criação suína, chegassem ao Oeste paranaense.

Quanto mais a comitiva se afastava do litoral, maiores eram as dificuldades encontradas para alcançar o destino. As florestas tornavam-se “[...] *cada vez mais acumuladas, os caminhos cada vez mais horrorosos. Nem um raio de luz penetra essas amplas cathedraes do silencio e do mysterio.*”²⁹ Na narrativa de Domingos Nascimento, a natureza é representada como brutalizada, asfíxiante e perigosa. A mata é comparada à uma catedral, dado o seu silêncio, a sua grandeza e mistério. O meio natural é tão enigmático e desconhecido como o que se passa dentro de uma igreja. O viajante é oprimido por essa natureza e dificilmente consegue ver o sol. As imagens são turvas e a realidade é obscurecida.

Os sertões do Paraná são, portanto, natureza que assombra, que é dificilmente dominada. O civilizado viajante pouco consegue diante de tal espetáculo, já que é conduzido ao acaso, sem prévio aviso, incidental e desordeiramente: “[...] *Confusão assombrosa de folhagens e flores, raízes, rhizomas e vergôntes, num entrelaçamento vigoroso e bizarro, formando immensas abobadas sustidas por columnatas, como arcadas sombrias de cathedraes vetustas.*”³⁰ A natureza assusta o Autor pelo desconhecimento e pelo descontrolo, pelo seu desregramento e até imoralidade, pois inconsequentemente as folhagens, flores, árvores, líquens, cipós formam um quadro discrepante, como abóbadas de uma igreja mal feita, onde se misturam as técnicas de arte, transformando o possível belo em feio e bizarro. Em contraposição, havia o desejo de uma natureza harmoniosa, esteticamente limpa, sem essa confusão e desordem.

A natureza deveria ser controlada, subordinada à vontade humana, esta, sim, racional e ordenada. Havia, portanto: “[...] *uma sólida tendência de se pensar a natureza em oposição ao homem ou à ‘cultura’.*”³¹ Assim, caberia ao homem, ser racional, definir o que seria identificado como natureza (instinto) e humanidade (razão), essas “*pontas opostas de um processo.*”³² O que perturbava Nascimento era a forma irracional como a natureza se desenvolvia. Seria preciso humanizá-la, instituí-la com elementos racionais, organizados e civilizados.

²⁹ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 89.

³⁰ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 111.

³¹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “História das Paisagens”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 204.

³² SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “História das Paisagens”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 204.

Nascimento estabelecia comparações entre o Oeste, representado como fronteira, sertão desnacionalizado e pouco habitado e os Campos Gerais e Curitiba, espaço considerado civilizado, integrado à nação e à modernidade. Assim, irá traçar comparações entre o litoral e o interior, apontando que:

Depois do sombrio e asfíxiante das selvas, depois dos passos perigosíssimos, dos rios a vindear, [...] depois das picadas cobertas de lama e caldeirões tenebrosos e infectos, - a serena e plácida campanha a perder de vista, com os seus horizontes de um azul ténue, recortes caprichosos de longas restingas que se desenvolvem por zig-zags.³³

A natureza do interior era desmerecida em relação à natureza dos Campos Gerais e do Litoral. Nascimento fazia comparações entre as duas, destacando que o que ele chama de selvas, ou seja, a mata fechada, asfíxiante, não fazia bem, causava temores, medo e, além disso, era infecta, insalubre, repleta de animais perigosos, mosquitos e ameaças iminentes e desconhecidas. Sua viagem pelo interior do Paraná tornou-se uma sucessão de sustos e de aventuras inesperadas. Por outro lado, os Campos Gerais eram considerados locais mais civilizados, serenos, calmos e límpidos. O interior era representado como inferno, perigoso, o extremo da aventura e também da irracionalidade: “[...] *o emmaranhamento das florestas era a escravidão, o cárcere; a amplitude dos campos – a liberdade levada a tolerância.*”³⁴ Em contraposição aos sertões, os campos eram tidos locais abertos, respiráveis, de liberdade e de civilização.

A visão que permeia a escrita de Nascimento a respeito do interior paranaense é a do morador da capital, do civilizado viajante, do litorâneo. É um olhar de fora sobre o que era até então desconhecido. Sua sensibilidade estava ainda muito acostumada aos campos abertos e aos planaltos. Conforme o Autor mesmo explica, essa dificuldade em se adaptar aos caminhos pelas matas fechadas deveu-se ao fato de ter nascido: “[...] *numa aldeia à beira mar, no sopé de uma collina, ultimo accidente da cordilheira do mar deitando sombras sobre o fundo da bahia.*” E, por esse motivo: “*As ondulações dos campos, como ondas altaneiras de vasto oceano, vemciam-me pela nostalgia de infinitas saudades de um bem que lá existe e em cujo regaço me embalan a infancia doirada de carinhos.*”³⁵ Era, portanto, natural que as florestas cerradas não lhe agradassem e fizessem com que sentisse

³³ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 57. Havia algumas distinções importantes em relação à vegetação, já que os Campos Gerais eram compostos, sobretudo, por pastagens naturais, com poucas áreas de mata fechada. Já as regiões mais ocidentais do território paranaense eram, em sua maioria, formadas por grandes extensões de florestas de araucária interpostas a um número muito grande de ervais nativos. Já no que tange ao relevo, do litoral a Guarapuava existe a formação de escarpas montanhosas, o que não se observa no oeste, mais plano.

³⁴ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 70.

³⁵ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 69.

saudades dos campos e das ondulações que tanto lhe lembravam a infância. Suas vivências anteriores, primeiramente no litoral e depois em Curitiba, faziam-no olhar de modo contrariado para o desconhecido.

Marin destaca que as concepções e os pré-conceitos de um determinado indivíduo a respeito do desconhecido dependem, acentuadamente, de sua bagagem cultural, de suas experiências de vida, do momento histórico vivenciado, da imagem e das leituras prévias que já possuía do local e da forma como estava preparado para olhá-lo. Assim sendo: “[...] *o olhar sugere uma reflexão, um diálogo constante com as referências culturais do observador e sua visão de mundo. Essas, diante do novo, podem ser revistas, negadas ou reiteradas.*”³⁶ Seguindo essas indicações, Domingos Nascimento parece ter reiterado sua preferência pelos Campos Gerais e pelo Litoral após essa viagem pelas florestas fechadas da região Oeste paranaense. Nesse momento da viagem, em que tem contato direto com as matas, o Autor parece não pertencer à paisagem, está deslocado, desenraizado, distante de seu eu verdadeiro. É o que Sússekind chama de “*sensação de não estar de todo*”, ou seja, de não pertencer de maneira completa àquela paisagem que estava sendo visitada, de observar e se sentir estrangeiro, não pertencente. É o deslocamento do narrador em relação ao espaço visitado.³⁷

A experiência com o desconhecido causava sentimentos opostos em Nascimento: uma mistura de admiração, de êxtase e de terror, que acabavam por se confundirem. A emoção da novidade, as dificuldades encontradas no caminho, o medo, a dor, essas manifestações em relação à natureza se misturam à racionalidade cientificista dos sujeitos imbuídos desse espectro de modernidade. Para Losada, quando entravam em contato com esse mundo de novas imagens, os viajantes “[...] *ficavam extasiados, completamente envolvidos por tanta diversidade e mistério. Um mundo que não lhes pertencia, e muito os desafiava. O desafio moveu esses homens. Seu desejo de posse, sua sede de conhecimento.*”³⁸

A desordem da natureza fazia acentuar a racionalidade harmoniosa dos cientistas, mas também aflorava certos sentimentos pouco racionais, como a contemplação subjetiva, carregada de impulsos e de instintos. Para a referida autora: “*Os homens da ‘sciencia’*

³⁶ MARIN, Jéri Roberto. “Recristianização e Civilização dos Sertões Mato-Grossenses: A Visita Pastoral de D. Carlos Luiz D’Amour ao Sul da Diocese de Cuiabá, em 1886”. In: MARIN, Jéri Roberto; VASCONCELOS, Cláudio Alves de (Orgs.). *História, região e identidades*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003. p. 188-189.

³⁷ SÚSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 105.

³⁸ LOSADA, Janaina Zito. *Desejos e melancolias: uma história da ideia de natureza no Brasil (1839-1870)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000. p. 12.

*possuíam seus olhares mais civilizados, mais científicos, enfim mais históricos, mas não podiam esquecer suas emoções e tentavam controlá-las; mas algumas vezes, não podiam.*³⁹

Tal situação ocorreu com Nascimento quando avistou pela primeira vez as cataratas do Rio Iguaçu e revelou que aquele mundo de águas o fez parar de pensar e refletir como homem civilizado. Nessa ocasião, em que a natureza domina o homem, a desordem sobrepõe-se à razão:

O meu caracter de homem pensante me havia abandonado por inteiro: a atracção do abysmo era todo o meu encanto, o meu unico sonho; ella me arrastava com tão doce e carinhoso afago, que eu me sentia feliz em poder dentro em pouco aninhar as suas pulsações dentro de meu próprio coração; a cegueira da felicidade era tão espessa, e forrava tanto os meus olhos, que decididamente eu chegaria até lá.⁴⁰

Nascimento, ao aproximar-se das cataratas, quase caiu, mas foi salvo por um sertanejo que lhe servia como guia. Viajar: “[...] *era uma verdadeira aventura. Durava meses e impunha aos homens muitas situações novas, ou pelo menos nunca antes descritas. Muitas vezes gerava situações limites.*”⁴¹ As descrições das cataratas expressam essa profusão de sentimentos, de sonhos, de afetos, de felicidades e de fantasias que cegavam. Elas eram sinônimo de algo caótico, confuso, que o fez perder os sentidos e o transformou em um ser irracional. Seu caráter urbano, civilizado e racional havia se perdido em meio à confusão de águas e da natureza selvagem, na qual se encontrava envolto. A natureza ganhou feições brutalizadoras e irracionalizantes:

Hoje que me encontro de volta, sinto ainda um quê de vago e enervante, quando pelo meu espírito esvôa a serie ininterrupta de abysmos e alcantis que ousei transpor, para vencer esses longos caminhos que vão dar ao Paraíso do Assombro, com todas as suas tintas fortes de poentes rubros, com toda essa infernal orchestra de lençoes d’água se precipitando extranhamente horrisonos.⁴²

O medo misturado à curiosidade fazem-no comparar sua aventura nas cataratas do Iguaçu à trágica morte do republicano brasileiro Silva Jardim, que, em uma viagem ao vulcão italiano de Vesúvio, acaba sendo tragado. Isso porque, segundo Nascimento, por uma necessidade de ambos de verem o que os demais nunca tinham visto, e assim: “*Separadas as distancias, eu tambem ia sendo um dia victima de um sonho.*”⁴³

³⁹ LOSADA, Janaina Zito. *Desejos e melancolias: uma história da idéia de natureza no Brasil (1839-1870)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000. p. 34.

⁴⁰ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 136.

⁴¹ LOSADA, Janaina Zito. *Desejos e melancolias: uma história da idéia de natureza no Brasil (1839-1870)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000. p. 28

⁴² NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 86.

⁴³ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 137.

De volta aos campos abertos, retornou à razão e à consciência. Os perigos e as aventuras vividas no interior são lembradas e temidas. O “sertão” é caracterizado como o “outro” do paraíso celeste – o sertão é o próprio inferno: são as caldeiras, o fogo, os sons diabólicos da irracionalidade e da incivilização, uma orquestra alucinante que produzia sons medonhos e provocantes.

O sertão era, por vezes, também representado como local privilegiado, onde sobreviveria algo de primitivo, por ser um espaço que requeria coragem, força e vigor físico para ser conhecido. Essas representações dualistas sobre sua natureza mostram que esse espaço não era homogeneizado, pois existiam diferenças que deveriam ser abolidas em nome do desenvolvimento econômico, da ocupação territorial e da ordem – diferenças que deveriam ser abolidas para que houvesse condições de melhora e de aperfeiçoamento. Deste modo, a natureza é descrita com representações paradoxais, algumas vezes positivas e outras, negativas.

O amedrontamento convivia com o encanto causado por essa abundância, por essa violência das forças da natureza no Paraná. O meio natural era intensamente amaldiçoado assim como enaltecido. Nascimento percebia o mundo com essa visão dual: o bem e o mal, o certo e o errado, civilização e barbárie, entre outros. A natureza era demonizada, mas também possuía vieses positivos:

O que a Flora semeiou pela terra, e brotou, e cresceu, e se fez arbusto para adorno; a Flora teceu para jardins e salas e botoeiras de gosto, ali se ostenta maravilhosamente prodigioso: as folhagens coloridas em profusão de trepadeiras em flôr, as palmas em leques alternados pelo caule acima; zygopetaluns e miltônias e oncidiuns da bizarra orchidacea, os cactus com uma infinidade de vários recortes, do mais verde claro ao mais vivo carmim, uns com seus odores suavísimos perfumando o ambiente, outros inodoros – ali ostentam as suas ramas e as suas tranças robustas e as flores cheias de frescor e de belleza.⁴⁴

Tudo é contemplação e êxtase, deslumbre e fascínio. O que chama a atenção é o encantamento de Nascimento, essa sensação de fantasia e certa dose de alucinação que envolve sua escrita. A Flora e sua generosidade, a magnificência da natureza paranaense, as folhas, os caules, a variedade de cores, adornos, buquês, orquídeas deslumbrantes, leques de palmeiras, cactus perfumados, ornamentos, trepadeiras coloridas e uma variedade incontável de flores. A beleza estava em sua variedade e opulência. O que antes era visto como desordem, agora é caracterizado como perfeição, pelos matizes, odores e sensações prazerosas. A positividade estava nessa sensação de majestosidade e de abundância:

⁴⁴ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 85.

Os mais bellos representantes de nossa flora por alli se alteiam, ostentando os seus galhos robustos, as suas copas frondentes: a figueira, o cedro, o tarumã, o angico, recobertos de festões e trepadeiras das mais variadas cores, suspensas como redes engalanando a paisagem; plantas epiphytes, orchideas bizarras e lindas parasitas trepando agarradas aos cipoaes em busca de sol e seiva de outras plantas, caraguatás de palma côr de rosa pelos velhos cedros; bambinellas de barbas de velho cahindo do alto dos grandes madeiros, pardacentas e grisalhas, balouçando ao vento.⁴⁵

Sem dúvida, Nascimento pinta um quadro com fortíssimas tintas sobre a natureza paranaense, caracterizada pelo esplendor, pela uberdade incrível e pelas potencialidades econômicas. Tudo é propositalmente exagerado, para dar a sensação de grandiosidade e de extrema riqueza que o Autor considerava que o Paraná possuía. O Paraná é identificado por essa natureza dominadora e dominante, grandiosa e mais esplendorosa que os demais Estados brasileiros, pois considerava que, em solo paranaense, a natureza atingiu seu auge, onde mais se esmerou em beleza e prodigalidade.

Essa é uma das particularidades do Paraná, algo de inimitável e de superior. Possuir um meio natural peculiar envaidecia Nascimento, que inclusive considerava que o:

[...] que mais nos deve encher de orgulho é essa prodigalidade da natureza em nos favorecer com a posição, somente de onde pode ser visto o que as cataractas possuem de mais bello em panorama.⁴⁶

A natureza singularizava o Paraná e seria um fator de unificação dos paranaenses, por favorecer o surgimento de um sentimento de orgulho, de zelo e de dedicação ao Estado. Para embasar suas opiniões e fornecer um tom científico a elas, o Autor cita que, em um Congresso de Geografia, realizado durante a Exposição Universal de *Saint Louis*, nos Estados Unidos, em 1904, ficou garantido, através de estudos comparativos, a superioridade das cataratas do Rio Iguazu em relação a outras, como as cataratas do Rio Niágara (EUA) e de Victória, no continente africano⁴⁷. Na perspectiva de Domingos Nascimento:

Eu creio que dos píncaros de nossos cerros será possível descobrir toda essa grandeza descommunal com que a natureza nos brindou: o que de valles mais extensos e feraes; o que de cordilheiras mais grandiosas; o que de campanhas mais vastas; o que de sertões mais sombrios e profundos, o que de habitações mais pittorescas; o que de rios mais brilhantes, serpeiando os campos, as florestas, as serranias, os povoados.⁴⁸

Os pontos anteriormente destacados como negativos eram positivados, de forma que comprovassem a opulência das terras paranaenses. A natureza passava a ser fator de

⁴⁵ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curytiba: Typografia d'A República, 1903. p. 11.

⁴⁶ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curytiba: Typografia d'A República, 1903. p. 140.

⁴⁷ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curytiba: Typografia d'A República, 1903. p. 37.

⁴⁸ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curytiba: Typografia d'A República, 1903. p. 58.

identificação da superioridade do Paraná. Para Lozada, por: “[...] *mais caótico que pudesse ser à primeira vista, e isto por certo era desafiador, o mundo natural era um mundo de ordem que poderia e deveria ser copiado.*”⁴⁹ Tanto é que um dos símbolos paranaenses, muito utilizado pelos paranistas, é o pinheiro araucária, árvore caracterizada como majestosa e típica de clima temperado, tal como o homem paranaense deveria ser. Assim Nascimento identifica o Paraná:

A nossa rede hydraulica é uma das mais ricas, recortando todos os seus accidentes em mais ou menos altitudes e cujo aproveitamento seria tão remunerador. As nossas poderosas cataractas do Iguassú e Paraná, reunidas distantes de 30 léguas uma da outra, produziriam uma potencial superior a todas as quedas d’água da América do Sul.⁵⁰

Para Nascimento, não existiam concorrentes ao Paraná em matéria de recursos naturais. A construção de um Estado progressista era somente questão de tempo e de labor, ou seja, de saber aproveitar o que a natureza havia ofertado. O meio natural tornava-se sinônimo de riqueza e de prosperidade e serviria para fazer progredir, para civilizar e para melhorar o paranaense. O meio natural adquiria aspectos positivos a partir do momento em que poderia ser utilizado economicamente e todos os usos sobre a natureza que não visassem capitalizá-la eram tidos como irracionais e não lógicos. Para Nascimento, era necessário ordenar, classificar e racionalizar tanto o homem quanto a natureza:

A ênfase recaía na racionalidade das relações homem/natureza, entendida como otimização do uso dos recursos disponíveis (adoção do vapor, da estrada de ferro etc.). A não-utilização, em seus limites, de recursos naturais ou seu uso cerimonial [...] implicava obviamente a irracionalidade do não-europeu.⁵¹

Deste modo, essas características positivas do meio natural paranaense, e especialmente as da região interiorana, passam a ter importância para a construção de um Paraná moderno, ligado a certa perspectiva de crescimento industrial e agrícola para, desta maneira, fazer frente aos demais Estados da federação. Assim, o destaque era dado no sentido de mostrar que os aspectos naturais do Paraná eram superiores e cuja singularidade o favorecia em relação aos demais. A identidade do Estado ligava-se, inexoravelmente, a sua natureza, mesmo que ainda não completamente racionalizada, mas que possuía possibilidades infinitas de crescimento e de evolução.

⁴⁹ LOSADA, Janaina Zito. *Desejos e melancolias: uma história da idéia de natureza no Brasil (1839-1870)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000. p. 117.

⁵⁰ NASCIMENTO, Domingos. *A hulha branca no Paraná*. Rio de Janeiro: Turnauer & Cia, 1914. p. 89.

⁵¹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “História das Paisagens”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 206.

2.2 Potencialidades econômicas da natureza do Paraná

Não obstante, o orador prosseguia, sem vacilar. Lançou-se de corpo e alma ao elogio do presente em detrimento do passado; entoou a litania das descobertas modernas; [...] enumerou, com profusão de epítetos, as benfeitorias de seu tempo, as comunicações rápidas entre os diversos pontos da Capital, as locomotivas cruzando o asfalto dos bulevares, a força motriz distribuída a domicilio, o ácido carbônico desbancando o vapor de água [...]

(Júlio Verne, *Paris no Século XIX*)

Nascimento procura identificar o Paraná como um espaço de progresso e de civilização, porém as potencialidades do Paraná ainda não estão de todo exploradas economicamente. Refere que:

Ahi [no interior] a vegetação é assombrosa de seiva e de pinturas empolgantes. Em todo o sertão que o rio rasga, a flora é riquíssima e intensa; as terras de uma uberdade admirável. Retouças de angico e canna fistula, próprios para cortume, cedros altaneiros e figueiras frondosas em promiscuidade com as perobas e as imbuías apropriadas para moveis, distendem os seus ramos robustos, coroados de folhagem verde-escura, dominando as florestas, limitando os horizontes.¹

Cada planta possuía uma utilização específica, pois algumas poderiam ser utilizadas para os fornos dos curtumes, outras, mais nobres, para a indústria moveleira. Tudo se encaixava com perfeição, visto que somente um espaço com uma natureza tão magnífica poderia projetar ao futuro a utilização desses recursos disponíveis em abundância.

A natureza deveria ser utilizada em benefício do Paraná, por seu caráter positivo estar diretamente atrelado às potencialidades econômicas. Nesse sentido, o machado deveria ser mais forte, a natureza deveria servir ao homem e não o contrário. Era essencial transpor as barreiras entre o conhecido e o desconhecido, vencer os caminhos árduos e difíceis, não temer os abismos.

Para além de uma análise concentrada somente nos aspectos da beleza e da admiração pela composição natural que o Estado possuía, Domingos Nascimento enfatiza a necessidade de fazer uso do meio natural como uma forma de fazer progredir

¹ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d'A República, 1903. p. 15.

economicamente o Estado, de fazê-lo evoluir, através do plantio desta terra fértil e do uso dos recursos naturais disponíveis. Para Nascimento, o Paraná contava com inúmeras potencialidades a serem exploradas pelo homem:

[...] inimitáveis de bellezas, incomparáveis de húmus fertilíssimo, esses dotes que a natureza nos deu – um vasto oceano abrindo milhares de válvulas para a respiração de todo um systema de actividades humanas, - nos deixamos ficar como atoninos, no estonteamento fatal do avarento que olha para os seus montões d’oiro, sem saber como guardar, nem empregar!²

Nascimento percebe, na natureza paranaense, as possibilidades de capitalização, de rentabilidade financeira. Ele era financiado por algumas instituições como, por exemplo, a Sociedade Estadual de Agricultura, responsável pela organização da Exposição Estadual de 1903 e pelo Ministério da Indústria, que, na Exposição Nacional de 1908, realizada no Rio de Janeiro, financiou o estudo “Flora Têxtil do Paraná”.³ Além destas, o Autor estava firmemente atrelado ao Exército, já que, em algumas obras, assinava seu nome antecedido por sua hierarquia militar.

Essas instituições estavam muito interessadas em conhecer o Paraná, descobrir suas potencialidades agrícolas para, assim, alicerçar investimentos comerciais nas zonas “despovoadas”. Explorar o território não era apenas uma questão econômica, mas também de defesa nacional. O que Domingos Nascimento escreve é, portanto, resultado das necessidades dessas instituições financiadoras de suas publicações e, por isso, a preocupação mercadológica que sua escrita apresenta. Percebe-se que essas instituições controlavam sua escrita e delimitavam o que tinha importância em ser dito. Foucault observa que o discurso é seguramente ordenado por alguns mecanismos, sejam eles internos, como as exclusões e as interdições realizadas pelo Autor; ou mesmo externos como as variadas interpretações dos receptores do discurso. Dentre esse conjunto de procedimentos delimitatórios, encontra-se a atuação das instituições, que também cerceiam a produção e a divulgação discursiva, de modo que exercem sobre o discurso: “[...] *uma espécie de pressão e como que um poder de coerção.*”⁴

O valor do meio natural não estava somente no fato de possuí-lo, mas no crescimento econômico que permitiria ter. Por isso, o Paraná é identificado como um local de prosperidades e de progressos futuros, dado o meio natural tão magnífico e incomparável que possuía. Refere Nascimento: “*Natureza selvagem e prodigiosa essa por onde se precipita a imensa torrente do rio Paraná. São os seus terrenos, por partes,*

² NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 228.

³ NASCIMENTO, Domingos. *Flora textil do Paraná*. Curitiba: Livraria Econômica, 1908.

⁴ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1996. p. 18.

distinctamente siliciosos e calcareos, como ainda argilosos, predestinados a toda sorte de culturas.”⁵ Ele não ocultava seu otimismo em relação às possibilidades de crescimento oriundos da natureza, não tinha medo de parecer frívolo e apaixonado em demasia, aliás era essa sua intenção, ou seja, adorar a terra do Paraná e disseminar esse sentimento de patriotismo.

Nesse sentido, o Paraná estava destinado a um inevitável progresso, dado o meio natural que possuía. Tudo conspirava a favor, a começar pela terra, a base segura em que a economia deveria se firmar. Seria a terra fértil, produtiva, que forjaria a riqueza do Estado. A identidade paranaense estava assentada na natureza e nas possibilidades que oferecia: “*A Natureza oferecia tantas imagens e tantas riquezas para o proveito do homem que não havia como negar sua importância. O meio natural vinha compor com os ideais de civilização que aquele século impunha.*”⁶ Da natureza podia-se ter aparições do futuro de progresso e evolução do Paraná. As transformações sobre a natureza serviam para enriquecer, civilizar e desenvolver. Nascimento cria uma imagem do Paraná como uma terra idílica de paraíso terrestre. Entre os aspectos que identificariam o Paraná, estava a natureza pródiga e o progresso econômico.

O progresso destacado por Domingos Nascimento em seu texto é aquele ligado à ciência e à industrialização, ou seja, muito vinculado a uma perspectiva econômica que tinha como princípio norteador a ideia: “[...] *de que o futuro irá superar sempre o presente e o passado, em termos de chances de vida e de possibilidades de felicidade.*”⁷ Essa concepção do progresso como um processo de melhoria pautada na ciência, na industrialização e na democracia, desenvolveu-se com a consolidação, nos oitocentos, da Revolução Francesa e da Revolução Industrial, mais especificamente ainda do conseqüente surgimento e fortalecimento da sociedade burguesa.⁸ Nesse sentido, o progresso de uma região poderia ser entendido por tudo que pudesse ser medido e que mostrasse melhoria, como, por exemplo, as taxas de crescimento econômico, o aumento da produção industrial

⁵ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 110.

⁶ LOSADA, Janaina Zito. *Desejos e melancolias: uma história da idéia de natureza no Brasil (1839-1870)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000. p. 12.

⁷ DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru, SP: EDUSC, 2002. p. 22.

⁸ Sobre a relação entre progresso e a ascendência da burguesia, ver mais em: DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru, SP: EDUSC, 2002. p. 25; SALLES, Iraci Galvão. *Trabalho, progresso e a sociedade civilizada: o Partido Republicano Paulista e a política de mão-de-obra (1870-1889)*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986. p. 63; HOBSBAWM, Eric. *A era dos impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 52.

ou agrícola, o número crescente de alfabetizados, de empregados, o aumento da renda *per capita* ou de votantes.⁹

Uma dessas imagens do progresso paranaense estabelecidas por Nascimento estava no potencial hidráulico do Paraná, que é identificado como: “[...] *o berço das mais possantes quedas d’água.*”¹⁰ Para Domingos Nascimento, seria necessário investir nos rios e por isso preconizava a utilização das cataratas, como potencial turístico. Segundo o Autor, o governo brasileiro deveria investir no turismo propiciado pelas cataratas do Rio Iguaçu, sobretudo porque os argentinos já haviam dado início à construção de um Parque e de um grande hotel para os visitantes:

Estou informado de que os do Rio da Prata só esperam a demarcação definitiva da comissão mista de limites, para levar a efeito esse gigantesco plano, que incontestavelmente será uma maravilha.¹¹

Os paranaenses deveriam seguir os passos dos argentinos ou mesmo dos norte-americanos, que utilizavam para fim turístico as cataratas do Niágara. Ele propôs que se iniciassem estudos para a construção de um parque, um hotel para os visitantes e de infraestrutura turística, como restaurantes. Ou seja, investir na divulgação das belezas naturais do Paraná iria garantir lucros para o Estado.

Para Nascimento, o relevo teria contribuído generosamente para a existência desses rios e para sua navegabilidade. Essa característica era essencial para interligar o Paraná, já que havia poucas rodovias ou mesmo poucas estradas carroçáveis. O Rio Iguaçu, por exemplo, por ter sua nascente no leste e percorrer rumo a oeste, facilitaria a navegação e a interligação econômica das regiões. O percurso do rio era considerado um privilégio dos paranaenses, também um signo de distinção em relação aos demais Estados brasileiros.

Refere Nascimento:

Nem outro Estado brasileiro, como nação alguma, poderá orgulhar-se de possuir um curso fluvial capaz de atravessá-lo lado a lado, dando-lhe nascente e foz como o Estado paranaense, com relação ao seu mais povoado e legítimo rio, qual é por certo o Iguassú.¹²

Outros rios eram considerados importantes, como o Piquiri, o Ivaí e o Tibagi, que, mesmo desconhecidos em sua totalidade, forneceriam subsídios para a prosperidade econômica paranaense, seja através da navegação ou mesmo pela obtenção de energia elétrica. Dada essa potencialidade hidráulica, o Paraná é definido como:

⁹ HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 47.

¹⁰ NASCIMENTO, Domingos. *A hulha branca no Paraná*. Rio de Janeiro: Turnauer & Cia, 1914. p. 14.

¹¹ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 129.

¹² NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 7.

[...] o paiz das hulheiras brancas. A potencial de força accumulada em diferentes zonas do Estado, de norte a sul desde os altos do Paranapanema e o Ribeira até os do Uruguay e o Peixe, de leste a Oeste desde os do Salto Morato e Cubatão até os do Iguassú e o Paraná, está exigindo os cuidados dos poderes públicos, no sentido da realização do ‘cadastro official da hulha branca’, numa exposição dessa poderosa riqueza publica, sem rival em nenhum outro Estado da Republica e como nenhum outro paiz do mundo possue.¹³

Nascimento lista os rios que poderiam produzir energia elétrica, considerada a força motriz do novo século. Destaca, por exemplo, as cataratas do Rio Iguaçu, as Sete Quedas no Rio Paraná, o Salto Morato, na região litorânea, as várias quedas de Prudentópolis e de Guarapuava, entre outras esparsas por todo o Paraná. Hulha Branca seriam as quedas d’água, cataratas e cascatas em geral, que permitem a transformação de energia hidráulica em energia elétrica, em alusão direta à hulha negra, ou seja, fornecidos pelos carvões vegetal e mineral. Havia somente a necessidade de cadastrar essas quedas d’água e assim preservá-las, papel este do governo. A natureza havia beneficiado o Paraná e isso não poderia ser desperdiçado, principalmente as quedas d’água: “[...] *elemento que a natureza nos proporcionou com tanta prodigalidade, que devemos dirigir as nossas indagações no sentido do seu aproveitamento racional, como fonte transmissora de energia pela acção da gravidade.*”¹⁴ Para Nascimento, era imperioso utilizar a água para produzir energia ou seja, transformar o selvagem em civilizado, racionalizar o que era até então desperdiçado. O objetivo dos investimentos em energia elétrica era promover a industrialização e o consumo doméstico:

Além dessas grandes massas, os saltos, as cachoeiras as corredeiras remugem por todas as zonas do Estado, só exigindo a sua captação para a electrificação dos caminhos de ferro, accionamento das usinas e fabricas, illuminação dos povoados, emprego econômico e útil nas habitações domesticas, e talvez em próximo estádio nas minas e galerias sub-terraneas e na própria navegação pelos mares e rios.¹⁵

A passagem do século XIX para o século XX foi um momento especialmente significativo em relação à energia elétrica, principalmente quanto ao fetiche proporcionado por sua invisibilidade e rapidez, que começou a povoar o imaginário da população e suscitou muita curiosidade:

O estudo da eletricidade e de suas aplicações fascinou este eclético público que se interessava por novidades científicas. O fato de operar com uma força invisível e desconhecida fez com que a ciência penetrasse em campos

¹³ NASCIMENTO, Domingos. *A hulha branca no Paraná*. Rio de Janeiro: Turnauer & Cia, 1914. p. 89.

¹⁴ NASCIMENTO, Domingos. *A hulha branca no Paraná*. Rio de Janeiro: Turnauer & Cia, 1914. p. 18.

¹⁵ NASCIMENTO, Domingos. *A hulha branca no Paraná*. Rio de Janeiro: Turnauer & Cia, 1914. p. 89.

até então relacionados à magia. Além disto, o uso prático e o retorno econômico da atividade rapidamente tornaram-se notórios.¹⁶

No século XIX, o carvão tinha sido um ingrediente fundamental para a industrialização europeia, da mesma forma a energia elétrica para o Brasil meridional no início do século XX.¹⁷ A utilização de motores elétricos e à explosão alterou muito a paisagem industrial tanto mundial quanto brasileira. Ao lado de máquinas a vapor, tornava-se muito comum o uso de motores elétricos nos mais variados processos produtivos, de tal forma que esse deslocamento da matriz energética do carvão para o petróleo e para a eletricidade ficou conhecido como Segunda Revolução Industrial.¹⁸ Tratava-se de um tempo mais acelerado: “[...] *impulsionado por novos potenciais energéticos e tecnológicos, em que a exigência de acertar os ponteiros brasileiros com o relógio global suscitou a hegemonia de discursos técnicos, por isso dispostos a fazer valer a modernização ‘a qualquer custo.’*”¹⁹

A energia elétrica era a sensação do momento. As pessoas viam possibilidades incríveis com a utilização da eletricidade, pois deixava-se de lado a tração animal, o uso de carvão e outras formas de obtenção de energia. Inclusive na Exposição de 1900, em Paris, a energia elétrica foi a grande vedete.²⁰

Nascimento acreditava que a energia elétrica transformaria a economia paranaense, pautada ainda na extração de erva-mate e madeira. Essa transformação aconteceria através da utilização das quedas d’água para a obtenção de energia elétrica, e esta, por sua vez, contribuiria para a existência de outras indústrias que movimentariam ainda mais o Paraná.

Na base da transformação estava a natureza. Depois dela, o que contava era a eletricidade e, como consequência, surgiriam as tão desejadas indústrias. Estava tudo tão facilmente disponível, razão por que era difícil não ser otimista em relação ao futuro.

¹⁶ ROCHA, Amara Silva de Souza. “A Sedução da Luz: eletrificação e imaginário no Rio de Janeiro da *Belle Époque*”. *Revista de História Regional*. Curitiba, n. 2, 1997. p. 22.

¹⁷ DEAN, Warren. “A industrialização durante a República Velha”. In: CARDOSO, Fernando Henrique et alii. *História geral da civilização brasileira*. O Brasil Republicano. tomo III: estrutura de poder e economia. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 255.

¹⁸ OLIVEIRA, Dennison. *Urbanização e industrialização no Paraná*. Curitiba: Editora UFPR/SEED, 2001. p. 22.

¹⁹ SEVCENKO, Nicolau. “Introdução: o prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso.” In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio*. (vol. III). São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 27.

²⁰ COSTA, Ângela Marques da. *1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 10.

O Paraná, segundo o Autor, tinha as precondições necessárias para progredir. O meio tinha fornecido as possibilidades para que houvesse crescimento econômico e progresso, o grande presente com que o Paraná havia sido agraciado:

[...] a configuração de sua superfície formando planaltos; em gradações muito apreciáveis, determina a vazão das redes fluviaes, por diferenças de altitudes tão sensíveis que as velozes corredeiras e os grandes saltos declinando á acção da gravidade se opulentam em tal abundancia por toda a parte, que sem excesso de imagem poderá considerar-se o Paraná – a região das águas, o ninho das mais possantes fontes de energia hydraulica do orbe, em pleno painel. Eil-o, o paiz das cascatas.²¹

Na passagem entre o século XIX e XX, acreditava-se que dois fatores identificavam o brasileiro: o meio e a raça. Sobre este primeiro aspecto: “*A compreensão a natureza, dos acidentes geográficos esclarecia, assim os próprios fenômenos econômicos e políticos do país.*”²² O meio era, portanto, considerado essencial para o desenvolvimento ou não de uma determinada sociedade. Somente haveria progresso e evolução se as condições climáticas e topográficas fossem positivas. A construção de uma nação civilizada seria possível a partir do momento em que esses parâmetros se conjugassem de modo satisfatório.

Em relação à agricultura, Domingos Nascimento acreditava que o Paraná, devido a seu relevo, seria um grande produtor de carne bovina, digno de competir com outros Estados da Federação. Para que isso ocorresse eram necessários, no entanto, investimentos em pesquisa, em técnicas adequadas de manejo de pasto, e no combate a suas pragas:

Desde que não haja estímulo nem sahida para as suas producções, os campos se conservarão estacionarios, os fetos e as hervas damninhas lastrando por sobre os gramados, inutilizando-o, taes como essa praga de samambaia que parece pretender afogar as melhores pastagens dos campos de Guarapuava.²³

As pastagens de melhor qualidade estavam sendo dominadas por plantas daninhas, ou pela irracionalidade e pela despreocupação do paranaense para com seu futuro. Não havia estímulo para que os moradores do interior pudessem dedicar-se à criação de gado e, por consequência, não havia maiores preocupações em manter o pasto limpo, sem as incômodas samambaias que tomavam conta do espaço. Era necessário incentivar a população e mostrar, primeiramente aos poderes públicos, as vantagens em utilizar os Campos Gerais para esse fim:

Só os campos de Guarapuava e Palmas dariam para o custeio do gado vaccum. Quando á industria cavallar, podiam fornecer a remonta de todo o nosso Exército, emquanto que os Campos Geraes forneceriam todas as

²¹ NASCIMENTO, Domingos. *A hulha branca no Paraná*. Rio de Janeiro: Turnauer & Cia, 1914. p. 19.

²² ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 16.

²³ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 62.

especiarias das indústrias agrícolas. Tudo porém nesses assuntos esta ainda por iniciar em nossa terra.²⁴

Os investimentos trariam novas possibilidades. O Paraná seria autossuficiente quanto à produção de gado bovino. Não precisaria mais importar charque de Mato Grosso, via estuário da Prata e da Argentina. Mato Grosso vendia o charque produzido em seus saladeiros para a Argentina, a qual, por sua vez, revendia, por um preço muito mais caro, ao Brasil, especialmente às zonas litorâneas. Haveria, portanto, o usufruto do charque pelos argentinos que lucravam com esta negociação. Logo, se o Paraná fosse autossuficiente na pecuária, não ficaria à mercê das desvantajosas negociações com os vizinhos platinos.

Outra possibilidade era o Paraná fornecer cavalos ao Exército brasileiro. Segundo Nascimento, os cavalos dos campos gerais paranaenses eram menores e mais robustos do que, por exemplo, os cavalos argentinos, considerados mais “ossudos” e frágeis.

O cavallo do Rio Grande e do Paraná, de menor estatura embora, tem os cascos mais fortes, satisfaz-se por muitos dias com a grama verde dos poteiros e bebe qualquer água de paul; e como alimentação mais consistente exige apenas pequena ração de milho; com ou sem ferradura marcha da mesma maneira, airoso e firme, dias inteiros pelos nossos campos, pelos cerros íngremes; transpõe pedregulhos ou caminhos calçados de pedras, sempre prompto, sempre resistente. É até mais modesto que seu rival platense: tendo licença para espojar-se, dispensa de bom grado outra sorte de banhos. Faça o governo federal a remonta de suas tropas com a cavallada natural do paiz, e há de ver como a industria pastoril toma incremento prodigioso em nosso excellentes e ate agora inaproveitados campos.²⁵

Para Nascimento, o futuro do Estado estava em diversificar a produção, aproveitar o que a natureza proporcionava, tornando-o a terra da prosperidade e do futuro.

De acordo com Marco Aurélio Pereira, uma interessante indústria derivada do mate que possuía importância na época era a de tabletes da erva, uma espécie de comprimido composto de erva-mate e açúcar, que se tomava diluído em água quente ou fria. O processo de fabricação desse produto foi elaborado por Domingos Nascimento e explorado industrialmente pela Casa Hencke & Cia.²⁶

Todas as possibilidades econômicas e invenções tecnológicas de nada adiantariam para o crescimento do Paraná se fossem poucos os investimentos em melhorias e na racionalização da produção agrícola. As dificuldades encontradas para o aproveitamento das enormes potencialidades do território: “[...] são atribuídas à política, ou melhor, à

²⁴ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 35.

²⁵ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 61.

²⁶ PEREIRA, Marco Aurélio Monteiro. “A cidade de Curitiba no discurso de viajantes e cronistas do século XIX e início do século XX”. In: *Revista de História Regional* 1(1): 9-40. 1996. p. 28.

politicagem. Alguns bons planos e algumas máquinas resolveriam as dificuldades. Se os entraves estavam na esfera da política, a solução encontrava-se no campo da técnica.”²⁷

Por isso Nascimento dedicou atenção especial à produção de tecido a partir da bananeira, principalmente na região litorânea:

Aproveitada a fructa, fica despresado o tronco [...] perdida fica enorme quantidade de fibras que poderiam ser aproveitadas para o fabrico de cordas, saccos e outros misteres da industria da fiação e tecelagem, desde que melhorado seja o beneficiamento das fibras.²⁸

Deste modo, Nascimento evidencia a despreocupação dos produtores de banana quanto ao aproveitamento do tronco e das folhas para a produção de cordas e de fios. Além da bananeira, outras plantas poderiam ser utilizadas para a obtenção de fibras, como a imbaúba, as imbiras vermelhas e brancas, o imbirussu, o tucum, imbê, os ananazes e gravatás, a piteira, o lírio do brejo. Essas espécies não eram completamente aproveitadas pelos agricultores paranaenses. Para ele, era preciso empregar esforços para tirar proveito dessas matérias-primas que seriam tão lucrativas para o Paraná. E foi na tentativa de racionalizar a produção de fibras provenientes da bananeira que Nascimento desenvolveu uma máquina de desfibrar a bananeira: o Desfibrador Portátil Nascimento.

O aparelho de meu invento e que figura na seção de fibras do Paraná, na Exposição nacional, aperfeiçoa o trabalho indígena [manual], satisfaz a todos os requisitos de uma machina desfibradora destinada ao serviço *dentro dos próprios bananaes*. Produz menor desperdício de fibras e poupa as enormes despesas com o transporte dos talos de bananeira que são pesadíssimos. Este *desfibrador portátil* muito simples, desmontável e leve, pode ser adquirido por um preço ao alcance de qualquer plantador. ²⁹ (grifos do autor)

O interesse de Nascimento com esse invento era o de tentar diminuir a perda de fibra que ocorria com a maceração pela qual as folhas passavam no método indígena:

Eu tenho necessidade de preconizar a excelência dos processos de extração directa por meio de machinismos, porque estou convencido de que pela maceração a fibra perde grande parte de sua resistência, fica muito quebradiça se prestando, entretanto, para o fabrico de papel.³⁰

A máquina desperdiçava menos, era mais ágil, pois facilitava a obtenção da fibra, além de ser portátil, poderia ser facilmente carregada para dentro do bananal, era desmontável e podia ser adquirida por um preço módico. Desse modo, tinha-se mais fibra em menos tempo e um produto de maior qualidade. Domingos Nascimento esperava

²⁷ ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru, SP: EDUSC, 2000. p. 92.

²⁸ NASCIMENTO, Domingos. *Flora textil do Paraná*. Curytiba: Livraria Econômica, 1908. p. 12.

²⁹ NASCIMENTO, Domingos. *Flora textil do Paraná*. Curytiba: Livraria Econômica, 1908. p. 30.

³⁰ NASCIMENTO, Domingos. *Flora textil do Paraná*. Curytiba: Livraria Econômica, 1908. p. 34.

convencer a população do litoral paranaense – local propício ao cultivo – a plantar mais bananeiras, aproveitar a fibra por ela proporcionada e usufruir do “Desfibrador portátil Nascimento”. Nos seus sonhos de futuro, estaria um porvir glorioso ao Paraná, dominado pelas técnicas e pelas máquinas.

No final do século XIX e início do XX havia experiências e inventos de máquinas para tudo o que se podia imaginar. Esses maquinários eram apresentados nas Exposições Industriais, que: “[...] *passavam a demonstrar didaticamente o progresso e a imaginar o amanhã; os mapeamentos e inventos olhavam para os impasses do presente, mas de esguelha miravam o século seguinte; a ‘sciencia’ impunha-se como forma de redimir incertezas.*”³¹

As exposições serviam, portanto, para apresentar ao mundo as inovações técnicas e científicas que faziam parte do cotidiano das pessoas. As necessidades levavam às pesquisas e aos melhoramentos. Foi assim com o desfibrador de Domingos Nascimento, que inclusive participou da Exposição Nacional de 1908.

As exposições nacionais têm início ainda no Império, precisamente em 1861, na Escola Central do Rio de Janeiro, iniciativa que foi mais um arremedo das Exposições Internacionais do que uma mostra significativa de qualquer inovação técnica.³² No Paraná, a tentativa pioneira foi a I Exposição Industrial do Paraná, realizada em 1903, quando, em Curitiba, a Praça Eufrásio Correia foi tomada pela população curiosa com as “novidades tecnológicas” do Paraná e também com as comemorações do cinquentenário do Estado que ocorriam juntamente a Exposição. Esses festejos tiveram, portanto, um aspecto interessante, pois, além do apelo futurista, eminente a todos os eventos desse tipo, ainda foi foco de rememoração, ou seja, de uma volta ao passado, principalmente devido à data da exposição, 19 de dezembro, quando se comemora a emancipação da Província do Paraná. Houve, assim, a conjunção do passado e do futuro nas comemorações do presente. Essa celebração do cinquentenário da emancipação política paranaense deve ser vista como um momento de reflexão, de rememoração, e uma tentativa de unificar, em torno de um mesmo passado e de um próspero futuro, uma determinada população.

De acordo com Hardman, o embricamento passado/futuro era a tônica dessas comemorações desde a Exposição da Filadélfia, em 1876, que comemorou oficialmente a passagem do centenário da independência norte-americana ou, ainda, em 1889, em Paris, quando dos cem anos da Revolução Francesa. Chicago, em 1893, a “*World’s Columbian*

³¹ COSTA, Ângela Marques da. *1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 11.

³² MARTINS, Ana Luiza. *República: um outro olhar*. São Paulo: Contexto, 1989. p. 33.

Exposition”, em comemoração aos 400 anos da viagem de Cristóvão Colombo à América e em 1904, quando do centenário da compra da Louisiana pelos EUA.³³ Essas simbioses temporais tinham uma característica pedagógica, pois serviam para orientar a população em torno de um passado comum e também para que houvesse um comprometimento dessa população com um futuro de progresso e melhoramentos tecnológicos.

Entre os objetivos das exposições, Motta ressalta, entre outras, as motivações comerciais, o afluxo de divisas e de turistas, o impacto sobre a infraestrutura urbana, a imposição de um certo princípio classificatório a partir da máxima “classificar é conhecer” e o credo pedagógico, através da difusão de valores e de padrões de conduta.³⁴

Na exposição paranaense de 1903, por exemplo: “*Mais importante que os prêmios ou as Menções era o espetáculo em si. Ele buscava fazer com que as pessoas prestassem reverência, homenageassem o progresso e o Paraná.*”³⁵ Pretendia-se mostrar os progressos e avanços científicos, mas também unificar, fazer lembrar do passado e assim reverenciar o futuro. Por se tratar de um acontecimento de tal monta, explica-se a preocupação da prefeitura em organizar brasões comemorativos, medalhas ou mesmo a revitalização da Praça Eufrásio Corrêa, com chafarizes e luminárias especiais.³⁶ É interessante destacar que: “[...] *a edificação de um espaço especialmente criado para a Exposição revelava a capacidade do anfitrião em realizar empreendimentos excepcionais.*”³⁷, ainda que o espaço dedicado a ser o Pavilhão de Máquinas não passasse de um pequeno galpão, decorado discretamente com lambrequins.³⁸

Expressivo número de pessoas compareceram à Praça Eufrásio Corrêa. Eram famílias inteiras, idosos, crianças: “*As senhoras com suas sombrinhas, os homens e seus chapéus, as crianças – uma verdadeira multidão parece ter visitado a praça da exposição, em frente à estação de trem. Um verdadeiro acontecimento.*”³⁹ Essas pessoas estavam

³³ HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 60.

³⁴ MOTTA, Marly Silva da. “*Ante-sala do Paraíso*”, “*Vale de Luzes*”, “*Bazar de Maravilhas*”: a Exposição Internacional do Centenário da Independência (Rio de Janeiro -1922). Rio de Janeiro: CPDOC, 1992. p. 6.

³⁵ p. 161.

³⁶ BALHS, Aparecida Vaz da Silva. *Símbolos e monumentos: as comemorações de emancipação política nos logradouros de Curitiba*. In: Publicato UEPG. Revista de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguagem, Letras e Artes, Ponta Grossa, 14 (I) 7-20, jun. 2006. p. 11.

³⁷ MOTTA, Marly Silva da. “*Ante-sala do Paraíso*”, “*Vale de Luzes*”, “*Bazar de Maravilhas*”: a Exposição Internacional do Centenário da Independência (Rio de Janeiro -1922). Rio de Janeiro: CPDOC, 1992. p. 8.

³⁸ BRANDÃO, Ângela. *A fábrica de ilusão: o espetáculo das máquinas num parque de diversões e a modernização de Curitiba (1905-1913)*. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1994. p. 42.

³⁹ BRANDÃO, Ângela. *A fábrica de ilusão: o espetáculo das máquinas num parque de diversões e a modernização de Curitiba (1905-1913)*. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba: Fundação Cultural de

ávidas por novas invenções – quanto mais espetaculares, melhor –, pois queriam ver o máximo possível de tudo que lhes era apresentado.

Na ocasião, foram apresentados trabalhos monográficos e objetos representativos da economia do Paraná, foram expostos, dentre outros:

[...] trabalhos de marcenaria, como uma mesa confeccionada por Augusto Manassés, na forma de uma rosa dos ventos composta com cento e sessenta qualidades de madeiras da flora paranaense, além de outra mesa representando o mapa da América, oferecida ao presidente Roosevelt. [...] velas de cera, vinhos, plantas medicinais, erva-mate, pedras preciosas, cerâmicas, obras de arte.⁴⁰

Logo, recorreu-se ao que se tinha mais em mãos, ou seja, nada de experiências muito ousadas ou objetos sofisticados. A primeira exposição paranaense revelou uma sociedade ainda muito ligada ao campo, ao cultivo agrícola e à produção artesanal. E mesmo vinculados ao setor primário, os anseios de industrialização eram muito grandes. Assim, a transformação do sistema produtivo, que passou do ofício manual para a manufatura, não se fez abrupta nem descontinuamente, ou seja, ao mesmo tempo em que havia incipientes experiências industriais, ainda sobreviviam os ofícios manuais especializados.⁴¹ Tratava-se: “[...] *de uma industrialização ainda dispersa, aferrada à produção de gêneros de consumo – indústrias têxteis, aniagens e tecidos de algodão e de lã, bebidas e objetos de uso [...] os primeiros tempos da industrialização manifestavam-se de maneira tímida e oscilante.*”⁴²

O Paraná foi participante ativo das exposições nacionais realizadas no século XIX. Se comparado a outras províncias mais populosas, percebe-se o grande interesse em demonstrar todo o seu vigor industrial e suas potencialidades agrícolas. Assim, de um total de seis exposições nacionais ocorridas entre 1861 e 1889, o Paraná tem 126 participações, enquanto São Paulo tem 110, depois Bahia com 86 e Minas Gerais, um dos mais populosos, com 136 objetos expostos.⁴³

Curitiba, 1994. p. 42.

⁴⁰ BALHS, Aparecida Vaz da Silva. *Símbolos e monumentos: as comemorações de emancipação política nos logradouros de Curitiba*. In: Publicato UEPG. Revista de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguagem, Letras e Artes, Ponta Grossa, 14 (I) 7-20, jun. 2006. p. 11.

⁴¹ DEAN, Warren. “A industrialização durante a República Velha”. In: CARDOSO, Fernando Henrique et alii *História geral da civilização brasileira*. O Brasil Republicano. tomo III: estrutura de poder e economia. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 267.

⁴² WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. “Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível.” In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio*. (vol. III). São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 112.

⁴³ HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 60.

Ainda que o Paraná estivesse ligado ao extrativismo, Nascimento expressa seus anseios em relação à indústria, considerada por ele: “[...] *a mais bella religião do progresso.*”⁴⁴ Assim, o progresso coincidia com a indústria, com as máquinas e com as técnicas de produção. O futuro estava no desenvolvimento da indústria e dos modernos métodos produtivos. Contudo: “*Não encontramos, por certo, na República Velha, um Estado industrializante; mas tampouco podemos identificá-lo sumariamente com interesses antiindustriais*”⁴⁵ Assim, as incipientes experiências “industriais”, como a fábrica de sabonetes, de velas e de mesas de madeira estavam estritamente ligadas à manufatura e ao artesanato. A cena de que Nascimento era testemunha mostrava um Paraná mais agrário que urbano. Os desejos de indústrias estavam atrelados ao setor agrícola, principalmente ao que se refere ao melhoramento das colheitas e ao aproveitamento de matérias-primas. A modernidade que se propalava nos livros, nos jornais e nas exposições estava engatada ironicamente a uma carroça. Desta forma, o Autor paranaense é enfático ao afirmar que:

Não basta que as cataractas remujam e o arco-iris perpetuo corôe de esplendores as suas águas... Não basta que á eólia musical dos ventos múrmuros, rescendam as nossas florestas saturadas de pollens... Não basta que as montanhas íngremes cordoem de muralhas graníticas as nossas defensivas... Não basta que os nossos campos se cubram de lyrios olorantes e vergeis risonhos... os nossos rios corram entre paredões tenebrosos de rochas abruptas, as orlas bordadas de leques de palmeraes e festões floridos, as praias alvíssimas de um brilho faiscante. Não basta o grande mar, salso e rumuroso, beirando as costas, cavando angras e formando bancos, em seu intrépido e ulular... Alguma cousa mais, senhores! – a turbina, o comboio, o viaducto, a relha, o hélice, pela bocca das suas chaminés, pelo metal dos seus supportes, [...] a victoria do progresso, e finalmente, o HOMEM, rei do movimento, symbolo de matéria e força.⁴⁶

Não bastava a natureza, suas belezas admiráveis, a suntuosidade da flora, as riquezas da fauna, as cataratas, as terras férteis, as praias paradisíacas, as cadeias montanhosas, as planícies, as palmeiras em leque, os sons dos ventos e do mar. Era necessário inserir o homem nesse cenário fantástico, o único ser capaz de utilizar proficuamente a natureza, de retirar dela o necessário para progredir, por meio de máquinas, estradas, engrenagens, chaminés e indústrias. Essa é a garantia de ingresso na modernidade, no progresso e na civilização. A natureza exuberante associada ao trabalho humano.

⁴⁴ NASCIMENTO, Domingos. *A hulha branca no Paraná*. Rio de Janeiro: Turnauer & Cia, 1914. p. 13.

⁴⁵ COHN, Gabriel. “Problemas da industrialização no século XX”. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: Difel, 1977. p. 294.

⁴⁶ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 228.

Nascimento mapeava o Estado e indicava o que poderia ser feito para a construção desse Paraná sonhado. Para isso, traçava planos e esquadrihava metas. Via longe, percebia nas minúcias lances grandiosos. Preocupava-se com coisas que até então não preocupavam os outros paranaenses. Queria construir um parque nas cataratas do Iguaçu, com o aproveitamento racional das fibras de plantas fazer tecidos, melhorar pastagens, garantir eletricidade para todos. Como se viu, almejava revelar algo aos paranaenses dos grandes núcleos urbanos o interior mais distante, a região Oeste, a fronteira com o Paraguai e Argentina, zona de disputas e que necessitava de maior atenção das autoridades governamentais. Ele direciona sua escrita para pessoas que poderiam, de alguma forma, contribuir para o crescimento e o desenvolvimento do Paraná e, especialmente, desta região do Estado: governo, classe média urbana, intelectuais, comerciantes e donos de fábricas. Seus interlocutores são os possíveis investidores do Paraná.

Esta relação emissor/receptor do discurso é, segundo Bourdieu, uma troca linguística, simbólica e material, no sentido de que

[...] os discursos não são apenas (a não ser excepcionalmente) signos destinados a serem compreendidos, decifrados; são também signos de riqueza a serem avaliados, apreciados, e signos de autoridade a serem acreditados e obedecidos.⁴⁷ (grifo do autor)

A relação existente entre Nascimento e os receptores de seu discurso, mesmo não sendo esse o foco central da análise, é, portanto, uma relação de poder, de autoridade, já que o Autor era tacitamente autorizado para falar o que falava, seja pelas experiências vivenciadas, pela sua posição social ou pelas instituições que representava. Em outras palavras, era investido de poderes para falar do Paraná em nome de todos os paranaenses, pois tinha capital simbólico para nomear e classificar o Estado de modo que impunha uma ordem que considerava aceitável aos paranaenses. Assim transfigurava-se no

[...] porta-voz dotado do poder pleno e de agir em nome do grupo, falando sobre o grupo pela magia da palavra de ordem, é o substituto do grupo que existe somente por esta *procuração*. Grupo feito homem, ele personifica uma pessoa fictícia, que ele arranca do Estado de mero agregado de indivíduos separados, permitindo-lhes agir e falar, através dele, “como um único homem”. Em contrapartida, ele recebe o direito de falar e de agir em nome do grupo, de “se tornar pelo” grupo que encarna, de se identificar com a função à qual ele “se entrega de corpo e alma”, dando assim um corpo biológico a um corpo constituído. *Status est magistrus*, “o Estado sou eu”.⁴⁸ (grifos do autor)

⁴⁷ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1998. p. 83.

⁴⁸ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1998. p. 82-83.

Ele fornecia corporalidade ao grupo e às instituições das quais fazia parte. Era o Exército e próprio governo que encarnavam em seu corpo e falavam por meio dele. O Autor, ao falar em nome do grupo, era possuído por esse ente mais abrangente e disforme e, assim, tinha seu discurso aceito, porque corporificava o que antes era apenas metáfora. Cabia a seus interlocutores compreenderem seu discurso e investirem no Paraná, que era um dos grandes objetivos das suas obras.

Em sua opinião, “*O Paraná possui, sim, como nenhum outro essa imensa e extraordinária riqueza, entretanto não lhe conhece o valor nem se lhe estudam as vantagens.*”⁴⁹ Era necessário conhecer, viajar, enfrentar os perigos, produzir mapas e planos que acabariam por construir espacialmente o Paraná. O aproveitamento das riquezas estava ligado ao povoamento do território, logo ao seu desenvolvimento agrícola e industrial, porque novas cidades seriam formadas e estradas construídas, a energia elétrica iluminaria as novas ideias que surgiriam. Era esse o ciclo inescapável do progresso. O destino paranaense, segundo Nascimento, era esse: progredir, expandir e transformar-se.

Dessa forma, suas intenções concentram-se em fazer ver o Paraná, conhecê-lo para assim serem reconhecidos como paranaenses: “*Era velho intento meu conhecer essa região paranaense [a fronteira com Paraguai e Argentina], que aos olhos da quase universalidade dos compatriotas se demora impenetrável, taes as dificuldades a vencer.*”⁵⁰ A escrita de Nascimento serviria, portanto, como um incentivo para o crescimento econômico e político do Paraná no cenário nacional e para dar os contornos territoriais do Estado, instaurando uma unidade geográfica, cultural e identitária aos paranaenses.

⁴⁹ NASCIMENTO, Domingos. *A hulha branca no Paraná*. Rio de Janeiro: Turnauer & Cia, 1914. p. 89.

⁵⁰ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. I.

III – O PARANÁ DESCOBERTO: A DIFÍCIL TAREFA DE CONSTRUIR A IDENTIDADE PARANAENSE

No capítulo anterior viu-se que Domingos Nascimento criou representações e simbologias acerca da natureza do Paraná e dos recursos a ela relacionados. Em alguns momentos, o meio natural era representado de modo negativo, já que o Autor acreditava que a abundância apresentada pela natureza do interior do Estado acabava por impedir a aproximação da governabilidade àqueles locais, ameaçando o sentido de pertencimento daquelas pessoas ao Paraná e afetando a identificação daqueles sujeitos interioranos como paranaenses.

Em outros momentos, a natureza que o interior apresentava era vista por Nascimento como algo positivo, pois expressava todas as possibilidades de crescimento econômico e de progresso que o Estado poderia utilizar para seu desenvolvimento. Assim, a natureza era vista como parte fundamental do futuro paranaense e passaria a identificar o Estado justamente pela sua pujança, sua abundância e sua variedade.

Seguindo o ponto de vista do Autor paranaense, essa era a primeira etapa necessária para a construção do Paraná e do paranaense ideal. Sem a terra fértil, sem os rios, sem os planaltos, sem a natureza, a constituição futura de um homem ideal seria tarefa difícil a ser alcançada. O Paraná era imaginado por Domingos Nascimento de “baixo para cima”, ou seja, primeiramente observou a terra, o solo, de que era constituída a vegetação, as potencialidades disponíveis, e, depois, observou o homem e a sociedade do Estado.

Depois de refletir sobre o sustentáculo da sociedade paranaense, qual seja, a natureza e suas possibilidades econômicas, observa-se como Domingos Nascimento

apresenta, em seus livros, o paranaense real por ele encontrado. Trata-se de um breve mapeamento feito pelo Autor dos indivíduos que habitavam o Paraná, para entender como eram essas pessoas, de que forma agiam em suas realidades locais, se contribuíam ou não para o fortalecimento e engrandecimento do Estado do Paraná e de que forma faziam isso.

Em um primeiro momento deste capítulo, o olhar se volta para as experiências frustradas de Nascimento em território paranaense. São destacadas suas atitudes diante do Paraná real, ou seja, permeado pela desordem, pela improdutividade, pela falta de um sentimento de pertença ao Paraná. Ele observa, por exemplo, o descomprometimento de uma parcela da população, que parecia não preocupar-se com questões como salubridade, racionalidade e aproveitamento do tempo e espaço, ociosidade, trabalho produtivo, entre outros. Domingos Nascimento, diante desse desanimador quadro, questionava-se sobre a utilidade daquele tipo de prática para o forjamento de uma identidade que demonstrasse todo o vigor e potencialidade do Paraná. Também o preocupava a situação em que se encontrava a região fronteira do Paraná com o Paraguai e a Argentina, ou seja, com a falta de presença mais efetiva do governo federal brasileiro nesse espaço e, em consequência, a abertura para iniciativas estrangeiras na região.

Todas essas impressões negativas que Domingos Nascimento tinha sobre o Paraná frutificaram com maior vigor após sua viagem pelo interior do Estado, em 1903. A partir dessa viagem, o Autor pôde, com maior propriedade, escrever e refletir sobre a realidade paranaense e projetar um Paraná idealizado. Ao vislumbrar a realidade interiorana, Nascimento comparou-a com a suposta realidade curitibana, à qual a todo momento se remetia durante a dita viagem. Ele acreditava que Curitiba deveria ser um espelho para as demais localidades paranaenses, por ser considerada um símbolo de modernidade, de cosmopolitismo e de civilização. O Paraná de Domingos Nascimento dever-se-ia “curitibanizar”, deixando assim aquela “triste” realidade observada pelo Autor. Essas comparações entre a capital e o interior são também foco da análise deste capítulo.

3.1: Desordem, irracionalidade e incivilização: o encontro com a realidade paranaense

Havendo tanto barro, tanta água, por que as casas não eram de tijolos e não tinham telhas? Era sempre aquele sapé sinistro e aquele sopapo que deixava ver as tramas das varas, como esqueleto de um doente? [...] Por quê? Mesmo nas fazendas o espetáculo não era mais animador. Todas soturnas, baixas, quase sem pomar olente e a horta suculenta. A não ser o café e um milharal, aqui e ali, ela não pôde ver outra lavoura, outra indústria agrícola.
(Lima Barreto, *Triste fim do Policarpo Quaresma*)

Domingos Nascimento pretendia construir um Paraná moderno, vinculado aos ideais de progresso e de racionalidade. Seus desejos eram de um futuro ordeiro e de evolução contínua aos paranaenses. A identidade dessa população deveria ser composta por uma gama de fatores, ou seja, dentre outros, faziam parte, desse seu ideário, um meio natural abundante, terra fértil, rios caudalosos e, o mais importante, homens preparados para atuarem de modo positivo sobre esse cenário considerado maravilhoso.

Nem sempre, contudo, o que o Autor observava, nas cenas quotidianas da realidade paranaense, o roteiro por ele idealizado. Era grande o contraste entre o ideal e o real. A vida real era, muitas vezes, marcada pela irracionalidade, pela falta de preparo e pela despreocupação com o futuro. Ao observar pela primeira vez o dia a dia de alguns paranaenses e dele tomar nota, Domingos Nascimento pôde, de fato, ter noção de como estava constituído o Paraná verdadeiro, e verificar que este diferia bastante de suas idealizações, unidas que estavam de conceitos como progresso, de ordem e de modernidade.

Uma dessas ocasiões em que a insatisfação do Autor estava mais à mostra em relação ao modo de agir paranaense deu-se logo no início de sua viagem pelo interior do Estado. Nessa ocasião, o Autor testemunhou as parcas condições dos barcos que faziam a viagem entre Ponta Grossa e Porto Amazonas, ainda na região Centro-Sul. De acordo com sua narrativa, um barco com características como aquelas, ou seja, com falta de cômodos adequados, sujeira e com carência de pessoal especializado, não era compatível com o que se deveria esperar do único meio de transporte utilizado para ligar dois pontos comerciais importantes do interior paranaense. Ao questionar a situação do serviço de mesa da embarcação, Nascimento ouviu do comandante que: “*Por estas alturas qualquer tripulante*

serve de cozinheiro, que não o há de profissão! responderam-me.” e conclui, a partir do que lhe foi dito, que: “Deante disso, tóca a navegar, e viva o xarque e... viva o feijão, por 4 dias úteis.”¹

Pesavam ainda mais, para a pouca comodidade nesse trecho da viagem, os solavancos causados pelas consecutivas colisões do barco com as margens do Rio Iguaçu, repletas que estavam de: “[...] *uma cerrada galharia sobre a qual investe o navio nos seus desvios contra as margens, impellido pela correnteza.*”² Tratava-se, portanto, de um problema ainda maior do que somente a falta de asseio na embarcação, mas, sim, o nulo comprometimento dos moradores das margens do rio para com a limpeza de suas barrancas. Para Nascimento, esta era uma questão de higiene, salubridade, beleza e, principalmente, de compromisso com o progresso e o futuro do Estado. A paisagem deveria ser agradável, limpa, clara e, consecutivamente, totalmente livre do que fosse sujo e pernicioso, para que, assim, houvesse condições de a modernidade se estabelecer naquelas paragens.

Tal fato é indicativo do que Nascimento considerava inconveniente para o cotidiano paranaense, ou seja, a falta de compromisso com a manutenção da paisagem e uma conseqüente despreocupação com o futuro do Estado. O episódio constitui uma metáfora em relação à própria realidade vivida no interior. Neste caso, aqueles galhos eram os elementos que impediam ou, no melhor das hipóteses, dificultavam a passagem do progresso, ou seja, os barcos mais potentes e com melhor aspecto do que aquele que então fazia aquela viagem. O barco tinha condições precárias porque os galhos impediam a passagem de uma embarcação maior e melhor, assim como o progresso estava ameaçado pela falta de compromisso da população.

Era preciso abolir essa inércia, afinal, de que adiantariam tantas possibilidades, se o povo ainda vivia de forma incivilizada? Para construir a sociedade ideal, era necessário transformar esse modo de pensar, inconsequente e irresponsável, que ainda fazia parte do estilo de vida de muitos paranaenses, principalmente os interioranos. Era urgente melhorar os costumes, as práticas e o modo como vivia essa parcela da população paranaense, ainda à margem de conceitos como razão, progresso e civilização. Para Nascimento, o governo paranaense deveria incentivar a população, através do ensino nas escolas públicas, da instituição de novos modos de agir e pensar, para que, assim, houvesse a formação de cidadãos adequados ao novo modelo de paranaense que deveria existir, qual seja, aquele

¹ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 9.

² NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 9.

preocupado com o futuro, ciente da ordem, da evolução, do progresso e imbuídos da tão desejada modernidade. Ao Estado caberia um papel de fomentador, um demiurgo necessário para a alteração da realidade paranaense. Ressalta-se, nesse sentido, a faceta antiliberal de Domingos Nascimento, pois, para ele, ao Estado e ao chefe do Executivo cabia papel central, de alicerce para as mudanças.

Outro exemplo que ilustra esse choque de realidade que Nascimento enfrentou ao viajar pelo Paraná é o que diz respeito ao modo como os produtores de banana agiam em suas plantações. De maneira especial, o Autor relata que, em sua terra natal, Guaraqueçaba, havia o regular plantio e comercialização de bananas *in natura*, porém essa atividade era realizada de modo ainda muito primitivo, pois era comum ver os cortes das bananeiras sem a menor escolha, sem capricho: “[...] *sem cálculo nem methodo [...] além do atravancamento que se nota nos bananaes por mal cuidados, pois que se desenvolvem e se multiplicam e se baralham, ao abandono dos seus plantadores.*”³

Como já visto, para Nascimento, o plantio dessa fruta e a utilização alternativa de suas folhas e caule para a produção de fibras eram algumas das soluções para a melhoria econômica do homem do litoral e um fator de crescimento e de reconhecimento do Paraná como Estado pujante e moderno. Ocorre, contudo, que, do modo como estava acontecendo, muito pouco teria a contribuir ao Paraná esta maneira de produção, em que o plantio era realizado sem nenhum rigor, sem cálculos, irracionalmente. Os produtos eram tratados de qualquer maneira, mal cuidados e transportados de modo irregular. Para Nascimento: “[...] *o plantador não faz escolha do terreno, não procede á limpeza das derrubadas: Destroe as mattas a machado e a foïçe [...]*” e ainda acabavam: “[...] *cortando os troncos das árvores quase na altura do corpo deixando tocos de altura de mais de metro e atirando a galharia ao accaso[...]*”⁴ Os produtores, depois de seca essa ramagem, ateavam fogo e deixavam tudo reduzido a cinzas. Tal atitude ainda era agravada, pois, era costume: “*Por entre a galharia queimada, sem nada destocar, vae fazendo covas, num alinhamento a olho a ahi plantando de metro em metro as mudas.*”⁵

A preocupação de Nascimento estava justamente na falta de comprometimento para com a produção, a escolha aleatória do terreno, sem estudos prévios, sem uma reflexão mais detida sobre as atitudes mais adequadas a serem tomadas. O que impressiona o Autor é o acaso que toma conta da tarefa de produzir, feita toda ela por meio da intuição,

³ NASCIMENTO, Domingos. *Flora textil do Paraná*. Curitiba: Livraria Econômica, 1908. p. 12.

⁴ NASCIMENTO, Domingos. *Flora textil do Paraná*. Curitiba: Livraria Econômica, 1908. p. 20.

⁵ NASCIMENTO, Domingos. *Flora textil do Paraná*. Curitiba: Livraria Econômica, 1908. p. 22.

do “olho”, sem higiene e sem preparo. Como consequência dessas atitudes impensadas, é que: “[...] *um anno depois, tal é a fertilidade do solo, os filhotes se transformam em grandes troncos [...] fechando por inteiro os espaços.*”, os cachos não possuíam um tamanho regular e a fruta não possuía o sabor e a doçura: “[...] *que se nota no fructo das plantações bem cuidadas de S. Paulo e Rio de Janeiro.*”⁶

Era preciso modificar o modo como se tratava a produção de bananas para que houvesse uma melhoria no produto oferecido no mercado, tornando-o tão competitivo quanto o produto paulista ou carioca. O produtor paranaense não poderia continuar atuando de modo precário e baseando-se em métodos antiquados ou sem método nenhum, já que o que estava em jogo era uma participação mais atuante do Estado paranaense na economia brasileira. Sem falar na constituição de uma identidade que ressaltasse as possibilidades agrícolas, a pujança e a modernidade do Paraná, que ficaria seriamente ameaçada se tal situação não fosse revertida.

Acontece que, na opinião de Nascimento, em relação a esses bananicultores paranaenses, faltava ainda um determinado espírito de iniciativa, certa cobiça bem controlada, que haveria de transformar aquela minguada e mal cuidada produção de bananas em uma indústria mais vigorosa e racional, ramificada em diversas direções, como, por exemplo, na secagem da fruta, no fabrico de doces (balas e compotas), vinagre, vinho, farinha de banana, ou mesmo na já citada fibra da bananeira.⁷

Do contrário, a ordem deveria ser levada em conta no momento do plantio, as covas deveriam ser feitas com todo o critério matemático, as ramas deveriam ser escolhidas dentre as melhores disponíveis, sem a promiscuidade de espécies que se via nas plantações paranaenses.⁸ Assim sendo, era o desejo de Domingos Nascimento que:

Preparado o terreno, abrem-se covas em alinhamento regular, de 60 centímetros de largura e 35 de profundidade, mais ou menos. As covas devem conservar entre si um espaço de 4 metros. Todo matto extirpado deverá ser reunido junto ás touceiras, servindo de estrume. Deve-se ter o cuidado de conservar as plantações limpas de hervas damninhas, pelo menos durante o primeiro anno. Intermedianamente podem ser cultivadas outras plantas de anno.⁹

Nota-se que a plantação deveria seguir um método bastante específico: serem preservados espaços regulares entre as mudas, limpo o terreno de todo o mato, que, posteriormente, seria utilizado como adubo, e não queimado como de fato acontecia.

⁶ NASCIMENTO, Domingos. *Flora textil do Paraná*. Curitiba: Livraria Econômica, 1908. p. 22.

⁷ NASCIMENTO, Domingos. *Flora textil do Paraná*. Curitiba: Livraria Econômica, 1908. p. 10.

⁸ NASCIMENTO, Domingos. *Flora textil do Paraná*. Curitiba: Livraria Econômica, 1908. p. 20.

⁹ NASCIMENTO, Domingos. *Flora textil do Paraná*. Curitiba: Livraria Econômica, 1908. p. 34-36.

Haveria a rotação de cultura para o solo não se desgastar, o que acabava, na concepção de Nascimento, diminuindo a produtividade do terreno e, conseqüentemente, originando frutas feias e desvalorizadas em comparação com as de outros Estados.

A jardinagem serve como uma metáfora, pois, assim como se deveria evitar que o bananal ficasse a mercê de problemas como a sujeira, a alta concentração de brotos, a falta de cuidados com o espaçamento entre as plantas e a existência de ervas daninhas, a sociedade como um todo também deveria ser foco da prevenção a algumas práticas consideradas inadequadas. Desse modo, seria urgente inculcar, na população paranaense, o apego ao trabalho, à racionalidade, aos métodos de produção, à ordem e ao progresso. Em suma, era preciso separar os costumes bons dos ruins, os primeiros representados como as bananas e os segundos como as ervas daninhas. Para Bauman, essa segregação bom/ruim é uma forte característica dos chamados “*Estados jardineiros*”, ou seja, aqueles que tendem a cuidar da população como um jardineiro lida com seu jardim. Esses Estados buscam separar os elementos indesejados: os danosos, os improdutivos, os irracionais, os preguiçosos, os despreocupados e os corruptos, e preservar os úteis, os laboriosos, os interessados, os responsáveis, os preocupados, e assim por diante.¹⁰

Em seu discurso, Domingos Nascimento apresenta esse desejo de segregar os paranaenses entre os bons e os ruins, de modo a fazer com que fossem preservadas as características boas da população e, conseqüentemente, fazendo melhorar os ainda deletérios. Era sua opinião, por exemplo, que a população, ainda vista como preguiçosa e inerte, fosse orientada a se ocupar de maneira produtiva nos seus momentos de folga. A seu ver: “*O pessoal que se dedica á lavoura tem seus dias e as suas horas de trabalho nas roças, mas tem os seus dias e suas horas de completa inatividade [...]*”, isso por que: “[...] *depois de feita a derrubada das mattas, o trabalhador tem de esperar muitos dias que sequem as ramagens para a queima e subsequente limpeza das terras.*” Nesse ínterim: “[...] *passam dias e dias de espera, muitas vezes prolongada por continuas chuvas que impedem o ateamento do fogo, pois que as coivaras dificultam o desenvolvimento dos grãos e a feitura das covas.*”¹¹

Para Domingos Nascimento, era mais interessante que o produtor utilizasse seus momentos de maior inatividade com práticas mais produtivas. Seria importante que essas pessoas se adaptassem a um outro ritmo de trabalho, marcado pela intensa produtividade e,

¹⁰ BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 29.

¹¹ NASCIMENTO, Domingos. *Flora textil do Paraná*. Curytiba: Livraria Econômica, 1908. p. 14.

consequentemente, que abandonassem seus modos “primitivos” e “arcaicos” de concepção de tempo, regulados ainda pelas manifestações naturais como o sol e a chuva.

A sociedade paranaense somente se adequaria aos novos tempos, de maior velocidade e mais agilidade, se de fato se organizasse de modo a fazer com que os dias dos seus membros fossem preenchidos com atividades úteis. Essa noção de tempo útil pode ser entendida como a: “[...] *introjeção de um relógio moral no corpo de cada homem.*”¹², e esse relógio atuaria em favor da autodisciplina, do controle de si mesmo, da crítica à ociosidade. Segundo DeDecca, trata-se de imperiosas necessidades do trabalhador sob o regime da fábrica e do mercado. Desse modo: “*Introjetar um relógio moral no coração de cada trabalhador foi a primeira vitória da sociedade burguesa, e a fábrica apareceu desde logo como uma realidade estarrecedora onde esse tempo útil encontrou o seu ambiente natural.*”¹³ Para esse autor, o sistema fabril, com sua característica utilização de máquinas, da disciplina, do tempo útil e da divisão do trabalho, não é exclusividade das fábricas. Esse sistema de produção que leva em conta a maior produtividade no menor tempo possível, a extrema organização, a manutenção da ordem, a hierarquia, está em toda parte: nas escolas, nas igrejas, nas casas, no trabalho rural, como, por exemplo, numa plantação de bananas, onde questões como insalubridade, tempo ocioso, desordem e sujeira deveriam ser extirpadas, como as perniciosas ervas daninhas que prejudicariam toda a beleza de um jardim florido e produtivo.

No caso dos plantadores paranaenses, o tempo de ócio não seria mais assim caracterizado, pois o indivíduo estaria em constante estado de produtividade, de trabalho e este, sob essa perspectiva, acaba: “[...] *ganhando um significado ético – de legitimar, tornar respeitável, dar a condição de fecundidade e criação –, passa a ser o ato enobrecedor por excelência.*”¹⁴ O ato de trabalhar é visto, por Nascimento, como possível fonte de acúmulo de riqueza, como uma atitude enobrecedora, que garantiria respeitabilidade, sinônimo de fecundidade e propiciador de progresso e de desenvolvimento. Trabalhar de modo ordeiro e disciplinado era necessário para que os indivíduos melhorassem e crescessem e assim fizessem melhorar e crescer o Paraná.

Além desses, seriam também benefícios introduzidos pelo trabalho profícuo e ordeiro na sociedade paranaense, segundo Domingos Nascimento, a obtenção de: “[...] *gerações mais sadias, organismos mais resistentes às influências mórbidas, famílias*

¹² DECCA, Edgar Salvadori de. *O nascimento das fábricas*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 15.

¹³ DECCA, Edgar Salvadori de. *O nascimento das fábricas*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 10.

¹⁴ SALLES, Iraci Galvão. *Trabalho, progresso e a sociedade civilizada: o Partido Republicano Paulista e a política de mão-de-obra (1870-1889)*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986. p. 57.

organicamente mais bem constituídas – e dahi sociedades fortes, activas, cheias de confiança, capazes de altos empreendimentos e de grandes conquistas.”¹⁵ O trabalho atuaria como um mecanismo de regulação da sociedade, de ordenação e de melhoria, inclusive genética. A função do trabalho era a de incutir nos indivíduos conceitos como ordem, progresso e tempo útil, mas também serviria enquanto elemento terapêutico, como agente curativo das mazelas que afligiam a sociedade, como transformador orgânico e fomentador do progresso e da civilização social. Tratava-se de um misto de condição intrínseca aos homens, possibilitador do desenvolvimento material e moral dos indivíduos: “[...] *pois recupera e eleva o sentido ético dos indivíduos e dos bens materiais.*”¹⁶

Assim, a identidade paranaense desejada por Nascimento deveria estar permeada por elementos materiais e morais proporcionados pelo trabalho. Havia o propósito de construir um Estado em que a população se adequasse ao ideal de disciplinarização, de ordem, de acumulação de capitais e à moralidade imposta pelo sistema fabril, cuja sensibilidade é perpassada pelo sentido de hierarquia, de tempo útil e de produtividade.¹⁷ A população paranaense deveria ser assim, mas não era. Esses sonhos e ideais ainda estavam longe da realidade tão angustiadamente observada por Domingos Nascimento.

Outro momento de choque de realidade que o Autor teve quando de sua viagem pelo interior do Estado dizia respeito à introdução dos imigrantes estrangeiros, especialmente aos europeus, considerados laboriosos e ordeiros. Estes, nos discursos governamentais, apareciam frequentemente como a solução para a introdução de uma nova ética do trabalho, conjugada à valorização que davam ao labor físico, à policultura estruturada em pequenas propriedades e à disciplina.¹⁸ Esperava-se que o elemento estrangeiro reabilitasse o ato de trabalhar e que a sua atividade não somente funcionasse para regenerar, mas que também imprimisse uma característica civilizadora ao trabalho, anteriormente, no período colonial e no Império, considerado algo degradante, haja vista ser realizado apenas por escravos.¹⁹ Assim sendo, esse discurso pró-imigração: “[...] *salientava a chegada do colono imigrante, livre, morigerado e laborioso, [...] vendendo*

¹⁵ NASCIMENTO, Domingos. *O homem forte: ginástica doméstica, natação, esgrima e tiro ao alvo*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1905. p. 66.

¹⁶ SALLES, Iraci Galvão. *Trabalho, progresso e a sociedade civilizada: o Partido Republicano Paulista e a política de mão-de-obra (1870-1889)*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986. p. 42.

¹⁷ PAZ, Francisco Moraes. *Na poética da história: a realização da utopia nacional oitocentista*. Curitiba: Ed. UFPR, 1996. p. 95.

¹⁸ NADALIN, Sérgio Odilon. *Paraná: ocupação, população e migrações*. Curitiba: Ed. UFPR/ SEED, 2001. p. 80.

¹⁹ SALLES, Iraci Galvão. *Trabalho, progresso e a sociedade civilizada: o Partido Republicano Paulista e a política de mão-de-obra (1870-1889)*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986. p. 92.

sua força de trabalho [...] para a ocupação de vazios demográficos e o fornecimento de gêneros de abastecimento[...]”²⁰ (grifos do autor).

Domingos Nascimento discordava da forma como os imigrantes reconstruíam suas vidas no Brasil. Nascimento era anticlerical, e criticava a prioridade dada à construção de templos religiosos em detrimento às preocupações com a subsistência de suas famílias, das plantações e criações de animais.²¹ Para o Autor, a construção de templos religiosos deveria ser um problema resolvido em longo prazo, posterior ao trabalho na lavoura e da adaptação à língua portuguesa, por exemplo. Afinal, os imigrantes, em sua opinião, tinham vindo ao Brasil para trabalhar e não para construir igrejas.²²

Além disso, outros problemas ligados à esfera religiosa desses indivíduos preocupavam Domingos Nascimento. Segundo ele: “*Acham-se esses colonos [russos de origem polonesa] profundamente divididos por questões religiosas, que têm originado sérios conflitos e questiúnculas de todos os dias. Dois são os ritos que elles adoptam: o romano e o romaico.*”²³ Assim, a religiosidade fervorosa desses imigrantes, fosse ela de origem apostólica romana ou ortodoxa grega, além de sobrepor outras necessidades mais urgentes, na opinião de Nascimento, ainda causavam uma série de conflitos desnecessários. Essas questiúnculas eram consideradas desperdício de energia, a qual seria melhor utilizada se canalizada para o engrandecimento econômico e moral do Estado do Paraná. Essas divergências culturais não estavam previstas nos discursos oficiais, mas eram amplamente observáveis na vida real.

Sobre essa questão da imigração estrangeira no Paraná, é interessante observar que, segundo Nascimento, os colonos vindos das regiões do norte da Europa, não estando afeitos aos bravios sertões do Estado, ao seu clima e relevo, e: “[...] *julgando-se sem meios de mercadejar suas lavouras, adquiridas a custa de enormes sacrifícios, teve necessidade de abandonar em breve e seguir a industria extractiva dos herbaes, como o caboclo.*”²⁴ Para o Autor, esses estrangeiros deveriam atuar essencialmente como propagadores de uma nova consciência entre os paranaenses, mais ligada ao progresso, à ordem e à disciplina. O que se observava era, contudo, uma inércia inclusive deles e uma influência ao contrário, ou seja, ao invés de os europeus interferirem no modo como os paranaenses interioranos

²⁰ NADALIN, Sérgio Odilon. *Paraná: ocupação, população e migrações*. Curitiba: Ed. UFPR/ SEED, 2001. p. 75.

²¹ ALVIM, Zuleika. “Imigrantes: a vida privada dos pobres no campo”. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio*. (vol. III). São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 261.

²² NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 26.

²³ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 26.

²⁴ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 12.

produziam, percebia-se que eram os “caboclos” que acabavam por modificar as experiências européias de agricultura e de produção.

Essa não adaptação do europeu a essas circunstâncias geográficas e climáticas retardava ainda mais o alcance do tão ambicionado progresso e da tão desejada ordem para o Estado do Paraná. Essa situação era decorrente, em sua opinião, também da falta de incentivos dados aos imigrantes para que pudessem pôr em prática os conhecimentos, os métodos e a ordem trazidos da Europa. Uma das explicações de Nascimento quanto a isso diz respeito à obrigatoriedade imposta pelo Estado sobre o trabalho dos colonos estrangeiros nas estradas do governo. Segundo o Autor, essas pessoas, em um número determinado de dias durante a semana, eram obrigadas: “[...] a trabalhar nas estradas, afim de amortizar a divida colonial.” Nesses dias de trabalho, os colonos europeus tinham um desconto no total de suas dívidas, nada recebendo para poderem se sustentar e às suas famílias, o que os sujeitava: “[...] a abandonar a lavoura para ir procurar serviço mais rendoso nos depósitos de herva matte.”²⁵

Ao invés de trabalharem em suas roças, em suas pequenas propriedades, praticando a policultura, conforme seus costumes, os imigrantes tiveram, portanto, que adotar a prática da extração de erva-mate que vinha sendo feita por brasileiros, paraguaios e argentinos que adentravam livremente em território paranaense. O papel dos europeus não deveria ser esse. Eles deveriam atuar como propagadores de ideias novas e absolutamente necessárias sob o ponto de vista de Nascimento, quais sejam, concepções como ordem, civilização, método, progresso, enfim. E, na realidade, o que se observava era justamente o que não se queria, ou seja, essas pessoas consideradas tão capacitadas tinham como única saída o trabalho na extração pura e simples. No extrativismo não havia a necessidade de aplicação dos métodos “civilizados” da Europa, ou seja, a produção de hortifrutigranjeiros em pequenas propriedades – lembrando que, no Paraná, o barbaquá indígena era adotado nos ervais.²⁶ Demonstrava, assim, que, ao invés de influenciarem positivamente a

²⁵ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 13.

²⁶ O método indígena do barbaquá consistia, essencialmente, no seguinte processo: após a colheita da erva-mate e posterior passagem por um rápido primeiro sapeco, onde entrava diretamente em contato com o fogo, havia a necessidade de uma segunda secagem, mais demorada, que podia durar de 10 a 12 horas em uma espécie de galpão fechado, justamente denominado barbaquá. Nesses locais, as folhas recebiam calor indireto por um canal subterrâneo. Esse método de secagem dupla garantia à erva gosto e cheiro imune da fumaça, o mesmo não ocorria através do método carijó, em que o produto ficava por um tempo prolongado exposto à ação direta do fogo. Talvez isso explique a forte adoção dos ervateiros paranaenses aos barbaquás, já que assim ficava mais facilitada a comercialização da erva tanto no mercado nacional quanto estrangeiro. Após passar pelo barbaquá, a erva era submetida à trituração em um local chamado cancha, por isso a erva nessa etapa denominar-se cancheda. Muitos ervateiros vendiam a erva-mate nessa etapa, mas, como ressalta Samuel Costa, vários produtores paranaenses preferiam beneficiar a erva e daí, sim, vendê-la para a Argentina, Uruguai e Chile por um preço mais alto do que simplesmente cancheda. Ver mais em: COSTA, Samuel Guimarães da. *A erva-mate*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

agricultura brasileira, conforme o discurso oficial previa, os estrangeiros tiveram de se adaptar à difícil situação que vivenciavam nos “sertões” do Brasil.

Domingos Nascimento acreditava que os imigrantes pouco tinham para contribuir para o fortalecimento e o engrandecimento do Estado, bem como ficava mais difícil a construção de uma identidade com características como a ordem, o método e o trabalho profícuo. A constituição de um Paraná que possuísse uma identidade com características positivas também ficava ameaçada devido a alguns fatores, como, por exemplo, a falta de policiamento em alguns locais e, por conseguinte, a existência de uma criminalidade não desejada, que acabava por demonstrar a desordem que ainda se fazia presente na sociedade paranaense.

Nascimento informa que, no lugarejo de Porto Amazonas: “*Queixam-se os seus habitantes da falta de uma cadeia e de policiamento.*” Isso era justificado devido ao: “[...] *accumulo de individuos de diversas nacionalidades que alli aportam [...]*”, que acabavam por se envolverem em diversos conflitos: “[...] *sem que autoridade possa exercer o seu prestigio para reprimir os delictos.*”²⁷ Nota-se que convergem, para essa questão, duas problemáticas, uma delas a já vista incompleta adaptação do imigrante estrangeiro ao Paraná e ao descompromisso destes para com a tão desejada ordem e segurança pública. Na opinião de Nascimento, o imigrante deveria ser um propagador da ordem, do método e da racionalidade, trabalhando em torno do aperfeiçoamento e da melhoria do Paraná, e não o contrário, atuando no desfavorecimento do Estado.

Esses indivíduos estrangeiros, devido à falta de estrutura, de apoio do governo através de políticas públicas que os inserissem adequadamente no seio da sociedade brasileira, não raramente eram protagonistas de cenas que se queriam esquecidas no Paraná, onde prevaleciam a desordem, as brigas, a violência, a ociosidade, entre outras. Assim, transpondo o discurso oficial que apregoava aos imigrantes a capacidade de levar adiante esse projeto civilizador, a realidade quotidiana que envolvia imigrantes e nacionais era muito mais complexa e conflituosa. Nesse sentido, por vezes:

Para além de representar a concretização de ideais civilizadores, o convívio cotidiano com os contingentes populacionais recém-migrados, evidenciou que a aglomeração de colonos, especialmente os estrangeiros, na capital e adjacências, trazia temor e estimulava a proteção da propriedade privada.²⁸

Se, portanto, nos discursos oficiais, o imigrante aparecia como símbolo de progresso, de trabalho e de ordem, para a população muitos deles eram vistos como

²⁷ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 12.

²⁸ LAMB, Roberto Edgar. “Semeadores dissonantes: imigrantes e policiais na Província do Paraná – século XIX”. In: *Revista de História Regional* 1(1): 1996. p. 91.

ociosos, desordeiros e despreocupados em seguir as leis e as normas brasileiras. Muitos brasileiros temiam a segurança de suas propriedades privadas dos nacionais, pois os imigrantes eram considerados criminosos e indolentes. A intenção do governo, assim como de Domingos Nascimento, era a preservação do “bom imigrante”, ou seja, aquele que poderia atuar no engrandecimento do Paraná, através de seu amor ao trabalho, da ordem e do método que traziam da Europa.

A segunda problemática refere-se à falta de uma polícia capacitada que, de fato, pudesse conter os elementos anarquizantes e desordeiros, que comprometiam o forjamento de uma sociedade identificada com valores como organização social, racionalidade, tranquilidade pública e disciplina. Na opinião do Autor paranaense: “*A fiscalização e o policiamento, [...] respeito mutuo, são medidas de alta necessidade por essas paragens; do contrário dentro de poucos annos toda essa zona voltará ao que primitivamente era: - esconderijo de selvagens, turmas de feras.*”²⁹ Para Domingos Nascimento, era preciso mais investimento do Estado para disciplinar os indivíduos, instaurada por meio da difusão de forças policiais. Essa presença marcante do Estado através da polícia fortalecia os laços de pertencimento, pois um local ordeiro seria motivo de orgulho para seus habitantes, que acabariam por engrandecer e valorizar ainda mais seu rincão.

Esse era o Paraná desejado, mas a realidade era bem diferente, ou seja, o Paraná, ou boa parte dele, estava ameaçado a retroceder para um estágio considerado selvagem, dominado pela incivilização e pela ignorância. Segundo Domingos Nascimento, o Estado deveria se encaminhar para uma fase onde predominasse a razão, a disciplina e a ordem. Dever-se-ia evitar o retrocesso, tal como vinha ocorrendo em alguns locais ainda à mercê da barbárie e da selvageria. A falta de policiamento dava margem para que atitudes indesejadas pudessem se fazer presentes e, desse modo, ficava cada vez mais longínqua a formação de uma sociedade ideal.

A situação era tal que, muitas vezes, os policiais, devido a seu despreparo e a seu reduzido número, recorriam aos cidadãos comuns para a importante tarefa de manutenção da ordem pública. De acordo com Nascimento: “*Casos há em que esses solícitos companheiros gratuitos correm sérios riscos, além dos prejuízos que soffrem nos seus trabalhos, quando há delongas nas diligencias.*”³⁰ A falta de policiamento adequado, além de propiciar a desordem e dificultar seu controle, ainda tinha como consequência as interrupções que causavam no trabalho dos cidadãos comuns, que “voluntariavam-se” sob

²⁹ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 97.

³⁰ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 53.

pena de serem presos por desacato à autoridade, para participarem de uma espécie de “polícia leiga”.³¹

Para Nascimento, tudo ia mal quando a polícia ia mal: desordem, tumultos, crimes, trabalho em defasagem, improdutividade e prejuízos. Era opinião de Domingos Nascimento que:

[...] é natural que os maus provoquem continuas rixas, compromettendo aos bons, em consequência de não existir o principio da auctoridade a acatar e respeitar. Não há policiamento, não há correios, não há vias de comunicação!³²

A situação encontrada pelo Autor não era das melhores, sendo a realidade o completo oposto do que ele almejava para o Estado. Os maus, ou seja, os desordeiros, os improdutivos, os sujos e os irresponsáveis atrapalhavam demasiadamente os bons, os ordeiros, produtivos, limpos e comprometidos. Para Bauman, as ervas daninhas insistiam em invadir o jardim florido e cheiroso. O jardineiro/Estado deveria agir mais prontamente para evitar que o jardim/Paraná fosse completamente tomado por essas “inúteis” figuras, as ervas daninhas. Nessa metáfora, uma força policial bem equipada e preparada seria o mesmo que uma tesoura de poda bem amolada, que cortaria pela raiz todo o incômodo que representavam esses maus indivíduos.

Além dessa polícia bem organizada e disciplinada, faltava ainda que alguns dos tentáculos do Estado chegassem aos locais mais afastados, aos “sertões” paranaenses. Esses apêndices, que tornariam a governabilidade do Paraná mais próxima de seus habitantes, eram, essencialmente, conforme cita Nascimento, os correios e as estradas, mas podem ser aí incluídos escolas, hospitais, as forças armadas e, enfim, os setores estatais que fariam com que o povo do interior se sentisse mais assistido pelo governo e, por conseguinte, passasse a valorizá-lo. De acordo com Nascimento, a correspondência particular em muitos locais do Paraná era feita: “[...] *por favores dos tropeiros, sem a menor responsabilidade. [...] ou citando-se um cidadão mais protegido para conduzi-la, feitas as despesas com transporte e alimentação à própria custa do conductor.*”³³

Para Domingos Nascimento, a construção de um Estado realmente moderno e pujante somente iria ocorrer quando houvesse um reforço da presença do governo no interior do Paraná, diluindo a fluidez do Estado. Dar-se-ia essa situação somente através da instauração de fronteiras bem delimitadas, em que as pessoas pudessem se reconhecer e

³¹ LAMB, Roberto Edgar. “Semeadores dissonantes: imigrantes e policiais na Província do Paraná – século XIX”. In: *Revista de História Regional* 1(1): 1996. p. 90.

³² NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 53.

³³ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 53.

serem reconhecidas. Era preciso fazer com que a população entrasse regularmente em contato com o aparelho estatal. Segundo Hobsbawm: “[...] *através do carteiro, do policial ou do guarda, e oportunamente do professor; através dos homens que trabalham nas estradas de ferro, quando estas eram públicas; para não mencionar quartéis de soldados ou mesmo as bandas militares amplamente audíveis.*”³⁴

Atrelada à manutenção da ordem no interior do Estado, ainda preocupava Nascimento a falta de comprometimento do governo em relação, especialmente, às regiões de fronteira com o Paraguai e a Argentina. E, por conseguinte, a defesa do território e da soberania paranaense. Para o Autor, em relação à fronteira:

[...] mas a distancia longínqua que separa *essa região* das altas administrações do paiz, o *desconhecimento* completo do terreno e das necessidades vitais, a *delonga* das correspondências e das ordens das autoridades superiores, a *exigna* verba orçamentária, a *demora* dos pagamentos ao pessoal, a *falta* de officiaes e soldados, a *ganância* de alguns concessionários, a *falta* de respeito e obediência às directorias que já por vezes têm sido desconsideradas por forasteiros e instrusos, e sobre mais o genio irrequieto, malvado e arrogante de alguns colonos que se julgam escudados no poderio das suas nações – tudo isso tem concorrido para os desastres dessa projectada colonização na *fronteira* do Paraná, *onde reina a intriga com suas garras felinas* indistinctamente ferindo.³⁵ (grifos meus).

Domingos Nascimento remete-se à fluidez da presença do Estado e das instituições a ele articuladas. Ele destaca a pouca militarização, a desordem legislativa e a falta de comprometimento dos estrangeiros em relação ao território brasileiro, as deficiências de meios de comunicação entre Curitiba e a foz do Rio Iguaçu, a corrupção e a pouca identificação da população com o Paraná e o Brasil. A desconhecida fronteira sucumbia às desordens, aos conflitos, às perigosas intrigas, e era demarcada sempre pela “falta”, pela “demora”, pela “delonga”. Não era essa a situação ideal para um espaço que almejava ser moderno e progressista. Era preciso delimitar, definir o território e amalgamar a população em torno do pertencimento ao Paraná. Era preciso construir um Estado, definir o território, que permanecia indefinido. De acordo com Domingos Nascimento:

O Paraná é um Estado, pode-se dizer, ainda em começo de prosperidades. Os seus campos ainda por povoar, as suas florestas por abrir; há zonas completamente desconhecidas, rios que no mappa se assignalam ou as suas cabeceiras apenas ou as suas embocaduras.³⁶

³⁴ HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p. 102.

³⁵ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 115 (grifos meus).

³⁶ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 98.

Em relação a tríplice fronteira, é muito enfático: “São as terras de Barthe. Parece que estamos em território estrangeiro!”³⁷ Sobre o Rio Paraná, afirma: “Mas essa grande extensão navegável, de verdadeira expansão commercial, não nos pertence em quase toda a sua totalidade.” Conclui: “O que o Paraná possui actualmente de rico em águas aproveitadas, por melhor dizer, tudo pertence às republicas Argentina e do Paraguay.”³⁸ Ali, na fronteira, o Paraná já não era mais Paraná, não era mais Brasil. Era talvez parte da Argentina, ou nem mesmo isso, eram as terras de Domingos Barthe e de sua família. Barthe, natural de Posadas, tinha concessão do governo brasileiro para explorar a erva-mate nativa da região de fronteira. Possuía hotel, portos e navios que circulavam sob bandeira argentina:

Barthe é o nome que caracterizava a região. Em Posadas, o melhor hotel era o France Hotel de propriedade de Barthe. Entre os portos de Adelira até Ita-Ipité todas as propriedades pertenciam a Domingos Barthe. Os portos de Nacundahy e de Istuetta era de propriedade de Domingos Barthe. Em frente ao porto de Ita-Ipité uma plantação de um milhão de pés de erva-mate pertenciam a Barthe.³⁹

Para o Autor, quem mandava no “sertão” paranaense não eram as autoridades brasileiras, as leis nacionais pouco ou de nada valiam naqueles recônditos. O que tinha valor eram as leis do argentino Barthe. O rio, as riquezas, o comércio, o território, não pertenciam aos brasileiros ou paranaenses, mas, sim, aos paraguaios ou aos argentinos. O predomínio estrangeiro na região teve origem ainda na segunda metade do século XIX, quando se iniciaram os empreendimentos que tinham como objetivo realizar a ocupação das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, quando o governo estadual concedeu: “[...] imensas áreas de terras devolutas nacionais às companhias como estímulo à colonização nas margens das estradas de ferro que deveriam ser construídas na região.”⁴⁰ Essas empresas estrangeiras, sobretudo de origem argentina, exploravam o mate e a madeira, especialmente os pinheiros, sem a real preocupação de ocupar e colonizar a área, explorando a mão de obra local, que se encontrava sem proteção legal.⁴¹

Nascimento percebe esses estrangeiros como usurpadores, já que se aproveitavam da frágil soberania do Paraná e do Brasil sobre seu território, pois não resguardava suas fronteiras geográficas. A falta de conhecimento sobre o extremo-oeste paranaense tinha

³⁷ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 93.

³⁸ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 105.

³⁹ WACHOWICZ, Ruy Chistovam. *Obrageros, mensus e colonos: história do oeste do Paraná*. Curitiba: Vicentina, 1982. p. 19.

⁴⁰ NADALIN, Sérgio Odilon. *Paraná: ocupação, população e migrações*. Curitiba: Ed. UFPR/ SEED, 2001. p. 84.

⁴¹ NADALIN, Sérgio Odilon. *Paraná: ocupação, população e migrações*. Curitiba: Ed. UFPR/ SEED, 2001. p. 84.

como consequência a dominação estrangeira. O pouco investimento brasileiro aliava-se às atividades de argentinos e de paraguaios, o que era considerado por Nascimento uma afronta à soberania brasileira sobre aquele território.

A língua espanhola ou o guarani também incomodavam Domingos Nascimento quando falados em território brasileiro. Por exemplo, criticou um paranaense do litoral que há muito havia estabelecido residência na região de fronteira e, por isso, misturava, à língua portuguesa, muitos termos e expressões castelhanas. Essa sensação de não brasilidade fica evidente nesse relato:

No Golçalves Dias reside um moço de Antonina por nome Americo Veiga. Com a debandada das forças de Juca Tigre elle deixou-se é tal a convivência com os correntinos e paraguayos, que este patricio faz um emboglio dos mil diabos do nosso idioma com o hespanhol e o guarany.⁴²

A junção dos idiomas, bem como dos costumes e das práticas eram sinônimo de sacrifício, de pouco entendimento e de estranheza por parte do Autor paranaense, que sentia um mal-estar muito grande. Segundo Bourdieu, a língua oficial, assegurada pela instituição de autoridade política, contribui para reforçar os laços de pertença e assegura a dominação simbólica sobre uma determina região. Em sua análise:

[...] é preciso que o mercado lingüístico seja unificado e que os diferentes dialetos (classistas, regionais ou étnicos) estejam praticamente referidos à língua ou ao uso legítimo. Enquanto produto da dominação política incessantemente reproduzida por instituições capazes de impor o reconhecimento universal da língua dominante, a integração numa mesma “comunidade lingüística” constitui a condição da instauração de relações de dominação lingüística.⁴³

Essa dominação simbólica assegurada pela utilização da língua iria garantir uma dominação política sobre aquela região fronteira, tão vulnerável aos temidos avanços dos argentinos e dos paraguaios. O entender-se como brasileiro passava necessariamente pela utilização da língua oficial. Nesse sentido, era inconcebível para Nascimento estar em território brasileiro e não ouvir a língua portuguesa.

Nota-se, assim, que a fluidez das fronteiras, sejam elas territoriais ou simbólicas, ocorria independentemente das tentativas, portanto frustradas, de delimitar territorialmente com precisão o Brasil. Algumas dessas interações culturais incomodavam Nascimento, principalmente quando percebia que “a identidade brasileira” estava sendo ameaçada pela presença de paraguaios e de argentinos. Refere Nascimento que:

⁴² NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 100.

⁴³ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1998. p. 31.

Durante os dias em que estive naquela colonia [militar da foz do Iguaçu], ouvindo o emboglio arvezado de castelhano e guarany- os habitantes com sua physionomias e seus costumes tão diferentes dos nossos me parecia estar residindo num paiz estrangeiro.⁴⁴

Assim, aquela região da foz do Rio Iguaçu era um mundo distante daquele sonhado por Nascimento: um Paraná e um Brasil brasileiro. Era urgente criar um “nós” em oposição a um “outro” no qual eles não poderiam se reconhecer. Era necessário abrasileirar os brasileiros e os paranaenses. Essas identidades criam-se à medida que essas distinções passam a existir, pois a identidade é sempre relacional, sempre é construída tendo como parâmetro o outro.⁴⁵ Para Domingos Nascimento:

Contemplar por alguns momentos a nossa bandeira desfraldada aos ventos por logares remotos, no meio de uma população em sua maioria composta de matutos, é sentir sobre a alma um jorro consolador, misto de orgulho e civismo pátrios a gravar no espírito uma phrase de esperança de melhores dias àquella pobre gente, cujos destinos e conhecimentos do mundo são os horizontes que apenas os seus olhos contemplam da porta da cabana.⁴⁶

A intenção era tornar aqueles “matutos”, que tinham como paisagem os horizontes vistos das portas das cabanas, também brasileiros, incutir neles o sentimento de nacionalidade, de pertencimento à nação brasileira. Nacionalizar era imprescindível para que aquele território deixasse de ser aproveitado pelos estrangeiros. Era importante forjar uma nação homogênea, criar brasileiros e paranaenses onde esses ainda eram inexistentes.

É nesse sentido que Anderson propõe que se pense a nação como uma *comunidade imaginada*. Em sua opinião, a nação ou o nacionalismo são frutos de um sentimento de pertencimento a uma determinada sociedade. Como há dificuldade, ou mesmo, impossibilidade de todos os membros dessa comunidade, não importando o seu tamanho, se conhecerem, criam-se laços que unem as pessoas em torno desse ideal de nação. Assim, o conceito de comunidade imaginada está ligado ao forjamento da nação, à criação de simbologias, de emblemas, de signos que pretendem unir seus membros: “*A sua forja é a imaginação material, promovida pelo Estado: leis, moedas, sistema educacional, administração, recenseamento, cartografia.*”⁴⁷

A nação é um organismo socialmente criado, uma construção orgânica gigantesca que se move através do tempo. A sua temporalidade é aquela vazia e homogênea, para agregar diferentes, homogeneizar e tornar opacas as contradições internas. A construção de

⁴⁴ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 119.

⁴⁵ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 31-32.

⁴⁶ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 79.

⁴⁷ MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Moderna, 1997. p. 7.

laços afetivos comuns contribuiria para a existência da nação, para seu engrandecimento e para diferenciar-se das demais nações, que também são outros organismos sociológicos homogeneizadores.

Era urgente que houvesse esse sentimento de pertença, mas também que o Paraná deixasse de sucumbir à desordem, à criminalidade, ao ócio e à indisciplina, sem contar algumas influências estrangeiras que impediam o florescimento de um sentimento de brasilidade, como no caso da língua castelhana na fronteira, por exemplo. Em contraponto, deveria existir uma valorização da disciplina, do trabalho profícuo, da ordem e da segurança pública. O Paraná deveria ser imaginado e encarado como uma comunidade coesa em suas práticas, em que todos deveriam lutar em torno do bem comum, em favor de seu crescimento, de sua valorização no cenário nacional.

Não era, porém, isso que acontecia. O Paraná que Domingos Nascimento descobriu em suas andanças apresentava uma heterogeneidade de práticas e de costumes muito grande e isso afetava sobremaneira a construção de uma identidade ideal. Logo ele percebeu que havia uma discrepância enorme que deveria ser completamente sanada para que tal identidade pudesse ser, de fato, construída: as diferenças entre Curitiba e o interior do Estado.

3.2: Uma frustrante constatação: O Paraná não é Curitiba!

E depois (acrescentava) só a Cidade lhe dava a sensação, tão necessária à vida como o calor, da solidariedade humana. E no 202, quando considerava em redor, nas densas massas do casario de Paris, dois milhões de seres arquejando na obra da Civilização, sentia um sossego [...]. Ao contrário, no campo, entre a inconsciência e a impossibilidade da Natureza, ele tremia com o terror da sua fragilidade e da sua solidão. Estava aí perdido num mundo que não lhe fosse fraternal. (Eça de Queirós. *A cidade e as serras*).

Quando questionado por Nestor Victor se Curitiba apresentava as condições necessárias para tornar-se, num futuro breve, uma cidade industrial, sem muito pestanejar, Domingos Nascimento afirmou que sim. Para ele, a capital paranaense apresentava, como nenhuma outra cidade do Estado, as condições para que isso de fato ocorresse, ou seja, clima salubre, posição geográfica privilegiada, vasto sistema hidrográfico, sem contar sua

importância político-administrativa. Curitiba: “[...] *está no caso de oferecer adaptação a todos os representantes da espécie humana, e, por conseguinte, de atrair braços na variedade precisa para os mais diferentes ramos industriais que venham por ventura a desenvolver-se aqui.*”¹ A cidade de Curitiba ainda oferecia, concomitantemente, direta comunicação com o litoral e com o centro do Estado através de uma rede ferroviária para transporte de cargas e de pessoas e um promissor sistema de rodagem formado por estradas carroçáveis. Além disso, era abrigo de consideráveis forças do Exército. Assim, a capital constituía-se, para o Autor, no: “[...] *núcleo social mais complexo do Paraná.*”²

Nascimento ainda destaca que Curitiba era a prova irremediável do progresso paranaense, era o símbolo da civilização, da modernidade e da pujança, era: “[...] *o espelho da nossa cultura*”, pois naquele espaço estavam colocados todos os caracteres necessários para o futuro promissor tão desejado para o Paraná. Nesse sentido, a capital era o que deveria ser o Paraná, e, para Nascimento, suas características positivas deveriam despertar: “[...] *estímulos que em outros pontos nem de longe se pressentem por enquanto.*”³

Não era somente Domingos Nascimento que enxergava Curitiba com olhos de fascínio. De um modo geral, toda a elite intelectual curitibana apoiava-se em fatores como a arquitetura e a urbanização, o desenvolvimento comercial e industrial, a vida cultural e intelectual aí existente, para forjar um discurso: “[...] *ufanista e de nítida ênfase nas concepções de civilização, progresso e modernização como um todo integrado e interdependente.*”⁴ Esse discurso apresentava Curitiba com algumas características especiais. Dentre outras, consideravam-na possuidora de uma população perfeita, contente, trabalhadora, sã física e moralmente, empreendedora, cosmopolita, ordeira, disciplinada, civilizada, pacífica, gloriosa e harmônica.⁵ Esse conjunto de características habilitavam-na a ser considerada um espelho para o restante do Paraná, pois era grande, entre essa elite intelectual, o desejo de pulverização desses elementos e, por consequência, a formação de uma população paranaense mais homogênea e sintonizada a esses ideais de progresso e de civilização.

¹ VICTOR, Nestor. *A terra do futuro: impressões do Paraná*. Rio de Janeiro: Tipografia “Jornal do Comércio” de Rodrigues e C., 1913. p. 135-137.

² VICTOR, Nestor. *A terra do futuro: impressões do Paraná*. Rio de Janeiro: Tipografia “Jornal do Comércio” de Rodrigues e C., 1913. p. 135-137.

³ VICTOR, Nestor. *A terra do futuro: impressões do Paraná*. Rio de Janeiro: Tipografia “Jornal do Comércio” de Rodrigues e C., 1913. p. 135-137.

⁴ PEREIRA, Marco Aurélio Monteiro. “A cidade de Curitiba no discurso de viajantes e cronistas do século XIX e início do século XX”. In: *Revista de História Regional* 1(1): 9-40. 1996. p. 17.

⁵ PEREIRA, Marco Aurélio Monteiro. “A cidade de Curitiba no discurso de viajantes e cronistas do século XIX e início do século XX”. In: *Revista de História Regional* 1(1): 9-40. 1996. p. 34.

Ocorre, no entanto, que nenhuma outra localidade paranaense parecia estar ainda apta para receber essa carga de influência que a cidade de Curitiba deveria difundir para todo o território do Paraná. O interior era visto como o extremo oposto da capital, ou seja, onde prevalecia a desordem, a incivilização, os conflitos sociais, a debilidade, o ócio, o medo, enfim o completo antagonismo do que se desejava para os paranaenses. Uma mostra da irracionalidade em que o interior estava envolto aparece na narrativa de Nascimento quando este afirma que, em sua viagem pelos Campos de Palmas: “*Éramos obrigados a tomar diariamente a data do mez, o dia da semana e o espaço percorrido [...]*”, porque em viagens como aquela: “[...] *tão cheias de peripécias como affeito á vida sertaneja, como que até se perde a noção de tempo e espaço.*” O: “[...] *campeiro ou o sertanejo conta os dias pelo numero de leguas que faz; o numero de leguas é contado por suas vez pelo numero de pousos.*” Ou ainda porque: “*Não há dois informantes capazes de combinar sobre uma mesma distancia.*”⁶

Nota-se que, para Domingos Nascimento, o povo interiorano tendia a confundir as noções de tempo e de espaço. Como indica o Autor, era costume desses indivíduos “campeiros” e “sertanejos” realizarem a medição do tempo através da distância percorrida, de forma que não havia noção exata nem de uma nem de outra. Essa falta de conhecimento, ou mesmo a despreocupação com as distâncias e o tempo a ser percorrido e a localização geográfica exata deixavam a situação da viagem ainda mais confusa e dificultosa. Domingos Nascimento revela sua má impressão em relação ao cotidiano dos interioranos. Eles seriam despreocupados com noções exatas de tempo e de espaço.

Seria necessário instituir, nessa sociedade ainda arcaica e incivilizada, mecanismos mais racionais e eficientes da medição do tempo e do espaço, tal como demonstra o discurso pró-Curitiba, que considerava ser necessária a completa civilização de todo o território paranaense. Nesse sentido, o interior era marcado por essa irracionalidade e pela falta de desvelo para com a produtividade e a agilidade, enquanto Curitiba tinha como característica ser uma cidade dinâmica e moderna.

Parecia entristecer Domingos Nascimento constatar que o restante do Paraná não era como a capital. Sua impressão era a de que os homens interioranos, por falta de instrução e de uma maior racionalização de seu tempo, não se comprometiam devidamente com a construção de suas casas, que, na maioria das vezes, eram insalubres e sem valor arquitetônico quando comparadas às habitações curitibanas. Eram casas de taipa, onde o

⁶ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d'A República, 1903. p. 25.

indivíduo ficava à mercê de animais peçonhentos, sem o mínimo de higiene, pois se misturavam os quartos, banheiro e cozinha de forma desordenada.⁷ As camas eram em geral feitas de palha de milho e muito raramente cobertas por um pedaço de couro, o que, segundo Nascimento, propiciava a proliferação de pulgas, de carrapatos e de percevejos e, conseqüentemente, de doenças como a febre amarela, o tifo, a malária e outras. Nesse sentido, é importante mencionar que, nos interiores do Brasil, havia de fato a existência de “[...] *várias endemias causadas pela rusticidade, pela falta de equipamentos sanitários e por hábitos*”⁸. Também foram constatados, como problemas a serem superados, a construção de casebres feitos de barro, a defecação nos rios e o ato de ingerir dessas águas contaminadas, hábitos que contribuíam ainda mais para as manifestações de doenças como o impaludismo e as infecções intestinais.

Além dessa questão da salubridade, ainda era motivo de agravo o desconforto encontrado nessas habitações. Segundo Nascimento: “*Havia uma boa quinzena que fazíamos pouco em modestas habitações; [...] nossos campeiros e sertanejos, com muito boas exceções, de tudo cuidam, menos de conforto em suas moradias.*”, tal que, numa noite: “[...] *eu e o coronel Lino dormimos sobre pilhas de espigas de milho descascadas, acontecendo que ao despertar tínhamos rolado para fora do depósito, cabeça ao relento.*”⁹ A falta de comodidade foi um dos aspectos observados por Domingos Nascimento em todos os locais onde fazia pouso, pois registrava as características das casas, das camas, os locais onde fazia as refeições e a qualidade do imóvel. Para ele, ficava cada vez mais nítida a diferença existente entre esse interior rústico e insalubre e o conforto e limpeza das casas curitibanas. As residências interioranas, segundo ele, feitas sem arte, com um mau gosto sem fim no que dizia respeito à decoração dos ambientes. Ou seja, o requinte e a sofisticação ainda não faziam parte da: “[...] *vida emocional por aqueles desertos e por aquelas solidões.*”¹⁰ A deselegância vista nas pequenas povoações e vilarejos do interior paranaense contrastava com a sofisticação das casas curitibanas, com seus móveis, com os candelabros, com as cortinas de seda, as porcelanas, as obras de arte que adornavam as paredes, os pianos de cauda despojadamente alocados em um canto da sala de estar. Nos quartos, por exemplo, viam-se camas com macios colchões forrados com lençóis e com macios travesseiros, cuja assepsia assegurava a inexistência de sujeira e de doenças

⁷ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 59.

⁸ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. “Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível.” In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*: República: da Belle Époque à Era do Rádio. (vol. III). São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 68.

⁹ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 154.

¹⁰ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 59.

provenientes dela. Isso sem falar na elegância arquitetônica, inspirada que era nas construções europeias daquele início de século.

Até o final do século XIX, era prática comum entre os moradores de Curitiba, a solução colonial de construir as casas com sólidos paredões de madeira, encostadas umas as outras, sem espaço, portanto, para jardins laterais, assim como no alinhamento da rua, sem espaço frontal para um possível gramado ou calçamento do terreno particular. A inexistência de jardins devia-se ao fato de que: “[...] *o meio urbano existia em oposição ao meio campestre. A vegetação era mantida longe do núcleo urbano, e os eventuais galhos de árvores que se projetassem sobre as ruas deveriam ser extirpados.*”¹¹ Estabelecidas desta forma, as moradias curitibanas pouca privacidade ofereciam aos seus moradores, pois a vizinhança ficava realmente muito aproximada, não havendo um espaço que separasse uma casa da outra. Havia, assim, uma confusão entre os espaços privados.

Com a virada do século, e mais especialmente com a acentuada imigração estrangeira para Curitiba, essa prática arquitetônica foi abandonada e abriu espaço para outras maneiras de construir e habitar: “*Os alemães, por exemplo, construíam suas residências atrás das faixas de jardins.*”¹² Pouco a pouco novas concepções foram se espalhando por toda a cidade, dando origem a várias casas inspiradas em uma suposta arquitetura europeia, adornadas de jardins e de gramados por todos os lados, com um espaço entre as habitações vizinhas, criando, assim, uma sensação de maior privacidade. Havia, desta maneira, uma maior separação entre os espaços privados.

Outra grande transformação na arquitetura de Curitiba, ocorrida no início do século XX, dizia respeito ao tipo de material utilizado nas construções. Fez parte desta preocupação curitibana com a aparência das casas, o abandono do uso de madeira em detrimento dos tijolos e do cimento. Acreditava-se que a alvenaria dava uma melhor impressão às casas, sendo utilizada como símbolo de distinção, sinônimo de delicadeza e de modernidade, além de evitar a proliferação de animais peçonhentos, que, em habitações de madeira, poderiam ser vistos com maior frequência.¹³ Assim, Nascimento esperava que

¹¹ DUDEQUE, Ira José Taborda. *Espirais de madeira: uma história da arquitetura de Curitiba*. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 2001. p. 248.

¹² DUDEQUE, Ira José Taborda. *Espirais de madeira: uma história da arquitetura de Curitiba*. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 2001. p. 248.

¹³ DUDEQUE, Ira José Taborda. *Espirais de madeira: uma história da arquitetura de Curitiba*. São Paulo : Studio Nobel : Fapesp, 2001. p. 249. A madeira foi muito utilizada nas construções paranaenses durante boa parte dos séculos XIX e XX, por ser facilmente encontrada em todo o território do Estado. No início do século XX, no entanto, com a maior proliferação da utilização deste material, devido em parte aos modernos maquinários que facilitavam a obtenção de tábuas e pelo consequente preço módico que esse material apresentava, a burguesia urbana de Curitiba aos poucos orientou-se para a utilização da alvenaria em suas construções. Tal situação pode ser observada, por exemplo, no Código de Posturas de Curitiba para o ano de 1919. Segundo este: “*Curitiba foi dividida em 3 círculos concêntricos. O primeiro círculo*

a cidade de Curitiba se transformasse em um centro irradiador de progresso e de civilização, através também da arquitetura e da decoração das casas de seus habitantes. Enquanto isso, o interior era representado como o local do sapé, das camas de palha e das decorações de gosto duvidoso.

Curitiba, no início do século XX, já apresentava suas ruas centrais asfaltadas, algumas amplas avenidas, calçamento em várias delas, luzes das lamparinas, uma intensa vida boemia e um vigoroso comércio com a zona litorânea. Nesse sentido, há que se considerar que o processo de urbanização no Paraná esteve intrinsecamente ligado ao extrativismo e ao beneficiamento da erva-mate para exportação. A intensa comercialização de erva-mate movimentava a produção em uma série de outras fábricas, como, por exemplo, as indústrias de embalagens, as gráficas que produziam etiquetas, as madeireiras, as metalúrgicas, além da indústria alimentícia e moveleira. Segundo alguns dados, em 1913, o Paraná contava com cerca de 300 estabelecimentos industriais. Para efeito comparativo, o Distrito Federal possuía 662, São Paulo tinha 326, o Rio Grande do Sul possuía 314 e Minas Gerais, 526. Todos os demais Estados da Federação apresentavam um número menor de fábricas e de indústrias que o Paraná.¹⁴

Com a intensa proliferação dessas indústrias pela região de Curitiba, muitos indivíduos então estabelecidos no litoral e no terceiro planalto (Ponta Grossa e Guarapuava) partiram para a Capital, incluindo aí bom número de imigrantes estrangeiros. Esse inchaço do espaço urbano alterou, de maneira significativa, a conexão das pessoas às cidades, fazendo com que, pouco a pouco, estas deixassem de ser locais desorganizados espacialmente, para servirem, posteriormente, já no final do século XIX e início do XX, como vitrine do desenvolvimento e do progresso por qual passava a Nação brasileira.¹⁵

Especialmente no caso da capital paranaense, como se viu, a preocupação central das autoridades governamentais relacionava-se, sobretudo, à normatização dos costumes através da instauração de leis que pretendiam controlar a população e a ocupação dos espaços públicos. Era importante, no discurso pró-civilização, a higienização dessa

deveria ser um mostruário da civilidade curitibana, todas as construções deveriam ser de alvenaria, [...]. No segundo círculo, as construções em madeira eram permitidas, desde que fossem pintadas a óleo. [...] No terceiro círculo da urbe [...] como eram imunes a visitantes de outras plagas, [as casas] podiam ser pintadas a cal.” In: DUDEQUE, Ira José Taborda. *Espirais de madeira: uma história da arquitetura de Curitiba*. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 2001. p. 249.

¹⁴ IMPRESSÕES do Brasil no século XX: sua história, seu comércio, indústrias e recursos. Londres, Rio de Janeiro: Lloyds Greater Britain Publishing Company, 1914, p. 333. Apud: OLIVEIRA. *Urbanização...* op. cit. p. 24.

¹⁵ IMPRESSÕES do Brasil no século XX: sua história, seu comércio, indústrias e recursos. Londres, Rio de Janeiro: Lloyds Greater Britain Publishing Company, 1914, p. 333. Apud: OLIVEIRA. *Urbanização...* op. cit. p. 24.

população através da limpeza das ruas, do controle do esgoto, das águas, isso sem falar das consultas médicas regulares, que deveriam fazer parte do cotidiano de todos os habitantes da urbe. Outra das medidas urbanísticas necessárias para a efetivação de uma cidade moderna dizia respeito ao controle policial, para que, assim, a ordem e a segurança pública ficassem efetivamente asseguradas. Nesse sentido, seguindo as pretensões governamentais, a cidade de Curitiba foi construída e elaborada: “[...] *a partir da aplicação de procedimentos e táticas normatizantes e disciplinadores que têm como fim último a governabilidade da população, como o intuito expresso de encaminhar a cidade para o progresso no seu destino de metrópole civilizada.*”¹⁶

Este discurso que pretendia forjar uma Curitiba moderna, progressista e civilizada abrangia não somente os membros do governo em si, mas também toda a intelectualidade da cidade, incluindo aí Domingos Nascimento. Em um desses momentos de exaltação de Curitiba, o Autor paranaense revela que, durante sua estadia nos “sertões” paranaenses, numa monótona noite de acampamento em meio à floresta, invadiu-lhe “[...] *uma saudade infinita do lar, dos meus tenros filhinhos; depois de um desejo immenso de perambular áquella hora pelas livrarias da Rua 15, toda illuminada com os seus grandes focos electricos.*”¹⁷ Além da saudade da família, o desejo de Domingos Nascimento era de passear pela movimentada Rua XV de Novembro, acompanhando o *frenesi* que poderia ser ali visto mesmo à noite, quando as luzes eram acessas, mostrando que se tratava de um local moderno e cosmopolita, onde pessoas, elegantemente vestidas à francesa, frequentavam os cafés, os teatros e as livrarias em busca das novidades vindas no Rio de Janeiro e da Europa.

Domingos Nascimento continuou sua narrativa destacando que, nesse mesmo episódio, ao mastigar um “duro” pedaço de carne e ingerir um “amargo” gole de aguardente, as lembranças de Curitiba lhe voltaram mais uma vez: “[...] *lembrei-me com certa gulodice do Agostinho, do Stock, do Dolsky e do Gionvanni, para uma ceia de bohemio, e dos virtuosos vinhos do Queiroz e do Bentim. [...] Se as pernas voassem como o pensamento, certo que naquella noite eu teria destruído as 100 léguas que me afastavam da capital paranaense.*”¹⁸ Nascimento refere-se a alguns restaurantes, a algumas confeitarias e a algumas adegas então existentes em Curitiba e dos quais era assíduo

¹⁶ PEREIRA, Marco Aurélio Monteiro. “A cidade de Curitiba no discurso de viajantes e cronistas do século XIX e início do século XX”. In: *Revista de História Regional* 1(1), 1996. p. 41.

¹⁷ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 88.

¹⁸ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 88.

frequentador, mesmo sendo reconhecidamente abastado.¹⁹ Nesses locais podia-se, em um confortável ambiente, decorado caprichosamente, saborear variadas saladas verdes e cozidas, maionese, arroz, perdizes, codornas, bife a cavalo, peixes, camarões, comidas frias e quentes – além dos saborosos vatapá e caruru, consideradas então comidas domingueiras.²⁰ Nas confeitarias eram servidos cafés, chás e sucos acompanhados de bolos, de tortas e de doces dos mais variados sabores. E as adegas:

[...] disponibilizavam vinhos de várias procedências, champagnes, cervejas, *chops*, licores de laranja e pêssego, conhaques, aguardentes, chás verde e preto, conservas (aspargos, champignon, azeitonas), *petit pois*, manteigas, queijos diversos, presuntos, bacalhau em caixas, chocolates, doces, frutas frescas, frutas secas (nozes, amêndoas, passas, castanhas e avelãs), frutas enlatadas (abacaxi, ameixa e figo), goiabada, biscoitos ingleses e americanos, sanduíches, sorvetes e aceitavam encomendas de doces.²¹ (grifos da autora).

Era dessa abundância que Domingos Nascimento sentia falta. Em pleno “sertão” lhe faltavam os doces finos, as tortas, as bebidas importadas, os pratos requintados, enfim, toda aquela situação fazia-o pensar no seu regresso para a capital, zona de progresso e de modernidade. O Autor desejava ser brindado pelo acaso, em meio à floresta “[...] *com uma lata de foi-grass ou petit-pois, uma perna de perdiz ‘fricassé’, um papo de peru recheiado, uma posta de saboroso pescado, tudo em profusão provocando o appetite [...]*” e toda essa fartura: “[...] *sobre alva toalha de linho, finas porcellanas de Sevrés, baixellas byzantinas refulgindo entre crystaes espumejantes de capitoso Saint Julien!*”²² A angústia que Domingos Nascimento sentia ao ter de se alimentar todos os dias com a mesma refeição, arcaica e sem refinamento, a situação de vivenciar, dia a dia, o mesmo sabor de carne assada, de caça, de cachaça forte e de chá amargo, servia para apurar sua vontade de regressar à capital. Ele imaginava-se, em meio à *finesse* de um jantar elegantemente disposto, com taças de cristais importados e tudo que significasse a mais perfeita das refeições. Em outras palavras, ele imaginava um jantar civilizado e cosmopolita ou, melhor, um jantar à *francesse*.

Assim, tanto na época do Império no Brasil, como também na República: “*A influência francesa se faz sentir na literatura, na educação, na moda e nas diversões. [...] Os cardápios dos banquetes eram sempre menu, isso para não falar das iguarias, todas*

¹⁹ MURICY, Andrade. *Panorama do movimento simbolista brasileiro*. Brasília: Conselho Federal de Cultura e Instituto Nacional do Livro, 1973. p. 93.

²⁰ CARVALHO, Débora Agulham. *Das casas de pastos aos restaurantes: os sabores da velha Curitiba (1890-1940)*. Dissertação [Mestrado em História] UFPR, Curitiba, 2005. p. 51-52.

²¹ CARVALHO, Débora Agulham. *Das casas de pastos aos restaurantes: os sabores da velha Curitiba (1890-1940)*. Dissertação [Mestrado em História] UFPR, Curitiba, 2005. p. 117.

²² NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 161.

em francês.²³ Tem-se, portanto, os hábitos franceses, em especial os parisienses, como símbolo de prestígio e de distinção, eram importantes para a florescente sociedade urbana brasileira. Para tal, era necessária uma adequação ao que de mais moderno e sofisticado se poderia ter em relação à moda feminina, à arquitetura, à literatura, enfim, aos modelos de comportamento e ao consumo oriundos do Velho Mundo. Para Sevcenko, o acesso a produtos europeus era facilitado, pois: “[...] *os navios europeus, principalmente franceses, [...] [traziam] tudo enfim que fosse consumível por uma sociedade altamente urbanizada e sedenta de modelos de prestígio*.”²⁴

Curitiba, que almejava ser uma cidade cosmopolita, não deixava de participar dessas manifestações, e Domingos Nascimento parecia ser um grande entusiasta dessas tendências francesas, haja vista sua preferência por pratos como o *foi-grass*, o *petit-pois* (ervilhas) ou o perdiz *à fricassé*, servidos em baixelas importadas, e apreciados com um *Saint-Julien*. O positivismo francês, do qual havia sido fortemente influenciado desde a mocidade, era outro importante francesismo que fez sucesso em terras brasileiras.

Na mesa interiorana, ao contrário, imperava o “[...] *charque salgado como o diabo, e para consolar, e quando havia, um dedal de canna*.”²⁵ Carne salgada e um gole de aguardente era a único *menu* que fazia parte do cotidiano dos viajantes e dificilmente em uma casa interiorana eram servidos outros pratos que não o churrasco, algumas vezes de carnes de caça como, por exemplo, a de capivara, a qual pareceria não agradar muito a Domingos Nascimento, já que a considerava uma: “[...] *caça aliás de um sabor desagradável*.”²⁶, até repugnante.

Por outro lado, pelo interior, poderiam ser apreciadas algumas “iguarias”, tais como o jupará, uma mistura de purê de mandioca, com feijão e milho, bem como carne seca com feijão. Como bebida, além da aguardente, fazia-se ampla utilização do chá da erva-mate verde gelado, assim como o chimarrão, feito com a planta já tostada nos barbaquás. Quase não se consumia leite, nem frutas ou verduras, o que causava certa preocupação em Domingos Nascimento quanto à qualidade daquela alimentação para a formação de pessoas saudáveis, ou seja, preparadas e dispostas para o trabalho e livres de prováveis enfermidades decorrentes da falta de alguma vitamina.²⁷

²³ COSTA, Ângela Marques da. *1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 69/70.

²⁴ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 36.

²⁵ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 161.

²⁶ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 15.

²⁷ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 100.

Assim, as práticas cotidianas que os interioranos paranaenses apresentavam de nada lembravam os sofisticados costumes vindos da Europa e que se faziam presentes na vida de muitos curitibanos. Tratava-se de um verdadeiro contraponto ao que então se considerava civilizado e moderno, e acabava por dificultar a identificação do Paraná a esses preceitos muito desejados durante a passagem do século XIX para o XX. Tal situação de “incivilização”, encontrada por Domingos Nascimento no interior paranaense, pode ser facilmente observada, por exemplo, nas relações sociais ali estabelecidas.

De acordo com o Autor, naqueles sertões: “*A vida de sociedade ainda não está bem compreendida. O homem por ali ainda é o homem na expressão lata do termo [...]*.”²⁸ A interpretação dada pelo Autor para tal situação de incivilidade apresentada no interior do Estado diz respeito, essencialmente, às dificuldades encontradas pelos sertanejos de manterem comunicação com outros indivíduos, estando, por conseguinte, constantemente em distanciamento para com a vivência em sociedade. Por conta disso, os interioranos ainda viviam em uma situação de primitividade, como verdadeiros homens das selvas, legados que estavam a um contexto de barbárie, de brutalidade e de selvageria. As relações de sociabilidade mantidas pelas pessoas do interior causavam certo incômodo em Domingos Nascimento, pois eram bem diferentes dos laços sociais constituídos em Curitiba. No espaço urbano existia a possibilidade de um maior contato entre indivíduos portadores de diferentes concepções de mundo, o que formava uma miscelânea considerada por Nascimento muito profícua para a constituição de cidadãos capazes de conviverem pacificamente em sociedade. No espaço rural, tal convívio não era tão facilmente observado, forjando, assim, indivíduos brutalizados e pouco conscientes de seu papel para o fortalecimento do Estado do Paraná.

Tal disparidade, verificada nos habitantes do espaço rural em confronto com os citadinos curitibanos, está mais visivelmente alocada no discurso de Domingos Nascimento quando este se remetia especificamente ao papel exercido pelos homens e pelas mulheres nos dois âmbitos: o rural e o urbano. Suas impressões eram de que, no espaço rural: “*É o homem que recebe a visita; é o homem que indica a mesa, [...] é o homem que [...] tem a palestra com o hospede, é o homem que (...) recebe e fornece as informações, [...] sobre todos os assumptos de sua casa e dos acontecimentos extranhos.*”²⁹ Ao homem cabiam todas as funções ligadas ao espaço público: as tarefas de negociação de produtos, as conversas com as demais pessoas, ainda que Domingos Nascimento ressalte

²⁸ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 100.

²⁹ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d’A República, 1903. p. 59.

que essa sociabilidade fosse muito dificultada, com exceção da passagem de algum viajante, como era o caso.

E, nessas ocasiões, eram os homens que serviam como interlocutores, inclusive recepcionando e informando os “forasteiros”, pois, segundo o Autor: “*É o homem que aparece de manhã e à noite, ao almoço, ao jantar, à ceia; é o homem, finalmente, que despede o freguez; tudo com uma amabilidade e uma fidalguia adoráveis e consoladoras.*”³⁰ O homem, aos olhos de Nascimento, exercia algumas importantes atividades que então se considerava serem exclusivamente destinadas às mulheres, como, por exemplo, servir o almoço, o jantar e a ceia aos visitantes e os ciceroneando no momento da despedida. As mulheres: “[...] *durante a hospedagem do desconhecido ou do amigo commum, está encerrada lá para o interior da casa, fala aos cochichos; se tem de passar á vista do hospede é num relâmpago [...].*”³¹ Causava admiração, em Domingos Nascimento, o modo como essas mulheres interioranas se comportavam quando da presença de um visitante. Elas quase não apareciam, viviam à espreita, não se sentavam à mesa com os homens, não apareciam na sala, não conversavam com ninguém, nem mesmo eram apresentadas aos viajantes. Segundo ele, estas atitudes pouco simpáticas eram muito frequentes e seriam fruto de uma natural timidez da mulher interiorana. Ele não notava nenhuma espécie de coerção por parte do marido para que elas permanecessem: “*embocadas para o interior da casa como corsas tímidas.*”³²

Outras vezes, ele as representava como solícitas, pois preparavam as camas, as refeições, lavavam as roupas de todos, limpavam a casa para que todos se sentissem bem. Isso, porém, não era a suficiente, pois ele esperava que elas participassem mais do convívio social, que, assim como os homens, também servissem como: “[...] *vehículo dos pensamentos e das relações entre o forasteiro e o lar domestico.*”³³ Domingos Nascimento considerava importante que essas mulheres também se dispusessem às conversas, que mostrassem suas opiniões, que deixassem de ser tão envergonhadas, zelosas e veladas.

Seria fundamental, a seu ver, que, além de boas esposas e mães, as mulheres também assumissem outras tarefas, como participantes mais ativas da sociedade, para uma maior valorização delas próprias, assim como do Estado do Paraná como um todo. Domingos Nascimento compartilhava de uma visão positivista sobre as atitudes que as mulheres deveriam ter. Segundo essa concepção, herdada de Comte, a figura feminina “[...]”

³⁰ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curytiba: Typografia d’A República, 1903. p. 59-60.

³¹ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curytiba: Typografia d’A República, 1903. p. 60.

³² NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curytiba: Typografia d’A República, 1903. p. 60.

³³ NASCIMENTO, Domingos. *Pela fronteira*. Curytiba: Typografia d’A República, 1903. p. 60.

estava presa à missão civilizadora [...] [ela] deveria ser instruída para aperfeiçoar o esposo e educar os filhos para a Humanidade.”³⁴ Assim, nesse discurso, à mulher não era relegado somente o papel de esposa, mãe e dona de casa. Cabia a ela toda a formação moral de sua prole, sendo considerada, desta forma, o esteio da família e, por extensão, de toda a sociedade e da Pátria. As mulheres deveriam contribuir mais efetivamente para o forjamento de Nações modernas e progressistas. Seria um erro grave se as mulheres permanecessem confinadas ao espaço privado, pois assim não teriam a bagagem necessária para instruir efetivamente seus filhos/cidadãos, que, assim como elas, seriam pessoas despreparadas e inúteis, que não garantiriam a prosperidade e a soberania nacional.³⁵ Segundo Domingos Nascimento, “[...] *póde-se medir a civilização de uma terra pela liberdade de movimentos que tenham nella as mulheres.*”³⁶ Assim, aceitava uma maior interferência feminina para além do espaço privado. Elas deveriam participar de discussões políticas, assumir tarefas públicas, através da sua força de trabalho. Com isso, ofereciam uma maior possibilidade de a Nação civilizar-se.

No caso do Paraná, seguindo a compreensão de Domingos Nascimento, muito havia ainda por ser feito, devido ao modo como as interioranas se comportavam-se. Muito mais preparadas, civilizadas e preocupadas com um pródigo futuro ao Paraná, eram as mulheres da zona litorânea. Nesse sentido, Nascimento revela que “*A mulher paranaense do interior perde tempo nesse ponto da patricia de beira mar, que é mais ágil e desembaraçada, e nem por isso será menos acatada.*”³⁷ Revela-se, assim, o que se esperava das mulheres paranaenses: simpatia e expansividade dosadas com recato e humildade. As mulheres de Curitiba eram representadas como bastante ativas, mas sem deixarem de ser castas e submissas.

No Paraná idealizado, todas as mulheres deveriam ser como as de Curitiba. Elas saíam às ruas, conversavam animadamente de igual para igual com todos, sem se rebaixarem. Eram amigáveis, sabiam se comportar, tinham classe e bom gosto, sabiam receber as pessoas em suas casas e a elas bem servirem. Mostravam-se aptas para exercerem tarefas públicas, sem, contudo, perderem o recato, a decência e a fragilidade.

³⁴ PEDRO, Joana Maria. “Mulheres do Sul”. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). *História das mulheres do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 293.

³⁵ TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. *Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República*. Curitiba: Fundação Cultural, 1996. p. 75.

³⁶ VICTOR, Nestor. *A terra do futuro: impressões do Paraná*. Rio de Janeiro: Tipografia “Jornal do Comércio” de Rodrigues e C., 1913. p. 121-123.

³⁷ VICTOR, Nestor. *A terra do futuro: impressões do Paraná*. Rio de Janeiro: Tipografia “Jornal do Comércio” de Rodrigues e C., 1913. p. 121-123.

Enquanto isso, as interioranas ainda não pareciam estar prontas, pois eram extremamente acanhadas e provincianas, e, definitivamente, pareciam não refletir o que se esperava para serem condutoras dos cidadãos paranaenses para um futuro glorioso e permeado pelo progresso e pela civilização.

Em suma, havia uma imensa discrepância entre o interior paranaense e sua capital. Enquanto aquele era considerado local de incivilização e de irracionalidade, Curitiba era seu extremo oposto. Essas diferenças podiam ser vistas, por exemplo, na maneira de se organizarem cotidianamente, seja nas práticas, nos conhecimentos, no modo de vestir-se, de comportar-se, de alimentar-se, enfim, em praticamente todos os âmbitos.

Tal situação de heterogeneidade deveria ser necessariamente ultrapassada pelo conjunto populacional do Paraná, para que houvesse maior unidade comportamental e, conseqüentemente, identitária. Em meio a tantas disparidades, Domingos Nascimento propunha homogeneizar o Paraná através da adoção de algumas insígnias. Esse projeto homogeneizador será o foco da análise do quarto e último capítulo desta pesquisa.

IV – O PARANÁ PROJETADO: O FORJAMENTO DE INDIVÍDUOS IDEAIS

No capítulo anterior foram enfocadas as representações do Paraná e de suas populações. O desejo de forjar indivíduos preparados para o futuro, participantes e colaboradores ativos no desenvolvimento paranaense, divergia bastante dos homens e para as mulheres existentes. Para Nascimento, a sociedade era composta de indivíduos pouco familiarizados com questões como disciplina, ordem e método. Tratava-se de uma estrutura social pouco organizada, que possuía hábitos considerados incivilizados e cujas práticas não combinavam com o que se esperava de um lugar que deveria voltar seus olhos para o futuro.

Havia ainda algumas disparidades entre os moradores da capital e alguns de seus conterrâneos do interior. Enquanto, no discurso de Nascimento, Curitiba aparece como modelo de civilização e de modernidade, o interior, especialmente o Oeste, é visto como sinônimo de barbárie e de atraso. Essas dessemelhanças deveriam ser sanadas, fazendo com que a população paranaense, em seu conjunto, se homogeneizasse, tornando-se completamente nulas as características pouco civilizadas da população.

Para que tal projeto realmente passasse à realidade, era preciso introduzir, no cotidiano da população, alguns valores específicos, como, por exemplo, apego ao trabalho, disciplina, valorização do Estado através do empenho em suas atividades diárias. Para que isso de fato ocorresse, havia a necessidade de instituir símbolos, para que assim essas noções se tornassem mais facilmente digeríveis pelo conjunto da população paranaense. Assim sendo, a preocupação neste capítulo é salientar como Domingos

Nascimento esboçava, em seus textos, suas convicções a respeito de como os paranaenses deveriam ser e de quais qualidades deveriam possuir para conquistar o Estado sonhado.

Em um primeiro momento, o objetivo deste capítulo é verificar quais as inquietações do Autor em relação à constituição corporal dos paranaenses e, como decorrência, o fortalecimento da concepção de Estado do Paraná. O corpo do homem constituiria o corpo do Estado e vice-versa, e, por isso, a necessidade de indivíduos preocupados em possuir corpos fortes e saudáveis.

Esse homem forte e corporalmente preparado para o futuro seria obtido através da conscientização da população dessa necessidade e através da disponibilização de cartilhas escolares que ensinassem ao indivíduo comum, ao não esportista, atividades que proporcionariam maior agilidade, fortalecimento de músculos e maior resistência. Dentre as atividades previstas por Nascimento para que isso ocorresse estavam a natação, a esgrima, o tiro ao alvo e uma série de exercícios denominados, por ele, de ginástica doméstica, que, como o próprio nome diz, seriam atividades relacionadas ao cotidiano doméstico das pessoas, através do uso de cabos de vassoura, de escadas e de cadeiras, por exemplo.

Na sequência do capítulo, a análise se centraliza em entender alguns modelos instituídos por Nascimento para a construção desse homem paranaense ideal. Assim, como padrão de indivíduo, o Autor estabelece o gaúcho Júlio de Castilhos, especialmente pelo modelo político que entronizou no Rio Grande do Sul, ou seja, um governo forte, com características autoritárias e guiado pela crença no positivismo comteano. Assim como o também indica o político paranaense Vicente Machado, visto como arquétipo para seus conterrâneos, dado seu papel de “pai do Paraná”. A discussão se pautará na heroicização que o Autor atribui a essas duas personagens, já que destes emanariam qualidades como bondade, abnegação, disciplina, força, coragem, entre outras, que deveriam estar presentes nos paranaenses idealizados.

4.1 O Paraná orgânico: corpos preparados para o futuro

Winston ficou em posição de sentido diante do aparelho, onde já aparecera a imagem de uma moça magricela, porém musculosa, metida em uniforme e sapatos de ginástica.

-Dobrar e esticar os braços! – ordenou. – Acompanhai o meu ritmo. *Um*, dois, três, quatro! *Um*, dois, três, quatro! Vamos, camaradas, um pouco de vida nisso! *Um*, dois, três, quatro! *Um*, dois, três, quatro!...

(George Orwell, 1984)

Construir corpos que pudessem acompanhar o ritmo de desenvolvimento e do progresso técnico que a sociedade atingiu no período entre a passagem do século XIX e início do XX.¹ Instruir a população no sentido de agir em torno de um bem comum, e fazer com que todos se sentissem companheiros em um mesmo combate: a segurança e o fortalecimento do Estado do Paraná. Essas eram as principais preocupações que atingiam Domingos Nascimento em relação à constituição corporal do homem paranaense. Havia, assim, a necessidade de investir no auxílio de todos à construção do espaço ideal. Para Nascimento, a sociedade era concebida a partir de um modelo organicista e, por conseguinte, acreditava que:

O homem é como uma árvore: – para que as flores e os frutos, que são consequentes da cultura do espírito, possam manifestar-se com força e vigor é preciso que as raízes de que brotam e que são os seus órgãos corporaes, sejam dotados de um desenvolvimento muito regular e de uma energia convenientemente exercitada e aplicada.²

Nesse sentido, as sociedades humanas poderiam ser comparadas às grandes florestas, em que as árvores seriam como indivíduos agrupados e atuantes. Há, portanto, a retomada da imagem de natureza na representação do Paraná e de seus habitantes,

¹ Para o historiador britânico Eric Hobsbawm, esse período histórico, ou seja, a passagem do século XIX ao XX, pode ser entendido como um momento de intensas mudanças no que diz respeito ao desenvolvimento científico e à busca de novas tecnologias para a resolução de problemas cotidianos. Destaca, como principais inovações, a maior abrangência das vias férreas, o florescimento de maquinários modernos de todos os tipos nas indústrias, o uso de ferro e aço nas construções e, principalmente, a utilização da eletricidade para movimentar essas novas engrenagens numa velocidade muito maior do que com o vapor. Essas mudanças no modo de viver, de produzir e de consumir, segundo ele, provinham essencialmente das regiões dinâmicas do Atlântico Norte, especialmente da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, mas que acabaram atingindo, em graus diferentes, todas as regiões do planeta. Segundo Hobsbawm: “*Com algumas exceções marginais e cada vez menos importantes, todos os países, mesmo os até então isolados, estavam, ao menos periféricamente, presos pelos tentáculos dessa transformação mundial. [...], porém diferente em cada lugar [...]*”. HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 46.

² NASCIMENTO, Domingos. *O homem forte: ginástica doméstica, natação, esgrima e tiro ao alvo*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1905. p. 3-4.

especialmente se essa floresta tivesse como exemplares as altivas e elevadas araucárias, que serviam como símbolo da superioridade paranaense. Nessas comparações entre a natureza e os homens, o Autor aponta que também as árvores possuiriam membros que não deveriam ser esquecidos: as flores e os frutos, que, metaforicamente, são comparados aos órgãos do corpo humano. Nesse sentido, plasmam-se, em uma mesma figura imagética, os condutos que levam os minerais da raiz às folhas e às flores, com as veias que impulsionam o sangue do coração até as regiões mais extremas do corpo. Associam-se, nessa representação do homem ideal, raízes com pés, caules com dorsos e galhos com braços.

Assim como as florestas, as organizações humanas seriam também mais vistosas, grandes e fortes quanto melhor fosse o terreno em que suas raízes estivessem dispostas. Da mesma forma que a fertilidade do solo garantia às plantas mais força e vigor, os exercícios físicos preparavam o homem para o trabalho e para o desenvolvimento técnico, garantindo maior prosperidade e progresso futuro ao Estado. O adubo que fazia crescer a floresta/humanidade de modo ordeiro eram justamente a reflexão e o trabalho profícuo em torno do futuro. A floresta seria grande conforme a fertilidade das ideias em conjunto com trabalho fecundo. Essas imagens, do Estado corporativo e da sociedade como um organismo vivo, que reforçavam a unidade e a cooperação entre os indivíduos, tinham como objetivo comprometer a população com o crescimento e o progresso do Paraná.

Ao perceber o Estado como um corpo, ou mesmo como uma floresta, o Autor acreditava que haveria maior identificação da população para com o governo estadual, já que, em seu ponto de vista, a população minimamente conhecia o funcionamento corporal e as doenças que afligiam os órgãos ou ainda pouco sabiam distinguir as plantas sadias das demais. Enfim, a associação com o corpo humano tinha funções pedagógicas e, além disso, facilitaria a criação de atitudes cooperativas. Era necessário sentir-se como um membro do Estado ou como uma árvore na floresta e atuar em favor do todo social.

A utilização simbólica do corpo como arquétipo para a sociedade foi herdada das ciências naturais e, mais especificamente, da anatomia. O corpo humano possuiria, nesta perspectiva funcional de organização, uma hierarquia em que haveria partes mais especializadas que outras e todas atuariam de maneira conjunta para a unidade do todo. As células se unificariam formando tecidos, órgãos, sistemas e, por fim, o corpo em sua complexa totalidade. O mesmo ocorreria com os indivíduos, que, em conjunto, formariam bairros, cidades, Estados e, finalmente, a nação. Lamounier refere essa questão assim:

A transformação orgânico-vitalista impulsionada e dirigida pelo Estado permitiria, de início, salvar o país do processo de degenerescência, ou pelo menos do amorfismo invertebrado que, segundo o diagnóstico desses ideólogos o caracterizava. E em seguida, estruturar a divisão do trabalho e a vida social de modo a permitir que cada órgão encontre sua “verdadeira” função e essência.³

Os indivíduos organizados ordeiramente, disciplinados, trabalhando em conjunto de modo cooperativo, eram a espinha dorsal, a base de sustentação do Estado, que, sem a contribuição de todos, seria não mais que um organismo invertebrado, degenerado e inferior na escala evolutiva.

Associar o corpo ao Estado era algo importante, se considerada a falta de governabilidade em vários cantos do território paranaense. Ao instituir uma corporalidade ao Paraná, estava-se criando um apelo horizontal e profundo para que todos se sentissem responsáveis pelo seu bom funcionamento. Cada indivíduo seria parte atuante da sociedade e os deveres seriam distribuídos para cada um, conforme suas habilidades e responsabilidades.

Nascimento acreditava que a imagem do corpo humano serviria como um modelo para a organização do Estado e, conseqüentemente, para seu excelente funcionamento. Assim, tem-se, por exemplo, o Estado representado como o corpo completo, composto por partes, os indivíduos. Cada uma destas partes, nesta metáfora orgânica, seria responsável pelo bom funcionamento do conjunto. Em uma destas construções visuais, Nascimento propõe que:

Imaginemos uma sociedade humana composta de indivíduos equilibrados, bons, inteligentes e vigorosos, combinando-se entre si de modo a dirigir as suas forças para o bem; cada um se preocupando com sua hygiene, zelando o seu aperfeiçoamento physico e moral, convencido do beneficio que dessa situação normal pode tirar para si próprio, evitando por tal meio toda a sorte de miseria, legando aos seus descendentes uma herança feliz destinada a crescer continuamente: – que outra recompensa poderia exceder a tão brilhante ideal?⁴

Era essa a sociedade imaginada e almejada por Nascimento para o Paraná, era esse seu ideal de paranaense, ou seja, indivíduos saudáveis, cuja capacitação, robustez e coragem fossem suas características principais. As preocupações em separar, em moldar e em controlar o corpo humano garantiriam uma hereditariedade promissora, já que, a seu

³ LAMOUNIER, Bolívar. “Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação.” In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. O período republicano, tomo III: sociedade e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 363.

⁴ NASCIMENTO, Domingos. *O homem forte: gymnástica doméstica, natação, esgrima e tiro ao alvo*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1905. p. V.

ver, havia a necessidade de forjar uma sociedade de escolhidos, de pessoas fortes e capazes de enfrentarem percalços e situações limite. Não era pura e simples separação racial, pois Domingos Nascimento não buscava soluções eugênicas para a evolução paranaense. Era, sim, uma separação entre aqueles que tinham práticas positivas daqueles que não as tinham. Mais que uma separação entre raças, era uma separação entre práticas.

O crescimento econômico estava vinculado ao crescimento individual. A simbiose entre o Estado e seus ocupantes revela essa interdependência: um não cresce e progride sem o outro e, assim, o vínculo Estado/indivíduos passa a ser visto como algo forte e inquebrantável. Na perspectiva organicista da sociedade proposta por Nascimento, é extraordinária a harmonia na qual imaginada que a sociedade deveria estar envolta. Desse modo, para cada um são atribuídas tarefas, como a higiene, o aperfeiçoamento físico e moral, ou ainda o envolvimento com o trabalho ordeiro e racional, sem a existência de greves e perturbações, conforme o descrito por Lenharo:

[...] o corporativismo se apóia inteiramente na imagem de organicidade do corpo humano. As partes que compõem a sociedade foram pensadas tal como o relacionamento dos órgãos do corpo humano: integradamente e sem contradições. [...] cada cidadão é convidado a dar sua vida, verter seu sangue para a salvação do corpo maior da pátria, se necessário.⁵

O normal era ser ordeiro, saudável, pacífico, sóbrio, laborioso, integrado às instituições vigentes. Em contraponto, era considerado anormal: a fraqueza física, a imoralidade, as desordens de todos os tipos, a feiúra e a sujeira, a pouca resistência ao trabalho e às doenças, que deveriam ser banidas, expurgadas para que as próximas gerações herdassem o melhor dos mundos.

A construção discursiva do Paraná como uma “terra sem males”, livre de qualquer conflito social ou desordem, em que cada um teria de trabalhar para o bem de todos, sem prejuízo para nenhuma das partes, legitimava a organização social estabelecida a partir das hierarquias. Não havia razão para conflitos sociais, já que estes somente enfraqueceriam o corpo, tornando-o vulnerável. Desse modo, higienizar o corpo era a tarefa mais importante, tanto fisicamente como moralmente. O conjunto deveria ser forte para que a ordem prevalecesse, portanto era inaceitável que apenas uma dessas partes funcionasse bem e as demais de modo ineficiente.

Em sua análise acerca do processo de instituição de um Estado com características fascistas no Brasil da década de 1930, Lenharo assinala que, muitas vezes, a governabilidade usufruía dessa metáfora corporal, essencialmente ligada ao imaginário do

⁵ LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. São Paulo: Papirus, 1986. p. 16-17.

cristianismo, para assim instaurar uma unidade nacional não contraditória e indissolúvel. O autor explana que a nação é associada a um todo orgânico. Refere Nascimento:

Estado também acompanha essa descrição; suas partes funcionam como órgãos de um corpo tecnicamente integrado; o território nacional, por sua vez, é apresentado como um corpo que cresce, expande, amadurece; as classes sociais mais parecem órgãos necessários uns aos outros, para que funcionem homoganeamente, sem conflitos; o governo, por sua vez, é descrito como uma cabeça dirigente e, como tal, não se cogita em conflitação entre a cabeça e o resto do corpo, imagem da sociedade.⁶

Sob este aspecto, o Estado atuaria como propagador dessas concepções organicistas da sociedade, colocando-se, inclusive, como cabeça mandante, enquanto a população organizada formaria as demais partes do corpo. Segundo Vanda Maria Ribeiro Costa, a experiência corporativista brasileira, especialmente na década de 1930, revela que, na relação entre o Estado e sociedade, o primeiro era visto, e ainda é, segundo a autora: “[...] como portador do interesse geral, agente do interesse comum, detentor do monopólio de poder para organizar, sob uma totalidade política, os grupos sociais.”⁷ Nesse âmbito, as classes sociais e seus conflitos deveriam ser resolvidos essencialmente pelo Estado através da cooptação, por exemplo, de sindicatos trabalhistas, que, por acaso, atrapalhassem o bom andamento do corpo estatal.⁸

Assim, o que não deveria fazer parte do corpo seria imediatamente eliminado, como, por exemplo, os desordeiros, os ociosos e, além disso, os esteticamente desprivilegiados, ou seja, aqueles que não se preocupavam com seu próprio corpo e que, por isso, não poderiam contribuir eficientemente para o fortalecimento do Estado. Cabe entender, portanto, que essa concepção de perfeição física

[...] operava com pares de opostos: o limpo e o impuro, o doente e o são, o físico e o mental, a carne e o espírito, o corpo e a alma, cuja solução é

⁶ LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. São Paulo: Papyrus, 1986. p. 16-17. Como aponta Alcir Lenharo, essa metáfora corpo/estado não é exclusividade do período por ele estudado, ou seja, o Estado-Novo, mesmo porque se trata, sem dúvida, de um processo histórico, que não tem seu início e nem sua conclusão na década de 1930. O autor remete-se a certa tradição filosófica, proveniente de Santo Agostinho, perpassando também o positivismo comteano e as concepções nazi-fascistas europeias.

⁷ COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *A armadilha do Leviatã: a construção do corporativismo no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 28.

⁸ Tendo como pano de fundo as relações conflituosas entre os sindicatos de operários, a elite empresarial paulista da FIESP, o governo centralizador de Vargas e o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Vanda Ribeiro aponta que, no Brasil, o corporativismo, ao invés de proporcionar uma maior cooperação entre as diferentes classes, fez com que, cada vez mais, os conflitos entre essas partes se estabelecessem. Essa situação paradoxal deve-se, sobretudo, ao autoritarismo com que as situações de conflito foram tratadas, especialmente entre 1930 e 1945, ou seja, com o fechamento de partidos e a supressão dos direitos de livre associação. Por isso, no Brasil, a concepção de corporativismo, para a autora, advém dessa situação de um Estado autoritário e dominador e da sociedade por ele organizada, sem autonomia para a autorregulação. In: COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *A armadilha do Leviatã: a construção do corporativismo no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 29.

encontrada na beleza da forma humana, na crença de que um corpo perfeito abriga um corpo espiritual de beleza moral.⁹

Para Flores, na primeira metade do século XX, com maior intensidade a partir da década de 1930, houve uma maior preocupação política com a constituição corporal dos indivíduos e das sociedades. O Estado expressava suas intenções de construir uma sociedade corporalmente perfeita através de publicidade, especialmente por meio do uso de imagens em revistas, de quadros artísticos, em cartazes de ruas, em programas de rádio, em livros didáticos que enfatizavam o assunto. Ou seja, os incentivos à população para a obtenção de corpos fortes e saudáveis começaram a fazer parte da vida cotidiana das pessoas. Nesse sentido, havia a imbricação entre a dimensão política e a estética, de modo que: “[...] *as políticas implementadas ou não pelo Estado/Nação apresentavam-se coalhadas de interesses estéticos* [...]”.¹⁰

O que o Estado, representado por políticos, médicos, professores, jornalistas e outros profissionais, intentava fazer vinculava-se a uma engenharia dos corpos e da sociedade de um modo mais geral. Tal como um engenheiro pensa a construção e a elevação das estruturas para que a edificação ocorra e problemas sejam evitados, assim o Estado pretendia também fundar corpos físicos, que seriam a estrutura da sociedade. A edificação dos corpos dar-se-ia através do uso de racionalidade, de muita reflexão, pois corpos mal construídos, tal como os alicerces de um prédio, não poderiam sustentar uma sociedade toda. Esses engenheiros corporais, tais como Domingos Nascimento, apresentavam, em seus discursos, um homem típico, com as seguintes características: “[...] *de talhe mais delgado que cheio, gracioso de musculatura, flexível, de olhos claros, pele sã, ágil, disposto, ereto, dócil, entusiasta, alegre, viril, imaginoso, senhor de si, sincero, honesto, puro de atos e pensamentos.*”¹¹

Domingos Nascimento alia preocupações políticas e estéticas em relação ao Paraná e aos paranaenses. Ser cidadão, para o Autor, significava, assim, estar comprometido com a beleza e o bom funcionamento do corpo individual. O Estado, através de sua escrita, atuava prontamente para essa engenharia dos corpos, pois ela revelava que era preciso imprimir no corpo as marcas do bom cidadão – esbelteza, trabalho, força, ordem –, que deveriam fazer parte de seu cotidiano e de suas atividades corriqueiras.

⁹ FLORES, Maria Bernadete Ramos. *Tecnologia e estética do racismo: ciência e política da beleza*. Chapecó, SC: Argos, 2007. p. 39.

¹⁰ FLORES, Maria Bernadete Ramos. *Tecnologia e estética do racismo: ciência e política da beleza*. Chapecó, SC: Argos, 2007. p. 11.

¹¹ FLORES, Maria Bernadete Ramos. *Tecnologia e estética do racismo: ciência e política da beleza*. Chapecó, SC: Argos, 2007. p. 67.

O poder que o Estado exerce sobre seus subordinados perpassa as situações capilares, as microrrelações existentes entre os indivíduos. E o corpo se torna um campo privilegiado para essa atuação de dominação e de subordinação, de modo que passa a ser visto, especialmente no século XIX: “[...] como o campo de batalha no qual se travam conflitos cotidianos entre as exigências da normalização disciplinar institucional e as linhas de fuga da resistência.”¹² Essa disciplinarização dos corpos realizada pelo Estado teria como principais objetivos a otimização de seu desempenho, sua maior produtividade, melhor organização, controle e precisão nos movimentos. O indesejado corpo inerte passaria a ser o desejado corpo produtivo, investido, colonizado, útil, inflectido, dominado.¹³

Essa preocupação do Estado e os mecanismos de regulação da constituição corpórea dos indivíduos que lhe são subordinados foram nomeados por Foucault como biopolítica ou biopoder. Trata-se, segundo ele, da biorregulamentação exercida pelo Estado, através da ordenação dos corpos, especialmente através dos censos, das taxas de mortalidade, de nascimento, de reprodução, de fecundidade, ou seja, de todos os fenômenos que afligem a população – trata-se de uma biorregulamentação entendida como um problema político.

É, portanto, necessário haver um entendimento do corpo como campo político e econômico, de ordenação e de legislação, de aplicação de poder, de instauração de sentimentos de pertencimento, local destinado à manutenção da ordem e da proteção da pátria. Para Foucault:

[...] o corpo também está diretamente mergulhado num campo político: as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; [...] o corpo só se torna útil se é ao mesmo tempo produtivo e corpo submisso.¹⁴

Justifica-se a preocupação de Nascimento em construir uma sociedade composta de indivíduos equilibrados, corretos e moralizados, já que as marcas e os sinais distintivos dos brasileiros e dos paranaenses seriam: a ordem, a força física e a moralidade com que esses eram constituídos. Trata-se de corpos úteis, onde eram investidas possibilidades políticas e

¹² DUARTE, André. “Biopolítica e resistência: o legado de Michel Foucault”. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). *Figuras de Foucault*. São Paulo: Autêntica, 2006. p. 48.

¹³ FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 36.

¹⁴ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 26-27.

econômicas, nos quais deveriam ser exercidos poderes disciplinares constantes e sobre os quais Foucault discerne que:

“Adestra” as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais – pequenas células separadas, autonomies orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios. A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que torna os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício.¹⁵

A disciplinarização dos corpos e das mentes, o adestramento das práticas e o ordenamento social estariam interligados de modo que o objetivo principal fosse a “criação” de indivíduos aptos para a construção do futuro do Estado do Paraná e da nação brasileira. Os corpos convertem-se em instrumentos de disciplinarização coercitiva. No caso de Nascimento, essa engenharia corpórea se daria através de utilização racional proporcionada pela prática de esportes.

Em seu livro “Homem Forte”, publicado em 1905, Nascimento propunha a prática de algumas atividades que serviriam como auxiliares à obtenção de um corpo ideal para a proteção do Brasil e do Paraná. Como seu objetivo era utilizar essa publicação como livro didático nas escolas públicas paranaenses, tratou de usar uma linguagem mais coloquial e de usar ilustrações que facilitariam o aprendizado dos estudantes. Ao produzir essa obra, Domingos Nascimento estava preocupado: “[...] *com a forma como a gymnastica vinha sendo ministrada nas escolas. O problema central que o incomodava já há algum tempo – desde quando fora aluno da escola militar – referia-se aos métodos de ensino e aos conteúdos escolarizados.*”¹⁶ Ele se incomodava porque considerava o modo como as atividades físicas eram exploradas nas escolas pouco auxiliares para a obtenção de indivíduos realmente preparados para o enfrentamento dos percalços cotidianos. Em sua opinião, na metodologia de ensino até então empregada nas escolas, havia a intenção de formar atletas, pessoas extremamente especializadas e, por isso, corporal e moralmente desequilibradas. Havia a necessidade de ensinar as práticas esportivas de um modo que o corpo e a mente fossem valorizadas de modo semelhante, para que, assim, fossem forjadas pessoas mais equilibradas, disciplinadas e conscientes da sua missão patriótica, que era dedicar sua vida à defesa e prosperidade do Paraná e do Brasil.

¹⁵ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: Nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 143.

¹⁶ PUCHTA, Diogo Rodrigues. *A formação do homem forte*: educação física e gymnastica no ensino público primário paranaense. Dissertação [Mestrado] UFPR, Curitiba, 2007. p. 46. Puchta afirma que não conseguiu informações consistentes a respeito da adoção do livro de Domingos Nascimento nas escolas públicas paranaenses. Segundo ele, para que as publicações pudessem ser adotadas pelo governo, elas deveriam passar por uma banca de especialistas, formada por professores do Ginásio Paranaense e da Escola Normal.

Desse modo, Domingos Nascimento lista, de modo bastante eclético, as práticas esportivas a serem valorizadas nas escolas, tais como a esgrima, a natação, o tiro ao alvo, a marcha, a corrida, o remo, a equitação, o canto e a dança. Em seu ponto de vista:

[...] são aconselhados os movimentos corporaes, bem dirigidos e regulados, como sejam: caminhar, fazer exercicios de esgrima, natação e equitação, trabalhos de jardinagem, de córtes de madeira, exercicio de canto, etc., onde um certo dispendio de forças provoque a renovação do proprio sangue, pondo em actividade regular o exercicio de todas as funcções vitaes.¹⁷

Esses numerosos esportes demonstram a necessidade de variar as práticas a fim de formar uma população saudável, que iria gerar uma prole igualmente saudável, evitando a distrofia ou a atrofia de uma única parte e sua consequente reprodução. Tudo deveria ser valorizado para crescer da mesma maneira, para não sair da ordem e manter a harmonia. A intenção do método exposto por Domingos Nascimento não era a formação de atletas, pessoas somente fortes fisicamente, mas, sim, homens completos nos aspectos corporais, morais e intelectuais. O homem forte que dá título ao livro é esse homem completo, cujo poder emanava de todos os sentidos: “*Por homem forte represento um estado de energia e virilidade capazes de predispor o homem para enfrentar obstinadamente o struggle for life, sem desfallecimentos nem irresoluções.*”¹⁸ [grifos do autor] O homem perfeito era enérgico, viril, sempre pronto para as lutas cotidianas, resistente e constantemente em estágio de evolução, com iniciativa, que investe, cria, inova e é aberto às inovações. Era esse o paranaense ideal e também o brasileiro ideal.

Sevcenko aponta que, na *belle époque*, as referências ao *struggle for life* eram recorrentes, especialmente em Euclides da Cunha, que era um grande entusiasta do “lutar pela vida”. De acordo com o referido autor, o *struggle for life*:

[...] enquadrava a evolução como efeito da conciliação dos esforços conjuntos da pletera de energias individuais concorrentes. Essa conciliação se processa de acordo com um modelo organiscista em que o desempenho das partes, se bem que motivado por impulsos próprios, produz um resultado de cooperação geral, na medida em que cada porção é um órgão independente dos demais dentro da cadeia social.¹⁹

Para Domingos Nascimento, os indivíduos, por mais díspares que fossem seus objetivos e modos de agir, para progredirem, teriam de se unir e não disputar para apenas o

¹⁷ PUCHTA, Diogo Rodrigues. *A formação do homem forte: educação física e gymnastica no ensino público primário paranaense*. Dissertação [Mestrado] UFPR, Curitiba, 2007. p. 05.

¹⁸ PUCHTA, Diogo Rodrigues. *A formação do homem forte: educação física e gymnastica no ensino público primário paranaense*. Dissertação [Mestrado] UFPR, Curitiba, 2007. p. XIII.

¹⁹ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 220.

mais capacitado deles evoluir.²⁰ Para que o Paraná crescesse, era necessário a cooperação de todos, dos mais diferentes.

A partir de critérios científicos, o Autor traduz para todos os públicos, conforme sua intenção, os exercícios fundamentais a serem aplicados tanto para crianças em idade escolar, como para mulheres e homens de qualquer idade, quais sejam: a esgrima, a natação, o tiro ao alvo e uma série de exercícios que poderiam ser realizados nos domicílios (denominados por ele como ginástica doméstica).

Eis porque, aproveitando a sua orientação científica e os seus métodos didáticos procurei adaptal-os á educação de nossa infancia e ao serviço hygienico dos indivíduos, para todas as edades e sexos, introduzindo as modificações que julguei necessarias, parcellando o estudo, sem comtudo prejudicar o systema.²¹

Todos os indivíduos eram orientados a praticarem atividades físicas, já que pertenciam a uma mesma sociedade, que precisava ser em sua totalidade higienizada, desde a infância até a velhice, sejam homens, mulheres e crianças. Enfim, o todo social necessitava passar por esse processo de aprendizagem e de crescimento conjunto, sem disputas, *struggle for life*.

Nascimento entendia que: “[...] a educação *physica* propriamente dita deve ser compreendida antes como um complemento da educação *intellectual* e *moral* e como um agente *hygienico* e *poderoso* do *aperfeiçoamento da especie*.”²² A atividade física estava ligada à reflexão intelectual e à moralidade. Assim os indivíduos deveriam ser, ao mesmo tempo, corporalmente saudáveis e racionalmente preparados para evitar o desequilíbrio, a anormalidade, e as maléficas: “[...] *doenças chronicas do baixo ventre e suas derivadas, as gastralgias, os engorgitamentos do figado, do baço, da veia-porta, a cephalalgia que daí resulta, a hypocondria, a melancholia, etc.*”²³ O corpo doente era resultado da inércia e do sedentarismo, o que, por consequência ou concomitantemente, ocasionaria um desequilíbrio entre corpo e mente: “*A actividade muscular, pelas suas relações internas e*

²⁰ Alfredo Bosi entende o termo *Struggle for life* de modo diferente do que Domingos Nascimento. Para ele, esta terminologia indica a presença de instintos competitivos, o que o aproxima fortemente ao darwinismo social e, em contraponto, afastando-a do altruísmo comteano, que, por sua vez, estabelecia o “viver por outro”, mais comunitário e pacifista. BOSI, Alfredo. “O positivismo no Brasil: uma ideologia de longa duração.” In: PERRONE-MOYSÉS, Leyla (Org.). *Do positivismo à desconstrução: idéias francesas na América*. São Paulo: Edusp, 2004. p. 158.

²¹ NASCIMENTO, Domingos. *O homem forte: ginástica doméstica, natação, esgrima e tiro ao alvo*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1905. p. XIV.

²² NASCIMENTO, Domingos. *O homem forte: ginástica doméstica, natação, esgrima e tiro ao alvo*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1905. p. VII.

²³ NASCIMENTO, Domingos. *O homem forte: ginástica doméstica, natação, esgrima e tiro ao alvo*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1905. p. 8.

reciprocas com o systema nervoso, pode exercer importante acção salutar: – harmonia reciproca entre os nervos dos musculos e os nervos da sensibilidade.”²⁴

De acordo com Domingos Nascimento, os esportes selecionados eram essenciais à formação de homens completos, fortes e que, além de sua completude individual, pudessem, através da força física e da moralidade, trabalhar em conjunto para a construção de uma nação também forte e ordeira. Acreditava na necessidade da existência de:

[...] cidadãos sadios, inteligentes, moralizados e destros para poder progredir e assegurar sua integralidade [da pátria] [...]. Para homens debeis e timidos – nações fracas e passivas. Só pode ser rica e forte a nação que tiver seus filhos plenamente educados na pratica da honra, do trabalho e do civismo.²⁵

Vê-se a relação direta e proporcional entre os corpos e a grandiosidade da Pátria. As nações frágeis o eram pela falta de saúde, falta de honra e falta de moralidade de seus habitantes. As nações mais fortes e grandiosas tinham a seu favor um povo honrado e corporalmente disposto para sua defesa. O vigor físico era sinônimo de uma nação forte, soberana, racional, higienizada, civilizada e progressista. O corpo é de suma importância, pois fundamenta a nação. O Brasil e o Paraná deveriam ser corporalmente fortes para garantirem, assim, a prosperidade e a soberania frente às demais nações e aos demais Estados brasileiros.

Ele defendia que a prática da ginástica doméstica garantiria um fortalecimento corporal muito grande, o ganho de músculos e a higienização de todos os órgãos. Os exercícios que formavam a ginástica doméstica também possibilitariam maior agilidade e destreza ao praticante. A ginástica doméstica deveria ser praticada por aquelas pessoas que não estavam muito acostumadas aos exercícios físicos – especialmente Nascimento se dirigia, nesse aspecto, aos intelectuais, que, sempre acostumados a se trancafiarem em seus gabinetes de estudos, pouco se preocupavam com o fortalecimento corporal, por isso tinham seus organismos desordenados.

Os exercícios poderiam ser realizados em qualquer ambiente, mas principalmente no lar, pois os instrumentos utilizados nos exercícios seriam bastões, colchões, escadas e cordas, pois eram facilmente encontrados até mesmo nas casas mais humildes. Inclusive era esse o mote da ginástica doméstica: a sua democracia, pois poderia ser realizada por todas as pessoas, crianças e adultos de qualquer idade e em qualquer circunstância. Era,

²⁴ NASCIMENTO, Domingos. *O homem forte: ginástica doméstica, natação, esgrima e tiro ao alvo*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1905. p. 8.

²⁵ NASCIMENTO, Domingos. *O homem forte: ginástica doméstica, natação, esgrima e tiro ao alvo*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1905. p. XIII.

porém, dirigida especialmente para aquelas que não faziam exercícios ou que não tinham dinheiro para pagar um clube ou ir ao médico para cuidar das moléstias que afligiam o corpo. As práticas dos exercícios físicos diários deveriam estar associadas à intervenção da medicina, da psiquiatria, enfim, da ciência. Segundo Nascimento:

Não se supponha que estamos prégando a applicação de uma panacéa miraculosa, de dispensar a intervenção directa da medicina propriamente dita, dos seus luminares e dos seus produtos chimicos. Ha estados morbidos que não poderiam dispensar os recursos da sciencia, directamente. Não! a applicação da gymnastica domestica, medica e higienica entra apenas como *poderoso auxiliar* da therapeutica propriamente dita.²⁶ [grifos do autor].

A eficiência da ginástica doméstica estaria no auxílio que poderia fornecer aos tratamentos médicos, devolvendo a saúde física e fortalecendo a imunidade dos organismos. A prática para alcançar sua eficiência deveria ser regular, pois os exercícios deveriam ser feitos todos os dias, em horários determinados, obedecendo a uma ordem e sequência, mas sem exageros e em harmonia. Todo excesso é visto de forma negativa.

Depois de feito cada exercício, Nascimento acreditava que seria importante ser dada a voz de comando “FIRME”, como um modo de motivar ainda mais o executor. Cada exercício acionava uma parte do corpo (cabeça, ombros, braços, pernas, abdômen, músculos das costas, a espinha e o tórax), e por isso todos eles deveriam ser realizados para resolver moléstias ou preveni-las e, assim, manter o corpo harmonioso. O método era muito importante e deveria ser obedecido, pois somente assim o praticante realmente estaria se beneficiando da prática da ginástica.

²⁶ NASCIMENTO, Domingos. *O homem forte: ginástica doméstica, natação, esgrima e tiro ao alvo*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1905. p. 13.



Fig. 7.

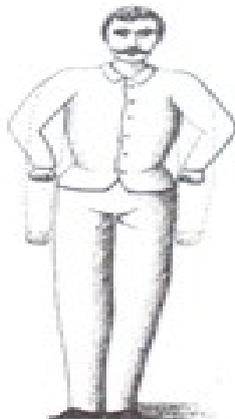


Fig. 8.

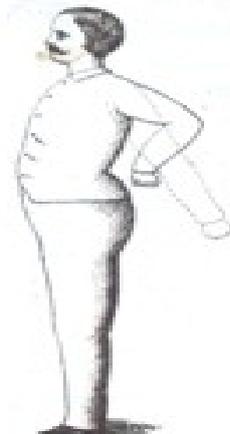


Fig. 9.

Ilustração 1: Demonstração da ginástica doméstica. Percebe-se que os praticantes das imagens não possuíam corpos atléticos, o que se justificava dada a intenção do autor, que era mostrar pessoas comuns em seus exercícios físicos quotidianos. Fonte: NASCIMENTO, Domingos. *O homem forte: gymnástica doméstica, natação, esgrima e tiro ao alvo*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1905. p. 23.

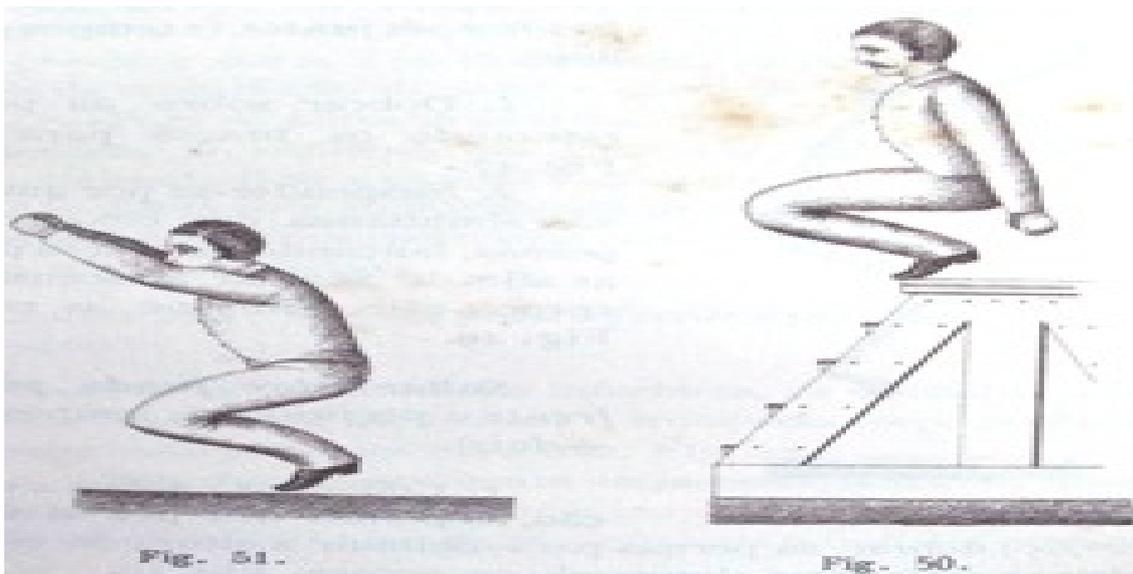


Ilustração 2: Saltos praticados com o auxílio de uma escada, feito em dois tempos, no primeiro o salto em si, e, depois, a chegada realizada com sucesso com os braços estendidos para frente. O tom democrático desses exercícios estava também no material utilizado como suporte, porém as ilustrações de Nascimento representam somente homens se exercitando. Fonte: NASCIMENTO, Domingos. *O homem forte: gymnástica doméstica, natação, esgrima e tiro ao alvo*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1905. p. 74.

A natação também deveria ser realizada com a maior ordem e método, a fim de garantir o grande objetivo do exercício, ou seja, a maior aptidão física do indivíduo, através de uma carga maior sobre os pulmões e coração, além das pernas e braços. Uma das regras observadas por Nascimento para a execução do nado é que: “*Durante os exercicios de natação o maior silencio e a maior ordem devem ser stritamente*

observados.”²⁷ A segunda regra estabelecia que: “As vozes de commando devem ser claras e de maneira a poderem ser ouvidas ao longe para todos os discipulos.”²⁸ E na terceira ficava subscrito que: “O banho deve ser interdicto sobretudo áquelle que estiver em estado de embriaguez.”²⁹, para assim evitar afogamento.

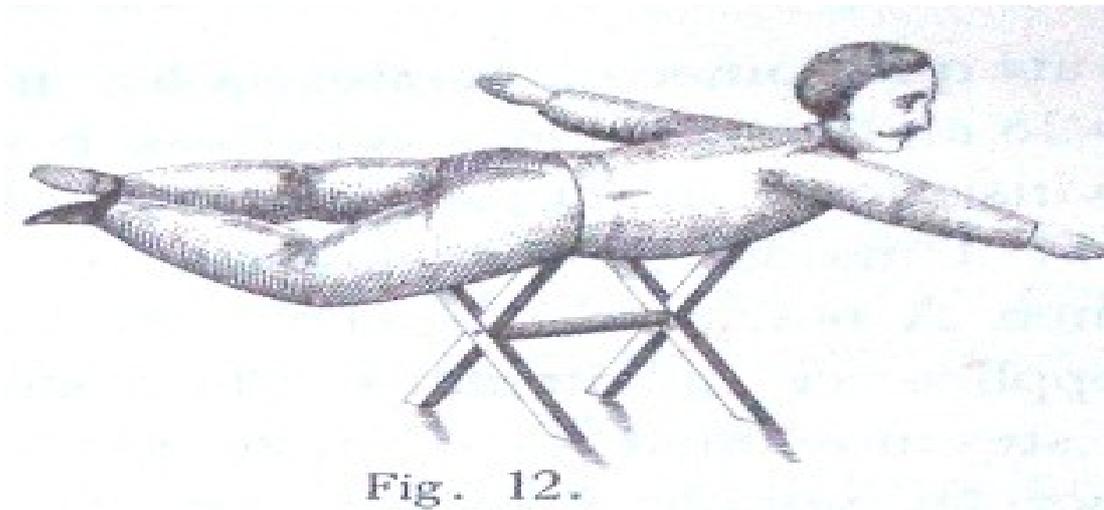


Ilustração 3: A aprendizagem dos movimentos da natação realizada em um cavalete era uma das primeiras etapas do processo de aprendizagem. Aqui o aluno ainda não se mostra apto para a realização de atividades na água. O cuidado com a segurança do praticante era uma das principais preocupações de Nascimento. Fonte: NASCIMENTO, Domingos. *O homem forte: ginástica doméstica, natação, esgrima e tiro ao alvo*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1905. p. 89.

Nota-se que os indivíduos deveriam seguir um conjunto de regras para a execução dos exercícios, pois Nascimento se preocupava com a segurança do esportista. Os praticantes necessitariam ouvir atentamente o instrutor, evitar algazarras na água, manter a sobriedade antes do exercício, prestar atenção ao local onde seria realizado o nado, não se deixar levar pela euforia do instante. Quando eram realizados no mar, o instrutor deveria socorrer o esportista o mais rapidamente possível em caso de acidente, evitando maiores transtornos. Essas regras eram consideradas imprescindíveis para o bom andamento da aula, assim como para disciplinar o aluno para além das aulas de natação, para as atitudes cotidianas e, conseqüentemente, para o enfrentamento dos percalços naturais do dia a dia. Os exercícios físicos, além de fortalecerem corporalmente os indivíduos, ainda auxiliavam em seu aperfeiçoamento moral.

²⁷ NASCIMENTO, Domingos. *O homem forte: ginástica doméstica, natação, esgrima e tiro ao alvo*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1905. p. 101.

²⁸ NASCIMENTO, Domingos. *O homem forte: ginástica doméstica, natação, esgrima e tiro ao alvo*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1905. p. 101.

²⁹ NASCIMENTO, Domingos. *O homem forte: ginástica doméstica, natação, esgrima e tiro ao alvo*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1905. p. 101.

Os exercícios físicos proporcionariam aos habitantes do Paraná a sua completude, fortificando os laços de cooperação, ordenamento e uma maior racionalização da organização social. Nesse sentido, todos os paranaenses deveriam praticar especialmente a natação, já que a quantidade de rios, de córregos, de lagos e de lagoas era muito grande, sem contar com a natação marítima: “*Nas povoações onde exista um rio, uma lagoa ou mar proximos, facil é exercitarem-se os indivíduos na arte de nadar.*”³⁰ A facilidade de a população encontrar locais para a prática do nado, em conjunção com as regras disciplinares estabelecidas para que isso ocorresse de fato com ordem, fortaleceriam grandemente o Paraná e a sua população, tanto física como moralmente. E, caso essa facilidade não fosse tão grande, era necessário construir tanques, que deveriam seguir uma padronização. Para tanto, Nascimento refere o seguinte:

A’s populações das cidades de campo, como a capital paranaense, só restaria o recurso dos grandes tanques para esse fim apropriados. Esses tanques deveriam ser construidos em declive suave, com as diferenças de nivel e as distancias determinadas por linhas de postes com letreiros afim de que o exercitante podesse conhecer os pontos onde poderia tomar pé, os mais apropriados ao mergulho, as distancias a percorrer.³¹

Os habitantes de Curitiba e de outras cidades maiores, impossibilitados de utilizarem rios e lagos, poderiam exercitar-se em piscinas construídas em casa, nas escolas ou ainda em clubes sociais, que, na passagem do século XIX ao XX, se tornavam cada vez mais numerosos e rentáveis.³² Especialmente em Curitiba, conforme aponta Ângela Brandão: “*A era da loucura esportiva dava seus primeiros passos. A cidade já possuía seus clubes de ciclistas e suas sociedades de tiro.*”³³ Dentre os clubes, da capital, estava o Clube Curitibano, que reunia, entre seus membros a elite brasileira e de descendência portuguesa; o Clube Concórdia, de migrantes e descendentes de alemães; e a Associação Giuseppe Garibaldi, que integrava os migrantes e descendentes de italianos.

De acordo com Sevcenko, nos anos iniciais do século XX ocorreu, nas grandes cidades brasileiras, uma “febre esportiva”, ou seja, uma busca frenética por corpos fortes e ágeis, tanto que, durante esse período, delimitado por ele até cerca dos anos 1930, ocorre

³⁰ NASCIMENTO, Domingos. *O homem forte: ginástica doméstica, natação, esgrima e tiro ao alvo*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1905. p. 80.

³¹ NASCIMENTO, Domingos. *O homem forte: ginástica doméstica, natação, esgrima e tiro ao alvo*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1905. p. 80.

³² COSTA, Ângela Marques da. *1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 87.

³³ BRANDÃO, Ângela. *A fábrica de ilusão: o espetáculo das máquinas num parque de diversões e a modernização de Curitiba (1905-1913)*. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1994. p. 26.

uma “mutação cultural” no modo como as pessoas percebiam seus corpos.³⁴ De tal maneira isso ocorreu que os indivíduos do novo século passaram a valorizar, de modo muito mais enfático, a condição física que possuíam em comparação com os homens do século XIX. Homens deveriam ter ação, serem militantes e obstinados, preparados para a utilização das novas máquinas e tecnologias, pois seus corpos se movimentariam como máquinas, movidas a eletricidade:

O desenvolvimento dos esportes na passagem do século se destinava justamente a adaptar os corpos e as mentes à demanda acelerada das novas tecnologias. Como as metrópoles eram o palco por excelência para o desempenho dos novos potenciais técnicos, nada mais natural que a reforma urbana incluísse também a reforma dos corpos e das mentes.³⁵

Havia, assim, uma espécie de competição entre a máquina e o corpo humano, cujo palco era o moderno espaço urbano, com seus vários espaços de sociabilidade para as práticas esportivas. A modernidade: “[...] *com sua reiterada aura otimista e sua fé inabalável no progresso impulsionou nas cidades novos valores comportamentais, dos quais destacamos [...] a cultura física.*”³⁶

Esse *frenesi* em torno dos esportes orientava-se de três maneiras diferentes: o espetáculo, o divertimento e a melhoria corporal. No caso específico de Nascimento, seu objetivo era, essencialmente, com este terceiro aspecto, o que pode ser inclusive percebido pelos esportes por ele escolhidos para fazerem parte do cotidiano dos paranaenses. As atividades esportivas coletivas, como o futebol, por exemplo, que dariam uma conotação mais festiva à prática de esportes, não aparecem em nenhum momento em sua obra. O esporte funcionaria tão somente para a formação de homens fortes, doutrinados pelas práticas esportivas: corpos sãos e mentes sãs. Para isso deveria funcionar o esporte, assim deveriam ser os paranaenses, ou seja, corporal e moralmente doutrinados, ordeiros, disciplinados e saudáveis.

Para Nascimento, um atributo importante a ser desenvolvido pela natação dizia respeito à constituição de indivíduos sensibilizados para com a necessidade de se organizarem militarmente para a defesa da pátria. A prática do nado era considerada

³⁴ SEVCENKO, Nicolau. “A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio.” In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil*: República: da Belle Époque à Era do Rádio. (vol. III). São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 568.

³⁵ SEVCENKO, Nicolau. “A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio.” In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil*: República: da Belle Époque à Era do Rádio. (vol. III). São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 571.

³⁶ JESUS, Gilmar Mascarenhas de. “Construindo a Cidade Moderna: a introdução dos esportes na vida urbana do Rio de Janeiro”. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº 23, 1999. s/pg.

importante para que o cidadão estivesse pronto para resistir à dominação em eventual necessidade de guerra, de defesa da soberania nacional ou mesmo para ataque ao inimigo. A natação serviria para garantir a sobrevivência desses sujeitos em locais com forte incidência de rios, de lagos e nas regiões litorâneas. O objetivo era fazer com que o cidadão comum pudesse, em caso de combate: “*Poder por si mesmo atravessar cursos d’água profundos e rápidos, instantaneamente, sem acessórios e mesmo sem ser forçado a se despojar de suas armas e munições ou de sua pequena bagagem.*”³⁷

Vê-se que a natação estava ligada ao estabelecimento de corpos preparados para a obediência de orientações e para a manutenção do silêncio quando da prática do exercício, o que se daria mais vigorosamente em momento de conflito belicoso. Dever-se-ia seguir uma disciplina militar e assim forjar “soldados” aptos à defesa nacional. A resistência física permitia que os paranaenses superassem as dificuldades inerentes a um conflito bélico, e saberiam obedecer aos comandos e ter iniciativas ágeis para obterem o sucesso nas operações de guerra.

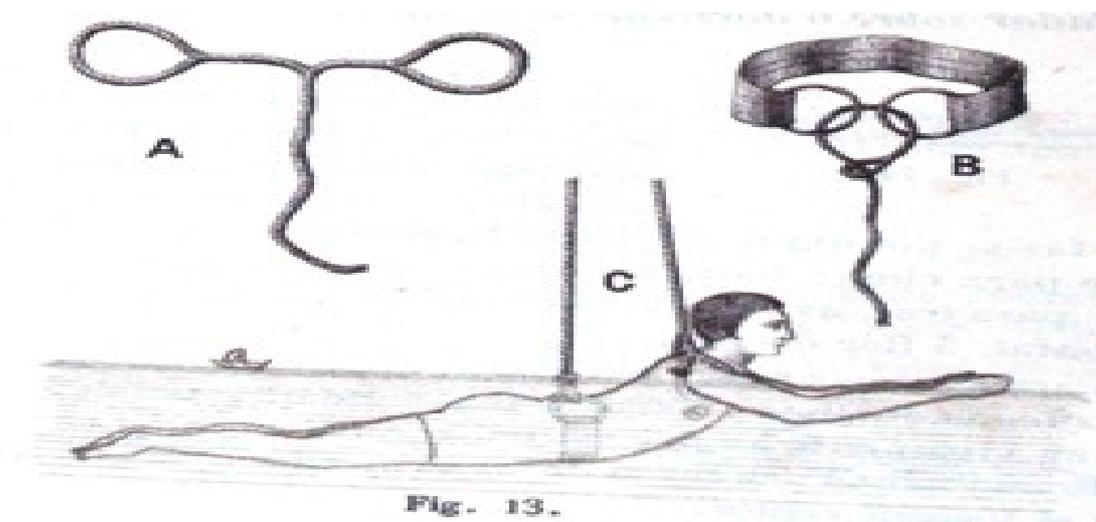


Ilustração 4: Primeiro momento do aluno na água. Nota-se a utilização de técnicas e de instrumentos para que fossem evitados afogamentos. Segundo Nascimento, seria possível que o instrutor segurasse o aluno nessa posição de dentro de um barco. Fonte: NASCIMENTO, Domingos. *O homem forte: ginástica doméstica, natação, esgrima e tiro ao alvo*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1905. p. 89.

Outro esporte salientado por Nascimento era a esgrima, que serviria para orientar os espadachins para manterem uma postura corporal refinada, através do aprendizado das regras e dos métodos esportivos. A esgrima era útil para “adestrar” o corpo do participante e para a eventual defesa pessoal e do Estado em caso de guerra. Assim:

A esgrima é a arte de jogar as armas brancas. [...] tem por fim – a defesa do homem. Parte integrante de espada, de florete e de baioneta. Qualquer

³⁷ NASCIMENTO, Domingos. *O homem forte: ginástica doméstica, natação, esgrima e tiro ao alvo*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1905. p. 94.

destas três espécies de jogo tanto servem para a defesa como para ataque. [...] O serviço de espada é o mais fácil e o mais aproveitável para o homem em todas as situações da vida. Com o conhecimento do jogo da espada para o homem em qualquer ocasião e com outro qualquer instrumento defender-se de um ataque inopinado.³⁸

Era obrigação de todos os paranaenses saber manejar uma arma branca, como a espada, o florete e a baioneta, e estar preparado para qualquer situação, desde a defesa pessoal, para repelir uma afronta, para a defesa de outras pessoas e do Estado. A presença da esgrima, nessa lista de esportes, justificava-se justamente por ser utilizada para a resolução dos problemas cotidianos. Para Nascimento, os homens deveriam, além de poder contar com as leis, resolver suas querelas através desses combates, já que ficaria irrefutavelmente comprovado quem possuía mais brios e virilidade. A honra era uma boa medida de decisão, tão importante quanto a legislação, que proibia a prática de duelos. O duelo era algo complexo e exigia certo conhecimento dos usuários de armas brancas: “*Ora, o duello exige condições de educação civica e physica, que ainda não puderam ser levadas em linha de conta da nossa bisonha e estreita civilização brasileira.*”³⁹ O aprendizado do uso das espadas era, portanto, necessário para civilizar os combates, torná-los mais racionais, expurgar sentimentos: o que movia o duelo era a necessidade de solucionar um problema, o que deveria obedecer à razão, portanto, sem paixões ardorosas que desorganizariam absolutamente o embate. Aliás:

[...] não existindo o duello propriamente dito, é cousa mais commum em nosso paiz ver-se dois indivíduos como dois animais brutos, em plena rua, com armas desiguaes, menos nobres e grosseiras, e quantas vezes superiores á propria natureza da offensa ou do desforço!⁴⁰

Desse modo, o duelo “propriamente dito”, organizado em regras, com testemunhas, que obedecia a normas, era visto muito pouco no Brasil, onde, em sua maioria, reinava a inexperiência, os ímpetos bestializados e a irracionalidade. A instrução da esgrima serviria, nesse sentido, para contornar essa situação degradante e imoral. O manejo correto da arma branca aumentaria a força física e a coragem do homem e o impeliaria para o bom combate. O bom espadachim deveria internalizar uma disciplina corporal e mental, tais como a paciência, a brandura, a perfeição nos movimentos, a prudência, a observação atenta do adversário, a afabilidade, o cavalheirismo e o sangue frio

³⁸ NASCIMENTO, Domingos. *O homem forte: ginástica doméstica, natação, esgrima e tiro ao alvo*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1905. p. 107.

³⁹ NASCIMENTO, Domingos. *O homem forte: ginástica doméstica, natação, esgrima e tiro ao alvo*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1905. p. 140.

⁴⁰ NASCIMENTO, Domingos. *O homem forte: ginástica doméstica, natação, esgrima e tiro ao alvo*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1905. p. 139-140.

– em contraposição ao orgulho, à vanglória, à ira, à imprudência, ao medo e ao deboche para com o opositor.⁴¹

A esgrima era considerada um jogo por excelência masculino, pois era exigida força para empunhar a espada, sagacidade para saber o momento certo de desferir o ataque e destreza para fugir de um golpe. O inimigo poderia ser subjetivamente a irracionalidade, a preguiça, a desordem, a imoralidade ou, num plano mais prático, um invasor proposto a ameaçar a soberania da pátria. O jogo e a vida misturavam-se e a suposição de uma guerra tornava as qualidades do bom esgrimista ainda mais essenciais para o cotidiano dos homens comuns, possíveis soldados da pátria. Para Nascimento, o “[...] *jogo de espadas tanto serve na guerra como na paz; para o militar como para o civil; ao ataque como à defesa.*”⁴²

Domingos Nascimento, enquanto membro do exército, mostrava-se preocupado com a preparação militar da população civil e inclusive assina a obra “Homem Forte” como oficial de artilharia, o que legitima suas opiniões acerca do que expõe e lhe transfigura em voz autorizada para tratar desse assunto. Os objetivos militares, quais sejam essencialmente a defesa da pátria e a manutenção da soberania nacional, tinham intrínsecas ligações com o condicionamento físico dos componentes do exército. Os corpos dos soldados constituíam o corpo da pátria. Os corpos civis, em caso de necessidade, contribuiriam para a formação do corpo nacional. Daí a necessidade de todos, sem exceção, se exercitarem e assim manterem os organismos – físicos e simbólicos – sempre em ordem e em harmonia.

Desse modo, o civil seria possivelmente convertido em militar caso a guerra fosse iminente. Por isso, a honra, o dever e a disciplina deveriam fazer parte do vocabulário do conjunto dos cidadãos e alguns esportes tinham o papel de instituir determinados sentimentos nacionalistas e preparar o corpo físico para o possível enfrentamento. Exigia-se, assim, da sociedade civil, maior comprometimento para com a preservação da unidade da nação, preservação vinda especialmente de seu fortalecimento corporal e moral. Desde a Revolução Francesa, conforme salienta Carvalho, essa relação entre cidadão/soldado é discutida, e salienta-se o direito do civil em portar armas na defesa de seus interesses pessoais e patrióticos. O modelo da Guarda Nacional francesa inspirou a constituição da Guarda Nacional brasileira em 1831, e esta tinha como objetivo central

⁴¹ NASCIMENTO, Domingos. *O homem forte: ginástica doméstica, natação, esgrima e tiro ao alvo*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1905. p. 108.

⁴² NASCIMENTO, Domingos. *O homem forte: ginástica doméstica, natação, esgrima e tiro ao alvo*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1905. p. 108.

“[...] colocar nas mãos dos cidadãos de posses a tarefa de manter a ordem. A milícia cidadã, como era chamada, constituía sem dúvida um instrumento liberal e, pelo menos em concepção original, democratizante.”⁴³

Durante a República Velha, essa concepção do cidadão-soldado passa a concorrer com a do soldado-cidadão, pela qual se pretendia fazer com que os soldados pudessem participar mais ativamente das decisões políticas brasileiras e assim ampliando-se os direitos à cidadania.⁴⁴ Apesar das discussões em torno dos direitos civis dos militares, não cessaram, contudo, as propostas de militarizar os cidadãos e inclusive nesta época. Segundo McCann, o: “[...] treinamento do Exército visa a transformar um civil de mentalidade independente em um soldado disciplinado cuja auto-estima provém da fusão de sua individualidade com os objetivos coletivos e as exigências de sua unidade.”⁴⁵

No âmbito dos treinamentos militares se encaravam os soldados iniciantes como civis em estágio de militarização, processo esse que ocorria através de uma mudança profunda no modo como esses indivíduos pensavam e agiam. Ou seja, almejava-se o abandono de uma concepção individualista em detrimento da adoção de outra visão de mundo mais cooperativa, corporativa e unificadora. As atividades físicas, tal como propostas por Nascimento, serviriam para fazer com que os sujeitos deixassem de pensar isoladamente e comesçassem a refletir acerca do conjunto corpóreo do qual faziam parte. Teoricamente, o exercitar-se não era uma atividade isolada, pois toda a nação fazia parte do mesmo exercício. O suor despendido era de todos e o corpo forte era sinônimo de Pátria forte.

De acordo com Castro, a introdução sistematizada e obrigatória da Educação Física no Brasil na década de 1920, iniciativa essa fundamentalmente militar, tinha como objetivo disciplinar os corpos dos indivíduos de modo semelhante ao que ocorria nas tropas. Refere Castro:

[...] fazer de cada corpo individual o corpo de um soldado, e com isso forjar o corpo da Nação. Essa era a contribuição fundamental que a educação física teria a dar dentro da visão do Exército como uma “escola da nacionalidade”, da idéia de que a organização militar seria o modelo ideal para a organização da sociedade.⁴⁶

⁴³ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 49.

⁴⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 49.

⁴⁵ McCANN, Frank. *Soldados da pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 35.

⁴⁶ CASTRO, Celso. “In corpore sano - os militares e a introdução da educação física no Brasil.” *Antropolítica*, Niterói, RJ, nº 2, 1º sem. 1997. p. 22-23.

Um dos esportes mais significativos para ilustrar essa relação entre os corpos dos indivíduos e o corpo simbólico da pátria, é o tiro ao alvo. Este é considerado, por Nascimento, o esporte mais importante a ser praticado pela população, pois asseguraria a permanente defesa pessoal e nacional. Assim:

[...] a instituição do tiro ao alvo é hoje como que um culto cívico para todas as nações, cada qual introduzindo os maiores aperfeiçoamentos possíveis no sentido de se acharem os povos conscientemente aptos para a defesa nacional.⁴⁷

Por meio desse aprendizado haveria a transformação de indivíduos fracos em verdadeiros heróis, capazes de salvarem o conjunto social de situações consideradas muito perigosas, como, por exemplo, assaltos, ofensas pessoais, insultos à pátria e guerras. Para Nascimento, os “[...] governos bem orientados não devem deixar de preocupar-se com esse assumpto, e muito seriamente, preparando desde a infancia cidadãos aptos, tanto para a defesa individual como para as contingencias da colletividade nacional.”⁴⁸

Nesse sentido, havia a urgente necessidade de educar a população sobre o funcionamento dos armamentos desde a mais tenra idade, a fim de que os indivíduos se sentissem, desde jovens, preparados para defenderem a nação brasileira. Para tal, propunha que fosse adotado, nas escolas, sejam elas públicas ou particulares, o ensino do manuseio de armas de fogo:

Hade causar estranheza que nos propondo a levar ao espirito da nossa mocidade o gosto pelo tiro ao alvo, e para esse fim partindo de pequenos ensaios desde a infancia estejamos a fazer emprego de nossa arma de guerra – o FUZIL MAUSER, – como si estivessemos exclusivamente tratando desde já de instruir os adultos capazes de poderem manejar-a facilmente e empregar-a no tiro.⁴⁹

Em cada escola haveria um espaço destinado a essa atividade educativa, com alvos e cabines apropriadas. Um dos problemas verificados por Nascimento no ensino de tiro ao alvo nas escolas era o peso do *Mauser*. Para resolvê-lo, propôs que os alunos menores de 10 anos aprendessem a atirar em armas menores, como a *Winchester* ou a *Flaubert*, ou qualquer outra arma de caça. O objetivo era que: “[...] quando atingisse á idade de manejar uma arma de guerra, já estaria com a pratica e os conhecimentos necessarios das armas regulamentares, sabendo a sua nomenclatura, a maneira de

⁴⁷ NASCIMENTO, Domingos. *O homem forte: ginástica doméstica, natação, esgrima e tiro ao alvo*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1905. p. 149.

⁴⁸ NASCIMENTO, Domingos. *O homem forte: ginástica doméstica, natação, esgrima e tiro ao alvo*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1905. p. 150.

⁴⁹ NASCIMENTO, Domingos. *O homem forte: ginástica doméstica, natação, esgrima e tiro ao alvo*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1905. p. 173.

*carregal-a e as suas posições de atirador.*⁵⁰ As crianças aprenderiam a montar e a desmontar os armamentos, diferenciá-los e, se a escola tivesse local apropriado, atirar.

O preparo de indivíduos aptos para defenderem a Pátria era um assunto polêmico. Ao governo brasileiro preocupava o péssimo estado das tropas e as condições vivenciadas nos quartéis, especialmente aqueles localizados nas regiões fronteiriças. Para reverter esse lastimoso quadro, em 1899, o Ministro da Guerra, João Nepumoceno de Medeiros Mallet, propôs reformas na estrutura militar brasileira, tais como:

[...] mudar a composição das unidades, centralizar as nomeações, reorganizar a educação militar, *ênfatisar a importância do treinamento de tiro ao alvo*, executar manobras rotineiramente, regularizar o planejamento, melhorar os critérios de promoção e elevar o nível intelectual do corpo de oficiais. Além disso, os quartéis e outras instalações do Exército precisavam ser remodelados, e as unidades careciam de armamento moderno.⁵¹ [grifos meus].

O Exército também deveria aprimorar-se em relação ao tiro ao alvo, devido, sobretudo, à desastrosa pontaria dos soldados nos eventos em Canudos, em 1898.⁵² Melhorar o modo como se atirava e a qualidade dos tiros era o alvo da intervenção dos militares naquele momento. Era preciso preparar tanto militares como civis para manejar uma carabina “[...] *de acordo com os preceitos da guerra*”, pois estaria “[...] *apto para concorrer com o exercito na defesa nacional* [...]”. *Faltariam apenas os “[...] elementos táticos, que facilmente receberá quando for chamado ao serviço das armas.*⁵³

Em síntese, os elementos civil e militar, em conjunto, atuavam na defesa do Brasil, e no fortalecimento do Paraná. O paranaense ideal deveria ter um comprometimento físico e moral com seu torrão natal, que seria, por conseguinte, composto por indivíduos militarizados, saudáveis e disciplinados. Nota-se que, para Nascimento, esses eram pontos importantes para a identidade paranaense. Assim, construir o Paraná ideal não era somente uma questão de delimitar um território, e aproveitar seu meio natural, mas também estava em educar, disciplinar e despertar sentimentos cívicos na população, o que poderia se dar também através da instauração de alguns heróis, de modelos de organização do Estado e de chefes políticos para os paranaenses.

⁵⁰ NASCIMENTO, Domingos. *O homem forte: ginástica doméstica, natação, esgrima e tiro ao alvo*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1905. p. 173.

⁵¹ McCANN, Frank. *Soldados da pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 107. Grifo meu.

⁵² McCANN, Frank. *Soldados da pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 141.

⁵³ NASCIMENTO, Domingos. *O homem forte: ginástica doméstica, natação, esgrima e tiro ao alvo*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1905. p. 174.

3.2 O Paraná heroicizado: Júlio de Castilhos e Vicente Machado

Então passou-se sobre esse vasto deserto de água e céu uma cena estupenda, heróica, sobre-humana; um espetáculo grandioso, uma sublime loucura. Peri alucinado suspendeu-se aos cipós que se entrelaçavam pelos ramos das árvores já cobertas de água, e com esforço desesperado cingindo o tronco da palmeira nos seus braços hirtos, abalou-o até as raízes. Três vezes os seus músculos de aço, estorcendo-se, inclinaram a haste robusta; e três vezes o seu corpo vergou, cedendo a retração violenta da árvore, que voltava ao lugar que a natureza lhe havia marcado.
(José de Alencar, *O Guarani*)

Heróis servem para acalantar em momentos de necessidade e funcionam como fios de esperança para a população ameaçada. Heróis também servem como modelos de conduta, atuam como espelhos a serem vistos e cujas ações devem ser imitadas. Essas: “[...] pessoas que perderam o anonimato e agora estão dentro do panteão das figuras paradigmáticas do mundo social brasileiro, [...] um exemplo a ser imitado e possivelmente seguido [...]” são também: “[...] figuras sem as quais sentimos que o momento está desfalcado ou mesmo descaracterizado.”¹

A constituição de uma sociedade ideal, tal como o projeto de Domingos Nascimento previa para o Paraná, exigiria a existência de atitudes também consideradas ideais e por isso a necessidade de fazer com que tal população se mirasse em exemplos de sucesso, de persistência e de força física e moral, e com os quais a população passaria a se identificar e a se reconhecer. A atribuição de identidade aos paranaenses, seguindo os propósitos de Nascimento, alocava-se em duas personagens: o político gaúcho Júlio de Castilhos e o paranaense Vicente Machado.

A intenção é entender como esses dois indivíduos atingem um grau de admiração tão grande em Domingos Nascimento, que acabam por merecer livros homenageantes.² Assim sendo, através da mitologização e da heroicização de ambos, Domingos Nascimento pretendia construir um arquétipo para os paranaenses, como forma de instaurar uma unidade identitária naquela população até então dispersa e heterogeneamente composta.

¹ DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 251.

² No caso de Júlio de Castilhos, trata-se da obra: NASCIMENTO, Domingos. *O sul*. Curitiba: Typografia d'A República, 1895. Já em homenagem a Vicente Machado, Domingos Nascimento, em conjunto com outros autores paranaenses, escreve: “O cidadão”. In: NASCIMENTO, Domingos et alii. *Dr. Vicente Machado: estudo social e político*. Curitiba: Livraria Econômica, s/ data.

Esses guias de conduta funcionariam, assim, para melhor orientar essa população cuja identidade ele se empenhava em construir.

Segundo José Murilo de Carvalho, a consagração de modelos a serem seguidos e imitados atinge maior utilidade em momentos de mudança política e social, quando de uma redefinição das identidades e dos imaginários coletivos. Após a Proclamação da República, conforme acentua o autor, de imediato houve a necessidade de recolher símbolos que pudessem ser introduzidos no imaginário popular para consolidar o regime. Assim, houve grandes empecilhos em conseguir fazer com que a população se sentisse identificada por alguns nomes, como, por exemplo, Deodoro da Fonseca, por este, pela idade já avançada, lembrar D. Pedro II e por não apresentar um republicanismo tão aflorado.³ Ou por Benjamin Constant, por ser pouco conhecido nos meios populares e ou por Floriano Peixoto, por vezes considerado intransigente e muito ligado ainda aos meios militares. Por isso, o resgate de Tiradentes, cuja imagem sofreu uma intensa ressignificação, passando do imoral rebelde representado pela monarquia, para o libertador cristão na República.⁴

No Paraná, além dos apelos a Tiradentes e a outros “heróis” republicanos, essa tentativa de instaurar modelos de conduta aos paranaenses que tivessem ligação com a República ocorreu de modo acentuado com o episódio do Cerco da Lapa, durante a Revolução Federalista. O Cerco passou a ser representado como o ápice da honra e da glória republicanas no Paraná e os principais indivíduos envolvidos nesse acontecimento seriam utilizados, especialmente por David Carneiro⁵, como estereótipos aos paranaenses, especialmente o general Antônio Ernesto Gomes Carneiro e o coronel Cândido Dulcídio Pereira, que foram transformados em mártires. Segundo Cordova, em seu estudo sobre a utilização do Cerco como campo para a construção da identidade regional paranaense, ao percorrer as ruas da Lapa:

[...] denominadas com os heróis do Cerco, e usufruir de seus espaços publicamente assinalados pela inesquecível batalha, não há como não rememorar, ou passar a lembrar da Revolução Federalista no Paraná e do seu destino, selado pela resistente cidade paranaense no Cerco da Lapa, possibilitando assim o tempo necessário para a vitória da república então conquistada.⁶

³ LESSA, Renato. “A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina.” In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de (Org.). *A República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001. p. 13.

⁴ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Especialmente o capítulo 3: “Tiradentes: um herói para a República”.

⁵ Especialmente sobre o Cerco da Lapa, ver: CARNEIRO, David. *Gomes Carneiro e a consolidação da República*. Curitiba: edição do autor, s/data. E, de modo mais abrangente, sobre a Revolução Federalista, mas tendo o Cerco da Lapa em foco: CARNEIRO, David. *O Paraná e a Revolução Federalista*. Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte; Indústria Gráfica Gonçalves, 1982.

⁶ CORDOVA, Maria Julieta Weber. “O Paranismo e o processo de produção historiográfica paranaense: o episódio do Cerco da Lapa”. In: *Revista de História Regional*. 12 (2): 151-190, Inverno, 2007. p. 185.

Assim, o Cerco da Lapa é representado como a conquista final da República e a consequente derrocada de todas as possibilidades de derrubada do regime. Um evento muito útil à elite intelectual paranaense, pois canalizava, em uma mesma circunstância, a República e a existência de uma identidade guerreira paranaense, responsável pelo término dos conflitos que convergiram do Rio Grande do Sul (Revolução Federalista) e do Rio de Janeiro (Revolta da Armada) e desembocaram no território do Paraná.

Construir e consolidar um mito, alguém para heroificar, não é tarefa fácil. Menos fácil ainda é fazer com que a população em geral se sinta identificada por esse mito, por esse “herói”. Para Carvalho, o herói ou qualquer outra simbologia tem de alcançar as mentes, mas, e principalmente, o coração dos indivíduos. Tem de ser aceito enquanto símbolo, senão corre o risco de ser boicotado ou, pior, cair no ridículo ou no esquecimento: “[...] a criação de símbolos não é arbitrária, não se faz no vazio social, é aí também que se colocam as maiores dificuldades na construção do panteão cívico.”⁷

Essa dificuldade em encontrar alguém com as características de “herói” paranaense, unindo todos os predicados dos habitantes do Paraná, e que fosse aceito enquanto tal pela maioria, também foi enfrentada pela intelectualidade paranaense e, na ausência de tal personagem, recorreu-se a outras simbologias que dessem conta do forjamento da identidade paranaense.

Coube aos mitos indígenas a tarefa de aglutinar a população em torno de sua origem e de seus símbolos principais. Foram resgatados, principalmente por Romário Martins, mitos indígenas dos mais variados, que pudessem ser utilizados para a construção da identidade paranaense e que fossem os mais próximos possíveis da população para serem aceitos como símbolos de um passado idílico e valoroso.

Um mito importante para entender a tentativa de constituir uma identidade paranaense é o que diz respeito à construção da cidade de Curitiba. Segundo este, um grupo de bandeirantes carregava uma santa que mirava a todo o momento uma determinada região de planalto. Os bandeirantes não sabiam o porquê de a santa virar-se sempre para aquela região. Quando os bandeirantes chegam ao planalto, são recepcionados muito bem pelo até então considerado intratável Caingangue. A santa sorri três vezes ao longo da jornada e mais ainda quando da escolha daquele planalto para a vila que, posteriormente, receberia seu nome (Nossa Senhora da Luz dos Pinhais), e que ficaria

⁷ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 55.

conhecida como Curitiba ou “cidade-sorriso”.⁸ Trata-se, sem dúvida, de um mito de origem, de um discurso fundador, que pretende buscar no passado, nem sempre real, a configuração do presente. Segundo Orlandi, esse discurso fundador mitológico nasce:

[...] de um fato real, passa para o maravilhoso, se enriquece de detalhes concretos de origens diversas da experiência dos conquistadores e se tece uma trama coerente que dá verossimilhança à lenda, produzindo evidências sobre a história do país, [...].⁹

Assim, a história da constituição da capital paranaense integra, em um mesmo discurso, o mito e a realidade, gerando uma sensação de origem comum aos habitantes, instituindo uma unidade, ainda que simbólica. Nem todas as lendas são discursos fundadores, nem todos pretendem contar o passado e estabelecer a origem de determinado espaço, mas todos eles pretendem constituir a identidade da população por ele afetada.¹⁰ Outros mitos foram utilizados para identificar o paranaense, mas sem a intenção de funcionarem como discursos fundadores.

Tem-se, por exemplo, como principal mito recuperado, a lenda da araucária, que conta a história de um príncipe, cuja amada é transformada em árvore. Ao vê-lo diante de tal sofrimento, um rei mago transforma-o em uma árvore frondosa e alta o bastante para que pudesse ainda procurar sua princesa, ou seja, o pinheiro (*Araucaria angustifolia*), cuja copa representa a coroa do tristonho príncipe.¹¹ Outro mito revisitado é um ligado à erva-mate, que diz respeito às relações estabelecidas entre os índios guaranis e São Tomé. Em troca da salvação proporcionada pelo santo, os indígenas concedem a ele o direito de provar da bebida feita com as folhas da erva abundante naquelas terras.

Através da utilização dessa mitologia indígena, nota-se que, no Paraná, a instituição de um herói não ocorreu com tanta veemência como em outros locais, pois não havia, no passado paranaense, alguém que inspirasse heroísmo, nem mesmo um passado tão glorioso ou uma tradição política de longa data para a recuperação de tal personagem mítica. Mesmo porque, é bom recordar, até 1853, o Paraná não era mais do que uma Comarca da Província de São Paulo. E a divisão dessa Província e conseqüente criação da Província do

⁸ MARTINS, Romário. “O primeiro milagre de Nossa Senhora dos Pinhaes de Curitiba”. In: *Paranista: Revista de divulgação cultural do Paraná*. Curitiba. Set. 1933. p. 06. apud: PEREIRA, Luis Fernando Lopes. *Paranismo: o Paraná inventado: cultura e imaginário no Paraná da I República*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998. p. 134.

⁹ ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *Discurso fundador: a formação do país e a constituição da identidade nacional*. Campinas (SP): Pontes, 1993. p. 17.

¹⁰ Idem, *ibidem* p. 16.

¹¹ ILLUSTRAÇÃO PARANAENSE. Curitiba, maio/jun.1929. Apud: PEREIRA, Luis Fernando Lopes. *Paranismo: o Paraná inventado: cultura e imaginário no Paraná da I República*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998. p. 125.

Paraná, foram, conforme acentua Francisco Paz, fruto do receio que atingia os políticos da Corte de que a Província de São Paulo e do Rio Grande do Sul se aproximassem de tal forma que colocassem em perigo a unidade brasileira. Nesse sentido: “*Uma das estratégias governamentais para o enfraquecimento dessa possível aliança consiste em negociar com os liberais da 5ª Comarca e emancipação da mesma.*”¹² A emancipação do Paraná foi, portanto, estabelecida de cima para baixo, sem participação popular, pois não houve nenhuma reivindicação dos habitantes da antiga 5ª Comarca. Ocorreu, dessa forma, sem um líder, sem heróis que pudessem ser utilizados na construção identitária paranaense.

As tentativas de instituir um herói que identificasse o paranaense foram substituídas por outras simbologias mais eficientes, como os mitos indígenas, por exemplo, que diziam respeito a objetos mais presentes na vida cotidiana dos habitantes do Paraná, como a erva-mate, o pinheiro e a santa, e por isso foram bem recepcionados como símbolos. Ou seja, passaram a fazer parte do imaginário coletivo ao tocar o coração e as mentes dos paranaenses.

Dentre as tentativas de formação de heróis para o Paraná, neste capítulo há a análise de duas delas, feitas por Domingos Nascimento em relação, como já dito, a Júlio de Castilhos e a Vicente Machado. Não será interesse aqui analisar a recepção ou não desses dois indivíduos como símbolos e heróis do Paraná. O interessante é analisar o discurso de Nascimento em relação aos dois, levando em conta a necessidade dele em identificá-los com o passado e a identidade paranaense. De acordo com Carvalho: “*Heróis são símbolos poderosos, encarnações de idéias de aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva.*”¹³

A obra “O Sul”, na qual Domingos Nascimento homenageia Júlio de Castilhos, é um apanhado de artigos publicados pelo autor paranaense no periódico “*A República*”, nos quais pretendia mostrar a verdade a respeito da Revolução Federalista, as consequências trágicas desta para o Rio Grande do Sul, assim como para o Paraná, destacando o importante papel desempenhado por Júlio de Castilhos quando dos embates com os “inimigos da Pátria”. De acordo com o editor da obra,

A República, em nome do Partido Republicano Paranaense, participa das idéias consignadas na criteriosa série de artigos com que nosso companheiro Domingos Nascimento, revelando cuidadoso estudo, salienta os méritos do illustre republicano brasileiro, restabelecendo ao mesmo

¹² PAZ, Francisco Moraes. *Na poética da história: a realização da utopia nacional oitocentista*. Curitiba: Ed. UFPR, 1996. p. 259.

¹³ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 55.

tempo a verdade sobre os acontecimentos truculentos que se desenrolam no extremo sul.¹⁴ (grifo do autor).

Nesse sentido, a intenção primordial de Nascimento é a de exaltar a figura de Castilhos e, a partir disso, demonstrar a verdade sobre as disputas ocorridas no sul do Brasil, e, por esse viés, a verdade sempre será aquela em que Castilhos aparecerá positivamente. Essa exaltação ao político gaúcho toma diferentes formas no decorrer do texto, dependendo da situação em que é protagonista. Assim, ora é descrito como injustiçado, por vezes aparece mostrando sua face guerreira, bélica, em outros momentos como o intelectual, ou ainda como benevolente e redentor. Em todas essas situações, Castilhos é sempre positivado em detrimento dos revoltosos federalistas. Assim sendo, a definição das atitudes de Castilhos e sua definição como herói passa pela negativização dos federalistas. Ao definir o “nós” castilhista, Domingos Nascimento estava, conseqüentemente, definindo os “outros” como os revoltosos e vice-versa. A relação de alteridade entre um e outro estabelece essa inter-relação identificatória, com um sendo a imediata contraposição do outro: de um lado está o bondoso e justo; de outro, o reverso, ou seja, o maldoso e o injusto. Define-se um pelo contraste com o que o outro representa.¹⁵

Essa relação entre Castilhos e os federalistas é demonstrada pela concepção de Nascimento a respeito da Revolução Federalista. Esta era, para o Autor paranaense, sobretudo:

[...] uma guerra ao dr. Júlio de Castilhos, guerra pessoal, impenitente, sem treguas; e como este consubstancia hoje toda a força, toda a energia, todas as aspirações do Partido republicano, e como elle esta vinculado com os republicanos brasileiros em defesa da legalidade, os revolucionários batem-se contra todos quantos se acham ao lado desse cidadão, procurando todos os meios de conquistar o solo rio-grandense [...].¹⁶

Pode-se, portanto, observar que Domingos Nascimento trata a Revolução Federalista de um modo bastante personalista, como se os revoltosos não tivessem motivações que não fossem estritamente particulares, tão somente para atacar o chefe do Partido Republicano local. Desagregavam a nação em nome de vingança pessoal. Os Federalistas são retratados como indivíduos movidos por ímpetos momentâneos e sem razão, egoístas e inconsequentes, em contraposição a Castilhos. Para Nascimento, “[...] os federalistas *ameaçavam pelas armas a tranqüilidade pública, ruminando pelos cafés e pelas reuniões secretas o projecto de uma revolução que tivesse por fim a quêda do*

¹⁴ NASCIMENTO, Domingos. *O sul*. Curitiba: Typografia d’A República, 1895. s/pg.

¹⁵ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 31.

¹⁶ NASCIMENTO, Domingos. *O sul*. Curitiba: Typografia d’A República, 1895. p. 7.

governo republicano no Rio Grande.”¹⁷(grifos do autor). Os revoltosos do Partido Liberal, comandados por Gaspar Silveira Martins, eram vistos pelo Autor como pessoas vingativas, sempre prontas a realizarem ataques pessoais ao pacífico Júlio de Castilhos, assim como também eram responsáveis pela desordem que se havia instalado entre os gaúchos e se alastrado por Santa Catarina e pelo Paraná, assim como por todo o Brasil, este ameaçado de se fragmentar.

Mesmo com essa desqualificação dos liberais sul-rio-grandenses, Nascimento destaca que esse grupo de revoltosos tinha se organizado em número muito maior para os enfrentamentos do que os castilhistas. Tal situação de vantagem numérica era demonstrativo, segundo Nascimento, do ímpeto barbarizador e desordeiro inerente aos maragatos – como eram também chamados os federalistas gaúchos –, em contraponto aos castilhistas, que buscavam resolver os conflitos pelas vias mais pacíficas, conforme analisa o Autor paranaense em seu texto. Esses numerosos elementos de que Silveira Martins dispunha pouco adiantavam frente ao comparativamente pequeno, mas extremamente organizado grupo que acompanhava Júlio de Castilhos, de modo que, mesmo com um grupo numeroso: “[...] *para fazer frente ao exercito republicano, mas elementos todos desorganizados, sem cohesão, sem um plano; forças sem disciplina, chefetes insubordinados contra os seus superiores.*”¹⁸ De um lado encontra-se a pacificidade, a busca pela manutenção da ordem e dos sentimentos nobres. De outro, a vingança, as atitudes sanguinárias, a desordem e os ataques pessoais a Júlio de Castilhos.

A construção do herói está justamente no modo como essa pessoa “inatingível” agia em relação a esses ataques pessoais, dirigidos por pessoas consideradas mesquinhas e egoístas, que não pretendiam proteger o solo natal, mas, sim, destruí-lo por motivações pessoais. Assim, Júlio de Castilhos, “[...] *além de ser o homem talhado para a situação, é a alma da Republica no Rio Grande do Sul, por em quanto, de enfrentar a onda revolucionaria, matizada de toda a espécie de ambições pessoais e políticas.*”¹⁹

Essa heroicização de Castilhos serve como um parâmetro para a própria construção da nação, já que se buscava forjar um espaço com pessoas que fossem a sua imagem: ordeiros, comprometidos com o rumo da pátria, fortes e corajosos. Enfim, Nascimento criava, conscientemente, um mito, para assim homogeneizar as contradições sociais, consequência da ação dos perturbadores e desordeiros. Tendo como foco esta questão, Chauí aponta que:

¹⁷ NASCIMENTO, Domingos. *O sul*. Curitiba: Typografia d’A República, 1895. p. 10.

¹⁸ NASCIMENTO, Domingos. *O sul*. Curitiba: Typografia d’A República, 1895. p. 16.

¹⁹ NASCIMENTO, Domingos. *O sul*. Curitiba: Typografia d’A República, 1895. p. 8.

Essa representação permite, em certos momentos, crer na unidade, na identidade e na invisibilidade da nação e do povo brasileiro, e em outros momentos, conceber a divisão social e a divisão política sob a forma dos amigos da nação e dos inimigos a combater, combate que engendrará ou conservará a unidade, a identidade e a indivisibilidade nacionais.²⁰

Nota-se que o discurso de Nascimento, em relação a Júlio de Castilhos, cumpre fidedignamente seu propósito, que é o de representar, de forma bastante positiva, um indivíduo, para que este sirva como argamassa para o todo social, que una e homogeneíze as diferenças e as contradições sociais. A identidade do espaço nacional e, conseqüentemente, do Estado do Paraná já possuía seu modelo.

Cabe, porém, perguntar: – Por que um gaúcho ser identificado como herói paranaense? Castilhos era valorizado, pelo Autor, principalmente por sua atuação frente à Revolução Federalista, já que nesta, segundo seus admiradores, teria lutado pela manutenção da unidade da República brasileira e, mais, pela proteção da própria Nação, que corria riscos de ser fragmentada quando o Rio Grande do Sul se apresentava sob a tutela dos federalistas. Era, portanto, uma dessas situações, seguindo o raciocínio de Marilena Chauí, em que havia a necessidade de forjar uma unidade para agir contra os inimigos da pátria, ou seja, os federalistas. Ele exaltava também as qualidades como chefe do Executivo sul-rio-grandense e o modelo de organização do Estado gaúcho.

Domingos Nascimento encara a Revolução Federalista como algo impatriótico e inglório. Do Rio do Grande do Sul emanava a verdadeira república e desse espaço dependia a existência da República brasileira. Os Estados da Região Sul do país, segundo Nascimento, estavam umbilicalmente unidos, e havia como que uma interdependência entre eles. Assim, o que ocorria especialmente com o Rio Grande do Sul afetava, de modo sistemático, Santa Catarina e Paraná. Manter, portanto, a ordem no “irmão” mais meridional significava, para o Autor paranaense, manter a ordem no Paraná, por extensão.

Ao retratar a situação vivenciada pelos gaúchos, Nascimento estava também retratando os percalços vividos também pelos paranaenses, de modo que é intenção sua refletir: “[...] sobre os negócios políticos dos Estados do Sul, presos todos pelos elos da solidariedade republicana, manifestamente necessaria, imprescindível e jámais contestável.”²¹ Conseqüentemente, todo o Sul do Brasil dependia das ações de Júlio de Castilhos e todos os habitantes dessa região geográfica brasileira deveriam espelhar-se no político gaúcho e tê-lo como modelo de herói a ser seguido e admirado. Júlio de Castilhos

²⁰ CHAUI, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 7.

²¹ NASCIMENTO, Domingos. *O sul*. Curitiba: Typografia d’A República, 1895. p. 4.

deveria ser identificado como paranaense e os paranaenses deveriam se identificar nele. Assim, para Nascimento, Castilhos:

[...] possui hoje o verdadeiro prestígio de homem político em sua terra, e esse prestígio se reflecte em todo o sul da Republica, envolvendo os 3 Estados, unificados pelas mesmas idéas e pelas mesmas condições de economia externa, visando todos o mesmo fim, soffrendo as mesmas delicias e agruras da sorte.²²

Por essa influência percebida na escrita de Nascimento, Júlio de Castilhos podia ser considerado como um herói paranaense, mesmo não tendo de fato nascido no Paraná. As limitações espaciais não eram suficientes para deter a extensão da autoridade de Castilhos e nenhuma fronteira regional poderia impedir que a imagem do político gaúcho fosse reverenciada.

Domingos Nascimento aceita Júlio de Castilhos como herói pelo modelo de República que representava, ou seja, com um forte cunho conservador, autoritário e centralizador, disposto à modernização econômica, apoiado pela crescente burguesia industrial e urbana e com inspiração no positivismo comteano. Desse modo, esse herói se caracterizava sobremaneira como um indivíduo de uma personalidade autoritária, crítico ferrenho da monarquia, defensor de um federalismo radical.²³

Domingos Nascimento buscava essas mesmas características no paranaense e essa mesma forma de governo ao Paraná. A força dessa construção simbólica estava no fato de que Castilhos representava, para o Autor, todo o vigor, a inteligência e a abnegação que ele buscava verificar nos paranaenses. Dessa maneira, para Nascimento, Castilhos é visto como um: “*Honrado moço de maneiras corretas, pelo modo como conduziu a propaganda republicana e, além disso, por sua atuação como editor do ‘A federação’*”, quando: “[...] pôz em plena evidencia a sua grande alma de patriota inimitável e o seu cérebro pujante.”²⁴ Juntam-se, em uma mesma representação, o Castilhos ordeiro, o intelectual e o patriota. O político gaúcho era possuidor de todos os predicados positivos possíveis.

O herói caracteriza-se justamente por isso, pela abundância de qualidades e pela quase inexistência de defeitos graves que pudessem comprometer a sua mitologização. Acontece que o herói, mesmo possuidor dessas qualidades inexoráveis, há de passar por

²² NASCIMENTO, Domingos. *O sul*. Curitiba: Typografia d’A República, 1895. p. 4.

²³ VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. *Castilhismo: uma filosofia da República*. Brasília: Senado Federal; Conselho Editorial, 2000. p. 57.

²⁴ NASCIMENTO, Domingos. *O sul*. Curitiba: Typografia d’A República, 1895. p. 21.

algumas provas de heroísmo, para assim fortalecer ainda mais sua imagem de pessoa honesta e valorosa.²⁵

Conforme caracteriza Kothe, as narrativas clássicas dividem-se em diferentes tipos, em que se podem destacar, especialmente, as satíricas, as trágicas e as épicas. Na narrativa satírica, o herói tem características populares, participa das camadas menos favorecidas da sociedade e é construído a partir de suas falhas e de seus defeitos. Na narrativa trágica, o herói é representado tendo em vista sua queda, seus conflitos pessoais e suas tentativas de voltar à obtenção de êxito. Já os heróis épicos se caracterizam pela disputa através de uma longa história, em que o herói se mostra no início o auge da personagem, depois sua queda e, por fim, a recuperação do poder anteriormente perdido. Esta última é, por excelência, a narrativa do êxito, do sucesso, em que as qualificações do herói se mostram essenciais para a continuidade da história. O herói épico passa por vários reveses em todo o percurso narrativo e vence por suas forças, sem a atuação do destino, por exemplo.²⁶

A caracterização que Domingos Nascimento faz de Júlio de Castilhos tem muita relação com esse herói épico. Ao representar a trajetória do político gaúcho, destaca essencialmente suas lutas em torno da manutenção do poder, a contestação durante a Revolução Federalista, a ascensão de Gaspar Silveira Martins e, finalmente, seu retorno triunfal e sua glória como herói gaúcho e, por extensão, paranaense.

A epopéia de Castilhos tem como um dos momentos de clímax a sua derrocada e consequente tomada de poder por parte de seu antagonista Silveira Martins. Conforme narrativa de Domingos Nascimento:

Logo que o dr. Júlio de Castilhos foi arredado do poder pelo facto que se lhe attribuiu de adhesão ao golpe de estado, instituiu-se no Rio Grande um governo, mixto de todos os matizes políticos e de caudilhagem, e que pela debilidade política foi appellidado: *governicho*.²⁷ (grifo do autor)

Com a queda de Castilhos, atribuída ao golpe dos liberais e de seus desvios morais, a desordem e o caos tomaram conta do Rio Grande do Sul, caos que acabou por se espalhar por Santa Catarina e pelo Paraná, através da tomada de Paranaguá, de Curitiba e do Cerco da Lapa. Neste último episódio, Castilhos mostra-se, na narrativa de Nascimento, não estar resignado com a perda de poder. Muito pelo contrário, estava pronto a avançar em sua retomada, sem, contudo, mostrar-se vingativo, sentimento esse exclusivo dos desordeiros federalistas. O herói, quando em seu momento de maior agonia, mostra-se mais forte e

²⁵ DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 257.

²⁶ KOTHE, Flávio R. *O herói*. São Paulo: Ática, 1985. p. 7.

²⁷ NASCIMENTO, Domingos. *O sul*. Curitiba: Typografia d'A República, 1895. p. 13.

confiante. Essa confiança em momentos de fraqueza é outra das características do herói da epopéia.²⁸

O governo de Silveira Martins era tudo aquilo de pior que poderia ter ocorrido para a política sul-rio-grandense, conforme se nota na narrativa do Autor paranaense, chamando esse período pejorativamente de “governicho”. Segundo Pesavento, durante o período em que os federalistas estiveram no poder no Rio Grande do Sul, era muito comum, em jornais, panfletos e mesmo em conversas, os castilhistas se referirem ao governo de Silveira Martins como governicho. E, inclusive, ao ser deposto, Castilhos afirmara que entregava o poder à anarquia.²⁹ Tal concepção também era partilhada por Nascimento, como se observa na citação acima disposta, já que, segundo ele:

Taes foram os erros commetidos pelo *governicho*, mixto de todas as ambições pessoaes, que dentro em pouco ficou de tal maneira enfraquecido, que teve de largar o posto, voltando 6 mezes depois, a occupar o poder legal o mesmo dr. Júlio de Castilhos, precidido de grande prestigio e com o concurso dos bons republicanos e da mocidade rio-grandense.³⁰

Aqui o desfecho da epopéia castilhista, o enfraquecimento de seu oponente e sua gloriosa retomada do poder, consequência das ambições desmedidas dos revoltosos e das ações beneméritas de Castilhos. Esse é o fator da heroificação de Castilhos por parte de Domingos Nascimento: seu ressurgimento apoteótico através de um pedido de Floriano Peixoto e a força que mostrou quando de seu enfraquecimento político, mantendo, segundo Nascimento, a honra, a bondade e justiça para com o povo gaúcho. Ao passar por esses obstáculos, representados pelos federalistas, e voltar esplendidamente ao poder, Castilhos mostrava todo o seu caráter heróico. Nota-se, assim, que o herói “[...] *tem de demonstrar sua forte e inabalável fortaleza diante dos obstáculos. [...]*”, pois, estando inserido em um: “[...] *mundo cruel e hostil, contando somente com suas forças e tendo como motor sua esperança de chegar ao ponto seguro das camadas mais altas de sua sociedade.*”³¹

Muitos eram os atributos relacionados a Castilhos ressaltados por Nascimento. Dentre eles, pode-se destacá-lo como possuidor de uma “energia inquebrantável”, de um “coração magnânimo”, de uma “abnegação fora do comum”, de um “gênio altivo”, de um “ânimo forte”, de perspicácia e simpatia, ereto, altivo e brioso, que o convertiam no “chefe

²⁸ KOTHE, Flávio R. *O herói*. São Paulo: Ática, 1985. p. 8.

²⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Revolução federalista*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 79.

³⁰ NASCIMENTO, Domingos. *O sul*. Curitiba: Typografia d’A República, 1895. p. 11.

³¹ DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 259.

imprescindível” da República, de modo que: “[...] *nada se fez no Rio Grande, de util, depois de 15 de Novembro, que não fosse inspirado pelo dr. Júlio de Castilhos.*”³²

Os paranaenses deveriam se espelhar nas qualidades de Júlio de Castilhos para os governantes e para o povo paranaense, como maneira de fazer o Estado desenvolver-se de modo eficiente e voltado para um futuro de glórias e êxitos. Assim, características como rigidez de caráter, corpos e mentes saudáveis, ilustração, sagacidade na resolução de problemas, calma e energia dosadas na medida certa, ambição controlada, entre outros, deveriam fazer parte dos atributos dos habitantes do Paraná, importando pouco se realmente fossem nascidos ou não no Estado, tal como Júlio de Castilhos.

O outro herói de Domingos Nascimento para o Paraná era paranaense e, talvez por isso, em relação a Vicente Machado, a ligação estabelecida na escrita de Nascimento com os paranaenses fique mais evidente do que com Júlio de Castilhos. Vicente Machado é homenageado por Domingos Nascimento através da obra “Dr. Vicente Machado: estudo social e político”³³ e ainda lhe é dedicada a obra “O Homem Forte”³⁴.

A obra “Dr. Vicente Machado: estudo social e político” foi elaborada mediante textos escritos por um grupo de intelectuais paranaenses, textos que almejavam, sem dúvida, servir como homenagem ao político paranaense. A obra está dividida em cinco curtos capítulos, cada um com uma temática diferente sobre a figura de Machado. À Domingos Nascimento coube o primeiro capítulo, intitulado “*O cidadão*”. Nestor de Castro escreveu “*O intelectual*”. “*O democrata*” ficou sob a tutela de Sebastião Paraná. João Pernetta incumbiu-se de “*O político*”. E, por fim, Romário Marins, “*O administrador*”. A presente análise pauta-se, especificamente, no primeiro desses capítulos, em que Nascimento estabelece o porquê de Vicente Machado ser considerado como um modelo de cidadão para o Paraná e para os paranaenses.

Vicente Machado da Silva e Lima nasceu na cidade paranaense de Castro, em 1860. Fez faculdade de Direito em São Paulo, foi deputado provincial pelo Partido Liberal, deputado estadual, vice-governador, governador e senador pelo Partido Republicano do Paraná. Segundo Romário Martins, em seus mandatos, tanto no legislativo quanto no executivo, sempre buscou investir em educação e segurança, através da criação de escolas e de presídios.³⁵

³² NASCIMENTO, Domingos. *O sul*. Curitiba: Typografia d’A República, 1895. p. 22.

³³ NASCIMENTO, Domingos. “O cidadão”. In: NASCIMENTO, Domingos et alii. *Dr. Vicente Machado: estudo social e político*. Curitiba: Livraria Econômica, s/ data.

³⁴ NASCIMENTO, Domingos. *O homem forte: ginástica doméstica, natação, esgrima e tiro ao alvo*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1905.

³⁵ MARTINS, Romário. *Terra e gente do Paraná*. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995. p. 160.

Vicente Machado, ao contrário de Júlio de Castilhos, não será representado por Domingos Nascimento através de sua epopeia, de suas angústias, dos percalços e da glória triunfal. Machado é um herói por suas ações quotidianas, pela luta constante pela terra do Paraná. É a representação do herói que luta pela sua gente, que deixa de combater por si só e passa a combater por todos. Conforme destaca Nascimento:

Quanto a sua acção cívica, de cidadão devotado á sua terra, ninguém até hoje lhe tomou a dianteira na dedicação enérgica com que se tem batido pelo Paraná, como guarda eminente da integridade da honra e do futuro deste Estado. Ora isto que affirmo é o que está na consciência de todos os paranaenses.³⁶

O heroísmo de Vicente Machado não está relacionado à manutenção de seu poder como em Júlio de Castilhos. Está ligado, sim, a suas inquietações quanto ao bem-estar da população paranaense. Ele se transfigura no cidadão, no guarda da integridade e da honra paranaense. É o indivíduo preocupado com o todo. É o homem certo para comandar, porque não pensa em si. O poder não é só seu, mas de todos os paranaenses. E, mais. Todos os paranaenses, segundo a leitura de Nascimento, são conscientes da bondade de Machado. Todos seriam eternos devedores dele e deveriam espelhar-se em suas atitudes de benevolência e de dedicação ao Paraná. Tanto é assim que: *“Nenhum outro até os nossos dias conseguiu impor-se, em nossa terra, com tanta força de prestígio, cercado de tantas sympathias e de tantas esperanças.”*³⁷ Vicente Machado é representado como: *“[...] cheio de responsabilidades pela sorte do seu paiz e especialmente do Paraná, desta bella terra, berço adorado, que elle adora com todos os pruridos de sua grande alma generosa e forte.”*³⁸

É herói porque luta por sua terra e, assim, é visto com simpatia por todos. Para Nascimento, ele é encarado e aceito como o único chefe capaz de fazer com o que o Paraná cresça e se desenvolva adequadamente, por ser um indivíduo preocupado com o futuro glorioso e triunfante do Paraná. Suas únicas intenções eram fazer o Estado crescer, progredir e melhorar. Todas as suas forças voltam-se para esse objetivo principal. Todos os seus movimentos são realizados para que isso acontecesse. Todos confiam nele e colocam suas vidas e seus destinos nas mãos do herói salvador.

³⁶ NASCIMENTO, Domingos. “O cidadão”. In: NASCIMENTO, Domingos et alii. *Dr. Vicente Machado: estudo social e político*. Curitiba: Livraria Econômica, s/ data.

³⁷ NASCIMENTO, Domingos. “O cidadão”. In: NASCIMENTO, Domingos et alii. *Dr. Vicente Machado: estudo social e político*. Curitiba: Livraria Econômica, s/ data.

³⁸ NASCIMENTO, Domingos. “O cidadão”. In: NASCIMENTO, Domingos et alii. *Dr. Vicente Machado: estudo social e político*. Curitiba: Livraria Econômica, s/ data.

É interessante notar que, quando, por algum motivo qualquer, Vicente Machado tinha de “*defender a causa paranaense*” no Rio de Janeiro ou em outros locais “*fôra das nossas fronteiras*”, por conta do “*árduo serviço a que se impoz*”, todos sentiam uma imensa falta dele. De acordo com Nascimento:

[...] essa ausência, dizíamos, faz-se sentir em todas as esferas dos negócios públicos de nossa terra: ao passo que a sua presença entre os patrícios é motivo de confianças extremas no futuro deste bello torão que se orgulha de possuil-o. É que a sua presença é como um signo de actividades conjuradas, se conjugando para o progresso.³⁹

É como se, com ele longe, ninguém fosse capaz de tomar uma decisão acertada, que ninguém, como ele, teria competência para segurar as rédeas do futuro paranaense. É como se, a qualquer momento, pudesse acontecer algo que tirasse o Paraná dos trilhos e somente Machado teria a força necessária para recolocar o Estado no lugar ideal. A força e a capacidade de comandar, segundo Nascimento, estava em seu destino, pois: “[...] *desde a infancia revelou-se um forte, alma talhada para a energia; e a sua força de vontade, por assim dizer dormitada dentro do seu próprio organismo, não deixava nunca de denunciar-se por um halo impulsivo de combate.*”⁴⁰ Assim, o indivíduo, desde seu nascimento, possuía o sinal, a marca exclusiva daqueles grandes homens que lutam pelo bem, pela ordem e pela justiça. Com Vicente Machado era assim. Com Júlio de Castilhos, não – o primeiro tinha sido escolhido pelo destino para comandar; o segundo tinha lutado com todas as forças para que isso ocorresse. Um herói como Vicente Machado:

[...] estava muito bem marcado desde o início da história por algum sinal particular, traço iniludível do seu caráter especial, sempre revelado por nós de modo substantivo, quer dizer, por meio de algum sinal intrínseco, interno à personalidade do herói.⁴¹

O destino de uma pessoa é entendido, por DaMatta, como um caminho bem determinado do nascimento à morte, que leva ou para cima, como no caso de Vicente Machado, ou para baixo. Segundo esse autor, na sociedade brasileira, acredita-se que nem todos sejam agraciados com um destino, pois alguns não possuem destino nenhum, nem de derrota e muito menos de glórias. A maioria, em sua análise, vive a mesmice do cotidiano, sem altos nem baixos, sem emoção nem aventuras. Esses são a plateia dos destinados,

³⁹ NASCIMENTO, Domingos. “O cidadão”. In: NASCIMENTO, Domingos et alii. *Dr. Vicente Machado: estudo social e político*. Curitiba: Livraria Econômica, s/ data.

⁴⁰ NASCIMENTO, Domingos. “O cidadão”. In: NASCIMENTO, Domingos et alii. *Dr. Vicente Machado: estudo social e político*. Curitiba: Livraria Econômica, s/ data.

⁴¹ DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 258.

aqueles que estão no jogo da vida, dos que podem ter suas vidas mudadas pelo destino.⁴² E, nessa perspectiva, nunca o herói viverá a mesmice do cotidiano como pessoas “comuns”: “[...] nunca deve ser o homem comum, aquele que na dramatização representa a si mesmo por meio de sua rotina achatada e desinteressante.”⁴³

Na trajetória de Vicente Machado, conforme disposto por Domingos Nascimento, observa-se a existência de inúmeras atitudes que comprovam seu heroísmo, demonstrando que seu destino já estava traçado. É representado como um homem especial, por ser o único a preocupar-se, por exemplo, com a educação do povo, sério obstáculo a ser enfrentado para a constituição de uma sociedade melhor, ou preocupado ainda com a soberania paranaense no território então disputado por Santa Catarina. É considerado o único a interessar-se de fato com o Paraná. Sua sina era fazer sua terra melhorar, consolidar seus propósitos e enfrentar todos os percalços, críticas e desafios em nome de seu povo. É o homem do povo, atua em nome do povo e para o povo.⁴⁴ O Paraná torna-se, assim, sua família. Vicente Machado é representado por Nascimento como o chefe dessa família grande e valorosa, que era o Estado do Paraná: “*Eil-o, então, o completo chefe de família.*”⁴⁵

Vicente Machado é entendido como um pai, bom e justo, que serve como exemplo para seus filhos. O pai que conduz de forma primorosa toda sua gigantesca prole para o futuro desejado. O pai que elogia, mas que sabe agir firmemente quando necessário. O pai que unifica todas as diferenças em torno do bem comum. Conforme acentuado por Domingos Nascimento, são essas atitudes que o assemelham a um pai que fizeram com que ele fosse visto com tanto amor e carinho por seus conterrâneos. Assim, surgiu o cidadão aparelhado para comandar essa família. A existência de alguém como Vicente Machado é considerada um presente do destino para o Paraná, como uma: “[...] *grande época de sua existência.*”⁴⁶ O povo paranaense precisava de um condutor, de alguém preparado para comandar o Paraná, que, sem esse chefe, esse pai, de nada poderia.

A instituição de um pai/herói, ao mesmo tempo em que unifica, serve de exemplo. Segundo Hall, a afirmação da nação atua nesse sentido, ou seja, todos são considerados

⁴² DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 258.

⁴³ DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 257.

⁴⁴ NASCIMENTO, Domingos. “O cidadão”. In: NASCIMENTO, Domingos et alii. *Dr. Vicente Machado: estudo social e político*. Curitiba: Livraria Econômica, s/ data.

⁴⁵ NASCIMENTO, Domingos. “O cidadão”. In: NASCIMENTO, Domingos et alii. *Dr. Vicente Machado: estudo social e político*. Curitiba: Livraria Econômica, s/ data.

⁴⁶ NASCIMENTO, Domingos. “O cidadão”. In: NASCIMENTO, Domingos et alii. *Dr. Vicente Machado: estudo social e político*. Curitiba: Livraria Econômica, s/ data.

membros de um mesmo clã, e devem atuar para a projeção e para a manutenção desse grupo fraternal: “[...] *uma cultura nacional busca identificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional.*”⁴⁷ No caso da heroicização e da paternalização de Vicente Machado, o intuito era “criar” um símbolo o mais próximo possível da vida cotidiana dos paranaenses, presente na vida da grande maioria, por isso a utilização da imagem do pai. E essa simbologia do pai herói paranaense, com toda a sua força pedagógica, atuaria na unificação e na preparação dos paranaenses para o futuro. De acordo com Nascimento, sua intenção era garantir a prosperidade paranaense através da educação, de modo que:

[...] tem feito da educação e manutenção dos filhos uma religião á parte, toda affectiva, por assim dizer maravilhosamente egoística, toda amor e disciplina, toda carinhos e zelos, num glorioso ciúme de posse e de ventura, toda exemplo, sacrificios e estímulos, religião sadia e pura, afim de preparal-os por uma sabia e feliz orientação para as batalhas da vida.⁴⁸

A preocupação com a educação dos paranaenses parece ter sido um das bases da instituição desse símbolo do pai-herói paranaense. Vicente Machado, segundo Nascimento, concentrava todas as suas energias para civilizar o Paraná, para construir um Estado promissor centrado na educação, e para isso teria despendido todo seu cabedal de forças para garantir a instrução pública e estaria assim garantindo o futuro aos paranaenses. A família (Paraná) teria como líder político um misto de pai e herói (Vicente Machado), cujos filhos (paranaenses, de nascença ou não) deveriam ser educados e guiados em busca de um futuro pródigo (progresso).

O que caracteriza Vicente Machado como herói é justamente essa preocupação e as atitudes para a construção do Paraná ideal, através do destino que lhe foi imposto. Já Júlio de Castilhos era considerado herói pela liderança política que exercia, pelas qualidades como chefe do Executivo, pelos ideais políticos e pela vontade de manter a ordem no Rio Grande do Sul, enfrentando todas as dificuldades do caminho. Tanto um como outro mostram-se, na escrita de Domingos Nascimento, como homens extremamente bons, corretos, moralizados – e moralizantes –, viris, justos e fortes. Os paranaenses deveriam, portanto, identificar-se nesses dois indivíduos para que ficasse assim garantido o progresso do Estado.

⁴⁷ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 59.

⁴⁸ NASCIMENTO, Domingos. “O cidadão”. In: NASCIMENTO, Domingos et alii. *Dr. Vicente Machado: estudo social e político*. Curitiba: Livraria Econômica, s/ data.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa foi analisar a escrita de Domingos Nascimento sobre o Paraná e suas tentativas de forjar uma identidade aos paranaenses. Foram abordados alguns de seus projetos e algumas de suas intenções a respeito de sua terra natal e de seus conterrâneos. Seu projeto de construir um Paraná mais moderno e dinâmico aliava a necessidade de se instituir uma identidade homogênea com a instauração de um governo forte e com características autoritárias.

Nascimento realizou, em 1903, uma viagem a Foz do Iguaçu, quando pôde refletir sobre o Paraná e os paranaenses. Nessa viagem, o Autor captou, em sua escrita, todas as possibilidades econômicas que a natureza interiorana possuía: terra fértil, natureza abundante, rios caudalosos. Logo buscou identificar essa paisagem ao ideal de progresso, de desenvolvimento técnico, de industrialização, de melhoria da agricultura, entre outras características que considerava importantes. Assim sendo, a identidade do Paraná começou a ser traçada por Domingos Nascimento a partir da natureza que o Estado apresentava, pelos seus aspectos geográficos e agrícolas. Concluiu-se, portanto, que a identidade do Paraná, nesse primeiro momento, era unicamente seu meio natural, uma identidade física, geográfica e associada à natureza.

Observou-se que alguns dos desejos de identidade de Domingos Nascimento não seriam atingidos com facilidade, pois existiam alguns importantes obstáculos a serem ultrapassados. Dentre esses obstáculos estava a indisciplina, a falta de método, a desordem e a ignorância a respeito de algumas importantes questões da vida, como tempo útil, ócio, improdutividade e a não incorporação da região oeste do Paraná à nacionalidade. Nesse ponto da pesquisa, esteve em evidência a sociedade paranaense e, especialmente, a instrumentalização da natureza, considerada sua base identitária.

Na viagem, Nascimento percebeu, com mais clareza, as diferenças existentes entre o interior do Estado e a capital, Curitiba. As considerações positivas sobre Curitiba, vistas como local de progresso, de modernidade e de cosmopolitismo, não era exclusividade do

ideário de Domingos Nascimento, sendo essa concepção uma espécie de “lugar comum” da intelectualidade curitibana daquele período. Nesta pesquisa pôde-se observar como essas diferenciações prejudicavam, no discurso do Autor, a construção identitária paranaense. Também a falta da presença mais firme do governo do Estado do Paraná nas regiões fronteiriças prejudicava bastante o autorreconhecimento de parte da população interiorana como paranaense e, conseqüentemente, era um empecilho para a construção de uma identidade homogênea ao Paraná. Nos interstícios da escrita de Domingos Nascimento ficava essa sensação de impotência, de falta de comprometimento e de falta de envolvimento com um determinado futuro para o Estado. Construir esse Paraná ideal (industrializado, produtivo, ordeiro e harmônico) era uma tarefa complexa e de grande dificuldade. Observou-se, assim, que o discurso de Nascimento remetia a um determinado desejo de identidade que não se espelhava na realidade.

Dentre os projetos de Domingos Nascimento, cita-se o de estabelecer um modelo corporal aos paranaenses, que se articulava ao desejo de proteção do espaço e de uma defesa militarizada do Estado do Paraná. Deveria existir, nesse sentido, um comprometimento físico e moral de todos os habitantes para que o Paraná pudesse alcançar o tão desejado futuro de prosperidade e ordem. Além disso, foram instituídos pelo Autor modelos de condutas a serem seguidos por todos os paranaenses, símbolos de heroísmo, de astúcia e de pujança. Para Domingos Nascimento, o político gaúcho Júlio de Castilhos e o paranaense Vicente Machado imprimiam, de maneira considerada satisfatória, as características que deveriam ser comuns aos paranaenses.

Conclui-se, a partir disso, que, apesar de todos os empecilhos, de todas as dificuldades encontradas em seu caminho, Domingos Nascimento não deixava de pensar o Paraná como uma terra de sonhos, em que a realidade precisaria ser modificada para que se alcançasse um futuro quimérico e repleto de possibilidades. A identidade paranaense estava no meio natural, mas também em um homem forte, preparado para o que viria, em uma sociedade organizada, disciplinada e ordeira, em mulheres aptas para o enfrentamento dos problemas, em governantes exemplares, em um sistema de governo que não poderia abrir espaço para a desordem, em atitudes civilizadas e corteses, em cidades planejadas e que possibilitassem o debate político e o engrandecimento social, em pessoas que trabalhassem proficuamente para que esse futuro se tornasse mais próximo. A identidade que o Autor paranaense desejava para seus conterrâneos era, portanto, um complexo amálgama de vários elementos, que se aproximavam em seu discurso e que pretendiam dar uma cara, uma determinada feição física e moral, fornecer um código comportamental e

cívico para os paranaenses. Ele foi mais (um entre tantos) que buscou construir uma identificação homogênea ao Paraná e aos paranaenses.

Por fim, cabe destacar que esse trabalho não é conclusivo, nem tece uma narrativa totalizante. Sempre surgirão diferentes possibilidades de explorações e de intervenções do historiador sobre a trama complexa do passado. Assim, novos e diferentes olhares podem ser dirigidos para analisar a produção intelectual de Domingos Nascimento.

REFERÊNCIAS

I – FONTES

1.1 – Obras de Domingos Nascimento:

NASCIMENTO, Domingos. *Revoadas*. Rio de Janeiro: Tipografia Gutemberg, 1883.

_____. *Trenos e arruídos*. Porto Alegre: Gundlanch, 1887.

_____. *O sul*. Curitiba: Typografia d'A República, 1895.

_____. *Pelo dever*: discurso de iniciação no Instituto Histórico e Geographico de Santa Catarina. Curitiba: Livraria Moderna, 1902.

_____. *Pela fronteira*. Curitiba: Typografia d'A República, 1903.

_____. *O homem forte*: ginástica doméstica, natação, esgrima e tiro ao alvo. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1905.

_____. *Flora textil do Paraná*. Curitiba: Livraria Econômica, 1908.

_____. *A hulha branca no Paraná*. Rio de Janeiro: Turnauer & Cia, 1914.

_____. “O cidadão”. In: NASCIMENTO, Domingos et alii. *Dr. Vicente Machado*: estudo social e político. Curitiba: Livraria Econômica, s/ data.

1.2 – Jornais:

“Anjo”. *A República*. Curitiba, 8 mar. 1893.

“Domingos Nascimento.” *A República*. Curitiba, 7 fev. 1892.

“Domingos Nascimento.” *A República*. Curitiba, 20 maio 1892.

“Liberdade de Imprensa”. *A República*. Curitiba, 19 jan. 1893.

“Últimas Notícias” In: *Diário da Tarde*. Curitiba, 20 fev. 1900.

“Últimas Notícias” In: *Diário da Tarde*. Curitiba, 2 maio 1902.

“Últimas Notícias” In: *Diário da Tarde*. Curitiba, 30 jul. 1903.

“A Exposição”. In: *Diário da Tarde*. Curitiba, 19 dez. 1903.

NASCIMENTO, Domingos. “Aos colegas Leôncio Correia e Rocha Pombo”. *A República*. Curitiba, 16 mar. 1892. p. 1-2.

1.3 – Fontes oficiais:

LISTA Geral da revisão de qualificação da Paróquia de Guarakessava para o ano de 1871. Arquivo Público do Estado do Paraná, microfilme 1033. p. 149-153.

LISTA Geral da revisão de qualificação da Paróquia de Guarakessava para o ano de 1875. Arquivo Público do Paraná, microfilme 1512. p. 37-54.

LISTA Geral dos cidadãos que adquirirão as qualidades de votantes e foram qualificados pela Junta Paroquial de Guarakessava. Paróquia do Senhor Bom Jesus dos perdões no ano de 1880. Arquivo Público do Estado do Paraná, microfilme 1768. p. 222-258.

MELLO E SILVA, Roberto Requião de. “Data: 1º/1/2007 – Íntegra do discurso de posse do governador Roberto Requião”. Disponível em: <www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyd=25322>. Acesso em: 8 maio 2009.

MENSAGEM dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo 1º Vice Governador Dr. Vicente Machado da Silva Lima em 15 de agosto de 1894. Curitiba: Typografia e Lithografia da Companhia Impressora Paranaense.

ORDEM do Dia nº1507, de 27 de março de 1880. In: Boletim do Exército. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880.

ORDEM do Dia n° 1906, de 19 de janeiro de 1885. In: Boletim do Exército. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1885.

ORDEM do Dia n° 310, de 12 de março de 1892. In: Boletim do Exército. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1892.

ORDEM do Dia n° 469, de 7 de agosto de 1893. In: Boletim do Exército. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1893.

ORDEM do Dia n° 478, de 13 de setembro de 1893. In: Boletim do Exército. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1893.

ORDEM do Dia n° 789, de 1° de dezembro de 1896. In: Boletim do Exército. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1896.

ORDEM do Dia n° 05, de 20 de fevereiro de 1899. In: Boletim do Exército. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1899.

ORDEM do Dia n° 30, de 10 de agosto de 1899. In: Boletim do Exército. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1899.

ORDEM do Dia n° 78, de 5 de fevereiro de 1908. In: Boletim do Exército. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1908.

RELATORIO do Presidente da Província do Paraná, o Conselheiro Zacarias de Góes de Vasconcellos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 14 de julho de 1854. Curitiba: Typographia de Candido Martins Fontes, 1854.

RELATORIO do Presidente da Província do Paraná, Francisco Liberato de Mattos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 7 de janeiro de 1859. Curitiba: Typographia Paranaense de Candido Martins Fontes, 1859.

RELATORIO apresentado à Assembleia Legislativa do Paraná na abertura da 1ª sessão da 9ª legislatura pelo presidente o illustrissimo e excellentissimo Sr. Dr. Antonio Luiz Affonso de Carvalho no dia 15 de fevereiro de 1870. Curitiba: Typografia de Candido Martins Lopes, 1870.

RELATORIO em que o Exm. Sr. Presidente Dr. Venâncio José de Oliveira Lisboa abriu a 1ª sessão da 10ª Legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1872. Curitiba: Typographia da Viúva e Filhos de G. M. Lopes, 1872.

RELATORIO apresentado à Assembleia Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1877 pelo Presidente da Província, o excellentissimo Senhor Doutor Adolpho Lamenha Lins. Curitiba: Typographia da Viúva Lopes, 1877.

II – BIBLIOGRAFIA

- ALENCAR, José de. *O guarani*. São Paulo: Ática, 1996.
- ALVAR, Júlio; ALVAR, Janice. *Guaraqueçaba: mar e mato*. Curitiba: UFPR, 1975.
- ALVIM, Zuleika. “Imigrantes: a vida privada dos pobres no campo”. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio*. (vol. III). São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 215-287.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.
- ASSIS, Machado de. “A sereníssima República: Conferência do Cônego Vargas”. In: *A sereníssima República e outros contos*. São Paulo: FTD, 1994. p. 51-62.
- BALHANA, Altiva Pilatti. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969.
- BALHS, Aparecida Vaz da Silva. “Símbolos e monumentos: as comemorações de emancipação política nos logradouros de Curitiba”. In: *Publicatio UEPG*. Revista de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguagem, Letras e Artes, Ponta Grossa, 14 (I) 7-20, jun. 2006.
- BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Escala, s/ data.
- BASTIDE, Roger. *Brasil: terra de contrastes*. Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, 1978.
- BASTOS, Augusto Roas. *Eu, o supremo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BEGA, Maria Tarcisa Silva. *Sonho e invenção do Paraná: geração simbolista e a construção de identidade regional*. Tese [Doutorado em Sociologia] USP, São Paulo, 2001.
- BÓIA, Wilson. “Domingos Nascimento: Patrono”. In: HOERNER, Júnior; BÓIA, Wilson; VARGAS, Túlio. *Bibliografia da Academia Paranaense de Letras*. Curitiba: Posigraf, 2001.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1998.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BRANDÃO, Ângela. *A fábrica de ilusão: o espetáculo das máquinas num parque de diversões e a modernização de Curitiba (1905-1913)*. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1994.

BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil: 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio: Academia Brasileira de Letras, 2004.

CANDIDO, Antonio; CASTELLO, José Aderaldo. *Presença da literatura brasileira II: Romantismo, Realismo, Parnasianismo, Simbolismo*. São Paulo: Difel, 1981.

CARNEIRO, David. *O Paraná e a Revolução Federalista*. Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte: Indústria Gráfica Gonçalves, 1982.

_____. *História do período provincial do Paraná: galeria de presidentes da Província*. Curitiba: Editora Banestado, 1994.

_____. *O Paraná na história militar do Brasil*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

_____. *Cerco da Lapa e seus heróis: antecedentes e conseqüências da Revolução Federalista no Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004.

_____. *Gomes Carneiro e a consolidação da República*. Curitiba: edição do autor, s/data.

CAROLLO, Cassiana Lacerda. *Decadismo e simbolismo no Brasil: crítica e poética*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; Brasília: INL, 1980. (2 vols.)

_____. “Domingos Nascimento”. In: *Dicionário histórico-bibliográfico do Estado do Paraná*. Curitiba: Editora Chain/Banestado, 1991.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. “Os três povos da República”. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de (Org.). *A República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001. p. 59-87.

_____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

_____. “In corpore sano - os militares e a introdução da educação física no Brasil.”. *Antropolítica*, Niterói, RJ, nº 2, 1º sem. 1997.

CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai (1865-1870)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

COHN, Gabriel. “Problemas da industrialização no século XX”. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

CORDOVA, Maria Julieta Weber. “O Paranismo e o processo de produção historiográfica paranaense: o episódio do Cerco da Lapa”. In: *Revista de História Regional*. 12 (2): 151-190, Inverno, 2007.

CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: UFMS, 2006.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação, 1969.

COSTA, Ângela Marques da. *1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

COSTA, João da Cruz. *Augusto Comte e as origens do positivismo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

COSTA, Samuel Guimarães da. *História política da Assembléia Legislativa do Paraná*. Curitiba: Assembléia Legislativa, 1994. (vol. 1)

_____. *A erva-mate*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *A Armadilha do Leviatã: a construção do corporativismo no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DEAN, Warren. “A industrialização durante a República Velha”. In: CARDOSO, Fernando Henrique et alii. *História geral da civilização brasileira*. O Brasil Republicano. tomo III: estrutura de poder e economia. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 249-283.

DECCA, Edgar Salvadori de. *O nascimento das fábricas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DeNIPOTI, Cláudio. “Um homem no mundo do livro e da leitura”. In: *Revista de História Regional*. 6(2): 75-91, Inverno 2001.

DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Edusc, 2002.

D’INCAO, Maria Ângela. “Mulher e família burguesa”. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 223-240.

DUARTE, André. “Biopolítica e resistência: o legado de Michel Foucault”. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). *Figuras de Foucault*. São Paulo: Autêntica, 2006. p. 45-55.

DUDEQUE, Ira José Taborda. *Espirais de madeira: uma história da arquitetura de Curitiba*. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 2001.

FANCKIN, Reginaldo. *Sistema constitucional do Paraná: contribuição à história política do Estado*. Curitiba: Poder Legislativo, 1974.

FARIA, Raul. *Autobiografia: vultos de nossa literatura*. vol. I. Curitiba: s/ed., 1990.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. *Tecnologia e estética do racismo: ciência e política da beleza*. Chapecó: Argos, 2007.

FREITAG, Liliane da Costa. “Impressões de um dirigente: relatos e relatórios da Colônia Militar de Foz do Iguaçu nos anos de 1897-1898”. In: *Revista de História Regional* 12(2): 191-224, Inverno, 2007. p. 191-224.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2004.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidades nas representações sobre Mato Grosso*. Tese [Doutorado em História] USP, São Paulo, 2000.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

IGLESIAS, Francisco. *Constituintes e constituições brasileiras*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. “A República: oposições e consolidação”. In: LAPA, José Roberto do Amaral (Org.). *História política da República: coletânea de ensaios inéditos comemorativa do centenário da República*. Campinas, SP: Papirus, 1990. (Coleção Tempo & Memória, vol. II).

JESUS, Gilmar Mascarenhas de. “Construindo a Cidade Moderna: a introdução dos esportes na vida urbana do Rio de Janeiro”. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº 23, 1999.

KARAN, Paulo Roberto. *Domingos Virgílio do Nascimento: biografia e antologia*. Curitiba: s/ed., 1995.

KOTHE, Flávio R. *O herói*. São Paulo: Ática, 1985.

LAMOUNIER, Bolívar. “Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação.” In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. O período republicano, tomo III: sociedade e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

LEÃO, Ermelino de. “Domingos Nascimento”. In: *Dicionário histórico e geográfico do Paraná* (vol. III) Curitiba: Gráfica Paranaense, 1926.

LEMOS, Renato. *Benjamin Constant: vida e obra*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. São Paulo: Papirus, 1986.

LESSA, Renato. “A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina”. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de (Org.). *A República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001. p. 11-58.

LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo: Campanhia Editora Nacional, 1967.

LOPEZ, Luiz Roberto. *Cultura brasileira: de 1808 ao pré-modernismo*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1995.

LOSADA, Janaina Zito. *Desejos e melancolias: uma história da idéia de natureza no Brasil (1839-1870)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

LOVE, Joseph L. “A república brasileira: federalismo e regionalismo (1889-1937)”. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Moderna, 1997.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. “Recônditos do mundo feminino”. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio*. (vol. III). São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 368-421.

MARCHETTE, Tatiana Dantas. *Corvos nos galhos de acácias: o movimento anticlerical em Curitiba (1896-1912)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

MARIN, Jérri Roberto. “Recristianização e Civilização dos Sertões Mato-Grossenses: A Visita Pastoral de D. Carlos Luiz D’Amour ao Sul da Diocese de Cuiabá, em 1886”. In:

MARIN, Jérri Roberto; VASCONCELOS, Cláudio Alves de (Orgs.). *História, região e identidades*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003.

MARTINS, Ana Luiza. *República: um outro olhar*. São Paulo: Contexto, 1989.

MARTINS JR. Carlos. *Apontamentos para a leitura de Rondon e da Comissão de Linhas Telegráficas estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas*. Tese [Doutorado em História] USP, São Paulo, 2001.

MARTINS, Romário. *Terra e gente do Paraná*. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995.

_____. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MARTINS, Wilson. *Um Brasil diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, s/data.

McCANN, Frank. *Soldados da pátria: história do Exército Brasileiro, 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MELO NETO, João Cabral de. “A Lição de poesia”. In: *João Cabral de Melo Neto: obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

MOTTA, Jeovah. *Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar (1810-1944)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

MOTTA, Marly Silva da. “Ante-sala do Paraíso”, “Vale de Luzes”, “Bazar de Maravilhas”: a Exposição Internacional do Centenário da Independência (Rio de Janeiro -1922). Rio de Janeiro: CPDOC, 1992.

MURICY, Andrade. *Panorama do Movimento Simbolista Brasileiro*. Vol. I. São Paulo: Perspectiva, 1987.

NADALIN, Sérgio Odilon. *Paraná: ocupação, população e migrações*. Curitiba: Ed. UFPR/ SEED, 2001.

NISKIER, Arnaldo. *Educação brasileira: 500 anos de história (1500-2000)*. Rio de Janeiro: Consultor, 1995.

OLIVEIRA, Dennison. *Urbanização e industrialização no Paraná*. Curitiba: Editora UFPR/SEED, 2001.

OLIVEIRA, Luiz Cláudio Soares de. *Joaquim contra o paranismo*. Dissertação [Mestrado em Estudos Literários] UFPR, Curitiba, 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org.). *Discurso fundador: a formação do país e a constituição da identidade nacional*. Campinas, SP: Pontes, 1993.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ORWELL, George. *1984*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007.

PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: HUCITEC; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

PAIM, Antônio. *História das idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Convívio; Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

PAZ, Francisco Moraes. *Na poética da história: a realização da utopia nacional oitocentista*. Curitiba: Ed. UFPR, 1996.

PEDRO, Joana Maria. “Mulheres do Sul”. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). *História das mulheres do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 278-332.

PEREIRA, Luis Fernando Lopes. *Paranismo: o Paraná inventado: cultura e imaginário no Paraná da I República*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

PEREIRA, Marco Aurélio Monteiro. “A cidade de Curitiba no discurso de viajantes e cronistas do século XIX e início do século XX”. In: *Revista de História Regional* 1(1): 9-40. 1996.

_____. “Discurso burocrático e normatização urbana e populacional em Curitiba no início do século XX”. In: *Revista de História Regional* 5(1): 38-66. 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A revolução federalista*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce: um chefe*. Rio de Janeiro: Pongetti Borsoi, 1952.

PUCHTA, Diogo Rodrigues. *A formação do homem forte: educação física e gymnastica no ensino público primário paranaense*. Dissertação [Mestrado] UFPR, Curitiba, 2007.

QUEIRÓS, Eça de. *A cidade e as serras*. São Paulo: Ática, 1988.

QUEIRÓZ, Suely Róbles de. *Os radicais da República: ideologia e ação (1893-1897)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

QUIRINO, Célia Galvão; MONTES, Maria Lúcia. *Constituições brasileiras e cidadania*. São Paulo: Ática, 1987.

ROCHA, Amara Silva de Souza. “A Sedução da Luz: eletrificação e imaginário no Rio de Janeiro da *Belle Époque*”. In: *Revista de História Regional*. Curitiba, n. 2, 1997.

ROSA, João Guimarães. *Correspondência com o tradutor italiano*. São Paulo: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1972.

SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem a Curitiba e Santa Catarina*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. São Paulo: Edusp, 1978.

SALLES, Iraci Galvão. *Trabalho, progresso e a sociedade civilizada: o Partido Republicano Paulista e a política de mão-de-obra (1870-1889)*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

SELL, Zélia Maria do Nascimento. “Domingos Virgílio do Nascimento”. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná*. Curitiba: IHGPR, 2002. p. 183-200.

_____. “Domingos Nascimento, sua vida, sua obra”. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná*. Curitiba: IHGPR, 2007. p. 69-76.

SEVCENKO, Nicolau. “Introdução: o prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso.” In: SEVCENKO, Nicolau. (Org.). *História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio*. (vol. III). São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 7-48.

_____. “A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio”. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio*. (vol. III). São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 514-619.

_____. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “História das Paisagens”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SOUZA, Fabrício Leal de. *Nação e herói: a trajetória da intelectualidade paranaense*. Dissertação. [Mestrado em História] UNESP, Assis, 2002.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. “O processo político-partidário na primeira república”. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

STRAUBE, Guido. “Decisões tomadas pelo Conselho Literário Provincial do Paraná”. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná*. Curitiba: IHGPR, 2007. p. 33-34.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TREVISAN, Leonardo. *As “obsessões patrióticas”; origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército Brasileiro*. Tese [Doutorado em História] USP, São Paulo, 1993.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. *Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República*. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.

_____; ANDREZZA, Maria Luiza. *Cultura e educação no Paraná*. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2001.

_____. “Uma instituição de ensino secundário no Brasil Imperial: o Liceu de Curitiba”. In: VECHIA, Ariclê; CAVAZOTTI, Maria Auxiliadora (Orgs.). *A escola secundária: L’enseignement secondaire*. São Paulo: AnneBlume, 2003. pp.73-93.

VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. *Castilhismo: uma filosofia da República*. Brasília: Senado Federal; Conselho Editorial, 2000.

VERNE, Júlio. *Paris no século XX*. São Paulo: Ática, 1995.

VICTOR, Nestor. *A terra do futuro: impressões do Paraná*. Rio de Janeiro: Tipografia “Jornal do Comércio” de Rodrigues e C., 1913.

_____. *A terra do futuro: impressões do Paraná*. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba. 1996.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Obrageros, mensus e colonos: história do oeste do Paraná*. Curitiba: Vicentina, 1982.

_____. *História do Paraná*. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1988.

WESTPHALEN, Maria Cecília. *Revoluções e conferências*. Curitiba: SPBH, 1989.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. “Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível”. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio*. (vol. III). São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 49-130.

Autorizo a reprodução parcial e/ou integral deste trabalho.

Dourados, 20 de agosto de 2009.

Fernanda Lorandi Lorenzetti